



SOBRE A REVISTA

Lua Nova tem por objetivo fazer a alta reflexão de temas políticos e culturais, contribuindo assim para elevar o nível intelectual do debate público. Em suas páginas, o leitor encontrará elaboradas incursões nos campos da teoria política (clássica e contemporânea), da teoria social, da análise institucional e da crítica cultural, além de discussões dos assuntos candentes de nosso tempo. Entre seus colaboradores típicos estão intelectuais, docentes e pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas, não necessariamente vinculados a instituições acadêmicas.

Os artigos publicados em *Lua Nova* estão indexados no Brasil no Data Índice; na América Latina no Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, no International Political Science Abstracts e na Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. A versão eletrônica da revista está disponível na SciELO e no portal da Capes.

LUA NOVA

revista de cultura e política

2020 | Nº 109

ISSN 0102-6445

MOBILIZAÇÃO, POPULISMO E DIREITOS

cebsc

LUA NOVA – REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA

2020

Razão Social: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC

Rua Riachuelo 217 – Sé – Cep: 01007-000 São Paulo, SP

Telefone: (11) 3871.2966 Fax: (11) 3871.2123

E-mail: luanova@cedec.org.br

CNPJ 48.608.251/0001-80- ISSN 0102-6445

Diretoria

Andrei Koerner

Diretor Presidente

Bernardo Ricupero

Diretor Vice-Presidente

Bruno Konder Comparato

Diretor de Publicações

Cecilia Carmem Pontes Rodrigues

Diretor Secretário

Carla Regina Mota Alonso Diéguez

Diretor Tesoureiro

Comitê de redação

Bruno Konder Comparato (Unifesp)

Brasílio Sallum Jr. (USP)

Flávia de Campos Melo (PUC-SP)

Pedro Meira Monteiro (Princeton University)

Editor

Prof. Bruno Konder Comparato (Unifesp)

Conselho editorial

Adrian Gurza Lavalle (USP), Álvaro de Vita (USP), Brasília Sallum Jr. (USP), Celi Regina Pinto (UFRGS),
Celina Souza (UFBA), Cicero Araujo (USP), Elide Rugai Bastos (Unicamp), Elisa Reis (UFRJ),
Gonzalo Delamaza (Universidad de Los Lagos), Horácio Gonzalez (Universidad de B. Aires),
John Dunn (University of Cambridge), José Augusto Lindgren Alves (Comitê Assessor do Conselho de
Direitos Humanos das Nações Unidas), Leôncio Martins Rodrigues Netto (Unicamp), Marco Aurélio
Garcia (Unicamp) (*in Memoriam*), Marcos Costa Lima (UFPE), Michel Dobry (Université Paris
I-Sorbonne), Miguel Chaia (PUC-SP), Nadia Urbinati (Columbia University), Newton Bignotto (UFMG),
Paulo Eduardo Elias (USP) (*in Memoriam*), Philip Oxhorn (McGill University), Philippe Schmitter
(European University, Florence), Renato Lessa (IUPERJ), Rossana Rocha Reis (Editora) (USP)
Sebastião Velasco e Cruz (Unicamp), Sergio Costa (Freie Universität Berlin), Tullo Vigevani (UNESP),
Victor Manuel Durand Ponte (UNAM, México), William C. Smith (University of Miami)

Preparação e revisão de texto

Henrique Torres e Lucas Giron | Tikinet

Editoreção eletrônica

Pamela Silva e Robson Santos | Tikinet

Impressão

Tikinet

O Cedec é um centro de pesquisa e reflexão na área de ciências humanas. É uma associação civil, sem fins lucrativos e econômicos, que reúne intelectuais de diferentes posições teóricas e político-partidárias.

revista

sociologia & antropologia

VOLUME 10 NÚMERO 1
JANEIRO-ABRIL DE 2020
QUADRIMESTRAL
ISSN 2238-3875



Sociologia & Antropologia
Revista do PPGSA
Programa de Pós-Graduação
em Sociologia e Antropologia/UFRJ
Lgo. do São Francisco de Paula, 1, sala 420
20051-070 Rio de Janeiro RJ
T/fax +55 (21) 2224-8965 ramal 215
revistappgsa@gmail.com
sociologiaeantropologia.com.br
revistappgsa.ifs.ufrj.br
scielo.br/sant

ENTREVISTA

O CENÁRIO "PÓS-LUHMANNIANO" E A AMÉRICA LATINA: ENTREVISTAS COM MARCELO NEVES E ALDO MASCAREÑO
Sergio Pignuoli Ocampo e Antonio Brasil Jr.

ARTIGOS

LINEAMIENTOS PARA UNA SOCIOLOGÍA EVOLUTIVA DE LA DIFERENCIACIÓN FUNCIONAL EN AMÉRICA LATINA
Hugo Cadenas e Aldo Mascareño

EL CONCEPTO SISTÉMICO DE LO POLÍTICO. UN ESBOZO
Marco Estrada Saavedra

A PERFORMATIVIDADE DA EXCLUSÃO E AS LUTAS POR INCLUSÃO: QUESTÕES DISTRIBUTIVAS A PARTIR DA TEORIA DE SISTEMAS SOCIAIS
João Paulo Bachur

ORDEN SOCIAL, INTERACCIÓN Y SOCIEDAD EN LUHMANN. PERSPECTIVAS DE MÉTODO PARA LA INTEGRACIÓN DEL CONOCIMIENTO SOCIOLOGICO
Juan Pablo Gonnet

STEFAN ZWEIG IN EXILE: A COSMOPOLITAN CITIZEN'S INTERPRETATION OF BRAZIL
Alejandra Josiowicz e Marcos Chor Maio

SENTIDOS DA MATERNIDADE EM NARRATIVAS DE PARTO NO RIO DE JANEIRO
Claudia Barcellos Rezende

MEMÓRIA E THANASIMOLOGIA POLÍTICA NO SERTÃO DE PERNAMBUCO
Jorge Mattar Villela

STASIS, MOTION AND ACCELERATION: THE SENSES AND CONNOTATIONS OF TIME IN *RAÍZES DO BRASIL* AND *SOBRADOS E MUCAMBOS* (1938)
Sergio B. F. Tavaloro

THE SOCIOLOGY OF KNOWLEDGE AND ITS MOVEMENTS
Renan Springer de Freitas

MEMÓRIA

PEQUENA HOMENAGEM A UMA GRANDE SENHORA
Renato Ortiz

O INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E A SOCIOLOGIA NO RIO DE JANEIRO: ENTREVISTA COM ALZIRA ALVES DE ABREU
Thiago da Costa Lopes

RESENHAS

SENTIDOS EN PUGNA: LA INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA SOCIOLOGÍA EN LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES
Medio siglo de sociología en Argentina. Ciencia, profesión y política (1957-2007). (2018). Juan Pedro Blois. Buenos Aires: EUDEBA.
Paola Adriana Bayle

O SOCIAL, O POLÍTICO E A FORÇA DAS IDEIAS
O retorno da sociedade. Política e interpretações do Brasil. (2019). André Botelho. Petrópolis: Vozes.
Mariana Miggiolaro Chaguri

O **Cedec** agradece a

Andrei Koerner

Bernardo Ricupero

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Maria Rita Loureiro

Raquel Kritsch

Ricardo Sennes

pele apoio e contribuição recebidos na Campanha da
Lua Nova.

Apoio:



MOBILIZAÇÃO, POPULISMO E DIREITOS

Vivemos tempos realmente extraordinários. Enquanto uma pandemia mundial obriga o mundo todo ao isolamento forçado e a uma pausa para reflexão, não são poucos os atores políticos que privilegiam as ideologias às pesquisas científicas. O alcance e as consequências da pandemia provocada pelo Covid-19 vão muito além da inevitabilidade da saúde global como tema de importância, como nos alertavam Deisy Ventura e João Nunes (2016) no texto de apresentação ao dossiê “Por uma saúde global” que organizaram para a edição 98 desta revista: “A globalização parece ter tornado a saúde global um fenômeno inevitável, natural e necessário” (Ventura e Nunes, p. 7), pois

torna-se evidente que existem boas razões para adotarmos a saúde global como lente de análise para o estudo das doenças, dos determinantes e dos grupos e populações afetados. É no plano global que podemos verdadeiramente entender as condições estruturais que dão origem às doenças, e é também em nível global que são definidas as possibilidades de uma resposta adequada, na forma de ideias, instrumentos legislativos e políticos, e também na distribuição de recursos materiais. (Ventura e Nunes, 2016, p. 8)

Como já havia diagnosticado Albert Camus há mais de meio século, no romance que lhe valeu o prêmio Nobel e que agora está mais atual do que nunca:

As pragas, com efeito, são uma coisa comum, mas cremos dificilmente nas pragas quando elas nos caem sobre a cabeça. Houve no mundo tantas pestes quanto guerras. Mesmo assim, as pestes e as guerras sempre encontram as pessoas tão desprevenidas. (Camus, 1947, p. 47)

Em tempos de crises e incertezas, há sempre quem prefira recorrer às credices em detrimento da reflexão científica, afinal de contas “as hipóteses, na ciência como na vida, são sempre perigosas” (Camus, 1947, p. 59).

Os artigos reunidos neste número da revista *Lua Nova* iluminam, cada um à sua maneira, algum aspecto destas reflexões que dizem respeito, ora à participação e à mobilização, ora ao populismo e às suas consequências que passam pela perda de direitos e o encarceramento em massa. O número 109 da revista *Lua Nova* se inicia com um artigo de Lígia Helena Hahn Luchmann intitulado “Interfaces socioestatais e instituições participativas: dimensões analíticas”, no qual a autora destaca a necessidade de uma maior compreensão do papel das interfaces socioestatais para o desenvolvimento das instituições participativas a partir de um diálogo com os estudos sobre as instituições participativas, teoria democrática e políticas públicas. No artigo seguinte, “Da Formação Cultural à Mobilização Social: espaços de formação e mobilização ao longo de três gerações na periferia de São Paulo”, Leonardo de Oliveira Fontes analisa empiricamente como uma “cultura pública” foi formada e tornou-se capaz de dar forma e material às mobilizações coletivas nas periferias de São Paulo. No terceiro artigo deste número, “Populismo nas eleições presidenciais de 2018: uma análise dos discursos de campanha de Bolsonaro”, Eduardo Ryo Tamaki e Mario Fuks partem de uma análise dos discursos de Bolsonaro durante sua campanha oficial para a presidência e mostram que os traços populistas cresceram ao longo da campanha mesmo disputando espaço com o vocabulário nacionalista e patriótico. O trabalho integra uma pesquisa internacional coordenada pelo Team Populism que propõe uma abordagem ideacional sobre o populismo. Em seguida, Amélia Cohn nos brinda com “As políticas de abate social no Brasil contemporâneo”, um texto instigante sobre as políticas de abate social no Brasil

contemporâneo, no qual percorre as trajetórias da construção e da desconstrução da rede de proteção social no Brasil até 2020. Populista ou não, o fato é que o governo atual promove uma destruição dos direitos sociais no país. Ao lançar foco para outro aspecto desta mesma realidade, no quinto artigo deste número, Laurindo Dias Minhoto nos mostra as relações enxergadas por ele entre o “Encarceramento em massa, o *racketeering* de estado e a racionalidade neoliberal” – para o autor, a análise da experiência brasileira permite explicitar o conceito de racionalidade neoliberal e o modo como ele configura o encarceramento em massa que é uma consequência dos regimes punitivos de países do Sul global. O sexto artigo, “Atualidade da reificação de Marx como instrumento da análise de relações jurídicas e sociais”, de autoria de Martonio Mont’Alverne Barreto Lima e Walquíria Leão Rego, é mais teórico e destaca a necessidade da atualização do conceito de reificação para a compreensão das relações sociais no desenvolvimento econômico e político do sistema capitalista a partir da reinserção do assunto no atual debate sociológico-jurídico contemporâneo. No artigo seguinte, “Do trabalho imaterial como valor: o exemplo da estrutura macroeconômica das indústrias criativas”, João Valente Aguiar traz uma reflexão sobre o trabalho imaterial como valor que desenvolve a partir das propriedades constitutivas do campo social e econômico das indústrias criativas. No oitavo artigo do número, “Panturquismo em Xinjiang e na Ásia Central: entre o separatismo e a integração”, Victor Carneiro Corrêa Vieira analisa o desenvolvimento do movimento radical islâmico na China e sua interação com outros grupos da Ásia Central e com a repressão estatal. Por fim, este número se encerra com um artigo de Deivison Mendes Faustino, “Revisitando a recepção de Frantz Fanon: o ativismo negro brasileiro e os diálogos transnacionais em torno da negritude”, que investiga a circulação das ideias de Frantz Fanon e os seus reflexos e particularidades na recepção às

ideias deste autor no Brasil e a sua contribuição para o conceito de negritude e o ativismo negro brasileiro da década de 1950. Todos os nove artigos foram enviados espontaneamente por seus autores e receberam uma avaliação positiva dos nossos pareceristas, aos quais muito agradecemos.

Bibliografia

CAMUS, Albert. 1947. *La peste*. Paris: Gallimard.

VENTURA, Deisy; NUNES, João. 2016. Apresentação: por uma saúde global. *Lua Nova*, n. 98, pp. 7-13.

Bruno Konder Comparato

é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Guarulhos, SP, Brasil. E-mail: bruno.comparato@unifesp.br

Orcid: 0000-0001-9356-0362

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-007010109>

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 13** INTERFACES SOCIOESTATAIS E INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS: DIMENSÕES ANALÍTICAS
Lígia Helena Hahn Lüchmann
- 51** DA FORMAÇÃO CULTURAL À MOBILIZAÇÃO SOCIAL: ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO AO LONGO DE TRÊS GERAÇÕES NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO
Leonardo de Oliveira Fontes
- 103** POPULISM IN BRAZIL'S 2018 GENERAL ELECTIONS: AN ANALYSIS OF BOLSONARO'S CAMPAIGN SPEECHES
Eduardo Ryo Tamaki e Mario Fuks
- 129** AS POLÍTICAS DE ABATE SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Amélia Cohn
- 161** ENCARCERAMENTO EM MASSA, *RACKETEERING* DE ESTADO E RACIONALIDADE NEOLIBERAL
Laurindo Dias Minhoto
- 193** ATUALIDADE DA REIFICAÇÃO DE MARX COMO INSTRUMENTO DA ANÁLISE DE RELAÇÕES JURÍDICAS E SOCIAIS
Martonio Mont'Alverne Barreto Lima e Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego
- 229** DO TRABALHO IMATERIAL COMO VALOR: O EXEMPLO DA ESTRUTURA MACROECONÓMICA DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS
João Aguiar
- 269** PANTURQUISMO EM XINJIANG E NA ÁSIA CENTRAL: ENTRE O SEPARATISMO E A INTEGRAÇÃO
Victor Carneiro Corrêa Vieira

303 REVISITANDO A RECEPÇÃO DE FRANTZ FANON:
O ATIVISMO NEGRO BRASILEIRO E OS DIÁLOGOS
TRANSNACIONAIS EM TORNO DA NEGRITUDE
Deivison Mendes Faustino

333 RESUMOS/*ABSTRACTS*



INTERFACES SOCIOESTATAIS E INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS: DIMENSÕES ANALÍTICAS

Lígia Helena Hahn Lüchmann

Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: ligia@cfh.ufsc.br

Orcid: 0000-0003-2622-2106

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-013049/109>

Introdução¹

Tanto no âmbito nacional como internacional as últimas décadas foram marcadas pela expansão e multiplicação de modalidades de participação política, em especial aquelas modalidades relacionadas ao envolvimento da população em programas e/ou políticas governamentais. Analisando o cenário internacional com o intuito de refletir sobre os desafios democráticos dessas práticas, Fung (2015) ressaltou três dimensões dessa expansão substancial de inovações participativas, quais sejam: a expansão mundial de determinados modelos, a exemplo do orçamento participativo;² a expansão das áreas, ou temas, abordados no âmbito das modalidades participativas;³ e a pluralização e multiplicação

¹ Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa intitulado “Interfaces socioestatais: da participação à burocracia estatal”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a partir de uma bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ).

² Sobre a expansão internacional do OP, ver Sintomer, Herzberg e Röcke (2012).

³ A exemplo de temas constitucionais, como mudanças nas regras eleitorais.

dos atores e instituições que promovem e suportam programas e mecanismos de inovação participativa, em diferentes países ou contextos subnacionais.⁴

14 No contexto brasileiro, levando em conta os retrocessos derivados do giro conservador no quadro político do país, que vem aprofundando um processo de esvaziamento e de extinção das Instituições Participativas (IP),⁵ é fato que as mesmas têm ocupado um lugar de destaque nos estudos sobre as inovações participativas, como atestado pelo acúmulo de pesquisas sobre as modalidades de IP mais conhecidas: os Conselhos Gestores, os Orçamentos Participativos e as Conferências de Políticas Públicas. Alguns balanços são exemplares no registro desse acúmulo, seja no plano da produção bibliográfica, seja no tocante ao mapeamento dos casos empíricos. Para o primeiro caso, registra-se como exemplo o trabalho de Almeida, Cayres e Tatagiba (2015), que apresenta um mapa da produção acadêmica nacional sobre os Conselhos de Políticas Públicas entre os anos de 2000 a 2011. Neste estudo, as autoras encontraram 537 trabalhos produzidos, somando-se teses, dissertações e artigos. Para o segundo caso, o registro vai para o estudo desenvolvido por Lopez e Pires (2010), que apresenta um panorama das IP no país, destacando as principais modalidades encontradas na esfera federal; de acordo com os autores, entre os anos de 1988 e 2009 foram realizadas 80 conferências nacionais, em diferentes áreas de políticas públicas. No que diz respeito aos conselhos, foram identificados 31 conselhos nacionais no período, mobilizando mais de mil conselheiros (incluindo-se os representantes do governo e da sociedade civil),

⁴ Com destaque às várias iniciativas provenientes do campo legislativo e judiciário, para além do protagonismo das agências e/ou setores do poder executivo.

⁵ Uma das primeiras medidas do novo governo que venceu as eleições de 2018 no país foi a edição do Decreto-Lei 9.759/2019, visando extinguir vários Conselhos de Políticas Públicas do país.

em diferentes áreas de políticas públicas (Lopez e Pires, 2010).⁶ Orçamentos participativos e ouvidorias também são considerados exemplos de instituições participativas no país, muito embora essas modalidades apresentem trajetórias de expansão opostas.⁷

Diante desse cenário, algumas tendências analíticas possibilitaram desdobramentos interessantes nos últimos anos, seja pelo desenvolvimento de estudos que visam refinar metodologias de avaliação da efetividade da participação e/ou da deliberação (Avritzer e Souza, 2013; Pires, 2011), seja pelo avanço na avaliação dos processos e mecanismos de inclusão política pelo registro da representação, adensando o campo do conhecimento sobre a pluralização do exercício da representação política no âmbito das instituições participativas, o que vem demandando maiores cuidados para diferenciar as capacidades inclusivas e as exigências de critérios de representatividade perante os seus públicos-alvo (Almeida, 2014; Gurza Lavallo, Houtzager e Castello, 2006; Gurza Lavallo e Castello, 2008; Isunza Vera e Gurza Lavallo, 2012; Lüchmann, 2007, 2010).

15

De outra forma, percebe-se também um movimento no sentido de situar as IP em um contexto sociocultural e político mais amplo, especialmente no sentido de compreender, a partir de diferentes frentes teóricas, essas práticas institucionais em uma perspectiva relacional e multidimensional. O estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas (Ipea) (Silva, Lopez e Pires, 2010, p. 32) é um exemplo nesse sentido, ao chamar a atenção para a necessidade de se analisar a multidimensionalidade⁸ da experiência

⁶ Considerados conselhos centrais em sua área de política pública, contando com representação do governo e da sociedade civil, e criados por atos normativos.

⁷ Enquanto as ouvidorias se multiplicam por todas as esferas de governo em todo o país, os orçamentos participativos vêm sofrendo um processo de extinção, em especial a partir das últimas eleições municipais de 2016.

⁸ Nesse estudo a multidimensionalidade é composta pelo sistema representativo, pelas instituições participativas e pelo sistema de controles da burocracia.

democrática brasileira “a partir de um conjunto variado de processos, procedimentos e espaços institucionais reciprocamente constitutivos, que, por isso mesmo, não podem mais ser reduzidos a nenhuma das dimensões e terminologias específicas que comumente são mobilizadas para descrever sistemas democráticos”. Os debates mais recentes na teoria deliberativa a partir de um giro sistêmico (Dryzek, 2010) também têm ampliado as lentes para os diferentes espaços, processos e padrões de ação política, e permitido abrigar diferentes análises sobre as práticas e instituições políticas nas sociedades contemporâneas. Faria (2012, p. 5), por exemplo, mobilizou a ideia de sistema deliberativo para pensar as dinâmicas de participação, representação e deliberação junto às conferências de políticas públicas no Brasil caracterizadas “por múltiplas esferas, com diferentes padrões de ação, mas cujo objetivo final é a produção de uma agenda pública que sensibilize o poder público acerca de suas necessidades reais e simbólicas”. Assim, ganha vulto a preocupação em reconhecer e articular os diferentes espaços – e momentos – baseados em pressupostos da participação, da representação e da deliberação. De fato, as principais instituições participativas, como são os conselhos e as conferências de políticas públicas, parecem desenhar um sistema que acomoda essas diferentes, embora articuladas, lógicas e práticas de ação política. Digno de nota na busca por uma maior articulação foi o processo de construção, durante o governo de Dilma Rousseff, de um sistema de participação que culminou no Decreto nº 8.243/2014 que visava instituir a Política e o Sistema Nacional de Participação Social. No entanto, em que pese os avanços daquele decreto, inclusive incorporando outros instrumentos de participação, como os fóruns, audiências públicas e ambientes virtuais, a ideia de sistema permaneceu ainda muito vaga, conforme Almeida (2017), ficando mais restrita às IP mais consolidadas, como os conselhos, conferências e ouvidorias, deixando de

fora outros mecanismos – mais individualizados ou coletivizados - de participação e consulta, e “que poderiam contribuir para a oxigenação dos demais processos de representação coletiva” (Almeida, 2017, p. 663).

Assim, para além das IP, assistimos também, nas últimas décadas, à proliferação de uma multiplicidade de novos espaços e mecanismos participativos, desenhando um quadro de inflacionamento de canais que visam algum tipo de comunicação e aproximação entre estruturas estatais e cidadãos. O conceito de interfaces socioestatais (Hevia e Isunza Vera, 2010; Isunza Vera e Gurza Lavalle, 2010; Pires e Vaz, 2014) parece bastante apropriado para a identificação desse fenômeno, na medida em que, embora incorpore as IPs, alarga, em muito, as modalidades de interação entre sociedade e Estado, incluindo-se as ouvidorias, audiências e consultas públicas e os contatos via internet, entre vários outros dispositivos direcionados à participação da população junto às instâncias governamentais.

Essa proliferação de interfaces socioestatais coloca novos desafios no campo da teoria democrática, na medida em que, diferente de se constituírem em sistemas integrados que articulam participação, deliberação e representação, são criadas e funcionam, em boa medida, de forma desarticulada e obedecendo a propósitos e objetivos de acordo com os interesses e estratégias político-governamentais e de acordo com os diferentes contextos, áreas de políticas públicas, e dinâmicas institucionais. Diante disso, é compreensível o diagnóstico formulado por Hevia e Isunza Vera (2010) ao apontarem para déficits de participação em contextos de ampliação e de pluralização das ofertas de espaços de interface socioestatal. Fung (2015) também elenca alguns problemas e desafios diante da proliferação de mecanismos participativos, em especial, a inconstância dada por origens de caráter oportunista, gerando iniciativas, na sua maioria, não sistemáticas, além da sua trivialidade, ou seja, da expansão

de canais de participação com baixo poder de influência sobre a agenda e os resultados das políticas públicas.⁹

18 Esse processo de pluralização e fragmentação de mecanismos participativos suscita pelo menos dois conjuntos de questões. Por um lado, um bloco de questões relativas às origens e à vocação das interfaces. Como foram criadas e quais são os sentidos desses programas participativos? Quem são os atores (sociais e governamentais) que atuam nesses espaços, e quais são as demandas e interesses que representam? Um segundo bloco de questões diz respeito às articulações entre os diferentes mecanismos e padrões de interfaces socioestatais, e que podemos denominar da problemática da interface das interfaces socioestatais. O problema, aqui, embora incorpore as preocupações relativas à combinação entre mecanismos de participação, representação e deliberação, diz respeito à avaliação da coexistência de diferentes espaços e mecanismos de participação. Qual é a vocação das diferentes interfaces no interior do conjunto mais amplo de mecanismos e instituições participativas? Em que medida esses mecanismos dialogam entre si na formação de um sistema participativo e/ou deliberativo, garantindo algum nível de retroalimentação? Ou são criados de forma isolada e fracionada, obedecendo a distintas lógicas e interesses político-governamentais?

Tendo em vista abordar essas questões, buscamos, na literatura, algumas dimensões analíticas que implicam em considerar elementos do Estado, uma vez que as interfaces visam materializar a abertura de diferentes dispositivos estatais para a vocalização de demandas e interesses da sociedade.

⁹ Um exemplo dado pelo autor é o do banco do parque. “Quando uma cidade concede aos moradores o poder para decidir qual cor que seus bancos do parque deveriam ser pintados, isso aumenta a participação cidadã, mas não de forma significativa [...] No limite, a participação se torna trivial: os participantes exercem pouca influência sobre resultados, a agenda de questões que eles consideram pode ser altamente constrangida, ou os recursos e a autoridade investidos em uma participação podem ser muito pequenos” (Fung, 2015, p. 8-9).

Assim, alguns condicionantes para o funcionamento de mecanismos participativos têm sido identificados na literatura, sejam eles de natureza externa ou interna aos mesmos. Esses mecanismos envolvem atores, setores e recursos diversos, e dependem dos diferentes contextos sociais, culturais e institucionais (Hevia e Isunza Vera, 2010; Silva, 2011; Wampler, 2011).¹⁰

Com o propósito de apresentar algumas dessas dimensões analíticas, o trabalho está dividido em três seções. Na primeira seção apresentamos as principais definições de IPs e de interfaces socioestatais encontradas na literatura. A segunda seção é reservada para a apresentação, seguindo o estudo de Hevia e Isunza Vera (2010), de uma tipologia das interfaces, bem como de uma listagem dos principais tipos de interfaces socioestatais em vigência no Brasil, tanto no plano federal (Pires e Vaz, 2014), quanto municipal (tomando como exemplo o município de Florianópolis). A terceira seção apresenta algumas dimensões analíticas que são aqui consideradas centrais para a avaliação das articulações entre as diferentes interfaces socioestatais.

19

Interfaces socioestatais e instituições participativas

Como vimos, no Brasil as instituições participativas vêm ocupando um lugar de destaque nos estudos sobre as inovações participativas, como atestado pelo acúmulo de pesquisas sobre as modalidades de IPs mais conhecidas: os Conselhos Gestores, os Orçamentos Participativos e as Conferências de Políticas Públicas. De acordo com Borba (2011, p. 66), um primeiro esforço no sentido de conceituar as instituições participativas pode ser encontrado

¹⁰ O trabalho de Silva (2011), por exemplo, voltado para a análise das IPs, procura avançar na identificação e sistematização dessa complexidade, destacando para a necessidade de situar as IPs no âmbito mais geral das estratégias, dos repertórios e das capacidades de atuação dos diversos atores; situar as IPs nos ciclos de produção e implementação de políticas públicas; analisar as legislações; e o volume e tipo de recursos envolvidos.

no trabalho de Avritzer (2008). Neste trabalho, o autor apresenta a seguinte definição: “Por IPs entendemos formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas” (Avritzer, 2008, p. 45), destacando, em sua análise comparativa, os casos de orçamento participativo, conselhos de políticas, e os planos diretores municipais. As IPs dizem respeito, portanto, a um conjunto de espaços que se institucionalizam enquanto fóruns públicos de deliberação que não têm sido, conforme alerta o autor, cobertos pela ciência política, tradicionalmente voltada para os estudos das instituições formais da democracia eleitoral.

20

Uma segunda abordagem em torno da definição de IPs é encontrada no trabalho de Cortes (2011, p. 137), referindo-se aos “mecanismos de participação criados por lei, emendas constitucionais, resoluções ou normas administrativas governamentais que permitem o envolvimento regular e continuado de cidadãos com a administração pública, tanto diretamente quanto através de representantes, como ocorre com maior frequência”. O caráter institucional desses mecanismos é assegurado, de acordo com a autora, pelo fato de não serem “experiências episódicas ou eventuais de participação em projetos ou programas governamentais ou de organizações da sociedade civil ou do mercado. Ao contrário, estão instituídas como elementos característicos da gestão pública brasileira” (Cortes, 2011, p. 137). Seguindo este critério, e voltando o olhar para a esfera municipal, a autora elenca os seguintes tipos de IPs: mecanismos de consulta individual; conselhos gestores, conferências de políticas públicas e orçamentos participativos.

Um terceiro esforço de conceituação pode ser encontrado no trabalho de Lopez e Pires (2010). De acordo com os autores, as IPs seriam “processos deliberativos que transcendem os momentos eleitorais e propiciam alternativas de inclusão dos interesses dos grupos organizados no cotidiano

da esfera política, fomentando, ao mesmo tempo, a organização política destes grupos e criando novas formas de mediação representativa entre Estado e sociedade” (Lopez e Pires, 2010, p. 565). Os principais exemplos apontados no estudo são as conferências, os conselhos e os orçamentos participativos. Aqui, o caráter institucional desses formatos é ressaltado pela capacidade de se constituírem a partir de normas e procedimentos que estruturam e impactam a ação política e social.

Embora compartilhem um núcleo comum, podemos perceber algumas variações nessas definições. No primeiro caso, o caráter deliberativo das políticas é apontado como elemento central, e está relacionado aos fóruns públicos que contam com a participação de uma diversidade de atores políticos e sociais. No segundo, encontramos as dimensões da formalidade, regularidade e estabilidade no campo da gestão pública brasileira, marcando o caráter da institucionalidade. A terceira definição, além de resgatar a dimensão deliberativa e de enfatizar os elementos da estabilidade e da formalidade, ressalta o poder das instituições em organizar, impactar e/ou constranger comportamentos e dinâmicas societais, estruturando a ação política e social.¹¹

Sem negar os reconhecidos méritos desses esforços conceituais, o fato é que eles suscitam pelo menos duas importantes reflexões. Em primeiro lugar, apesar dos ganhos da categoria IP em identificar e caracterizar um conjunto de instituições que se abrem para a participação, em especial as organizações da sociedade civil, “ela corre o risco de unificar um campo muito heterogêneo, bloqueando a capacidade de apreender a diversidade de suas configurações empíricas e, especialmente,

¹¹ Essas diferenças e aproximações conceituais espelham as diferenças e aproximações dos casos ilustrados. Assim, se os conselhos e as conferências podem ser mais facilmente identificados como IPs, essa identificação se atenua frente a exemplos como o dos mecanismos de consulta individual, pela ausência do critério da deliberação, e dos programas de orçamento participativo, por não cumprirem com o critério da estabilidade e da permanência no tempo.

de seu funcionamento e resultados” (Silva, 2011, p. 234). O reconhecimento da diversidade de IPs tem motivado o desenvolvimento de estudos que procuram tipificar essas práticas a partir de diferentes critérios, a exemplo do trabalho de Hevia e Isunza Vera (2010) que elenca pelo menos três dimensões de classificação, quais sejam, o maior ou menor vínculo com o Estado, o tipo de envolvimento da população (se em caráter individual e/ou coletivo), e a maior ou menor capacidade de influência e de poder sobre o mesmo.

Em segundo lugar, e como ressaltado por Pires e Vaz (2014), em que pese a importância dessa evolução e do acúmulo no campo mais amplo de estudos sobre as IPs e a democracia, o privilégio dado aos estudos voltados para os fóruns públicos, em especial aqueles que contam com a participação dos atores sociais coletivos, têm restringido o campo de estudos sobre as diferentes modalidades de interação entre Estado e sociedade. Assim,

22

Passamos a compreender cada vez melhor a ocorrência de conselhos, orçamentos participativos e, mais recentemente, de conferências, e nos distanciamos cada vez mais da observação de outras formas de interação Estado-sociedade igualmente relevantes e cotidianas na gestão de políticas públicas, como reuniões entre grupos de interesse e atores governamentais, audiências e consultas públicas e ouvidorias, sem mencionar as formas não presenciais e virtuais mediadas por ferramentas de tecnologia de informação. (Pires e Vaz, 2014, p. 64)

O conceito de interfaces socioestatais procura suprir esta lacuna ao sinalizar para um panorama mais amplo de interações entre Estado e sociedade, contribuindo para iluminar um campo muito mais amplo de dispositivos e de repertórios de comunicação entre atores sociais e governamentais (Pires e Vaz, 2014).

Baseados nos trabalhos de Long (1999) e Roberts (2001), Isunza Vera e Hevia (2006, p. 61) definem o conceito de interface como

Un espacio de intercambio y conflicto en el que ciertos actores se interrelacionan no casual sino intencionalmente. Un tipo especial de interfaz es el espacio donde actores societales y estatales se encuentran (por lo tanto, las definimos como interfaces socioestatales). Estas interfaces socioestatales están determinadas estructuralmente tanto por la política pública como por los proyectos sociopolíticos de los actores (estatales y societales) concernidos.

De acordo com Long (1999), embora a palavra “interface” sugira as relações e/ou encontros (ou confrontos) face-a-face, as interações de interface são múltiplas e complexas, e implicam em uma relação continuada no tempo, tornando-se uma prática organizada de relacionamentos e intencionalidades pautada em regras, sanções e procedimentos tendo em vista lidar com interesses e percepções conflitantes. Assim, para o autor, se as interações de interface pressupõem algum grau de interesse comum, elas também materializam relações conflituosas, em função dos interesses e objetivos contraditórios ou das relações desiguais de poder, fornecendo os meios pelos quais os indivíduos ou grupos definem os seus pontos de vista perante aqueles que defendem pontos de vista diferentes e/ou opostos. Trata-se, portanto, de um processo interativo e comunicativo que envolve diálogo, contestação de significados, controle, autoridade e poder.

Voltado para a análise das políticas sociais na América Latina, o trabalho de Roberts (2001) aponta para o fenômeno da multiplicação de situações de interface entre agências governamentais, organizações não governamentais (ONG), cidadãos e organizações comunitárias.

Esse crescimento estaria relacionado, de acordo com o autor, ao contexto neoliberal de reorganização no papel dos Estados, por um lado, e ao processo de democratização política, por outro, desaguando em uma crescente ampliação do peso do governo local na promoção da política social. O Brasil ocuparia um lugar de destaque neste cenário, apresentando “posiblemente el sistema más descentralizado de política social y tal vez el espectro más grande de actores sociales significantes en política” (Roberts, 2001, p. 7).

Como vimos, houve, de fato, nas últimas décadas, uma proliferação de mecanismos participativos no país, em que pese serem, em boa medida, dispositivos frágeis e, em muitos casos, inócuos em sua capacidade de promover deliberação democrática. Para Pedro Pontual (apud Gurza Lavalle e Swacko, 2014, p. 94), por exemplo:

24

Diferentemente das décadas de 1970 e 1980, nas quais o discurso participacionista vinha muito ligado às lutas democráticas, no início dos anos 2000, a participação, ao mesmo tempo em que se generaliza, é também pasteurizada, por assim dizer. Ou seja, havia metodologias e projetos muito distintos conforme o ator social e o lugar social de onde esse discurso participacionista era enunciado. Até o setor empresarial começa a falar em participação ligada à ideia de responsabilidade social. Em paralelo, áreas do Estado antes pouco permeáveis à participação começam a falar de participação num sentido muito restrito, às vezes só no sentido de consultas breves e pontuais sobre determinados aspectos, mas que não tinham incidência efetiva sobre a mudança das políticas”.

Assim, testemunhamos, no caso da realidade brasileira, pelo menos durante os últimos trinta anos, em especial a partir da Constituição de 1988 até o final do governo de Dilma Rousseff, a criação de diferentes dispositivos de

interfaces no âmbito das estruturas governamentais: ouvidorias, sítios na internet, programas governamentais como os orçamentos participativos, consultas públicas, conselhos, conferências, audiências públicas, entre outras, materializando diferentes relações entre Estado e sociedade em um cenário com múltiplos pontos de acesso, preenchido por diferentes formatos e propósitos.¹² Diante dessa variedade, algumas tipologias vêm sendo criadas, como veremos a seguir.

Tipologia das interfaces socioestatais

Tendo em vista a crescente complexidade das relações entre sociedade civil e Estado, Hevia e Isunza Vera (2010), apresentam uma tipologia das interfaces socioestatais baseada em duas lógicas – cognoscitiva e política – que se desdobram em seis tipos de relações, conforme apresentado a seguir:

Os tipos *cognoscitivos* são:

1. *Interface de contribuição* (participação social informativa) $SC \rightarrow E$, na qual a sociedade civil informa o Estado (ouvidorias, consultas, etc)
2. *Interface de transparência* (informação governamental) $SC \leftarrow E$, na qual o Estado informa a sociedade civil (páginas de internet, campanhas governamentais, etc)
3. *Interface comunicativa* (colaboração informativa) $SC \leftrightarrow E$, na qual sociedade civil e Estado se informam mutuamente, se comunicam (audiências públicas e conselhos consultivos com caráter não vinculante, etc.)

¹² Essas diferenças não significam, necessariamente, que algumas interfaces sejam a priori mais importantes do que outras. Como exemplificado por Gurza Lavalle e Isunza Vera (2010, p. 34), diferente de serem considerados dispositivos sem importância frente aos mecanismos coletivos, a exemplo dos conselhos gestores, os sistemas de queixas podem ser “extremamente úteis no solo para la corrección de distorsiones administrativas, sino también para la racionalización del poder”.

Os tipos *políticos* são:

4. *Interface mandatária* (democracia direta, controle social) $SC \Rightarrow E$, na qual a sociedade civil controla, domina ou dirige o Estado (referendo, plebiscito, iniciativa popular, etc)
5. *Interface de transferência* (políticas públicas executadas pela sociedade civil) $SC \Leftarrow E$, na qual o Estado controla, domina ou dirige a sociedade civil (execução de projetos sociais por ONGs, por exemplo)
6. *Interface cogestiva* (cogestão de políticas públicas) $SC \Leftrightarrow E$, na qual a sociedade civil e o Estado mantém uma relação de cogestão (conselhos cujas decisões são de caráter vinculatório). Adaptado de Hevia e Isunza Vera (2010, p. 65-66).

26

As trocas de informação e/ou de poder são, portanto, os bens de intercâmbio considerados centrais na construção dessa tipologia das interfaces socioestatais. Assim, encontramos uma variação de relações e/ou encontros entre agências governamentais e setores sociais (individuais ou coletivos) que conformam uma multiplicidade de mecanismos de exercício de influência e/ou de poder. No caso brasileiro, uma sistematização dessa multiplicidade pode ser visualizada no Quadro 1, que apresenta os tipos e as formas de interfaces encontradas na esfera federal.

Quadro 1
Tipos e formas de interface socioestatal nos programas federais

Tipo	Formas de interação
Conselho	Programa (ou seus subcomponentes) submetido a discussões em algum conselho nacional
Conferência	Programa (ou seus subcomponentes) submetido a discussões em alguma conferência nacional

(continua)

Quadro 1 (continuação)

Tipo	Formas de interação
Consulta pública	Programa (ou seus subcomponentes) envolvendo algum processo de consulta pública sobre aspectos de seu funcionamento, normatização etc.
Audiência pública	Programa (ou seus subcomponentes) envolvendo algum processo de audiência pública sobre suas ações, intervenções, iniciativas etc.
Ouvidoria	Atuação de ouvidoria, vinculada a algum órgão (do próprio setor ou não), incidindo sobre programa – canalização de denúncias, reclamações, críticas, sugestões etc.
Reunião com grupos de interesse	Reuniões entre associações civis, empresariais, sindicais, ou movimentos sociais e órgãos ou representantes governamentais; mesas de diálogos, fóruns, grupos de trabalho e outras formas de interação pouco institucionalizadas que incidem sobre aspectos da gestão de programas (conteúdos, metas, formas de implementação, avaliação etc.)
Outros	Sítios de internet, telefones disponibilizados (SAC, disque denúncia etc.), bem como ações pontuais com o objetivo de divulgar aspectos de programas.

Fonte: Pires e Vaz (2014).

O estudo aponta para um incremento e diversificação dos tipos de interfaces adotados no âmbito federal, com maior incidência nas áreas sociais. Além disso, os autores registram a ocorrência de um certo padrão entre tipos de interfaces e áreas de políticas públicas: “Enquanto interfaces como conselhos e conferências apresentaram maior vínculo relativo aos programas da área de Proteção e Promoção Social, audiências e consultas públicas e reuniões com grupos de interesse se apresentaram mais associadas às temáticas de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico, respectivamente” (Pires e Vaz, 2014, p. 86). Essas diferenças também foram encontradas no estudo sobre a realidade mexicana, identificando uma maior diversidade de interfaces socioestatais no campo das políticas sociais, ao contrário dos campos da seguridade pública e da política fiscal e financeira (Hevia e Isunza Vera, 2010). Daí o reforço da tese que atesta para a baixa porosidade participativa no núcleo duro da política pública, “en el que la participación ciudadana es periférica, prácticamente irrelevante” (Hevia e Isunza Vera, 2010, p. 100).

A ampliação dos olhares para os dispositivos encontrados no âmbito municipal nos permitiu identificar, além dos tipos encontrados no âmbito federal, outras modalidades, conforme apresentado no Quadro 2, e que fez readaptações no sentido de apresentar: i) o tipo da interface; ii) a sua classificação de acordo com os seis tipos ideais identificados por Hevia e Isunza Vera (2010); e iii) uma breve definição de cada tipo.

Quadro 2
Tipos de interface socioestatal na estrutura
do governo municipal de Florianópolis

Interface	Tipo*	Definição
Conselhos de Políticas	6	Órgãos colegiados permanentes, inseridos na estrutura do Estado e instituídos por ato normativo, compostos por representantes do governo e da sociedade civil organizada, e voltados para a formulação, o controle e a definição de políticas nas respectivas áreas de atuação.
Orçamentos Participativos	6	Programas governamentais que visam discutir e definir a destinação de parte do orçamento municipal com a população local por meio de procedimentos e regras de participação e de distribuição dos recursos.
Conferências	3	Encontros periódicos que reúnem setores sociais e governamentais para a discussão e apresentação de propostas e diretrizes em sua respectiva área de política. Ocorrem de forma escalonada, iniciando na esfera municipal e progredindo, por meio da representação de delegados, para as etapas estaduais e nacional.
Conselhos consultivos	3	Órgãos colegiados (permanentes ou não) voltados para a emissão de opiniões e sugestões sobre assuntos relacionados com o tema da política em sua respectiva área de atuação.
Audiências públicas	3	Consultas abertas à população promovidas pelo poder público diante de uma temática específica, em geral vinculada a um processo decisório, como a aprovação de planos diretores, a implementação de uma obra, ou a elaboração de uma determinada política pública. São obrigatoriamente presenciais.

(continua)

Quadro 2 (continuação)

Interface	Tipo*	Definição
Consultas públicas	1	Consultas relativas a diferentes campos de políticas. Diferente das audiências públicas, podem ocorrer de modo não presencial.
Facebooks e blogs	2	Canais de informação entre administração e usuários/cidadãos
Prefeitura nos bairros	3	Programa de governo itinerante tendo em vista promover encontros entre o prefeito e seu secretariado e a população, ouvindo as suas demandas e reclamações em suas regiões de moradia.
Reuniões com grupos de interesse	3	Encontros entre associações civis, empresariais, sindicais, ou movimentos sociais e órgãos ou representantes governamentais, fóruns, grupos de trabalho e outras formas de interação pouco institucionalizadas que incidem sobre aspectos da área da política.
Mesas de negociação	3	Fóruns permanentes de negociação entre gestores, empregadores e profissionais/trabalhadores da área da política tendo em vista discutir sobre questões pertinentes à força de trabalho.
Ouvidorias	1	Canais de comunicação do cidadão para apresentar sugestões, críticas, reclamações, denúncias, solicitação de informações pertinentes ao âmbito da Administração Pública. Além das Ouvidorias dos cidadãos, encontramos também Ouvidorias dos servidores.
Pesquisas de satisfação de usuários	1	Disponibilização de questionários (online e presenciais) de avaliação dos serviços oferecidos aos usuários, utilizando os resultados para subsidiar ações de melhoria nos serviços.
Denúncias	1	Canais para denúncias variadas relativas a problemas de atendimento, falta de serviços, etc. Exemplo Vigilância Sanitária
Outros	1	E-mails, telefones, encaminhamento de Ofícios, etc.

Legenda: 1 – Interface informativa – a sociedade informa o Estado; 2 – Interface de transparência – o Estado informa a sociedade; Interface comunicativa - sociedade e Estado se informam mutuamente; 3 –Interface mandatária - a sociedade controla, domina ou dirige o Estado; 5 – Interface de transferência de políticas – o Estado controla, domina ou dirige a sociedade; 6 – Interface de cogestão – Estado e sociedade compartilham o poder de gestão.

Fonte: Mapeamento realizado nos sites da Prefeitura, adaptado de Pires e Vaz (2014).

Destaque para o crescimento das ferramentas digitais nesse campo, o que vem estimulando o desenvolvimento de estudos voltados para a criação e o funcionamento das diferentes modalidades de e-participação, e que dizem respeito à abertura dessas oportunidades de consulta e diálogo entre governos e cidadãos (Medaglia, 2012).¹³

30 Diante desse quadro, podemos dizer que, e seguindo a reflexão de Hevia e Isunza Vera, (2010, p. 111) se há um déficit de participação, este déficit não parece estar na oferta de espaços e mecanismos participativos, mas sim na forma como eles são utilizados. Manipulação política, fragmentação e superposição de funções, invisibilidade, baixa participação, falta de comprometimento político, são alguns dos problemas identificados na literatura. Tendo em vista analisar as potencialidades, limites e variações no campo das inovações participativas, vários elementos, ou condicionantes, têm sido identificados na literatura, sejam eles de natureza externa ou interna aos programas e/ou interfaces. Esses elementos envolvem atores, setores e recursos diversos, e dependem dos diferentes contextos sociais, culturais e institucionais (Hevia e Isunza Vera, 2010; Silva, 2011; Wampler, 2011;). No intuito de contribuir com esse campo de estudos, e tendo em vista avaliar possíveis articulações entre diferentes modalidades de interface socioestatal, apresentamos, a seguir, elementos analíticos da literatura das instituições participativas e das políticas públicas, em especial no que diz respeito ao conceito de intersectorialidade e alguns de seus condicionantes, seja no plano institucional (trajetórias, recursos e regras), seja no da atuação dos agentes (políticos, burocráticos e sociais).

¹³ Buscando investigar o emprego das TICs para o fomento da participação democrática nos governos de importantes cidades brasileiras, Silva (2005) conclui que há uma subutilização das potencialidades democráticas dessas ferramentas.

Interfaces sociestatais: desafios e dimensões analíticas

No âmbito da teoria democrática e voltado para o campo das práticas e instituições participativas, diversos elementos analíticos têm sido apontados como centrais para a compreensão e a avaliação dessas experiências. Fung (2006), por exemplo, apresenta três dimensões que permitem identificar as variações dos modelos ou instrumentos de participação, e que dizem respeito à identificação de quem participa; como ocorre a participação e qual é o sentido, ou o grau decisório da participação.¹⁴ Assim, além dos atores, os arranjos institucionais e as competências decisórias são consideradas dimensões centrais nos estudos das variadas formas de participação. Buscando sistematizar a produção acadêmica sobre o tema da e-participação na esfera internacional, Medaglia (2012) ressalta, entre outras categorias analíticas, a dimensão dos atores que participam, ou de quem pode participar (cidadãos, políticos, instituições governamentais, organizações voluntárias), e os fatores do contexto institucional dos programas e dispositivos participativos, como a disponibilidade de informação, infra-estrutura e de tecnologias subjacentes, a acessibilidade, questões políticas e legais, e a organização governamental (Medaglia, 2012, p. 348). Estudos sobre os orçamentos participativos têm mobilizado algumas variáveis analíticas que operam na maior ou menor capacidade - ou sucesso - em provocar resultados que apontam para avanços democráticos, como a dimensão do associativismo, ou da configuração e atuação dos atores da sociedade civil; a vontade e/ou comprometimento político dos respectivos governantes; e o desenho institucional (Avritzer e Navarro, 2003; Borba e Lüchmann, 2007; Lüchmann, 2014; Sintomer, Herzberg e Rocke, 2012).

31

¹⁴ Quem participa? Como os participantes se comunicam e tomam decisões? Quais são as conexões entre as discussões e as ações e políticas adotadas? (Fung, 2006; 2015).

Além dessas preocupações em avaliar as características dos diferentes formatos participativos, vários estudos vêm apontando para a necessidade de se olhar para as dinâmicas participativas de uma forma mais abrangente, seja no sentido de analisá-las no âmbito das diferentes estruturas de poder político (Almeida e Tatagiba, 2012; Gurza Lavalle, Houtzager e Castello, 2006), seja no sentido de situar a sua inserção em uma “arquitetura da participação”, ou em sistemas deliberativos, formados por múltiplos canais de engajamento. Para o primeiro caso, a ênfase recai na problemática da superposição de funções e de poderes decorrente da introdução de instituições participativas na esfera estatal. Gurza Lavalle; Houtzager e Castello (2006), por exemplo, alertam para as características de uma estrutura federativa assentada na competência dos executivos e legislativos em deliberar e sancionar as políticas e os recursos, o que tem levando as inovações participativas a exercerem funções concorrentes de representação política, suscitando conflitos e tensões com outros poderes.

Para o segundo caso, o foco recai para a análise da “arquitetura da participação” (Isunza Vera e Gurza Lavalle, 2012; Teixeira, Souza e Lima, 2012),¹⁵ ou de um sistema deliberativo mais abrangente (Faria, Silva e Lins, 2012), ou ainda, dos “múltiplos canais de engajamento” (Spada e Allegretti, 2017). A ideia de arquitetura da participação supõe a necessidade de incorporar os “vários dispositivos sociais e transversais simultaneamente articulados entre si, e conectados com a sociedade civil e com o Estado, como demonstrado pela conexão entre conselhos gestores de políticas, por um lado, e fundos setoriais, fóruns da sociedade civil e conferências convocadas pelo Estado, por outro” (Isunza Vera e Gurza Lavalle, 2012, p. 120). No campo da

¹⁵ O trabalho de Teixeira, Souza e Lima (2012, p. 8), trata esse termo de forma mais abrangente, entendendo a arquitetura da participação “como conjunto de instâncias participativas institucionalizadas que podem ou não estar articuladas entre si”.

democracia deliberativa, uma perspectiva sistêmica tem, além de buscado integrar participação, deliberação e representação (Faria et al, 2012; Hendriks, 2006), apontado para a necessidade de se identificar as características dos Estados e dos sistemas políticos em que as experiências deliberativas estão inseridas (Dryzek, 2010).

Inserido nesse campo, e tendo como foco as inovações participativas multicanais, o trabalho de Spada e Allegretti (2017) procura analisar os múltiplos canais de engajamento no interior de determinadas inovações democráticas, como são os casos de orçamentos participativos e das assembleias de cidadãos que ocorrem por diferentes ferramentas participativas (encontros grupais, assembleias, eleições online etc.). De acordo com os autores, as inovações democráticas multicanais são aquelas instituições que projetam diferentes espaços e formatos voltados a diferentes segmentos da população tendo em vista alcançar, ou incluir, setores mais amplos. Assim, a integração de múltiplos canais de engajamento no interior de uma inovação participativa permitiria a diversificação e a acomodação de demandas e interesses de diferentes tipos de pessoas na sociedade, ganhando eficiência por meio do compartilhamento de recursos e informações.¹⁶

33

A proposta investigativa, aqui, coloca-se em uma posição que, embora dialogue com esses dois caminhos analíticos, busca ir além de uma análise sistêmica, ou voltada para os programas multicanais, na medida em que consiste em analisar o lugar, e as interações, entre as diferentes modalidades de interfaces, sejam inseridas, ou não, em sistemas

¹⁶ Um exemplo apontado no trabalho é o Sistema Municipal de Participação implementado no município de Canoas (RS), que criou 13 ferramentas (online e offline) voltadas aos diferentes canais de diálogo com a sociedade. Essas ferramentas, de acordo com Spada e Allegretti (2017), incorporam diferentes segmentos da população, formando um complexo sistema participativo que permite à cidade propor e acompanhar as questões levantadas por indivíduos e grupos em cada um desses canais diferentes.

mais integrados, e/ou que comportam múltiplos canais de participação, deliberação e/ou representação.

Assim, é certo que muitos elementos estão em jogo nesse campo de estudos sobre as interfaces, implicando complexas configurações. Como apresentado no Quadro 2, estamos diante de uma multiplicidade de canais interativos, com origens e atribuições muito diversas. Cada vez mais os governos recorrem a múltiplos espaços e fluxos de informação para identificar problemas e demandas e definir agendas e programas políticos (Wampler, 2011). Isso implica em múltiplos pontos de contato com a sociedade, conformando, em regra, um quadro de fragmentação, dispersão e de superposição institucional.

No caso brasileiro, a literatura destaca a importância da Constituição de 1988 no processo de ampliação da participação e de criação de mecanismos e instituições de controle social e de responsabilização e prestação de contas, momento que foi fortalecido “pela agenda internacional ligada ao *New Public Management*¹⁷ (Nova Gestão Pública – NGP) ao longo dos anos de 1990. A ideia central era a necessidade de ampliação da transparência e responsabilização dos agentes estatais, elemento imprescindível para que o Estado atuasse de maneira mais condizente com um contexto democrático” (Lotta, Oliveira e Cavalcante, 2016, p. 16). Conceitos como os de governança em rede e governança eletrônica passaram a ocupar um lugar de destaque, em especial pela importância dos processos de controle social e de *accountability* por meio da criação de novas estruturas e mecanismos de consulta e/ou participação social no âmbito das agências estatais. Assim, e diferente de um modelo único

¹⁷ De acordo Cavalcante e Camões (2015, p. 5), “este modelo normativo preconizava a incorporação de técnicas da iniciativa privada para a estruturação e a gestão da administração pública com base em eficiência, eficácia e competitividade. Nas décadas de 80 e 90, a NGP se espalhou rapidamente por diversos países desenvolvidos e emergentes, sob o intenso patrocínio de organismos multilaterais”.

de gestão, estamos testemunhando a proliferação de um conjunto de ações, programas e ferramentas que amplificam os canais de acesso cidadão às agências estatais, em especial por meio da utilização de tecnologias de informação (Cavalcante e Camões, 2015).

No entanto, e como analisam Sorensen e Torfing (2007), essas “redes de governança” desenham dinâmicas complexas que, em muitos casos, longe de lograrem a constituição de sistemas integrados, apresentam resultados que se minam mutuamente, o que implica reconhecer que os processos de tomada de decisão política e de implementação de políticas públicas ocorrem por meio de uma variedade de instituições, atores e mecanismos formais e informais, permanentes ou episódicos. Assim, diferente de um padrão centralizado e hierárquico de governo, esses processos são multidimensionais, conformando multi-camadas que contam com múltiplos atores e distintos pontos de acesso junto aos diferentes setores de políticas públicas (Sorensen e Torfing, 2007).

No âmbito desse debate, como alertado por Torfing (2003), torna-se cada vez mais necessário avaliar até que ponto as redes de governança contribuem para uma regulação eficiente e democrática da sociedade. No caso dos estudos sobre a intersectorialidade, Cunill-Grau (2014) identifica duas perspectivas, quais sejam, a que remete às diferentes relações entre setor público, mercado e sociedade, em especial pela criação de programas que combinam público e privado por meio de parcerias e do financiamento a organizações sociais tendo em vista a provisão de serviços públicos; e a que diz respeito à dimensão multicausal dos problemas sociais, e que requer uma atuação intersectorial tendo em vista a construção de políticas com uma abordagem integral, por meio da articulação entre os diferentes setores, ou áreas das políticas públicas.

Assim como no caso do conceito de intersetorialidade, a ideia de interfaces socioestatais apresenta um caráter relacional, e está voltada para a análise da ocorrência de algum grau de interlocução entre diferentes mecanismos de participação. Diante disso, é imperativo identificarmos a origem e os propósitos, ou a vocação das diferentes interfaces socioestatais, e avaliar o lugar que ocupam no interior dos processos de formulação e execução de políticas.

Para Comparato (2016), mesmo que de forma limitada, boa parte das interfaces, a exemplo dos conselhos, audiências públicas e leis de iniciativa popular, atuam nos estágios iniciais do ciclo das políticas públicas, contribuindo para a formação da agenda. Já outras modalidades, como os plebiscitos, referendos e instâncias do orçamento participativo podem contribuir para a tomada de decisão. Diferente desses mecanismos, as ouvidorias,¹⁸ por exemplo, atuam no momento da implementação das políticas, constituindo-se como “um instrumento valioso para os gestores públicos, que têm à disposição uma ferramenta muito útil para saber de que maneira os programas governamentais chegam ao cidadão e como este enxerga as mais variadas prestações de serviços públicos” (Comparato, 2016, p. 49). Esse mosaico participativo, formado por instrumentos e dispositivos que ocupam diferentes lugares e funções, instiga a formulação de questões acerca de sua integração, ou articulação na constituição de processos de retroalimentação.¹⁹

Em que pesem as diferenças no grau de institucionalização, um elemento central para pensarmos essas relações é

¹⁸ Em Lüchmann, Abrão e Kieling (2019) publicamos os resultados da pesquisa junto às Ouvidorias (Governo do Estado de Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Florianópolis), mobilizando o referencial teórico aqui apresentado.

¹⁹ Que rompa com “insulamento institucional”, referente ao grau de isolamento frente a outras modalidades de participação. Na literatura, o foco tem sido para avaliar o fenômeno do Insulamento Burocrático, “no qual a burocracia possui um alto grau de independência em relação aos controles político ou social” (Lotta, Oliveira e Cavalcante, 2016, p. 3).

o seu vínculo com o aparelho estatal. Isso implica em averiguar não apenas as diferentes origens, os desenhos e os diferentes propósitos das interfaces, mas também as estruturas e as orientações e motivações dos agentes que operacionalizam esses processos.

Tendo em vista, portanto, a centralidade do Estado na criação e operacionalização das interfaces, sugerimos aqui analisar as relações das interfaces a partir das seguintes – e interrelacionadas – dimensões: a dimensão da vocação e da autoridade, medida por elementos como a origem, os propósitos e a competência (se são informativas, consultivas e/ou decisórias); e a dimensão do desenho institucional, medida por regras e normativas que ordenam a sua estrutura e funcionamento, além de definir quem estabelece, manipula e/ou controla os mecanismos participativos.

Como vimos, a maioria das interfaces mapeadas não apresenta competência decisória, portanto, de poder de tornar as suas proposições em caráter vinculante. Casos de orçamentos participativos e de conselhos gestores, ou seja, de IP, estariam mais próximos dessa atribuição. Esse reconhecimento é importante tendo em vista que não se pode exigir atribuições para além daquelas para as quais foram criadas. Avaliar uma ouvidoria implica em analisar a sua capacidade de ouvir, processar e responder às demandas dos cidadãos, diferente daqueles conselhos gestores que foram criados para discutir, formular e aprovar políticas públicas a serem levadas a cabo pelo poder governamental. No entanto, em que pese essas diferenças, um olhar relacional pretende analisar em que medida, por exemplo, os espaços de discussão e de formulação de políticas são alimentados pelos canais institucionais que recolhem diferentes demandas, denúncias e queixas sociais.

Além dessa dimensão da competência das interfaces, ressalta-se a questão da centralidade, e que diz respeito ao lugar político e institucional que a mesma ocupa na

estrutura governamental, baseada em um poder hierárquico que organiza e distribui os seus diferentes órgãos e setores de acordo com o seu poder de mando e de obediência. Assim, faz diferença se a interface ocupa um lugar mais central ou mais periférico no âmbito da organização estatal, em que pese a relativização da ideia de que os Estados são estruturas centralizadas e controladas hierarquicamente, como desenvolvido por Migdal, Kohli e Shue (1994). De acordo com este estudo, embora a importância das propriedades mais sistêmicas do Estado, o mesmo, mais do que um conjunto de instituições centralizadas e dominadas por uma elite política central, caracteriza-se por múltiplos e diferentes níveis de organização que operam em meios estruturais que sofrem diferentes tipos de influência e de pressão social. Migdal (1994) apresenta quatro níveis de organização estatal, que vão desde as instituições prestadoras de serviço em âmbito local, até o alto comando do poder central. Assim, além das diferentes relações e pressões externas que ocorrem nos diferentes níveis de organização estatal, temos as relações e pressões que se dão no âmbito interno às instituições estatais, sejam elas verticais - entre chefes e subordinados - e horizontais, estabelecidas com outras agências estatais. As diferentes constelações de força nos diferentes níveis vão determinar os resultados políticos, ou a formulação e implementação das políticas estatais.

Nesse sentido, analisar as interfaces implica não apenas em identificar os múltiplos e diferenciados pontos de acesso, como a maneira como a autoridade é exercida, especialmente no que diz respeito à maior ou menor centralização político-administrativa e no grau de autonomia do exercício da autoridade política dado pela multiplicação ou dispersão da autoridade (Amenta et al., 2002). Há também que se considerar, mediante a complexidade do Estado e as suas múltiplas relações com a sociedade, o papel dos agentes estatais. Como salientado por Gomide e Pires (2014), em

contextos democráticos devemos levar em conta dois componentes das capacidades estatais, quais sejam, o técnico-administrativo e o político. Derivado do conceito weberiano de burocracia, o primeiro contempla as competências dos agentes da burocracia estatal em administrar as políticas. “O segundo, associado à dimensão política, refere-se às habilidades da burocracia do Executivo em expandir os canais de interlocução, negociação com os diversos atores sociais, processando conflitos e prevenindo a captura por interesses específicos” (Gomide e Pires, 2014, p. 20).

O papel das/os burocratas vem sendo objeto de diversos estudos no campo das políticas públicas, visando iluminar a importância desses agentes nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas. Estudos que apontam o caráter da discricionariedade dos burocratas de nível de rua (*street level bureaucrats*) (Lipsky, 1980), por exemplo, mostram como esses atores tanto podem promover inovações e soluções de problemas emergentes, como podem também reproduzir situações de desigualdade e de subordinação às posições sociais estruturais (Pires, 2019). Assim, seja por deterem conhecimento e informações estratégicas, seja pela maior proximidade com os destinatários das políticas públicas, como é o caso dos burocratas de linha de frente (Secchi, 2010), o fato é que a literatura vem acumulando estudos que apontam para a importância desses agentes nas dinâmicas das políticas públicas, tanto no que diz respeito a sua atuação nas diferentes fases ou ciclos de políticas, quanto na maior ou menor capacidade de interação e articulação institucional e social.

Convém, também, ressaltar para o papel dos governos, com destaque ao perfil dos atores e partidos políticos e no seu maior ou menor envolvimento e compromisso com espaços e dinâmicas participativas e inclusivas. De maneira geral a literatura das IPs tem tratado essa dimensão por meio da variável da vontade política (Sintomer, Herzberg e Rocke,

2012; Goldfrank, 2006; Avritzer, 2008; Lüchmann, 2014). Um dos principais fundamentos teóricos dessa variável des-cansa nos pressupostos da vertente que analisa a *estrutura de oportunidades políticas* (Tarrow, 2009). De acordo com Velásquez (1999), os fatores centrais para a implementação de um controle social de gestão pública pautado na ação coletiva de caráter cooperativo são, entre outros, a estrutura de oportunidades políticas, ou o grau de abertura, vontade e comprometimento do sistema político às demandas de participação. Evitando uma leitura voluntarista que está embu-tida na ideia de vontade política, vários estudos vêm com-plexificando essa variável, ao reconhecerem que dinâmicas participativas estão subordinadas não apenas às vontades e humores de governos eleitos, como também estão sujeitas à lógica do sistema político e, por conseguinte, aos interesses e estratégias de outros setores e lideranças partidárias e do legislativo. Como ressaltado por Goldfrank (2006, p. 18), além de atenderem a diferentes interesses políticos – em especial ganhar eleições –, os resultados de inovações democráticas, a exemplo dos OPs “no son necesariamente los que originalmente se esperan. Las consecuencias dependen no sólo de la intención de los diseñadores y de los contextos locales, sino de las intenciones y estrategias de otros actores, incluidos los oponentes políticos”.

Assim, importa avaliar as influências tanto institucionais como do jogo político sobre as dinâmicas participativas, com destaque à sua maior ou menor capacidade de estabelecer diálogo e relações com outros canais de participação e de interfaces socioestatais. Por esta via analítica, parece frutífero o regate dos debates mais recentes na teoria delibera-tiva, em especial do giro sistêmico (Dryzek, 2010) que, na tentativa de se aproximar cada vez mais do “mundo real”, resgata a necessidade de focar para o sistema mais amplo no qual os fóruns deliberativos estão inseridos, ampliando as lentes para os diferentes espaços, processos e padrões de

ação política, e permitindo abrigar diferentes análises sobre as práticas e instituições políticas nas sociedades contemporâneas. De maneira geral, a ideia de sistema deliberativo pretende pensar a democracia como uma ecologia social e institucional, não apenas a partir da compreensão de que diferentes práticas ou instituições comportam diferentes feições e funções – sejam agregativas, competitivas, associativas, participativas, deliberativas, etc. (Warren, 2012), mas da necessidade de ampliar o foco para as características do ambiente político, avaliando o maior ou menor grau de abertura, inclusividade e postura (mais ativa ou passiva) das respectivas estruturas governamentais.

Uma outra dimensão analítica importante diz respeito aos respectivos desenhos ou arranjos institucionais das interfaces socioestatais, ou ao como elas operacionalizam a participação: suas competências e a forma como incorporam os cidadãos e/ou as associações; se instituem assembleias e encontros presenciais ou são dispositivos online; etc. De maneira geral, o desenho institucional define e operacionaliza o conjunto de regras, critérios, espaços, normas, leis, que estabelecem o sentido da participação, impactando, portanto, na sua configuração. O perfil dos participantes é, em boa dose, definido pelos seus respectivos desenhos institucionais, responsáveis, portanto, pela maior ou menor inclusão e pluralização da participação e da representação ali exercida.

De acordo com Smith (2019), uma atenção mais cuidadosa aos desenhos dos espaços participativos surgiu a partir de um conjunto de críticas e suspeitas quanto ao caráter efetivamente democrático das experiências participativas. Entre as críticas, e baseado em diversos estudos, o autor pontua: o reforço do poder social e econômico existente, por meio da inclusão dos atores já politicamente ativos; a falta de competência política dos cidadãos, o que pode tornar a participação um mecanismo que leve a decisões mal informadas; o uso cosmético da participação tendo em vista

legitimar decisões tomadas em outros lugares; a cooptação do público pelas elites políticas; os riscos dados por expectativas irrealistas quanto aos resultados, ou efeitos concretos da participação; as diferenças nos custos da participação determinadas pelas condições socioeconômicas da população; e os limites dados pela dimensão da escala, cuja extensão tornaria a participação incontrolável (Smith, 2019, p. 5). Diante disso, o desenho institucional ganha centralidade na medida em que está relacionado, de acordo com o autor, com os princípios, objetivos, expectativas, tarefas e mecanismos de recrutamento, decisão, interação, comunicação e *accountability*. Oportunizar a inclusão de setores mais vulneráveis da população, ampliar a oferta de informação qualificada, diminuir custos da participação, promover transparência, respeitar e incentivar as falas e demandas sociais são, entre outros, aspectos centrais a serem promovidos por um bom desenho institucional.

42 Para além dessas dimensões da participação, os desenhos também são determinantes para pensarmos na questão da articulação entre as interfaces socioestatais, na medida em que podem prever, como são os casos de alguns conselhos gestores e orçamentos participativos, a ampliação e complexificação de atores e espaços participativos na conformação de sistemas deliberativos, ou de multicanais de engajamento, como visto anteriormente.

Assim, de forma combinada, essas dimensões são consideradas elementos importantes para a compreensão do lugar, da vocação e da inserção – e relação – das interfaces socioestatais. Com efeito, além do mapeamento acerca das origens, dos recursos e dos diferentes propósitos das interfaces, há também que se analisar quem são os atores sociais, burocráticos e político-governamentais, quais são os lugares que ocupam no aparelho governamental, quais são os constrangimentos legais, políticos e burocráticos, como se estruturam os arranjos e os dispositivos institucionais, e qual é a inserção,

ou a maior ou menor integração ou vinculação, com outros dispositivos e programas de interfaces socioestatais.

Considerações finais

Tendo em vista o cenário de expansão de instituições e de mecanismos participativos, e que se acentua pelo uso das TIC, o presente trabalho procurou apresentar algumas dimensões analíticas que são consideradas centrais para o avanço nos estudos no campo da participação e da democracia. Ao apresentar alguns dos desdobramentos nos estudos, em especial no Brasil, das IP (conselhos, conferências, orçamentos participativos), o trabalho sugere, frente à proliferação de uma multiplicidade de espaços e mecanismos participativos que visam algum tipo de comunicação e aproximação entre estruturas estatais e cidadãos, a pertinência do conceito de interfaces socioestatais para a identificação desse fenômeno, na medida em que, embora incorpore as IPs, alarga, em muito, as modalidades de interação entre sociedade e Estado, incluindo-se as diferentes ferramentas digitais.

43

Essa proliferação de interfaces coloca novos desafios no campo de debates da teoria democrática, na medida em que, diferente de se constituírem em sistemas integrados que articulam participação, deliberação e representação, são criadas e funcionam, em boa medida, de forma desarticulada e obedecendo a propósitos e objetivos de acordo com os interesses, estratégias e alianças políticas, e de acordo com os contextos e dinâmicas institucionais. Vimos que esses dispositivos fazem parte de uma perspectiva que, centrada na ideia de governança, trouxe à tona a necessidade de promover o controle social e a responsabilização dos governos, em um momento que foi fortalecido pela agenda internacional ligada ao modelo da NGP ao longo dos anos de 1990. Esse debate encontrou eco na América Latina, em especial pelo papel desenvolvido pelas instituições financeiras internacionais, com destaque para o Banco Mundial. Com efeito,

tanto no plano nacional como no internacional ampliaram-se os espaços e fluxos de informação entre agências estatais e setores sociais, conformando, em regra, um quadro de fragmentação, dispersão e de superposição institucional. Diante disso, o trabalho buscou apontar para a importância da articulação entre diferentes interfaces, tendo como norte a ideia de que a interação entre os diferentes canais de absorção de demandas sociais possibilita uma dinâmica de funcionamento mais eficiente na produção de diagnósticos que informam os processos de formulação, implementação e avaliação das diferentes políticas públicas, potencializando a gestão mediante a ampliação e pluralização da participação.

Assim, em diálogo com os estudos sobre as instituições participativas, teoria democrática e políticas públicas, sugerimos aqui analisar as relações das interfaces a partir das seguintes dimensões: a dimensão da vocação e da autoridade, medida por elementos como a origem, os propósitos e a competência (se são informativas, consultivas e/ou decisórias); e a dimensão do desenho institucional, medida por regras e normativas que ordenam a sua estrutura e funcionamento, além de definir quem estabelece, manipula e/ou controla os mecanismos participativos. Além do mapeamento acerca das origens, dos recursos e dos diferentes propósitos das interfaces socioestatais, essas dimensões também permitem se identificar os atores – sociais, burocráticos e político-governamentais; os lugares que ocupam no aparelho governamental; os constrangimentos legais, políticos e burocráticos; os arranjos e dispositivos institucionais; e a inserção, ou maior ou menor integração ou vinculação com outros dispositivos e programas de interfaces socioestatais.

44

Lígia Helena Hahn Lüchmann

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de

Santa Catarina (UFSC) e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC.

Bibliografia

- ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. 2012. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade*, n. 109, pp. 68-92.
- ALMEIDA, Carla; CAYRES, Domitila Costa; TATAGIBA, Luciana. 2015. Balanço dos estudos sobre os conselhos de políticas públicas na última década. *Lua Nova*, n. 105, pp. 55-294.
- ALMEIDA, Debora Rezende de. 2014. Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil. *Opinião Pública*, v. 20, pp. 96-117.
- ALMEIDA, Debora Rezende de. 2017. Os desafios da efetividade e o estatuto jurídico da participação: a Política Nacional de Participação Social. *Sociedade e Estado*, v. 32, pp. 649-680.
- AMENTA, Edwin; CAREN, Neal; FETNER, Tina; YOUNG, Michael, P. 2002. Challengers and States: Toward a Political Sociology of Social Movements. *Sociological Views on Political Participation in the 21st Century*, v. 10, pp. 47-83.
- AVRITZER, Leonardo. 2008. Instituições participativas e desenho institucional. *Opinião Pública*, v. 14, pp. 43-64.
- AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (org.). 2003. *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez.
- AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de (org.). 2013. *Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades*. Brasília, DF: Ipea.
- BORBA, Julian; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. 2007. *Orçamento Participativo: análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular.
- BORBA, Julian. 2011. Participação política como resultado de instituições participativas: oportunidades políticas e o perfil da participação. In: PIRES, Roberto Rocha (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília, DF: Ipea. v. 7. pp. 65-76.
- CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura. 2015. Gestão pública no Brasil: as inovações configuram um novo modelo? Paper apresentado no XX Congresso Internacional del Clad, Lima, 10 a 13 de novembro.

- COMPARATO, Bruno Konder. 2016. Ouvidorias públicas como instrumentos para o fortalecimento da democracia participativa e para a valorização da cidadania. *In: MENEZES, Ronald do Amaral; CARDOSO, Antonio Semerato Rito (org.). Ouvidoria pública brasileira: reflexões, avanços e desafios*. Brasília, DF: Ipea, pp. 43-53.
- CORTES, Soraya. Maria Vargas. 2011. As diferentes instituições participativas existentes nos municípios brasileiros. *In: PIRES, Roberto Rocha (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília, DF: Ipea, v. 7, pp. 137-150.
- CUNILL-GRAU, Nuria. 2014. La intersectorialidad en las nuevas políticas sociales: Un acercamiento analítico-conceptual. *Gest. polít. Pública*, v. 23, n. 1, pp. 5-46.
- DRYZEK, John. 2010. *Foundations and Frontiers of Deliberative Governance*. New York: Oxford University Press.
- FARIA, Cláudia Feres. 2012. Participação e deliberação nas Conferências de Políticas Públicas no Brasil: uma análise comparada. Paper apresentado no 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Gramado, 1 a 4 de agosto.
- FARIA, Cláudia Feres; SILVA, Viviane Petinelli; LINS, Isabella Lourenço. 2012. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação? *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, pp. 249-284.
- FUNG, Archon. 2006. Varieties of Participation in Complex Governance. *Public Administration Review*, v. 66, n. 1, pp. 66-75.
- FUNG, Archon. 2015. Putting the Public Back into Governance: The Challenges of Citizen Participation and its Future. *Public Administration Review*, v. 75, n. 4, pp. 513-522.
- GOLDFRANK, Benjamin. 2006. Los procesos de ‘presupuesto participativo’ en América Latina: éxito, fracaso y cambio. *Revista de Ciencia Política*, v. 26, n. 2, pp. 3-28.
- GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha. 2014. *Capacidades Estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília, DF: Ipea.
- GURZA LAVALLE, Adrián; CASTELLO, Graziela. 2008. Sociedade civil, representação e a dupla face da accountability: Cidade do México e São Paulo. *Caderno CRH*, v. 21, n. 52, pp. 67-86.
- GURZA LAVALLE, Adrián; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela. 2006. Democracia, pluralização da representação política e sociedade civil. *Lua Nova*, n. 67, pp. 49-103.

- GURZA LAVALLE, Adrián; ISUNZA VERA, Ernesto. 2010. Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática: participación, controles sociales y representación. *In: ISUNZA VERA, Ernesto; GURZA LAVALLE, Adrián (org.). La innovación democrática en América Latina: tramas y nudos de la representación, la participación y el control social.* Ciudad del México, DF: Ciesa. pp. 19-82.
- GURZA LAVALLE, Adrián; SZWAKO, José. 2014. Origens da Política Nacional de Participação Social: entrevista com Pedro Pontual. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 99, pp. 91-104.
- HENDRIKS, Carolyn. 2006. Integrated deliberation: reconciling civil society's dual role in deliberative democracy. *Political Studies*, v. 54, n. 3, pp. 486-508.
- HEVIA, Felipe; ISUNZA VERA, Ernesto. 2010. La perspectiva de interfaz aplicada a las relaciones sociedad civil-Estado en México. *In: OLVERA, Alberto (coord.). La democratización frustrada.* México: Ciesas. pp. 59-128.
- ISUNZA VERA, Ernesto; GURZA LAVALLE, Adrián. 2012. Arquitetura da participação e controles democráticos no Brasil e no México. *Novos estudos CEBRAP*, n. 92, pp. 105-121.
- ISUNZA VERA Ernesto; GURZA LAVALLE, Adrián (org.). 2010. *La innovación democrática en América Latina: tramas y nudos de la representación, la participación y el control social.* Ciudad del México, DF: Ciesas. 47
- ISUNZA VERA, Ernesto; HEVIA, Felipe. 2006. *Relaciones sociedad civil-Estado en México: Un ensayo de interpretación.* Ciudad del México, DF: Ciesas. Disponível em: <https://bit.ly/3b9pjYX>. Acesso em: 9 abr. 2020.
- LIPSKY, Michael. 1980. *Street-level Bureaucracy.* New York: Russell Sage Foundation.
- LONG, Norman. 1999. *The Multiple Optic of Interface Analysis.* Paris: Unesco. (Background Paper on Interface Analysis). Disponível em: <https://bit.ly/3a08X4i>. Acesso em: 9 abr. 2020.
- LOPEZ, Feliz Garcia; PIRES, Roberto Rocha. 2010. Instituições participativas e políticas públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas. *In: CARDOSO Jr., José Celso. Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas.* Brasília, DF: Ipea. pp. 565-585.
- LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa; CAVALCANTE, Pedro. 2016. Do insulamento burocrático à governança democrática: Transformações institucionais e a burocracia no Brasil. Paper apresentado no X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro.

- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. 2007. A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova*, n. 70, pp. 139-170.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. 2014. 25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas. *Política & Sociedade*, v. 13, pp. 167-197.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ABRAO, Rachel; KIELING, Matheus. 2019. Interfaces das interfaces socioestatais: um estudo sobre as ouvidorias. *E-Legis*, v. 28, pp. 145-176.
- MEDAGLIA, Rony. 2012. eParticipation research: moving characterization forward (2006–2011). *Government Information Quarterly*, v. 29, n. 3, pp. 346-360.
- MIGDAL, Joel Samuel. 1994. An introduction. In: MIGDAL, Joel Samuel; KOHLI, Atul; SHUE, Vivienne (org.). *State power and social forces: domination and transformation in the Third World*. Cambridge: University Press. pp. 1-4.
- PIRES, Roberto Rocha (org.). 2011. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília, DF: Ipea. v. 7.
- PIRES, Roberto Rocha (org.). 2019. *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ipea.
- PIRES, Roberto Rocha; VAZ, Alexander C. N. 2014. Para além da participação: Interfaces socioestatais no governo federal. *Lua Nova*, n. 93, pp. 61-91.
- ROBERTS, Bryan. 2001. *Las nuevas políticas sociales en América Latina y el desarrollo de ciudadanía: una perspectiva de interfaz*. Documento elaborado para o Taller Agencia, Conocimiento y Poder: nuevas direcciones, Wageningen, 14 e 15 de dezembro.
- SECCHI, Leonardo. 2010. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- SILVA, Fabio de Sá e; LOPEZ, Felix Garcia; PIRES, Roberto Rocha (org.). 2010. *Estado, instituições e democracia: democracia*. Brasília, DF: Ipea.
- SILVA, Marcelo Kunrath. 2011. Dos casos aos tipos: notas para uma apreensão das variações qualitativas na avaliação das instituições participativas. In: PIRES, Roberto Rocha (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília, DF: Ipea. v. 7. pp. 233-246.
- SILVA, Sivaldo Pereira. 2005. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 11, n. 2, pp. 450-468.
- SINTOMER, Yves; HERZBERG, Carsten; RÖCKE, Anja. 2012. Modelos transnacionais de participação cidadã: o caso do orçamento participativo. *Sociologias*, v. 14, n. 30, pp. 70-116.

- SMITH, Graham Norman. 2019. *Design Matters: CBNRM and Democratic Innovation*. Washington DC, World Bank.
- SORENSEN, Eva; TORFING, Jacob. 2007. Theoretical Approaches to Governance Network Dynamics. In: SORENSEN, Eva; TORFING, Jacob. *Theories of Democratic Network Governance*. New York: Palgrave Macmillan. p. 25-42.
- SPADA, Paolo; ALLEGRETTI, Giovanni. 2017. Integrating Multiple Channels of Engagement in Democratic Innovations: Opportunities and Challenges. In: ADRIA, Marco; MAO, Yuping. *Handbook of Research on Citizen Engagement and Public Participation in the Era of New Media*. EUA, IGI Global. pp. 20-37.
- TARROW, Sidney. 2009. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia.; SOUZA, Clóvis Henrique Leite; LIMA, Paula Pompeu Fiuzza. 2012. *Arquitetura da Participação no Brasil: uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais*. Brasília, DF: Ipea. (Texto para Discussão n. 1735).
- VELÁSQUEZ, Fábio. 1999. A Observadoria cidadã na Colômbia - em busca de novas relações entre o Estado e a sociedade civil. In: BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos.; GRAU, Núria Cunill (org.). *O Público não-estatal na reforma do estado*. Rio de Janeiro: FGV. pp. 257-291.
- WAMPLER, Brian. 2011. Instituições participativas como “enxertos” na estrutura do estado: a importância de contextos, atores e suas estratégias. In: PIRES, Roberto Rocha (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília, DF: Ipea. v. 7. pp. 151-158.
- WARREN, Mark. 2012. When, where and why do we need deliberation, voting, and other means of organizing democracy? A problem-based approach to democratic systems. Paper apresentado no Annual Meeting of the American Political Science Association, 30 de agosto a 2 de setembro.



DA FORMAÇÃO CULTURAL À MOBILIZAÇÃO SOCIAL: ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO AO LONGO DE TRÊS GERAÇÕES NAS PERIFÉRIAS DE SÃO PAULO

Leonardo de Oliveira Fontes

Pós-doutorando de Sociologia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

São Paulo, SP, Brasil. leo.ofontes@gmail.com

Orcid: 0000-0001-9686-7597

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-051101/109>

Introdução

Em seu clássico trabalho sobre ação coletiva *From Mobilization to Revolution* Charles Tilly (1978, p. 5) argumenta que o campo de estudo dos movimentos sociais estaria focado nas “formas como as pessoas agem conjuntamente em busca de interesses compartilhados”. Com isso, ele defende a existência de cinco componentes da análise da ação coletiva e que, portanto, deveriam ser objeto de pesquisas sobre o tema: interesse, organização, mobilização, oportunidade e a ação coletiva propriamente dita.

Tilly estava ciente das consequências de suas escolhas metodológicas. Ao priorizar movimentos sociais relativamente bem definidos e suas relações com a esfera institucional de poder – o Estado –, ele sabia que estava negligenciando duas ordens de questões definidas por ele mesmo como “fascinantes”: como se formam novos grupos orientados por novas visões de mundo e sob que condições grupos mal definidos de pessoas, como um grupo de amigos, se tornam atores relevantes da ação coletiva.

O que este trabalho se propõe a fazer é justamente inverter as prioridades que vêm sendo adotadas pela sociologia dos movimentos sociais e colocar luz sobre as questões que Tilly, e toda uma linhagem de autores posteriores, acabou por deixar de lado ao analisar as ações coletivas em diferentes contextos sociais. Assim, o que se pretende aqui é dar um passo atrás em relação ao que tradicionalmente se entende como *análise dos movimentos sociais e da ação coletiva* a fim de compreender como, a partir das *experiências* e das *perspectivas dos atores*, se forma uma “cultura pública” (Cefai, 2009, p. 27), isto é, “o fundo comum que dá forma e material às mobilizações coletivas”. Dessa forma, o desafio que se propõe aqui será o de “descrever a mutação das experiências coletivas e dos meios institucionais, fazendo-os emergir das atividades enquanto estas se realizam” (Cefai, 2009, p. 16).

52 Para tanto, além de explorar as mudanças históricas em termos de *repertórios de ação*, o objetivo deste artigo é analisar as conexões entre o *modo de vida* (Thompson, 1966), espaços de deliberações e formação política – aqui chamadas de *esferas públicas subalternas* (Fraser, 1990; Perlatto, 2015) – e ações coletivas nas periferias de São Paulo por três diferentes gerações.¹ Cumpre esclarecer que o movimento do artigo e da pesquisa na qual ele se baseia não teve a pretensão de identificar quais seriam as tendências predominantes em termos de subjetividade nas periferias em cada período histórico, mas de analisar, entre as pessoas que se engajaram politicamente, quais foram os espaços e experiências que possibilitaram a formação política que alicerçou esse engajamento.

O material que embasa esta pesquisa foi colhido por meio de uma pesquisa de campo na periferia de São Paulo,

¹ Compreende-se a ideia de “geração”, conforme Mannheim (1952), não como um dado cronológico, mas a partir da existência de influências similares que afetam as experiências dos sujeitos. Com isso, “o intervalo de tempo que separa as gerações torna-se subjetivamente experienciável; e a contemporaneidade se torna uma condição subjetiva de ter sido submetido às mesmas influências determinantes” (Mannheim, 1952, p. 282, tradução nossa).

mais especificamente nos distritos de Jardim Ângela, na zona sul, e Brasilândia, na zona norte. Nessas regiões foi realizada entre início de 2015 e fim de 2016 uma pesquisa que combinou métodos etnográficos – observação participante, conversas informais e entrevistas em profundidade – com dados quantitativos,² além da consulta a documentos e textos que já se debruçaram sobre as periferias paulistanas em outros momentos. Os dados colhidos foram analisados seguindo o que Burawoy (1998) denomina “método do caso estendido”, que busca aplicar a ciência reflexiva à etnografia a fim de extrair o geral do particular e conectar o presente com o passado em antecipação do futuro a partir da teoria existente.

Este texto está dividido em outras quatro partes, além desta introdução e de uma seção para considerações finais. Na seção imediatamente seguinte, serão trabalhados os pressupostos teóricos que embasam essa análise e que buscam combinar questões trazidas pela tradição da teoria crítica com um referencial gramsciano vindo dos chamados estudos subalternos e dos estudos culturais ingleses, além de ponderações trazidas pelo pragmatismo francês.

Cada uma das três partes seguintes corresponde a uma das gerações aqui analisadas dentro do contexto político e social daquele período. Na terceira seção, será explorada a experiência daqueles que migraram para São Paulo em busca de melhores condições de inserção econômica e constituíram, a partir da experiência em seus bairros e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), os novos movimentos sociais que entraram em cena nas décadas de 1970 e 1980 em um contexto de autoritarismo político. Em seguida, será analisado o impacto das mudanças ocorridas nas décadas

² Para a parte quantitativa da pesquisa foram realizadas entrevistas em 391 residências, divididas entre os dois distritos selecionados. Para essas entrevistas foram selecionadas ruas aleatoriamente e nessas ruas foi utilizado um método de entrevistar pessoas de uma a cada dez residências.

de 1990 e 2000 em termos de reestruturação do mundo do trabalho, no plano econômico, de ampliação da criminalidade, no plano social, e de institucionalização dos movimentos sociais, na esfera política. Finalmente, na última parte, busca-se compreender as mudanças trazidas com as possibilidades de ganhos educacionais e salariais nos últimos anos e como as novas formas de expressão cultural desenvolvidas ao longo dos anos 2000 e início da década de 2010 contribuíram para a emergência de novos sujeitos políticos bem como suas relações com as mobilizações coletivas recentes como em junho de 2013 e nas ocupações de escolas públicas no fim de 2015.

As esferas públicas subalternas e a formação de uma cultura pública

54

Como anunciado anteriormente, o intuito deste texto é analisar como diferentes gerações de moradores das periferias de São Paulo construíram ou identificaram elementos comuns que serviram de pano de fundo para mobilizações coletivas mais amplas. Para isso, é preciso identificar os espaços nos quais esses sujeitos, por meio de práticas de sociabilidade, debate e deliberação, podem criticar a ordem vigente e descobrir ou criar o que seria o “bem comum” daquela comunidade.

A noção geral de esfera pública ou de espaço público, no qual se expressa uma opinião pública crítica e que ainda não conquistou o espaço público legitimado (Habermas, 1984), é útil como ponto de partida. Contudo, Fraser (1990) pontua, com razão, que a visão Habermasiana é um tanto idealizada a respeito da “esfera pública burguesa”. Como bem afirma a autora, a própria ideia de esfera pública foi, desde seus primórdios, formulada de forma a excluir uma parcela significativa da sociedade, tais como mulheres, minorias étnicas e as classes trabalhadoras de maneira geral. Além disso, o próprio funcionamento dessa esfera pública em uma sociedade fortemente estratificada como a

brasileira tende, inevitavelmente, a privilegiar os membros dos grupos dominantes que empregam com maior eficiência certos códigos, como as formas “corretas” de se portar e de falar em público, levando à reprodução de práticas comuns na sociedade como o machismo ou outras formas de discriminação social.

Com isso, Fraser (1990, p. 67) aponta a inevitável emergência do que ela denomina “contrapúblicos subalternos” (*subaltern counterpublics*), que historicamente contestaram as normas excludentes da esfera pública burguesa e buscaram elaborar estilos políticos e normas de discurso público alternativas. Em poucas palavras, os “contrapúblicos subalternos” seriam arenas discursivas paralelas onde membros dos grupos subordinados criam e circulam contradiscursos que lhes permitem formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades.

Cumprê ressaltar que tais “contrapúblicos” podem ser virtuais ou presenciais, bem como podem ter caráter cultural, religioso ou explicitamente políticos. Por outro lado, eles nem sempre são virtuosos, podendo, em grande medida, reproduzir práticas de dominação e exclusão. De todo modo, tendem a expandir o espaço discursivo e, no geral, ampliam a contestação discursiva. Assim, ao invés de adotar como ideal normativo a necessária unificação dos “públicos” em uma única esfera pública, Fraser (1990) aponta que o ideal de paridade participatória seria melhor atingido por uma multiplicidade de esferas públicas do que por uma única.

Tal fato se acentua quando nos debruçamos sobre a realidade de tamanha desigualdade socioeconômica do Brasil, país em que a esfera pública, assim como o Estado e o mercado, possui um caráter eminentemente seletivo, tanto em relação a quem pode operar nela, quanto em relação aos temas debatidos (Perlatto, 2015). Dessa forma, historicamente estabeleceram-se, no Brasil, esferas públicas subalternas, “constituídas por diferentes espaços de sociabilidade

nos quais os segmentos subalternos buscaram se organizar” (Perlatto, 2015, p. 123).

Na leitura de Perlatto (2015, p. 125), as esferas públicas subalternas se diferenciariam da visão de Fraser a respeito dos “contrapúblicos subalternos” por não colocar tanta ênfase na ideia de que “os públicos subalternos seriam necessariamente contrários à esfera pública seletiva”, ainda que possam, em alguns momentos, assumir essa perspectiva de contestação. Segundo o autor, seria equivocado defini-los apenas com base na sua oposição à esfera pública seletiva ou burguesa, como define Fraser, pois isso seria reduzir a importância da própria dinâmica interna dessas esferas públicas subalternas e das complexas relações existentes entre as diferentes esferas públicas.

56 É preciso, ainda, fazer jus ao conceito de *subalternidade* extraído dos escritos de Antonio Gramsci e pouco explorado na tradição da teoria crítica à qual, em alguma medida, Fraser e Perlatto se filiam. O conceito cunhado originalmente por Gramsci foi retomado no início dos anos 1980 por um conjunto de estudiosos indianos, liderados por Ranajit Guha e, na década seguinte, difundido nos Estados Unidos e no restante do mundo, inclusive na América Latina. Com essa expansão, uma importante virada ocorre sob a influência das ideias de Derrida e Foucault, e assim amplia-se a noção de subalternidade para além da “classe trabalhadora” em direção a grupos sujeitos a variadas formas de opressão, movimento semelhante ao realizado pelos Estudos Culturais Ingleses (Liguori, 2017; Góes, 2014). O conceito, portanto, permite o entrelaçamento entre a posição social – de caráter estrutural – e a subjetividade – de caráter cultural e ideológico, algo já presente no próprio Gramsci (Liguori, 2017).

Gramsci ressalta que a história dos grupos subalternos, por estarem sob influência dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam, é necessariamente desagregada e episódica. Por isso, é preciso buscar em traços da *cultura popular*

(Hall, 1981) os “elementos de rebeldia espontânea” desses grupos (Del Roio, 2017; Semeraro, 2017), colocando a questão do *modo de vida* (Thompson, 1966) desses sujeitos no centro da análise. Com isso, é possível colocar em prática dois dos postulados principais dos *Estudos Subalternos*: a ampliação da noção de política para além das relações com o Estado e da organização coletiva e o entendimento da consciência para além racionalidade na lógica ocidental (Modonesi, 2017).

Desse modo, se queremos entender a importância da experiência de subalternidade para o processo de subjetivação política, é preciso buscar os elementos de contestação e resistência dos grupos subalternos em seu *modo de vida* e nas *esferas públicas subalternas*. Uma vez que é nesses espaços que se formam o que Scott (1990) chama de “discursos ocultos” (*hidden transcripts*) ou uma “infrapolítica dos subalternos”, isto é, ações e práticas cotidianas, por meio das quais os grupos subalternos da sociedade buscam resistir à exploração material e às formas de dominação política e simbólica, de forma a manter a resistência viva, questionar os limites do permissível e fomentar valores, entendimentos e indignações. Essa *infrapolítica dos subalternos*, uma espécie de “infraestrutura” cultural sobre a qual outros desenvolvimentos políticos podem ocorrer, é justamente o alicerce do que Cefai (2009, p. 27-28) chama de uma “cultura pública”, isto é, “o fundo comum que dá forma e material às mobilizações coletivas”.

Identificar as esferas públicas subalternas constituídas ao longo das últimas gerações nas periferias de São Paulo e a cultura pública a que elas deram lugar é o objetivo das próximas seções deste artigo.

Das Comunidades Eclesiais de Base à luta por direitos: a entrada em cena da primeira geração de sujeitos políticos

Os primeiros movimentos sociais advindos das periferias de São Paulo e que emergiram na cena pública datam das décadas de 1970 e 1980. Nesses anos, as periferias

paulistanas já eram habitadas por muitos imigrantes, mas seguiam recebendo um grande contingente de pessoas vindas principalmente do nordeste do país e de regiões mais pobres de Minas Gerais, mas também de outros estados, em busca de trabalho na capital paulista.³

Em linhas gerais, entre os elementos que compunham o modo de vida desses primeiros moradores das periferias e que são relevantes para o argumento aqui desenvolvido estão: (1) a busca pelo trabalho industrial como referência central de inserção produtiva (Durham, 1988) – mas que não sendo acessível à maioria das pessoas, produziu uma grande heterogeneidade de possibilidades de ocupações e níveis de renda; (2) o estabelecimento da família como espaço de formação ética e de construção de um projeto coletivo de mobilidade social, no qual a “ética do provedor”⁴ (Zaluar, 2000) se combinava com uma “ética da honestidade” (Sader, 1988) a partir da qual os filhos deveriam ser preparados para a vida adulta, com o intuito que estudassem, trabalhassem duro e não caíssem na “vida fácil” de roubos, furtos e tráfico de drogas; (3) a constituição da família como “unidade de cooperação econômica” ou “unidade de consumo” (Durham, 1978) e como contraponto “às tendências individualizadoras dominantes na vida urbana” (Sader, 1988, p. 101); (4) o estabelecimento da casa própria, em geral autoconstruída, como o grande símbolo do projeto familiar de ascensão social, cuja contrapartida pública eram os serviços públicos urbanos (Durham, 1988); (5) o desenvolvimento de uma dinâmica de vida “comunitária”, na qual

58

³ Apesar de uma considerável redução no fluxo de imigrantes para essas regiões nas últimas décadas, nas duas regiões onde se desenvolve esta pesquisa, o percentual de pessoas nascidas em outro estado permanece alto: 43,6% no do Jardim Ângela e 34,1% na Brasilândia, de acordo com o Censo 2010.

⁴ Conforme aponta Zaluar (2000), a “ética do provedor”, formulada a partir da necessidade de prover o sustento de suas famílias, era o que justificava a dedicação ao trabalho entre as classes populares, não havendo, portanto, uma valorização do trabalho como um fim em si mesmo.

se ouvia muito mais o “barulho de gente” do que o “barulho da cidade”, particularmente favorecido pelas “cercas precárias e ruas estreitas” que geravam proximidade entre os moradores (Caldeira, 1984, p. 119-120).

Dessa forma, construía-se um projeto familiar de mobilidade social e um modo de vida mais “comunitário”, ao qual somavam-se as CEB, que desempenharam um papel fundamental na articulação e mediação entre a vivência que se tinha nas periferias e os movimentos sociais e políticos que emergiram nesse período. Entre o cotidiano nos bairros periféricos, o passado rural comunitário – tratado de forma nostálgica e muitas vezes idealizado – e os princípios pregados pelas CEB havia diversas afinidades.

Em ambas as regiões onde esta pesquisa foi desenvolvida foram trazidos relatos a respeito da centralidade da Igreja Católica, e principalmente das CEB, para o surgimento dos primeiros movimentos de reivindicação política. A organização das Comunidades de forma horizontal fazia com que elas funcionassem como “espaço de reconhecimento” e confiança entre seus membros, a partir do qual se efetuava “uma reelaboração das experiências cotidianas de existência, com categorias para criticá-las e referências para ações coletivas visando transformá-las” (Sader, 1988, p. 162).

Na região da Brasilândia, o relato mais significativo a respeito da história das CEB foi de Dona Nair⁵ de 81 anos. A solidariedade entre os membros e destes para com a vizinhança era marca constante das CEB. Assim, uma série de atividades que visavam atender de forma emergencial as necessidades da população eram desenvolvidas por Dona Nair e suas companheiras: a distribuição de cestas básicas, a preparação da chamada “multimistura” – uma farinha desenvolvida pela Pastoral da Criança e oferecida como complemento alimen-

⁵ Com exceção de lideranças publicamente conhecidas, os nomes dos personagens foram trocados com o objetivo de proteger o sigilo e a privacidade dos informantes.

tar para crianças em condição de subnutrição – a doação de roupas e aquela que era uma das principais marcas das CEB naquele período: as creches comunitárias.

O relato de Nair e de várias outras mulheres⁶ apontam para a ação coletiva como decorrência da identificação de uma necessidade concreta. Foi assim que da carência material e da necessidade das mães que precisavam trabalhar e não tinham onde deixar seus filhos, surgiu, em um primeiro momento, uma solidariedade interna. O apoio mútuo entre as mães e o auxílio material da igreja, que muitas vezes, como no caso da creche em que Dona Nair trabalhou, cedia o espaço e alguma outra estrutura básica, como o alimento para as crianças, ampliava os laços entre os que atuavam na comunidade e o restante da vizinhança.

60 Contudo, as atividades das CEB iam muito além do assistencialismo ou da mera discussão de um texto bíblico ou da escuta passiva do evangelho por um padre ou estudioso. A partir das leituras religiosas, eram realizadas atividades de reflexão coletiva. Assim, os presentes faziam uma “releitura das próprias condições de vida à luz de um texto bíblico, onde viam a referência à justiça e aos valores mais profundos da existência” e isso “produzia uma atitude crítica de dimensões insuspeitadas” (Sader, 1988, p. 207). Até hoje, Dona Nair guarda lembranças dos aprendizados desse período quando faz referência à luta dos hebreus contra a escravidão no Egito para afirmar que o povo precisa “erguer a cabeça e reagir”.

Desenvolveu-se, assim, um discurso de acordo com o qual o paraíso não era um prêmio, mas sim “algo que se conquista com Deus no coração” (Cardoso, 1982, p. 55). Nesse

⁶ Diversos homens também participavam de CEB, mas a maioria dos participantes e, principalmente das lideranças, era formada por mulheres, o que trazia uma importante tensão uma vez que “o papel tradicionalmente reservado à mulher na família propiciava seu interesse pela religião, mas não estimulava sua participação política” (Cardoso, 1982, p. 57), assim, questionamentos a respeito da igualdade de gênero também eram comuns nas CEB.

mesmo sentido, ouvi mais de uma vez entre as militantes que participavam de CEB que “fé sem política não funciona”.

A partir dessa experiência nas CEB, questões que eram tidas como privadas e até naturais passaram a ser vistas como *problemas públicos* que eram compartilhados por diversas famílias e que poderiam ser alterados por novas práticas sociais. Como aponta Cefaï (2009, p. 27), a descoberta de “pontos comuns” e a “constituição de uma linguagem comum, na enunciação de repertórios de identidade coletiva e na confecção de modos de engajamento público”, são elementos essenciais para converter disputas privadas e mal-estares pessoais em causas coletivas e, assim, construir um “problema público” (*public issue*).

Assim, a partir dessas discussões, além das atividades coletivas que buscavam resolver os problemas da própria comunidade, como as já citadas creches, doações e mutirões para limpeza ou construção de centros comunitários, começaram a surgir ações “para fora”, de reivindicação junto aos poderes públicos (Sader, 1988, p. 207). As mulheres participantes de CEB que foram interlocutoras dessa pesquisa lembram com orgulho de suas lutas e conquistas mais diversas, tais como escolas, creches, pontos ou linhas de ônibus, asfaltamento de ruas, postos de saúde e até hospitais.

No Jardim Ângela, as marcas da militância nas comunidades católicas são ainda mais fortes, tanto pela pujança que essas comunidades tiveram no passado – é na região que fica a Paróquia da Vila Remo, onde surgiram os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo (ver Sader, 1988, p. 199-212) – quanto pela continuidade do trabalho iniciado pela Igreja graças à atuação do Padre Jaime, um padre irlandês que chegou no Brasil em 1969 e no Jardim Ângela em 1987.⁷

⁷ A importância do Padre Jaime para os movimentos sociais da região do Jardim Ângela será melhor explorada na seção seguinte.

Maria de Felipe era uma das mulheres que participavam das CEB do Jardim Ângela desde os anos 1970 e ressalta a importância da Igreja para aqueles movimentos, inclusive como forma de fugir da repressão da ditadura militar que governava o país na época, conforme ela mesma relatou: “[naquele período,] reuniu cinco pessoas na rua já era subversivo” (Informação verbal).⁸ Dessa forma, ela conta como a partir dos clubes de mães surgidos nas CEB foram sendo criadas diversas iniciativas que buscavam melhorias para as condições de vida na região:

62

Na verdade, assim, a gente vem de movimentos populares e sociais desde a década de 1970. Então, nós criamos vários movimentos, os primeiros foram os grupos de mulheres que eram clubes de mães na época, né? E a partir dos clubes de mães, nós fomos criando diversos movimentos sociais de luta por água, esgoto, asfalto, creche, escola, tudo o que a gente não tinha no bairro, nós começamos a lutar. Essa luta nós começamos lá na Vila Remo. Depois de 1973, eu me casei, mudei pra cá [Jardim Copacabana] e aí nós demos continuidade na nossa luta, né? [Eu] participava das Comunidades Eclesiais de Base. Aí nós fundamos também um atendimento pra crianças e adolescentes, que era voluntário [...]. Como muitas mães queriam participar e não tinham como participar, queriam trabalhar e não tinham como trabalhar por conta das crianças, aí nós nos reunimos e uma parte dessas mães começaram a cuidar voluntariamente das crianças e outras foram trabalhar e participar dos movimentos. Então foi assim que surgiram os grupos de mulheres, de onde surgiram as lutas, de onde surgiram todos os movimentos. Um dos principais movimentos que nós criamos foi

⁸ Declaração fornecida por Maria de Felipe em entrevista no Jardim Ângela, em São Paulo, em novembro de 2015.

o movimento contra a carestia,⁹ que teve assim uma repercussão nacional, internacional, teve muita força na época. (Informação verbal)¹⁰

A narrativa de Maria de Felipe é comum entre várias pessoas com quem conversei a respeito de suas experiências nas CEB e nos movimentos sociais daquele período. Uma ação ia quase que naturalmente se desdobrando em outra. A identificação de uma necessidade coletiva, como as creches, levava à ajuda mútua e, em seguida, à reivindicação e *luta* para que o Estado garantisse aquele direito.

Essas falas explicitam o papel desempenhado pelas CEB nesse período na construção de laços entre aqueles sujeitos e deles com seu bairro. Ao valorizar o modo de vida local e colaborar para a interpretação das condições em que viviam os trabalhadores pobres das periferias, as CEB desempenharam papel fundamental para a passagem da esfera doméstica para uma esfera pública ampliada, constituindo-se como uma *esfera pública subalterna* na qual formou-se uma *cultura pública* (Cefaï, 2009) e uma disposição para a luta pelos direitos dos trabalhadores urbanos que viviam em áreas periféricas.¹¹

63

⁹ Sobre a história do movimento contra a carestia, também conhecido como Movimento do Custo de Vida e sua relação com os clubes de mães, ver Sader (1988, p. 211-221).

¹⁰ Declaração fornecida por Maria de Felipe em entrevista no Jardim Ângela, em São Paulo, em novembro de 2015.

¹¹ Cumpre salientar que as CEB e o catolicismo progressista advindo da libertação – que Sader (1988) chama de “matriz discursiva” e que aqui são tratados como “esfera pública subalterna” – são partes de um contexto mais amplo de mobilização das chamadas classes populares, que culminou com uma série de movimentos sociais e políticos de oposição à ditadura militar. Esses movimentos, que incluem o chamado “novo sindicalismo”, estão na base de importantes instituições políticas que surgiram nesse período, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o PT, e foram fundamentais para a mobilização que se alcançou no processo Constituinte de 1988. No entanto, o foco etnográfico deste artigo conduziu o texto a dar maior ênfase às CEB em detrimento de outros espaços de formação e mobilização do período.

Da confrontação à negociação: individualismo e institucionalização dos movimentos sociais na segunda geração de moradores das periferias de São Paulo

A promulgação da Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que pode ser entendida como auge da mobilização das classes populares e do direcionamento de sua atuação para o Estado, marca também o início de um processo de derrocada dessa efervescência política. A vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989 e seu programa de cunho neoliberal, continuado ao longo dos governos seguintes, significaram um duro golpe para esses sujeitos.

Na cidade de São Paulo, a eleição de Luiza Erundina do Partido dos Trabalhadores (PT) no pleito municipal de 1988 representou uma importante vitória desses movimentos sociais que se organizaram nas décadas anteriores, mas foi também um importante desafio para a implantação de políticas públicas reivindicadas por eles e para a manutenção da mobilização coletiva diante da nova posição institucional alcançada. Esses desafios tiveram consequências dúbias, como será visto adiante.

Com isso, a década de 1990 e o início dos anos 2000 trouxeram importantes alterações naquele modo de vida periférico, afetando sobretudo a geração que entrava no mercado de trabalho naquele momento.

A primeira mudança relevante pode ser percebida no mundo do trabalho. A prolongada crise econômica, a flexibilização das relações de trabalho e a derrocada do trabalho industrial na cidade de São Paulo desestruturaram “todo o esquema em função do qual as classes populares organiza[va]m sua prática social” nos anos anteriores (Durham, 1988, p. 197). “A sociabilidade centrada no trabalho cessou de existir”, o que trouxe como consequência o esvaziamento da esfera pública (Oliveira, 2007, p. 35). A consequência mais imediata dessas mudanças foi a ampliação da busca

por soluções individuais mesmo para problemas comuns aos moradores das periferias.

No nível dos bairros, dois elementos merecem destaque devido às suas consequências em termos de redução da sociabilidade local. De um lado, o próprio desenvolvimento dessas regiões, com o asfaltamento e ampliação de ruas e o aumento da circulação de carros. De outro, o expressivo aumento da criminalidade violenta que ampliou o medo de roubos, furtos e assaltos.¹² Assim, as residências autoconstruídas, que antes já funcionavam como consolidação do projeto familiar de ascensão social, passam por um processo de “fortificação” (Cf. Cavalcanti, 2009) por meio da adoção do que Caldeira (2000) denominou de “estética da segurança”, isto é, aparatos de vigilância e controle desenvolvidos para garantir segurança e status social para famílias de classes alta e média alta de São Paulo, que podem ser traduzidos em câmeras e cercas eletrônicas, mas também em muros e grades cerradas. Assim, essa *estética da segurança* tornou-se também signo de *distinção* (Bourdieu, 2007) nas periferias da cidade.

65

Ademais, há que se ressaltar uma importante mudança que ocorreu no campo religioso no Brasil e, em especial, na região metropolitana de São Paulo, que enfraqueceu a capacidade de articulação política e social advinda das CEB. Essas mudanças podem ser resumidas em três grandes tendências: a multiplicação das alternativas religiosas; uma maior mobilidade de pessoas entre as distintas religiões e também para fora delas, que passam a se identificar como “sem religião”; e o trânsito de ideias e práticas religiosas, fazendo emergir zonas religiosas “híbridas” como o neopentecostalismo e a Renovação Carismática Católica, que

¹² Conforme aponta Zaluar e Leal (1998, p. 209), o aumento da violência nas periferias e favelas do Brasil produziu um crescimento da oposição entre os mundos da casa e da rua, a partir de uma redefinição da rua como “espaço da violência incontrolada”. Nesse contexto, a imagem da rua passou a ser associada ao mal e ao perigo, em razão da presença de traficantes, ladrões, assaltantes e acabou por produzir “a maior transformação da vida privada nos últimos vinte anos”.

adotam ritos e conceitos de outras doutrinas como parte do processo de concorrência por fiéis (Almeida, 2004).

Enquanto em 1990 os católicos representavam quase 80% dos moradores da região metropolitana de São Paulo, em 2000 esse percentual já havia caído para cerca de 67% e para menos de 57% em 2010, conforme dados do Censo.¹³ Além disso, o próprio catolicismo progressista já vinha perdendo força dentro da institucionalidade da Igreja, com a retirada de apoio às CEB, a subdivisão da arquidiocese de São Paulo, a multiplicação de paróquias, a nomeação de bispos com perfil mais conservador, a troca de padres e o incentivo à renovação carismática.¹⁴

Ainda que haja, em parcela expressiva dessas religiões, o incentivo à formação de redes de solidariedade, reciprocidade e de laços de confiança, essas redes tendem a priorizar “irmãos de fé”, ou seja, aqueles que comungam da mesma religião. Dessa forma, os evangélicos tendem a participar menos de outros níveis associativos, como partidos, sindicatos, união de moradores e espaços comuns de lazer, uma vez que as igrejas tendem a competir pelo tempo livre dos fiéis por meio da construção de espaços de sociabilidade dentro da própria igreja, como grupos de música, teatro, esportes, sempre ligados à religião (Almeida, 2004). Com isso, parte importante do incentivo à sociabilidade local e à construção de laços mais amplos na vizinhança advindos das comunidades católicas se perdeu nessa transição geracional.

66

¹³ De acordo com o *survey* que foi aplicado por esta pesquisa no primeiro semestre de 2015, no Jardim Ângela, 23,6% se disseram evangélicos pentecostais, 8% evangélicos não pentecostais, 55,8% católicos, 4,5% disseram seguir outras religiões, e 7% disseram ser ateus ou não ter nenhuma religião, 1% não respondeu. Na Brasilândia, 24% se declararam como evangélicos pentecostais, 5,7% como evangélicos não pentecostais, 46,9% como católicos, 14,6% disseram praticar outra religião e 8,3% disseram ser ateus ou não ter religião, 0,5% não respondeu.

¹⁴ De acordo com dados de Almeida (2004), entre o começo dos anos 1990 e os anos 2000, os adeptos das práticas “carismáticas” passaram de 3,8% para 9,3%, na região metropolitana de São Paulo.

Com isso, o modo de vida comunitário pregado pelas CEB não encontrava mais a mesma reverberação e a mesma afinidade com o modo de vida da população periférica de São Paulo. Além disso, não só o catolicismo perdeu parte de seus fiéis para igrejas neopentecostais, como a própria Igreja Católica promoveu o enfraquecimento das CEB e reduziu a influência da teologia da libertação e de padres progressistas, a partir da divisão da arquidiocese de São Paulo e da nomeação de bispos conservadores para as novas regiões. Assim, as CEB, centro de irradiação e formação dos movimentos sociais de décadas passadas foram progressivamente perdendo sua força e importância política e social.

No âmbito doméstico, a família foi aos poucos deixando de funcionar como “unidade de rendimentos”, reduzindo a possibilidade de receber “agregados” e dando mais espaço para que cada membro da família buscasse, na produção e no consumo, agir de acordo com seus desejos e necessidades pessoais.

Diante dessas mudanças no modo de vida nas periferias, alterações significativas também ocorreram no ativismo político e social desses sujeitos. Praticamente não encontrei continuidade institucional de maior fôlego das iniciativas que Dona Nair descrevera como constantes nos anos 1980 na Brasilândia. A CEB que ela frequentava fechou por um período, pois a casa onde funcionava fora ocupada por moradores sem teto. Mesmo reaberta depois de um tempo e ainda funcionando atualmente com missas aos domingos, a assiduidade dos participantes e seu poder de mobilização política é infinitamente menor do que no auge de seu funcionamento há 30 ou 40 anos.

A ausência de uma continuidade institucional deixou para os indivíduos, muitas vezes membros da família de antigos militantes, a incumbência de seguir com as atividades políticas na região. Uma das filhas de Dona Nair, Sandra, de 49 anos, trabalhou durante muitos anos no setor químico e militou no Sindicato dos Químicos de São Paulo. A partir

dessa militância seguiu os caminhos da mãe e se filiou ao PT e, mais recentemente, exerceu um cargo comissionado na prefeitura, indicada por um vereador com quem mantinha relações políticas. Junto com um de seus irmãos, ela diz que gostaria de desenvolver projetos sociais na região, mas mostra-se frustrada por não conseguir criar uma estrutura que lhe permita estabelecer algo mais permanente para além das festas comunitárias de natal e dia das crianças que promovem anualmente. O irmão de Sandra trabalha como pedagogo em uma creche conveniada com a prefeitura e desenvolve um projeto social na garagem de casa em que busca incentivar a leitura entre crianças por meio da “contação de histórias”.

68 No Jardim Ângela, a história é um pouco diferente, tanto devido à força da mobilização anterior, como citado no caso dos Clubes de Mães da Zona Sul – de onde surgiram instituições do terceiro setor como a Sociedade Amiga Esportiva do Jardim Copacabana (Saec) fundada por Maria de Felipe – quanto pelo apoio que a paróquia local seguiu dando a esses movimentos. Mesmo com a nomeação de um Bispo conservador para a região, Padre Jaime conseguiu manter certa autonomia de ação graças ao apoio da ordem de São Patrício, na Irlanda, da qual é membro desde antes de se mudar para o Brasil.

No discurso do Padre Jaime, de Maria de Felipe e no de muitos outros militantes com quem conversei sobre as mudanças nos movimentos sociais dos anos 1980 para os 1990, os convênios com o poder público aparecem quase como consequência lógica da militância anterior que desenvolviam nas CEB, além de serem formulados como resposta da sociedade ao avanço do “mundo do crime”.¹⁵

Dessa forma, a solidariedade das mães nas creches e a reivindicação de políticas e equipamentos públicos levou à

¹⁵ Sobre o processo de “expansão do mundo do crime” nas décadas de 1990 e 2000 ver Feltran (2011).

necessidade de criação de instrumentos para manter aqueles equipamentos e serviços funcionando. Assim, os convênios surgiram como instrumento para que Estado e sociedade civil pudessem gerir os serviços públicos em parceria. Desse modo, em 1989, a Saec, fundada em 1982, assinou seu primeiro convênio com a prefeitura, dando origem ao seu primeiro Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), que funciona até hoje no Jardim Copacabana, bairro do distrito do Jardim Ângela, atendendo crianças e adolescentes até os 14 anos de idade.

Nos anos seguintes, a Saec estabeleceu diversos outros convênios com o poder público municipal e foi progressivamente ampliando seus serviços sociais. Atualmente, além do CCA, ela também é responsável por um Centro de Juventude (CJ), que atende jovens de 14 a 17 anos, um projeto de alfabetização de jovens e adultos e um Núcleo de Convivência para o Idoso (NCI), todos no Jardim Copacabana. Entre 2009 e 2014, a Saec viveu uma grande ampliação, passando de três convênios com a prefeitura para vinte e dois e atualmente presta serviços em diversas regiões da cidade de São Paulo.

No caso da Paróquia Santos Mártires, na qual o Padre Jaime é o pároco ao lado do Padre Eduardo, a história é semelhante. A partir da creche voluntária que funcionava no salão da igreja desde 1989, percebeu-se que seria necessário não apenas creches, mas também espaços para as crianças na faixa de 5 a 6 anos onde elas pudessem ficar no contraturno escolar, já que ainda eram muito pequenas para ficar sozinhas enquanto as mães trabalhavam. Assim, entre 1991 e 1992, eles firmaram os primeiros convênios para que a prefeitura repassasse os recursos para a manutenção desses serviços por meio da Sociedade Santos Mártires, uma Organização Não Governamental (ONG) ligada à Igreja, mas com relativa autonomia para gerir os serviços conveniados.

Ao longo dos anos 1990 e 2000, a Santos Mártires foi progressivamente ampliando sua atuação, mas, ao contrário da Saec, procurou manter-se restrita à região do Jardim Ângela. Atualmente, eles coordenam mais três CCA, cinco creches, um projeto de alfabetização de jovens e adultos, além de outros serviços como a Casa de Sofia, voltada para atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, um serviço de acompanhamento de adolescentes em medidas socioeducativas, um serviço de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco, um projeto de reciclagem de resíduos, entre outros.

Apesar desse caminho da transformação de associações reivindicativas em organizações sociais gestoras de serviços públicos ser narrado muitas vezes como natural, é nítida a mudança de uma postura mais combativa e reivindicativa que esses sujeitos adotavam até os anos de 1980 – no sentido de exigir melhorias de seus bairros e demandar serviços públicos até então inexistentes – para uma atitude de colaboração e cooperação com o Estado que passa a ser a regra a partir da década de 1990.

Naquele momento, o projeto de ampliação da democracia e dos direitos sociais, que parecia conquistar espaços crescentes com a Constituição de 1988 e com a vitória de uma candidatura progressista na capital paulista nesse mesmo ano, encontrou-se com um projeto de Estado em nível nacional que buscava se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, por meio do encolhimento de suas responsabilidades sociais, transferindo-as para a sociedade civil. Ocorre, então, o que Dagnino (2004, p. 141) chama de “confluência perversa”, entre esses projetos, uma vez que, mesmo apontando para direções opostas, ambos “requerem uma sociedade civil ativa e propositiva”.

É preciso apontar, todavia, que o trabalho em ONG e a gestão de serviços públicos por meio de convênios não são as únicas formas de militância desenvolvidas por esta geração.

Com o processo de consolidação da democracia e a abertura de espaços de participação popular, os movimentos sociais das periferias ocuparam boa parte desses espaços. Assim, é possível acompanhar diversos militantes que participam de forma ativa em audiências públicas, conselhos gestores de equipamentos públicos, como praças, parques e postos de saúde, conselhos consultivos no âmbito das subprefeituras regionais ou em conferências temáticas. Além disso, é bastante comum que os militantes se vinculem a campanhas ou mandatos de vereadores da cidade, em geral ligados ao PT.

Finalmente, é preciso ponderar que há um mecanismo de atuação que em alguma medida foge a essa regra de repertórios mais negociais de ação. Trata-se da ação civil-pública, em geral feita em parceria com a Defensoria Pública e com o Ministério Público, e funciona como último recurso que algumas organizações tendem a utilizar quando a negociação com o poder público não rende os frutos esperados. De todo modo, trata-se ainda de um mecanismo que segue no âmbito institucional com a diferença que faz uso da esfera jurídica e não política.

O nível de conhecimento de mecanismos políticos, jurídicos e institucionais que esses militantes desenvolveram é bastante elevado. Por outro lado, a necessidade desse conhecimento e de disposição para atuar em diferentes frentes acaba sendo, muitas vezes, um mecanismo de desestímulo para que outras pessoas sejam integradas ao processo de luta política. É preciso conhecer os mecanismos de gestão e prestação de contas para fazer um convênio, é preciso ter prática na oratória pública e na negociação para ter uma atuação efetiva em um conselho ou conferência, é preciso saber como funciona um processo jurídico e contar com apoio de advogados e promotores para entrar com uma ação civil-pública.

Em suma, o papel de formação de *sujeitos políticos* e de construção de *questões públicas* desempenhado pelas CEB foi

dando lugar para a herança de engajamento familiar e, principalmente, para os espaços institucionais criados a partir dos projetos sociais e da atuação política desses militantes. Esses espaços desempenham, portanto, um papel relevante no fomento de uma cultura política democrática e participativa e funcionam como espaços de *educação não-formal* (Gohn, 2011) para essa segunda geração de moradores das periferias urbanas.

As práticas de sociabilidade e deliberativas que se estabelecem nesses espaços, contudo, são significativamente menos densas do que as que ocorriam nas CEB. Além disso, esses repertórios de ação têm um caráter muito menos contestatório e mais negocial do que aqueles utilizados na geração anterior. Desse modo, o foco prioritário dessas instituições que formaram politicamente a segunda geração não está tanto na constituição de uma *infrapolítica do subalternos* (Scott, 1990), no sentido de construir as bases sobre as quais a ação política pode ocorrer, mas principalmente de conquistar espaços dentro da *esfera pública* constituída pelo próprio Estado a partir dos quais se possa influenciar o rumo de políticas públicas específicas.

Assim, enquanto os processos de mobilização social levados a cabo nos anos 1970 e 1980 pelos movimentos sociais alargaram a noção de política e politizaram o cotidiano dos moradores, nos anos 1990 e 2000 parece ocorrer justamente o contrário. O político se reduziu ao posicionamento eleitoral para a maioria das pessoas e a participação mais efetiva acabou cada vez mais restrita aos “iniciados” no processo político. Além disso, essa “profissionalização da militância” acabou por gerar uma dependência em relação ao Estado, seja para a manutenção das entidades e dos serviços ofertados que vivem basicamente de convênios celebrados com o poder público municipal, seja para a manutenção dos próprios militantes que trabalham para entidades sociais ou mais diretamente em cargos de confiança no Estado. A margem de

manobra desses sujeitos em suas reivindicações acaba reduzida a ganhos marginais, como muitos deles reconhecem.¹⁶

No discurso dos militantes e ativistas políticos e sociais, tanto da primeira quanto segunda geração até aqui analisadas, há um claro viés de continuidade, quase naturalizado, entre as formas de luta e as práticas políticas que esses sujeitos desenvolveram. Nessa leitura, o próprio processo de democratização política e ampliação da oferta de serviços públicos e de espaços institucionais de participação popular demandavam formas de atuação mais negociais e colaborativas em detrimento de táticas de enfrentamento com o poder público.

Dessa forma, se a institucionalização dos movimentos sociais que se formaram nos anos 1970 e 1980 permitiu uma continuidade mais consistente da atuação política advinda da geração anterior, ela também reduziu a margem de manobra dos sujeitos, uma vez que os tornou dependentes de recursos do Estado – ou ainda de políticos individualmente – e não lhes conferiu acesso a espaços decisórios centrais. Daquele período, os militantes trouxeram consigo a visão da cidadania centrada na efetivação de direitos sociais e na ampliação da democracia política com mais canais de participação. Contudo, as novas formas de atuação política transformaram aqueles militantes aguerridos de outrora em “uma espécie de ‘burocracia de base’ das políticas sociais” (Feltran, 2011, p. 61). Atualmente, mesmo que em alguns casos ainda procurem organizar e publicizar demandas com abaixo-assinados, pequenas manifestações ou até mesmo entrando com ações civis-públicas, é mais comum que a atuação política dessa geração aconteça por meio da implementação dessas demandas por meio de convênios,

73

¹⁶ Praticamente todos os militantes com que conversei apontam as melhorias em termos de serviços públicos em suas regiões graças a suas lutas históricas e mesmo aos processos de negociação e pressão institucional que desenvolveram nas últimas décadas. Contudo, muitos deles reconhecem os limites da sua atuação e mostram-se preocupados em encontrar outras formas de pressionar o poder público para além da atuação institucional.

programas e projetos em parceria com o poder público. Os repertórios de ação, por excelência, deixam de ser combativos e de pressão pública para serem negociais e cooperativos. Por consequência, a formação de sujeitos políticos e a colocação em cena de questões públicas passou a ocorrer muito mais em canais institucionais oficiais que, em alguma medida, fazem parte da esfera pública tradicional, ainda que ocupem espaço marginais dessa esfera pública.

De volta ao enfrentamento: crítica ao individualismo e novas possibilidades de ativismo social na terceira geração

Ao longo dos anos 2000 e 2010, as pressões por individualização entre os moradores das periferias urbanas seguiram fortes. Reforçaram-se e exacerbaram-se por vias diversas os elementos já apontados anteriormente relacionados à “expansão do mundo do crime”, aos incentivos ao empreendedorismo como forma de inserção no mundo do trabalho e o contínuo aumento de tendências religiosas baseadas na chamada “teologia da prosperidade”. Ainda que esses discursos estivessem presentes pelo menos desde o início da década de 1990, a diferença para esta nova geração está no fato de o sucesso econômico experimentado por muitos, sobretudo a partir de meados dos anos 2000, funcionar como uma base material mais sólida no sentido de conquistar adesão e convencimento do moradores das periferias.

Com relação ao discurso em torno do empreendedorismo, Silva (2002) aponta que a categoria crítica da informalidade, que se opunha ao trabalho formal até início dos anos 1990, foi sendo substituída pelo par empregabilidade/empreendedorismo no debate público e acadêmico. O foco dessa nova narrativa buscava colocar a responsabilidade da inserção econômica nos trabalhadores e em suas condições individuais de inclusão no mercado de trabalho, reduzindo a relevância de elementos como as taxas de desemprego ou a baixa oferta de postos de trabalho de qualidade. Assim,

qualificar-se para ser empregável ou apostar no trabalho autônomo – o empreendedorismo – seja como fonte de renda principal seja como complementação da renda insuficiente, foram se tornando um imperativo da realidade dos trabalhadores das periferias urbanas.

A mensagem que passou a chegar a esses sujeitos, e que progressivamente foi sendo assimilada como única alternativa possível, é a de que deveriam comportar-se como *empresários de si mesmos*, seja investindo em sua formação técnica e educacional – o chamado “capital humano” –, seja enquanto atitude profissional empreendedora e arrojada. Essa mensagem, com uma forte dimensão simbólico-ideológica interferiu diretamente na autoimagem e visão de mundo dos trabalhadores urbanos (Machado da Silva, 2002). O sucesso econômico de si e o fracasso do outro passou a ser, quase sempre, atribuído ao esforço ou mérito próprio.

No que se refere ao discurso religioso, Antonio e Lahuerta (2014) apontam que o discurso e a práxis do neopentecostalismo funcionam “como um matiz do crescente individualismo cultural do mundo contemporâneo”. Esse individualismo apresenta, por um lado, um anseio pela prosperidade material e, por outro, um autoenclausuramento com relação a problemas externos, acarretando uma recusa ao envolvimento com a coletividade.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, a *teologia da prosperidade* dialogou fortemente com a situação de informalidade e de precariedade no mundo do trabalho e com a ideia de empreender, de se virar, de ser patrão de si mesmo. Complementarmente, nos anos 2000, a partir do aumento das possibilidades de consumo, ela passa a apontar para o consumo e a posse de bens materiais como algo positivo e desejável (Fachin, 2019).

Nesse contexto, as interpretações predominantes nas ciências sociais brasileiras que analisam esse período de forma mais estrutural apontam para o esvaziamento da ação política entre

os mais pobres ou entre as classes trabalhadoras de maneira geral. É o caso de Oliveira (2010), que desenvolveu o conceito de “hegemonia às avessas” com objetivo de pontuar que, sobretudo durante os governos Lula, a despeito de as “classes trabalhadoras” deterem o controle sobre o Estado, elas seguiam mantendo privilégios e interesses de uma elite financeira e rentista. Dessa forma, as políticas sociais, sobretudo as políticas de transferência de renda como o bolsa família, teriam instrumentalizado a questão da pobreza e garantido a adesão de um amplo setor de pobres e miseráveis aos governos petistas, produzindo uma grande despolitização da luta de classes no Brasil.

Singer (2012), por sua vez, argumenta que o “lulismo” teria se apoiado nesse setor social historicamente marginalizado – que ele denomina de “subproletariado” – para promover um jogo de concessões calculado, hora pendendo para o lado do que o autor chama “coalizão rentista” – formada pelos setores financeiros, pelas classes médias e pelo agronegócio –, hora para o lado da “coalização produtivista” – formada pelo empresariado industrial e por trabalhadores formalizados. Com isso, Lula teria desenvolvido um “reformismo fraco”, por meio do qual mantinha um “pacto conservador” com as tradicionais oligarquias e elites econômicas do país, mas garantia alguns avanços sociais aos setores mais pauperizados da sociedade brasileira.

Singer traz importantes dados no que se refere ao comportamento eleitoral do grupo que ele denomina “subproletariado”, mas faltam elementos concretos que lhe permitam defender a existência dessas duas “coalizões”, a “rentista” e a “produtivista”, assim como para a existência desse bonapartismo implícito no “lulismo” que pressupõe a ausência de uma hegemonia na sociedade brasileira e, por isso, a possibilidade de Lula “jogar” com os diferentes grupos ou “coalizões”. O autor baseia suas análises unicamente em pesquisas eleitorais, não apresentando maiores dados que lhe permitam identificar quais elementos são relevantes para as mudanças nas

preferências políticas desses sujeitos. Assim a “virada lulista” do “subproletariado” é atribuída aos benefícios materiais que este grupo obteve, a uma identificação simbólica e pessoal com Lula e a um vago “conservadorismo popular”. São hipóteses que não deixam de ser interessantes, mas que carecem de investigações adicionais para serem comprovadas.

Retornando ao plano etnográfico e à realidade das periferias de São Paulo, é possível observar que o aumento das oportunidades educacionais, aliado à maior oferta de trabalho formal e à ampliação do crédito e dos salários, fez com que as periferias de São Paulo fossem palco de um importante processo de mobilidade social ascendente, sobretudo em termos de renda, o que ampliou significativamente a heterogeneidade social dessas regiões.¹⁷

Com isso, a busca por signos de *distinção* social entre vizinhos e de *pretensão* a um estilo de vida mais próximo às camadas médias da sociedade paulistana é cada vez mais comum. A casa, como já citado, é o elemento mais visível dessa dinâmica. Contudo, a busca pela distinção social se expressa em diversas dimensões que vão dos gostos culturais às orientações políticas, passando pelas opções de lazer e pela visão negativa que parte desses sujeitos adota a respeito da periferia e dos vizinhos que os cercam. Assim, o traço mais marcante dessa dinâmica encontra-se na aspiração pela mobilidade geográfica que tem como fim se livrar do *estigma territorial*¹⁸ a que estão submetidos.

O que pretende-se explorar nas linhas que seguem, contudo, são as potencialidades políticas que as camadas populares que ascenderam economicamente nas últimas décadas podem representar como ator socialmente ativo e

77

¹⁷ Para uma leitura mais detalhada do processo de mobilidade social no Brasil e nas periferias de São Paulo na década de 2000, ver Fontes (2018c).

¹⁸ Conforme assinala Wacquant (2007), o *estigma territorial*, ao contrário de outros selos de desonra, pode ser facilmente dissimulado e atenuado, ou mesmo anulado, pela mobilidade geográfica. Para uma análise da disputa simbólica que emerge nas periferias de São Paulo a partir da estigmatização territorial de seus moradores, ver Fontes (2018b), em especial os capítulos 9 e 10.

não apenas como um setor “manipulável”, facilmente “cooptado” ou que estaria satisfeito com sua “integração pelo consumo” oferecida pelos ganhos materiais desse período.

Nesse sentido, notei, ao longo da pesquisa de campo, que, em oposição ao desejo de mobilidade territorial e de negar as “raízes periféricas” – típicos do desejo de distinção social advindo do aumento do individualismo e das possibilidades de mobilidade social mencionados anteriormente – emergiu uma *crítica*, no sentido de Boltanski (2016), e que pode ser resumida na categoria nativa “espírito da Freguesia”. Produzida pelos moradores da Brasilândia, essa categoria faz referência ao desejo de se mudar para o bairro da Freguesia do Ó, um bairro vizinho, mas com padrão de classe média, mais próximo do centro expandido de São Paulo e sem o mesmo estigma de ser periférico. Nas palavras de um dos meus interlocutores, o “espírito da Freguesia” se oporia a um “espírito de comunidade” que ele identifica como predominante em outros tempos e faz referência àqueles que “moram aqui, mas têm espírito de quem não mora aqui” ou, em outros termos, seriam pessoas que pensam: “eu tô na favela, mas eu quero me afastar dela”.

78

Como aponta Telles (2006, p. 182), as novas gerações de moradores das periferias deixam de valorizar aquilo que era mais comum entre seus pais, “essa espécie de ‘mundo à mão’ que a favela lhes oferece – a família que está por perto, os empregos ali do lado”. Os jovens e adultos que habitam essas regiões a partir dos anos 1990 desenvolvem outra relação com a cidade e veem as periferias de São Paulo como um lugar onde “tudo é longe”, “não tem nada”, “os lugares são perigosos” e “tudo [é] muito feio”.

Dessa forma, apesar das inegáveis melhorias materiais que os moradores dessas regiões vivenciaram nas últimas décadas, estas melhorias foram experienciadas por muitos como um processo de desestruturação de um modo de vida valorizado por eles e que busca ser retomado no presente em formulações tanto a respeito do espaço em que vivem quanto

na produção cultural local. Essa experiência de desestruturação do antigo modo de vida, marcado pelo “espírito de comunidade” pode ser interpretado como uma *situação crítica*.¹⁹

Ademais, outros elementos que compõem o modo de vida dessas pessoas, como a violência e a repressão policial a que estão cotidianamente expostas, a carência de infraestrutura e de serviços públicos de qualidade, a ausência de empregos de qualidade ou a falta de acesso a alguns bens que vão além dos bens de consumo mais populares, como celular, televisão e outros eletrodomésticos, são frequentemente apontados por boa parte dessa pessoas como prova de que suas vidas não melhoraram como poderia parecer ao olharmos apenas para indicadores do seu *padrão de vida*, como renda e capacidade de consumo.²⁰

Diante do enfraquecimento do potencial crítico dos movimentos sociais que tinham emergido nas décadas anteriores, o principal espaço de formação política desenvolvido pelas novas gerações passou a ser os coletivos artísticos e culturais. Como bem aponta D’Andrea (2013, p. 16), “estes coletivos exaltam o orgulho periférico do mesmo modo que são fenômenos decorrentes desse orgulho”.

79

¹⁹ De forma resumida, segundo Cefaï (2017), uma situação torna-se problemática quando as reações habituais a um determinado ambiente já não proporcionam a satisfação de suas necessidades e desejos, demandando, portanto, novas práticas e ações com o objetivo ou de se adequar à nova estrutura social ou de modificá-la. Por sua vez, Boltanski e Thevenot (1999) usam a expressão momento crítico para enfatizar tanto a atividade crítica posta em operação pelos sujeitos quanto pelo caráter não usual da situação enfrentada. Entendo que ambos os termos fazem referência a uma questão semelhante e que cada um tem vantagens em termos conceituais. Por um lado, a ideia de um momento crítico aponta com mais precisão tanto para as transformações da configuração social em que os sujeitos estão inseridos quanto para a resposta crítica construída por esses sujeitos. Por outro, a ideia de momento sugere algo mais pontual do que a ideia de situação, assim, momento crítico pode ser confundido como um momento de epifania ou um momento de crise aguda, mas passageira. Situação, por seu turno, que deixa claro que embora se trate de algo conjuntural, ela não será modificada se não por meio da ação social ativa. Dessa forma, combinarei o que as duas expressões têm de melhor e utilizarei o termo situação crítica para definir a especificidade da conjuntura acima resumida.

²⁰ Sobre as possíveis contradições entre o “padrão de vida” e o “modo de vida” das classes trabalhadores, ver Thompson (1966), em especial o capítulo VI.

Fundamentalmente pelo refluxo dos movimentos sociais e pelo avanço do neoliberalismo, o fazer político passa por um momento de crise nas grandes cidades naqueles 1990. Uma das implicações desse refluxo foi o crescimento de coletivos de produção artística nos bairros populares que, na falta de um referencial oriundo de partidos políticos e de movimentos sociais, passaram a se agrupar ao redor de núcleos centrados na produção artística como forma de sociabilidade. Nessa dinâmica histórica, o movimento artístico foi um dos que melhor catalisou as impossibilidades da política, passando a fazer política por meio da atividade artística, consolidando periferia como um modo compartilhado de estar no mundo, um posicionamento político e um discurso ressemantizador sobre o que venha a ser periferia. (D’Andrea, 2013, p. 45)

80

Nesse sentido, o movimento hip-hop desempenhou papel crucial e teve no grupo Racionais MC’s sua maior expressão. Oriundos do Capão Redondo, bairro vizinho ao Jardim Ângela, “os Racionais posicionam-se na periferia, identificam-se como pobres e negros, expressam um explícito antagonismo racial e de classe, e criam um estilo de confronto que deixa pouco espaço para a tolerância e para a negociação” (Caldeira, 2011, p. 303).

Os problemas sociais como a violência policial, a violência do “mundo do crime”, o desemprego, a segregação residencial, a ausência de infraestrutura urbana, de espaços de lazer, e a ausência de reconhecimento social constituem uma experiência comum entre os jovens periféricos que passam, então, a compartilhar os elementos culturais associados ao hip-hop, fortalecendo “uma ideia de pertencimento e identidade”. A periferia passa, progressivamente, de signo de estigmatização a elemento identitário, constituindo-se como um “espaço social e geográfico que gera um denominador comum para jovens negros, mestiços, nordestinos e brancos: a classe pobre” (Macedo, 2014, p. 9).

Contudo, a mensagem do movimento hip-hop, de importância fundamental para ampliar a autoestima dos moradores das periferias e dar a eles um sentido de unidade, contém um caráter eminentemente negativo, de denúncia, e com pouco espaço para a construção de alternativas políticas. Enquanto os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 contrapunham a visão negativa da periferia com uma imagem positiva de si mesmos como “membros de uma comunidade unida, ‘solidária’, de famílias trabalhadoras” e articulavam suas necessidades por meio de uma postura de inclusão, reivindicando pertencimento e acesso a serviços públicos e direitos iguais, os membros do hip-hop preocupam-se majoritariamente em denunciar a violência, sobretudo por parte do Estado, e reivindicar uma postura de autoenclausuramento, que rejeita noções de justiça, direitos e pertencimento tal como posto pelo Estado, e que são rearticulados como parte de sua ética (Caldeira, 2011, p. 316-319).

81

Assim, a construção de uma ideia ressignificada de comunidade encontra seus limites no rap, limites que os movimentos culturais mais recentes têm buscado superar. Conforme muitos jovens relatam, nos últimos anos, os saraus de poesia, por meio da chamada “literatura marginal”, têm se tornado a experiência mais marcante em sua formação pessoal e coletiva. A disseminação desse formato por vários bairros periféricos e seu caráter democrático, que permite que o protagonismo do evento seja dividido entre todos que se apresentam, são centrais. Com isso, os saraus têm sido capazes de modificar a forma como esses jovens enxergam a própria realidade, tornando-os mais críticos, mas também mostrando o lado positivo de viver na periferia.

Karina, 36 anos, moradora do Jardim Ângela e filha de pais que foram militantes de movimentos sociais nos anos 1980 resume bem o sentimento dos que frequentam os saraus de poesia:

É meio aquele lance de as pessoas saírem de casa pra ter contato com outras, que, na minha geração, a gente fazia isso na Igreja. E essa geração tem um espaço que é muito mais bacana que são os saraus. Então, o sarau acolhe a molecada do rap, que com música e rima eles conseguem refletir sobre questões políticas que são fundamentais. Tem aquele lance da poesia, que é isso de você sair dessa coisa concreta, em que ao mesmo tempo que você faz aquela movimentação com as palavras você tá fazendo isso com seu olhar, que eu acho que também ajuda muito. E tem o fato de as pessoas poderem estar em contato em um lugar que é alegre, sabe? Desenvolver vínculo mesmo, porque eu acho que você só começa a se importar com o meio quando você desenvolve vínculo com as pessoas e com o lugar. É aquela noção de pertencimento, né? Acho que os saraus fazem isso de uma forma muito bacana. (Informação verbal)²¹

82 Desse modo, os saraus são interpretados por seus próprios frequentadores como espaços de formação política e cultural, bem como para a criação de vínculos afetivos entre as pessoas e delas com o local onde vivem, exercendo papel semelhante ao que as CEB desempenharam no passado, como uma *esfera pública subalterna* onde uma *infrapolítica* pode se desenvolver. Além disso, como Karina ressalta, a poesia é capaz de mudar a forma como as pessoas enxergam a própria realidade, refletindo sobre questões políticas a partir da realidade concreta dessas pessoas. Finalmente, ela destaca que essa criação de vínculos poderia levar as pessoas a se importar mais com a própria região, ao ampliar a sensação de pertencimento àquela realidade social.

Os saraus, portanto, se apropriam da mensagem produzida pelo hip-hop, que, ao mesmo tempo em que denunciava

²¹ Declaração fornecida por Karina, de 36 anos, em entrevista no Jardim Ângela, em São Paulo, em fevereiro de 2016.

criticamente as mazelas das periferias, valorizava seu modo de vida e moradores daquelas regiões. Contudo, os saraus fazem isso trazendo a música, a arte e a poesia para um espaço horizontal e democrático em que qualquer um pode ser protagonista, trazer sua mensagem e produzir sua própria leitura do mundo, como aponta a poeta Mariana Felix:

Pra mim o Sarau e o Slam é [sic.] quase uma religião, é a religião a qual pratico, porque nós somos todos DEUSES de nós mesmos. [...] Escritora eu já era, mas eu não era a pessoa que eu sou hoje e o Sarau e o Slam me proporcionaram várias desconstruções e reconstruções. Várias coisas que eu acreditei uma vida inteira, eu derrubei tudo e comecei a construir tudo de novo, ouvindo experiências de outras pessoas, aprendendo com outras pessoas. O Slam e o Sarau é [sic.] um espaço que o escritor tem a influência sobre essas pessoas e ele pode ser influenciado. É o momento que todos nós somos “deuses”.

(Mariana Felix apud Silva, 2017, p. 97)

83

Essa democratização do espaço permite a entrada em cena de outros temas que eram desprezados pelo rap e torna o sarau um espaço de reconhecimento para esses jovens. Assim, temas como o feminismo e a homofobia ganham destaque ao lado de temas já tradicionalmente tratados, como a desigualdade, a violência e o racismo.²²

²² Isso não significa que os saraus sejam espaços livres de contradições e que não reproduzam em diversos momentos dinâmicas opressoras como o machismo e a homofobia, como depoimentos que ouvi sobre o favorecimento de determinados poetas no momento da declamação e o excesso de vaidade de alguns poetas. Sobre o machismo no interior do circuito cultural das periferias ver a interessante análise de Medeiros (2017) a respeito da campanha #nãopoetizeomachismo. Do mesmo modo, é importante ressaltar que, ao mesmo tempo em que os saraus são espaços de afirmação coletiva do direito de fazer arte, sair da invisibilidade e da criminalização, eles também funcionam como espaço de conquista de prestígio social e de ganhos econômicos individuais por meio da promoção de eventos ou venda de livros. Em outras palavras, “a transformação social virou também projeção e afirmação pessoal” (Tommasi, 2013, p. 28).

É desses movimentos culturais que se consolidam nos anos 2000 e se expandem por diversas periferias de São Paulo que se forma uma *cultura periférica*: um conjunto de produções simbólicas “por meio do qual se organizam formas de sociabilidade, modos de sentir e pensar o mundo, valores, identidades, práticas sociais, comportamentos coletivos, etc. [sic.]; e que caracteriza o estilo de vida dos membros das classes populares que habitam em bairros periféricos” (Nascimento, 2010, p. 119). Periféricos, ou “guerreiros”, como às vezes se denominam, formam uma identidade coletiva que busca valorizar a luta coletiva pela melhoria de vida em oposição à simples luta individual representada pelo *espírito da Freguesia*. A formação da *cultura periférica* é, portanto, o ponto inicial para a formação do que D’Andrea (2013) chama de “sujeito periférico”, isto é, aquele que se reconhece como periférico, se orgulha de ser da periferia e age politicamente a partir dessa condição social.

84 A categorização dessa manifestação como *cultura periférica*, seguindo Nascimento (2010), não ocorre porque ela é capaz de representar toda a diversidade cultural das cada vez mais heterogêneas periferias de São Paulo. Tampouco significa que ela seja mais “verdadeira” ou “autêntica” do que outras manifestações culturais das periferias urbanas. A alcunha se deve ao fato de ela se reivindicar como tal, isto é, como sendo representante de um modo de vida próprio da periferia, o que abarca comportamentos, valores, práticas, linguajares, modos de se vestir, visões de mundo. A partir disso, ela se coloca em luta com a “cultura dominante” e contra a desestruturação do antigo modo de vida afetado pela violência e pelo individualismo e pela busca por distinção advinda do aumento do individualismo e das possibilidades de ascensão social.

Compreende-se, então, a *cultura periférica* de forma semelhante à que Hall (1981) compreende a “cultura popular”, isto é, sem a preocupação de encontrar seu “sentido puro”, uma vez que se trata, na realidade, do “terreno sobre

o qual as transformações são operadas”. É necessário, portanto, compreender a conformação dessa cultura dentro da “dialética da luta cultural”, na qual o foco está na “relação entre cultura e as questões de hegemonia” (Hall, 1981).

Contudo, falta ainda analisar como essa crítica ao *espírito da Freguesia* e o processo de construção de uma cultura periférica poderiam dar espaço à emergência de movimentos sociais contemporaneamente. Afinal, os diversos coletivos culturais que têm se espalhado pelas periferias paulistanas recentemente e que organizam saraus e outras atividades artísticas e culturais são dotados de características bastante peculiares que os diferenciam dos tradicionais movimentos sociais. Seu caráter muito menos institucionalizado e sem pautas concretas como a demanda por um serviço social específico são, ao mesmo tempo, sua força e sua fraqueza. Assim, a atuação política, entendida em sentido estrito de pressionar o poder público na direção de determinadas demandas não está na agenda desses movimentos.²³

85

De todo modo, os saraus de poesia e demais atividades políticas e culturais que têm tido lugar nas periferias urbanas desempenharam um papel crucial na construção e no espalhamento de um discurso em torno dos *direitos* entre os moradores das periferias de São Paulo, em especial entre os mais jovens. Conforme apontam Novaes e Alvim (2014, p. 296), “a noção de “direitos” evoca o poder público e, conseqüentemente, leva à cobrança por políticas públicas”. Com isso, a relação com o Estado torna-se inescapável.

Ademais, a mensagem de empoderamento individual e coletivo, horizontalidade e valorização das singularidades nas formas de organização e, sobretudo, a construção de uma visão

²³ Em casos pontuais, esses coletivos chegaram a estabelecer uma relação de diálogo com o Estado, como no processo de aprovação da chamada Lei de Fomento das Periferias, em 2016, ou em eventuais editais a que concorreram junto à Secretaria Municipal de Cultura. Contudo, trata-se de uma relação voltada para processos-meio, isto é, que buscam assegurar recursos para própria manutenção de suas atividades e não para objetivos finalísticos de efetivação de direitos sociais.

positiva sobre ser periférico construíram uma *cultura pública* comum e uma “disposição de luta” (Cf. Januário et al., 2016) que permitiram um “transbordamento societário” (Cf. Bringel e Pleyer, 2015) de mobilizações sociais que foram iniciadas externamente às periferias, mas que tiveram importantes reverberações e adesões nas periferias de São Paulo. Refiro-me, principalmente às mobilizações de junho de 2013, mas também às ocupações de escolas públicas do fim de 2015.

Como apontam Pinheiro-Machado e Scalco (2018), “além das ocupações em si, o Brasil pós-2013 se caracteriza pela multiplicação de coletivos negros, LGBTs [sic] e feministas, marcados pela lógica autonomista da descentralização e horizontalidade”. Dessa forma, se é verdade que “a narrativa político-partidária, ou mesmo movimentista” é desinteressante para os jovens que vivem nas periferias paulistanas (Feltran, 2011, p. 261) e que nenhum dos atores políticos constituídos atualmente é capaz de traduzir e representar os anseios e aspirações desses jovens, isso não significa que eles tenham relegado as lutas por direitos a um segundo plano. O que é possível observar, na realidade, é um processo de ressignificação das formas e conteúdos dessas lutas a partir da própria experiência desses sujeitos.

Voltemos ao plano etnográfico para analisar como esses elementos se cruzam nas trajetórias de jovens dessa nova geração. Mari, 17 anos, moradora da Brasilândia, representa bem essa visão de mundo disseminada entre muitos jovens das periferias de São Paulo que se engajaram em coletivos culturais e em mobilizações políticas. Desiludida com a política institucional e partidária, sobretudo pelo que enxerga como limitações dos governos progressistas sob os quais ela passou boa parte de sua vida, ela se diz adepta do “Fora todos”, mas é ciente que essa é uma proposta limitada, pois não apresenta alternativas em termos de organização política.

Mari é neta de Dona Nair, pioneira das CEB na região, que apresentei na terceira seção deste texto e filha de Sandra,

militante do PT e que trabalhava em um cargo comissionado na prefeitura, mencionada na quarta seção. Apesar de ter convivido desde pequena com a política e de debater com a mãe diversas questões sociais, ela não tem dúvidas em afirmar que os saraus de poesia, em especial o Sarau da Brasa, que ocorre um sábado por mês na região, foram fundamentais para tirá-la, assim como vários de seus amigos, do que ela mesma chama de “zona de conforto”, “aquela coisa de... vou trabalhar e fazer faculdade”. Graças ao sarau, ela diz ter começado a “olhar para o lado” e perceber “que precisava mais disso na quebrada”.²⁴ Hoje, além de frequentar e se apresentar no Sarau da Brasa, ela e seus amigos organizam outros saraus em centros culturais da região. Mari se diz “apaixonada pela Brasilândia” e defende que “é importante estar na periferia”, já que eles são “marginalizados demais” e, por isso, “precisa criar um contato bacana” entre os vizinhos.

Assim, os saraus constituem-se como espaços fundamentais para a politização do cotidiano desses jovens e para a construção de uma visão de mundo mais coletivista e voltada para a própria periferia. Em oposição à solução individual de “trabalhar e fazer faculdade” – central no *espírito da Freguesia* resumido acima – ela começou, a partir da experiência cultural, a “olhar para o lado”, valorizar a própria região e reproduzir aquela iniciativa com o intuito de ampliar a sociabilidade local e possibilitar que mais pessoas tivessem acesso àquele canal. No entanto, foi em junho de 2013 que ela teve “acesso às manifestações”:

Aí eu não parava mais, tava sempre participando. Foi assim que eu comecei a conhecer partido, comecei a pesquisar política, comecei a me politizar mais. Eu sempre tive uma ideia assim só que era aquela coisa mais... Eu sabia a minha

²⁴ “Quebrada” é outra importante categoria nativa que alude não apenas aos problemas de suas regiões, mas também “à força e à coragem daqueles que dela fazem parte” (Pereira, 2010, p. 156).

posição como mulher, eu sabia minha posição como LGBT, eu sabia minha posição como periférica, mas era somente isso. Eu não sabia da minha posição política ao todo: o que tá acontecendo? O que eles querem? O que é direita? Eu não conhecia isso. (Informação verbal)²⁵

Mari me contou que a primeira manifestação da qual participou foi justamente em um dos dias em que houve uma pesada repressão policial, que ela denominou de “Quinta Sangrenta”. Ela decidiu participar da manifestação de última hora, uma professora a chamou e ela disse: “Mano, eu vou!”:

Só que, mano, o bagulho foi muito louco, eles fizeram barricadas no Largo da Batata, fecharam a gente assim num círculo e eu tava aqui no fundo, aí eles viram, [tinha] polícia pra cá e aí a gente virou e tinha polícia aqui, na mesma hora “paul!”, tomei o maior cacete. Jogaram bomba, saí passando mal. Aí aquilo foi o meu energético, falei: “Mano, eu quero mais!”. Quanto mais eu apanho de polícia assim, mais dá vontade de ir. (Informação verbal)²⁶

88

A narração de Mari daquele episódio aponta para outras questões relevantes que aproximam o modo de vida, a visão de mundo e as aspirações dos jovens moradores das periferias com a realidade desenvolvida nas lutas políticas mais recentes: a resposta repressora do Estado às demandas apresentadas, mesmo sob governos progressistas, e a associação da violência policial nas manifestações com a violência policial nas periferias que estimulam esses jovens a lutar com ainda mais ímpeto.

Mari compartilha da visão negativa a respeito da polícia que a maioria dos jovens das periferias apresentam

²⁵ Declaração fornecida por Mari, de 17 anos, em entrevista na Brasilândia, em São Paulo, em outubro de 2016.

²⁶ Declaração fornecida por Mari, de 17 anos, em entrevista na Brasilândia, em São Paulo, em outubro de 2016.

atualmente. Desse modo, a violência policial contra manifestantes é associada à violência policial que esses jovens sofrem frequentemente, o que contribui de forma central para a politização da realidade cotidiana desses jovens. Assim, a repressão policial acabou funcionando como um “energético”, não apenas para ela, mas para as manifestações de junho de 2013 como um todo.²⁷ Nesse sentido, os gritos e palavras de ordem que pedem o fim da polícia militar são, com frequência, os mais lembrados por vários dos meus interlocutores que participaram de manifestações recentes. A violência, vista como muitas vezes antipolítica, é fonte de politização nesse contexto, tanto por suas conexões com os agentes estatais que são parte e parcela de sua produção, quanto por seu potencial de gerar ou galvanizar a ação coletiva (Auyero, 2015).

Dessa forma, a negação do direito político de protestar encontrou eco na negação dos direitos civis que esses jovens enfrentam cotidianamente, uma vez que o agente dessa negação é o mesmo: as forças policiais do Estado, ou mais especificamente, a Polícia Militar. Assim, o enfrentamento público com as forças de segurança pública muitas vezes ocorre como resposta simbólica à negação de direitos e garantias fundamentais pelo Estado, seja de direitos civis no cotidiano, seja de direitos políticos nas manifestações. Desse modo, essas lutas têm um aspecto fundamental de reivindicarem o direito desses sujeitos a serem ouvidos em questões que lhes afetavam diretamente e, assim, dialogam com o desejo desses jovens das periferias de serem reconhecidos como cidadãos plenos, como detentores do “direito a ter direitos”.²⁸

²⁷ Para uma reconstrução detalhada dos fatos que marcaram as manifestações de junho de 2013 em São Paulo e a respeito da importância da repressão policial para ampliação de participantes e de pautas daquelas manifestações, ver Judensnaider et al. (2013).

²⁸ Para uma exploração mais aprofundada da ideia de “direito a ter direitos” entre os jovens das periferias, ver Fontes (2018a).

Na experiência relatada por Mari, é possível notar como as manifestações de 2013, apesar de iniciadas por movimentos sociais que não tinham as periferias como espaço primordial de atuação, tiveram um importante impacto nessas regiões.²⁹ De um lado, é marcante o impacto biográfico daquelas manifestações na vida de Mari e de vários outros jovens das periferias. Como apontam Bringel e Pleyers (2015, p. 11), as manifestações de junho produziram “‘marcas’ nos participantes, reforçando a propensão a que possam se engajar politicamente no futuro e podendo, ademais, transformar, no médio e longo prazo, suas identidades sociais e seus valores políticos”.

Do ponto de vista coletivo e dos repertórios de ação, aquelas manifestações acabaram mostrando para esses jovens da periferia a possibilidade de recorrer a outras táticas de luta e reivindicação política, alternativos à via negocial dos canais de participação ou da cogestão das políticas públicas por meio dos convênios, ou ainda, à via meramente eleitoral, que para eles sempre pareceu pouco atrativa e ineficiente e que foi marcante na geração anterior.

90

Em linha com esse novo ativismo que emergiu a partir de junho de 2013, está o processo de ocupações de escolas públicas que ocorreu no estado de São Paulo em 2015, contra um processo de “reorganização escolar” que o governo do Estado pretendia promover.³⁰ A única escola que foi ocupada na Brasilândia foi justamente onde Mari estudava, a

²⁹ De acordo com um *survey* aplicado nas duas regiões desta pesquisa, 11,5% dos moradores do Jardim Ângela e 5,8% da Brasilândia participaram de alguma das mobilizações de junho de 2013. Conforme explicitado anteriormente, o *survey* contou com uma amostra aleatória de 391 residências nas duas regiões. Cumpre ressaltar que o objetivo desses dados não é determinar o tamanho preciso da adesão das periferias às manifestações de 2013, mas apontar que uma parcela significativa dos moradores das periferias se mobilizou naquela ocasião e assinalar, do ponto de vista etnográfico, as conexões entre essa mobilização e os coletivos culturais, entendidos aqui como “esferas públicas subalternas”.

³⁰ Para uma reconstrução detalhada do processo de ocupação de escolas em 2015, ver Campos et al. (2016).

Escola Estadual Martin Egídio Damy, e ela teve participação ativa nesse processo.³¹

Assim como no caso de Mari, é bastante comum encontrar estudantes que estavam nas ocupações de escolas em 2015, que participavam dos saraus e cuja primeira experiência de mobilização coletiva havia sido em junho de 2013. Neste aspecto, cumpre salientar que, para esses jovens, bem como maior parte dos jovens das periferias que seguiram engajados politicamente, as manifestações de 2013 eram sempre lembradas como “do passe livre”, “dos 20 centavos”, “do Movimento Passe Livre (MPL)”. Para eles, os atos de então foram essencialmente uma manifestação focada na questão da tarifa e a difusão posterior de pautas foi ignorada, esquecida, ou colocada na irrelevância.³²

Assim, se em 2013, lutavam pelo direito ao transporte, em 2015 lutavam pelo direito à educação e em ambos os casos reivindicavam o direito de serem ouvidos sobre os rumos das políticas públicas. Nas duas ocasiões, os jovens que foram às ruas encontraram um Estado fechado a suas demandas e cuja resposta principal a suas reivindicações se deu pela via da repressão policial e pela desqualificação tecnocrática de suas demandas. Desse modo, os repertórios negociais de atuação política, que na avaliação dos próprios militantes já vinham rendendo ganhos cada vez mais marginais em termos de ampliação dos direitos sociais nos últimos anos, revelaram-se ineficientes tanto em 2013 quanto em 2015.

Tal como em 2013, os impactos das ocupações de 2015 vão muito além da vitória política contra o governo, como atesta Mari:

³¹ No Jardim Ângela foram oito escolas ocupadas ao todo. Além de Mari, conversei com vários colegas de escola dela, bem como com diversos outros alunos do Jardim Ângela ao longo e após o processo de ocupação. Para não tornar o relato demasiado longo, irei me restringir à experiência de Mari e de alguns de seus colegas.

³² Fato que também foi constatado por Campos et al. (2016).

na verdade eu acho que foi o mais importante, eu acho que a ocupação é legal, o objetivo da ocupação é bacana, só que eu acho que a gente não vai conseguir deter um governo com isso, mas é legal assim, você vê o jovem entrando numa maneira, extremamente construído, conservador e ver ele saindo com outra cara. Toda semana tinha um debate, a gente recebeu visita lá do “Terça Afro”, que é um evento que acontece aqui no Centro Cultural da Juventude (CCJ), onde faz a discussão [da questão] negra, os negros na periferia, o racismo, enfim... Machismo, movimento LGBT, movimento das mulheres em luta. Todos lá dentro, o tempo todo, conversando, construindo. (Informação verbal)³³

92

Dessa forma, as *marcas biográficas* seguem presentes nessas manifestações recentes e assinalam resultados de dimensões dificilmente compreensíveis no curto prazo, uma vez que possibilitam a politização de aspectos do cotidiano desses sujeitos, como o machismo, o preconceito racial e a homofobia, e apontam para a possibilidade de formação de *novos sujeitos políticos*.

Finalmente, um último aspecto que merece destaque em termos de afinidades entre as manifestações recentes e o modo de vida reivindicado por alguns desses sujeitos nas periferias paulistanas está no caráter potencialmente descentralizado das mobilizações recentes. Essa descentralização dialoga diretamente com a *cultura periférica* que emerge em oposição ao *espírito da Freguesia* e que procurei expor acima. Trata-se, em última instância, da reivindicação desses sujeitos de obterem o reconhecimento enquanto cidadãos em seus próprios territórios, isto é, nas periferias. Algo para o qual os saraus de poesia apontam com proeminência.

Em junho de 2013 ocorreram alguns protestos descentralizados, entre eles uma manifestação na Avenida M’Boi

³³ Declaração fornecida por Mari, de 17 anos, em entrevista na Brasilândia, em São Paulo, em outubro de 2016.

Mirim, principal avenida que corta o Jardim Ângela. Aqueles que participaram dessa manifestação a relatam com especial orgulho, por terem dado visibilidade a uma avenida relativamente pouco conhecida fora de sua região. Do mesmo modo, durante as ocupações de 2015, uma estudante do Jardim Ângela me relatou com orgulho a fala de um professor de história que relembrava as lutas dos primeiros moradores da região e incentivava os alunos a “olhar pro nosso lado da periferia e começar a reivindicar ali”, pois em suas regiões conseguiriam mais espaço para suas próprias pautas.

Na Brasilândia, a expressão desse desejo de reconhecimento em seus próprios territórios apareceu de forma ainda mais contundente. Durante a ocupação da Escola Martin Egídio Damy, conversei com alguns dos alunos que lá estavam. Entre suas queixas sobre os movimentos sociais, estava a de que a grande maioria dos atos e manifestações políticas ocorrem sempre na região central da cidade. “Tudo [acontece] no Centro, sabe, tudo, tudo, porque só lá vai ser visto. Beleza, mas eu quero ser visto aqui. Vou ficar aqui!”, me disse um aluno do 3º ano do Ensino Médio.

A frase “mas eu quero ser visto aqui” não poderia ser mais significativa. Para ele, sua cidadania só será plenamente reconhecida – cidadania essa representada pela lógica do “ser visto” e, portanto, ser reconhecido como alguém que merece ter suas demandas ouvidas – quando ele for visto em sua própria condição de morador da periferia e *na periferia*. Ser visto sem precisar se deslocar para o centro da cidade é, portanto, parte essencial do processo de reconhecimento enquanto cidadãos plenos pelo qual lutam esses jovens, uma vez que o orgulho de ser da periferia é central em sua identidade.

Considerações finais

a geração da minha mãe [...] essa geração que pegou anos de 1980, teve aquela coisa de *boom* do consumo

[nos anos 2000]... eles ganhavam melhor, melhorou um pouco a situação de vida, [eles pensavam]: “vou comprar aquela televisão louca, vou morar num apartamento um pouco mais para lá e sair daqui”, o que já não é o caso da geração dos meus avós. Meu avô, apesar de agora ser um pouco desiludido assim, ele participava bastante de movimentos sociais para melhorar a região onde a gente mora. O lugar onde a gente mora não tinha luz, não tinha... tipo, não era regulamentado, tinha uma série de problemas e eles, junto com as pessoas da região, chegaram lá e começaram a morar e é o que fez tudo assim. Então, na geração dele, tinha esse negócio de melhorar o lugar e ficar. A geração da minha mãe queria ir embora, eu acho que a minha tá olhando de novo pra periferia, talvez porque os movimentos culturais tenham feito a gente olhar um pouco mais para cá e se identificar com isso, tipo: “Eu sou do Jardim Ângela” e isso significa alguma coisa que não é ruim, agora. (Informação verbal)³⁴

94

O argumento aqui apresentado é, em alguma medida, resumido por Jéssica, moradora do Jardim Ângela e uma das interlocutoras dessa pesquisa. Ela compara o comportamento da geração de seus avós – pioneira na ocupação das periferias e que “participava bastante de movimentos sociais para melhorar a região” – com a geração de seus pais – que viveu o “*boom* do consumo”, “melhorou um pouco a situação de vida” e almejava “morar num apartamento um pouco mais para lá e sair daqui” – e com a sua própria geração – que estaria “olhando de novo pra periferia” devido aos “movimentos culturais”, que teriam “feito a gente olhar um pouco mais para cá e se identificar com isso”.

³⁴ Declaração fornecida por Jéssica, de 18 anos, em entrevista no Jardim Ângela, em São Paulo, em maio de 2016.

Em conexão com essas mudanças em termos de modo de vida e aspirações individuais ou coletivas, procurou-se, neste texto, apontar as diferenças e continuidades em termos de formação política e cultural e mobilização social entre três gerações de moradores das periferias de São Paulo com destaque para a identificação de *esferas públicas subalternas*, nas quais uma *cultura pública* pode se formar. Para a primeira geração, formada no período de fechamento político e luta contra a ditadura militar, a Igreja Católica e as CEB exerceram importante papel para assegurar um espaço seguro de troca e formação política.

A segunda geração, marcada pela *convergência perversa* entre as políticas neoliberais e o desejo de atuação da sociedade civil organizada, formou-se e atuou politicamente em espaços institucionalizados como os partidos, ONGs e o próprio Estado.

Finalmente, a terceira geração, que cresceu sob a *situação crítica* da desestruturação do antigo modo de vida mais comunitário pelo aumento das buscas de soluções individuais para os problemas das periferias, passou a ver nos espaços de atuação oferecidos pelo Estado, ao invés de canais com potencial de ampliação de direitos, formas de limitação e confinamento da atuação política. Desse modo, os coletivos culturais tornaram-se o principal espaço de formação individual e coletiva e disseminação de uma mensagem e empoderamento e valorização identitárias do ser periférico. Da mesma forma, a ação direta descentralizada em manifestações, como em junho de 2013 ou na ocupação de escolas públicas em 2015, mostrou-se como um repertório de ação mais atrativo para essa nova geração, uma vez que os canais de diálogo com o Estado mostraram-se inócuos ou simplesmente fechados.

Na passagem da primeira para a segunda geração de movimentos sociais periféricos observamos uma continuidade quase que “natural” nas pautas e nas origens sociais

e culturais dos sujeitos. Por outro lado, é possível observar profundas alterações em seus repertórios de atuação política. Dos atos públicos, do enfrentamento com a institucionalidade estatal e da contestação da tecnocracia, passou-se para um dinâmica de negociação, cooperação e parceria com o Estado. Agora, quando novos sujeitos políticos parecem emergir de uma dinâmica cultural que dialoga pouco com a realidade passada, um retorno modernizado àqueles repertórios mais contestatórios mostrou-se pragmaticamente necessário diante do fechamento tecnocrático e repressivo do Estado.

Cumprе ressaltar que não se quer afirmar aqui que o “espírito de comunidade”, traduzido na *cultura periférica*, teria adquirido uma posição de prevalência quantitativa ou qualitativa sobre o “espírito da Freguesia”, de caráter mais individualista e que tem na mobilidade social e territorial sua marca. O objetivo do artigo é apontar a existência dessa disputa pela hegemonia nas periferias e destacar as conexões concretas e observadas em termos etnográficos entre as manifestações políticas contemporâneas com os coletivos culturais e os saraus de poesia, apontando como estes têm funcionado como *esfera pública subalterna*, uma vez que trazem à tona *questões públicas* e são fundamentais na formação de novos sujeitos políticos. Ao lado do Estado e dos movimentos sociais, da religião e do “mundo do trabalho” (Feltran, 2014), ainda que também mediado pelo dinheiro e por uma perspectiva de afirmação pessoal (Tommasi, 2013), o “mundo da cultura” emerge como mais um espaço em que os sujeitos podem buscar justificação moral para suas ações, encontrar pontos em comum e se formar politicamente.

96

Leonardo de Oliveira Fontes

doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), pós-doutorando no International Interdisciplinary Postdoctoral

Program (IPP) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo processo nº 2019/13125-2.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ronaldo de. 2004. Religião na metrópole paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 56, pp. 15-27.
- ANTONIO, Gabriel Henrique Burnatelli de; LAHUERTA, Milton. 2014. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 14, pp. 57-82.
- AUYERO, Javier. 2015. The politics of interpersonal violence in the urban periphery. *Current Anthropology*, v. 56, n. 11, pp. 169-79.
- BOLTANSKI, Luc. 2016. Sociologia crítica e sociologia da crítica. In: VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean François (orgs.). *Além do habitus: teoria social pós-bourdieuiana*. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 129-154.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. 1999. The sociology of critical capacity. *European journal of social theory*, v. 2, n. 3, pp. 359-77.
- BOURDIEU, Pierre. 2007. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. 2015. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*. Disponível em: <https://bit.ly/2XBHP9s>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- BURAWOY, Michael. 1998. The extended case method. *Sociological Theory*, v. 16, n. 1, pp. 4-33.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 1984. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2000. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2011. O rap e a cidade: reconfigurando a desigualdade em São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo. (orgs.) *São Paulo – novos percursos e atores: sociedade cultura e política*. São Paulo: Editora 34, pp. 301-20.
- CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. 2016. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta.
- CARDOSO, Ruth. 1982. Duas faces de uma experiência. *Novos Estudos Cebrap*, v. 1, n. 2, pp. 53-58.

- CAVALCANTI, Mariana. 2009. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, pp. 69-80.
- CEFAÏ, Daniel. 2009. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas*, v. 2, n. 4, pp. 11-48.
- CEFAÏ, Daniel. 2017. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... o que no ensina o pragmatismo (parte 1). *Novos Estudos Cebrap*, v. 36, n. 1, pp. 187-213.
- D'ANDREA, Tiarajú Pablo. 2013. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: USP.
- DAGNINO, Evelina. 2004. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, v. 3, n. 5, pp. 139-164.
- DEL ROIO, Marcos. 2017. Gramsci e as ideologias subalternas. In: DEL ROIO, Marcos. (org.). *Gramsci: periferia e subalternidade*. São Paulo: Edusp, pp. 41-64.
- DURHAM, Eunice R. 1978. *A caminho da cidade*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva.
- DURHAM, Eunice R. 1988. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo: passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 377-407.
- FACHIN, Patricia. 2019. *A expansão evangélica no Estado: do Executivo ao Judiciário. Entrevista especial com Ronaldo Almeida*. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://bit.ly/2waxtSE>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. 2011. Transformações sociais e políticas na periferia de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo. *São Paulo: novos percursos e atores: sociedade cultura e política*. São Paulo: Editora 34, pp. 123-144.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. 2014. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, pp. 495-512.
- FONTES, Leonardo de Oliveira. 2018a. Do direito à cidade ao direito à periferia: transformações na luta pela cidadania nas margens da cidade. *Plural*, v. 25, n. 2, pp. 63-89.
- FONTES, Leonardo de Oliveira. 2018b. *O direito à periferia: experiências de mobilidade social e luta por cidadania entre trabalhadores periféricos de São Paulo*. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: UERJ.
- FONTES, Leonardo de Oliveira. 2018c. São Paulo nos anos 2000: segregação urbana e mobilidade social em termos de renda e

- escolaridade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 2, pp. 304-324.
- FRASER, Nancy. 1990. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing. *Social Text*, n. 25/26, pp. 56-80.
- GÓES, Camila Massaro de. 2014. *Existe um pensamento político subalterno? Um estudo sobre os subaltern studies: 1982-2000*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. São Paulo: USP.
- GOHN, Maria da Glória. 2011. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez.
- HABERMAS, Jürgen. 1984. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HALL, Stuart. 1981. Notes on deconstructing 'the popular'. DUNCOMBE, Stephen. *Cultural resistance reader*. New York: Verso.
- JANUÁRIO, Adriano; CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio Moretto. 2016. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. *Revista Fevereiro*, v. 9, pp. 1-26.
- JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. 2013. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.
- LIGUORI, Guido. 2017. Uso do termo "subalternos" em Gramsci e na atualidade. In: DEL ROIO, Marcos (org.). *Gramsci: periferia e subalternidade*. São Paulo: Edusp, pp. 23-40.
- MACEDO, Márcio. 2014. "Periferia é periferia em qualquer lugar": de categoria espacial/analítica à categoria identitária/êmica no movimento hip-hop paulistano dos anos 1980 a 2000". Paper apresentado em III Seminário de Pesquisa da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), São Paulo, 21 a 23 de outubro de 2011.
- MANNHEIM, Karl. 1952. The problem of generations. In: MANNHEIM, Karl. *Essays on the Sociology of Knowledge*. London: Routledge, pp. 276-322.
- MEDEIROS, Jonas. 2017. *Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos*. Tese de Doutorado em Educação. Campinas: Unicamp.
- MODONESI, Massimo. 2017. Da subalternidade ao subalternismo: uma crítica gramsciana aos Subaltern Studies. In: DEL ROIO, Marcos (org.). *Gramsci: periferia e subalternidade*. São Paulo: Edusp, pp. 89-106.
- NASCIMENTO, Érica Peçanha do. 2010. A periferia de São Paulo: revendo discursos, atualizando o debate. *Rua*, v. 2, n. 16, pp. 111-128.

- NOVAES, Regina; ALVIM, Rosilene. 2014. Movimentos, redes e novos coletivos juvenis: um estudo sobre pertencimentos, demandas e políticas públicas de juventude. In: LOPES, José Sergio Leite; HEREDIA, Beatriz. *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação, burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE, pp. 269-302.
- OLIVEIRA, Francisco de. 2007. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, pp. 15-45.
- OLIVEIRA, Francisco de. 2010. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, pp. 21-27.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. 2010. As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. *Lua Nova*, n. 79, p. 143-162.
- PERLATTO, Fernando. 2015. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 53, pp. 121-54.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. 2018. *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo*. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos.
- SADER, Eder. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SCOTT, James C. 1990. *Domination and the arts of resistance*. New Haven and London: Yale University Press.
- SEMERARO, Giovanni. 2017. O protagonismo das periferias e dos subalternos na alternativa desenhada por Gramsci. In: DEL ROIO, Marcos (org.). *Gramsci: periferia e subalternidade*. São Paulo: Edusp, pp. 107-124.
- SILVA, Livia Lima da. 2017. *A literatura fora do lugar: a constituição de poetas e escritores nos saraus das periferias de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Estudos Culturais. São Paulo: USP.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. 2002. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). *Cadernos CRH*, v. 15, n. 37, pp. 81-109.
- SINGER, André. 2012. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TELLES, Vera da Silva. 2006. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, pp. 173-195.

- THOMPSON, Edward Palmer. 1966. *The making of the English working class*. New York: Vintage Book.
- TILLY, Charles. 1978. *From mobilization to revolution*. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company.
- TOMMASI, Livia de. 2013. Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. *Política & Sociedade*, v. 12, n. 23, pp. 11-34.
- WACQUANT, Loïc. 2007. Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. *Thesis Eleven*, v. 91, n. 1, pp. 66-77.
- ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. 1998. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 245-303.
- ZALUAR, Alba. 2000. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.



POPULISM IN BRAZIL'S 2018 GENERAL ELECTIONS: AN ANALYSIS OF BOLSONARO'S CAMPAIGN SPEECHES

Eduardo Ryo Tamaki

*Aluno de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).*

Belo Horizonte, MG, Brasil. eduardo.rtamaki@gmail.com

Orcid: 0000-0001-7728-0520

Mario Fuks

*Professor no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de
Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, MG, Brasil. mariofuks@gmail.com*

Orcid: 0000-0003-2482-295X

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-103127/109>

Introduction

With a long history of populist leaders and movements, Latin America is often considered by scholars to be the land of populism (de la Torre, 2017). In Brazil, as in other Latin American countries, populism dates back to the middle of the 20th century, being one of the primary expressions of the predominant personalism in the politics of the region.

In recent years, however, populism has not attracted much attention from Brazilian scholars. Despite this lack of interest, there is reason to suspect that the last general election in 2018 signals the resurgence of populism in Brazil, aligned with a global wave of rising populist politicians, such as Donald Trump in the United States,

Viktor Órban in Hungary, Recep Erdogan in Turkey, the “Five Star Movement” in Italy, or Rodrigo Duterte in the Philippines.

When it comes to the success or failure of populist leaders, the literature divides explanations into two dimensions: demand and supply. Understanding the demand for populism is crucial if we want to understand how citizens become more likely to accept and defend populist ideals and, hence, elect populist leaders and parties. However, populist attitudes present in a society only have behavioral effects in specific contexts, where leaders operate as a “catalyst in the activation of populist attitudes” (Hawkins and Rovira Kaltwasser, 2019, p. 15).

The present study focuses on the supply aspect, analyzing campaign speeches to answer the question: To what extent is Jair Bolsonaro, the winning candidate of the Brazilian general election of 2018, a populist politician? An issue with no consensus among scholars, journalists, and politicians. For this, we cover his official electoral period, which goes from mid-July to October 26, the day of the second round of voting.

Preliminary analyses indicate that Bolsonaro’s campaign speeches present a mix of populist, patriotic and nationalist traits. His average populist score in the campaign (and even during his first months in office),¹ is higher than that of other Brazilian presidents over the past 20 years. However, it does not reach the level seen in other countries with highly populist leaders because elements of patriotic discourse crowd out the populism in most of his speeches.

The data used for the speech analysis were collected as part of an effort led by *Team Populism*, a team of scholars from Europe and the Americas. Collected from official campaign events and Facebook livestreams, the speeches

¹ Research conducted by Team Populism together with *The Guardian* where Bolsonaro’s first month in office speeches were coded.

were coded by one of the authors with the assistance of Caio Marques, a student from IE University, Spain. The present analysis was enriched by Kirk Hawkins' comments during the coding process.

This paper proceeds as follows: the first section briefly defines populism according to the ideational approach; the second section describes the methodology; and the final section presents our findings and analyses of Bolsonaro's speeches, starting with a score analysis and complemented by a qualitative one.

Populism: Ideational Approach

Populism is not something new. According to authors Norris and Inglehart (2019) "its historical roots can be traced back to the Chartists in early-Victorian Britain, Narodnik revolutionaries in late-nineteenth century Tsarist Russia, Fascist movements in the inter-war decades, Peronism in Argentina, and Poujadism in post-war France" (Norris and Inglehart, 2019, p. 4). As a contemporary political phenomenon, populism receives growing attention with the rise of political figures like Donald Trump in the United States, Viktor Órban in Hungary and Andrés Manuel López Obrador in Mexico. Indeed, in 2017 the *Cambridge Dictionary* elected "populism" the word of the year ('POPULISM' ..., 2017).

However, despite gathering much attention over the past year, as the literature shows, the concept still lacks a consistent definition. Driven by the recent re-emergence of populist forces, scholars worldwide have shifted their focus towards trying to understand populism from its core ideas (Hawkins and Rovira Kaltwasser, 2019; Mudde, 2017). Known as the ideational approach, it states that all forms of populism share one similar element: seeing the world as a Manichaeian and moral struggle between good (the people) and evil (the conspiring elite). This is the concept of populism we adopt.

To Mudde (2004), populism frames the world as being ultimately divided in two different and morally antagonistic groups, “*the pure people*’ versus ‘*the corrupt elite*’, and argues that politics should be an expression of the *volonté générale* (general will) of the people” (Mudde, 2004, p. 543). Therefore, populism is born of three necessary and sufficient conditions: (i) a Manichaeian and moral cosmology; (ii) the creation and defense of “the people” as a homogenous and virtuous community; and (iii) the framing of an “elite” as a corrupt and self-serving entity (Aguilar and Carlin, 2017, p. 2; Hawkins and Rovira Kaltwasser, 2019).

Populist ideas are better expressed in the rhetoric of its leaders. It is a moral discourse, potentially used by any political party or actor, since it is a centralized ideology. Meaning that populism “necessarily appears attached to... other ideologies” (Mudde and Rovira Kaltwasser, 2017, p. 6). By uniting itself with other full ideologies (like socialism and conservatism), populism can take on different forms. The main difference between these subtypes would be whom the movement portrays as “the people” and “the corrupt elite,” as they are malleable and change depending on the context (Aguilar and Carlin, 2016; Hawkins and Rovira Kaltwasser, 2019; Mudde and Rovira Kaltwasser, 2017; Müller, 2016; Kessel, 2016; Reinemann et al., 2017; Taggart and Rovira Kaltwasser, 2015).

106

Methodology

Bolsonaro’s speeches were coded and analyzed using the *holistic grading* method of textual analysis, where coders interpret whole texts instead of counting content at the level of words and phrases. We opted for this technique because it is suitable for diffuse, latent textual meanings, common in political discourses. As Hawkins writes: “a holistic approach works by assessing the overall qualities of a text and then assigning a single grade without any intervening calculations” (Hawkins, 2009, p. 1049).

After designing a simplified guide for evaluating the speeches (rubric), two to three coders conducted the coding process and analysis, making reliability tests along the way to ensure the results (Hawkins, 2009). For Bolsonaro's speeches, Team Populism assigned two trained coders who participated in *The Guardian's* "The New Populism" project.²

Team Populism grades the speeches on a scale of 0 to 2, where 0 is a speech with few if any populist elements and 2 is a highly populist speech, being close to the ideal populist discourse (Hawkins, 2009, p. 1062). This study follows a newer version of this scale, presented on the project made by Team Populism in partnership with *The Guardian*, that classifies 0 as "not populist," 0.5 as "somewhat populist," 1.0 as "populist," 1.5 as "very populist" and leaves 2.0 open for what we will call "perfect populist."

Team Populism's rubric comprised six criteria that represent essential dimensions of populist discourse, according to the ideational approach:³

1. A Manichean view of politics and the world;
2. Use of cosmic proportions to emphasize moral significance and justify arguments;
3. Exaltation of the "will of the people," the "people" as a legitimate source of moral and political authority;
4. Labeling minorities or the opposition as the enemy, as being evil;
5. Arguments in favor of a systemic change often expressed as "revolution" or "liberation";

² Project that coded speeches from leaders around the world and produced the "Global Populism Database": the "most up-to-date, comprehensive and reliable repository of populist discourse in the world" according to *The Guardian* website (Lewis, Clarke and Barr, 2019). The group (44 coders) coded 886 speeches in total, and achieved a high level of intercoder reliability, with a 0.824 Krippendorff's alpha.

³ For more information, see the complete rubric at Hawkins (2009).

6. Adopting an “anything goes” approach towards the “enemies.”

Regarding the corpus, we selected speeches from both official events and Facebook live streams. With the exception of July (that had fewer official pronouncements), we chose at least two speeches per month: one from July, two from August, three from September (one before the knife attack against Bolsonaro and two after), and four from October, the month of the elections.⁴ The choice of grading videos does not affect the average score (Hawkins and Castanho Silva, 2019).

Results: Quantitative Analysis

Before looking at Bolsonaro's score on the populism scale and provide a qualitative analysis of his speeches, we will briefly discuss the reliability of the process using Krippendorff's alpha.

108

Krippendorff's alpha is a coefficient developed to measure the agreement between observers and show that the results are not a product of chance. According to Krippendorff (2011), $\alpha = 1$ indicates “perfect reliability”, and $\alpha = 0$ the absence of reliability. We chose this method because it applies to any number of observers, categories, scale values or measures, and can also use nominal and ordinal data, as well as intervals (Krippendorff, 2011).⁵

For Krippendorff, the social sciences should rely only on variables with reliability above $\alpha = 0.8$, and variables with reliability between $\alpha = 0.667$ and $\alpha = 0.8$ used only for “drawing tentative conclusions” (Krippendorff, 2004, p. 241). Since our α for the campaign speeches was $\alpha = 0.88$, we can assume our data and analysis are trustworthy.

Table 1 shows the individual score given to each discourse, by each coder, and their average score. A quick

⁴ For access to the data, contact one of the authors.

⁵ For more information on Krippendorff's alpha, see Krippendorff (2011).

analysis shows that Bolsonaro's speeches grow in populism: his campaign begins with an average populist score of 0.5 and ends with 0.9, an 80% increase. Our final unit of analysis is his total average campaign speech score (0.5).

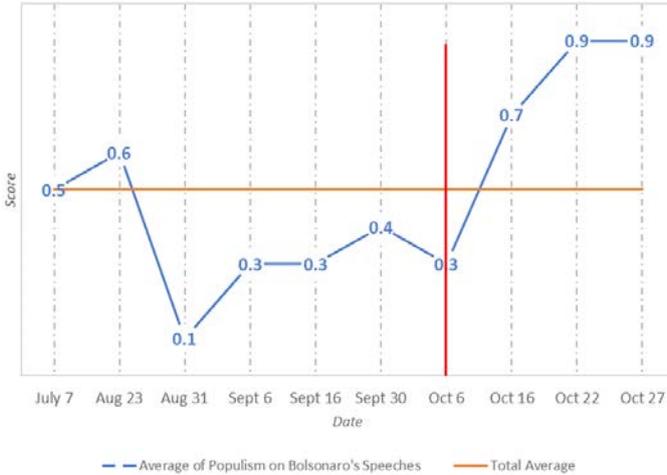
Table 1
Speech Scores

Date	Coder A	Coder B	Average / Final Score (rounded)	Title	Source:
July 7, 2018	0.4	0.5	0.5	1- PSL conference: Official launch of his candidacy for President	YouTube
August 23, 2018	0.6	0.5	0.6	2 – Bolsonaro's speech at Araçatuba	YouTube
August 31, 2018	0.1	0	0.1	3 – Bolsonaro's speech at Porto Velho, Rondônia	YouTube
September 6, 2018	0.3	0.2	0.3	4 – Speech at the Commercial Association of Rio de Janeiro (ACRJ)	YouTube
September 16, 2018	0.3	0.3	0.3	5 – Speech after being stabbed	YouTube
September 30, 2018	0.5	0.3	0.4	6 – Speech at Avenida Paulista	YouTube
October 6, 2018	0.3	0.2	0.3	7 – Speech one day before the first round of elections	Facebook Live
October 16, 2018	0.7	0.6	0.7	8 – Speech right after the first round of elections	Facebook Live
October 22, 2018	1	0.8	0.9	9 – Speech at Avenida Paulista	Facebook Live
October 27, 2018	0.8	1	0.9	10 – Speech the day before second round voting (Facebook Live)	Facebook Live
Total Average	0.5	0.44	0.5		

Source: Team Populism.⁶

Moderately populist, his discourse scores noticeably low at some points, and becomes more populist after October 6. The graphic below (Graph 1) illustrates this progression.

Graph 1
Progression of Populism on Bolsonaro's Campaign Speeches



110

Source: Research “Has demand met supply? An analysis of Bolsonaro’s speeches in Brazilian elections”

The red line indicates the turning point in his speeches, October 6, the first round of the elections. After the first round of voting (October 7), his discourse became gradually more populist going from an average 0.3 on October 6, to a 0.9 on October 27, one day before the second round.

For comparison, Table 2 shows the average scores of other Brazilian presidents over the past 24 years, as well as other international leaders. Their average scores were calculated considering speeches from their presidential terms. Team Populism coded four speeches from different categories: one famous, one international, one ribbon cutting, and one campaign speech (except for Michel Temer).⁷

⁷ For more information about discourse classification, see Appendix 1.

Table 2
Brazil past presidents and international leaders scores

Leaders	Term	Average / Total Score
Luiz Inácio Lula da Silva	2003 – 2011	0.3
Dilma Rousseff	2011 – 2016	0.2
Michel Temer	2016 – 2018	0
Fernando Henrique Cardoso	1995 – 2003	0
International Leaders		
Hugo Chávez	1999 – 2013	1.8
Donald Trump	2017 – today	0.8

Source: Data produced by Team Populism.

His predecessors' average scores vary from 0 to 0.3, not enough to be considered populist. However, these scores are not entirely comparable, since this study only considers Bolsonaro's campaign speeches. Nevertheless, these scores, built on original data, offer the first overview of presidential political discourses in Brazilian politics.

About Lula, with a 0.3 average score, Hawkins (2009) writes:

none of his speeches have much in the way of a Manichaeian quality. Instead, Lula tends to focus on narrow issues and avoids any kind of cosmic proportionality or the mention of historical figures. He consistently emphasizes consensus and negotiation and, while briefly criticizing some individuals or opposition groups (e.g., former president Cardoso and wealthy Brazilians), he avoids characterizing these as evil. He does make brief mention of a popular will in some of his speeches, reminding the audience of his own working-class origins and telling them that he understands their needs (Hawkins, 2009: 1056).

Dilma's speeches, with an average score of 0.2, focus on specific issues, and often do not vilify her opponents.

However, by the end of her second term, during the process of impeachment, she constantly references enemies that might be conspiring against her, subverting the system, and usurping democracy. Temer and Cardoso, with an average score of 0, do not require any detailed analysis since their scores indicate the absence or insignificant presence of populist elements in their discourses.

The second part of table 2 (international leaders) brings a wider perspective to our analyses, as Hugo Chávez and Donald Trump are considered populist leaders. Compared to them, Bolsonaro's campaign level of populism is low. We believe that this is due to the strong presence of patriotic and nationalist traits in his speeches.

Chávez, with a 1.8 average score, presents an actively populist discourse, close to the "perfect populism." It displays a moral and Manichaeian division between good and evil with cosmic proportions. It praises the popular will and the "people" as the true sovereigns and frames the elite as the enemy responsible for subverting the system and harming the people.

112

Trump presents 0.8 as the average score, closer to Bolsonaro's. Although he displays a Manichaeian view of politics and the world, praises the "people", and is consistently against the political elite in power before his election, he is inconsistent, as Hawkins and Rovira Kaltwasser (2018) and a recent article published by *The Guardian* (Smith et al., 2019) reveal.

However, the present study works only with campaign speeches, not Bolsonaro's speeches in office. Also, the selected campaign speeches were given at different places, on different platforms, and to different audiences, so they might have different framing effects that one should consider.

Even if our analyses are limited to the campaign, Bolsonaro's speeches bring to the political scene something that was absent from Brazil for a while: populism.

Nonetheless, Bolsonaro's average score indicates that he is not a perfect or pure populist. In the next section, we analyze passages from his campaign speeches that support our statement and show the patriotism and nationalism traits that prevent him from scoring higher.

Qualitative Analysis: Bolsonaro's populism

The qualitative analysis focuses on the three main dimensions of the ideational approach (Hawkins and Rovira Kaltwasser, 2019): (i) the praise of the popular will or the "people"; (ii) the framing of an elite as corrupt and selfish; and (iii) a Manichaeian view of politics and the world. We illustrate each dimension with a few excerpts of Bolsonaro's speeches, but the discourses were analyzed as a whole. Subsequently, we highlight nationalist and patriotic elements in his speech, further explaining why these traits are incompatible with populism in Bolsonaro's case.

The People, The Good

One of the main dimensions of populism is the belief and praise of popular sovereignty. As the highest principle possible, the "popular will" should be respected and followed above all.

We are indeed different from those who ruled over us over the past 20 years – PT and PSDB. With us, you will be in the first place; you will be our bosses! Together we can change Brazil; we won't have another opportunity!⁸

Nevertheless, this "people" is something malleable; it is a group that changes and reshapes according to context (Reinemann et al., 2017). In his campaign, Bolsonaro builds

⁸ Bolsonaro (2) – Araçatuba (2018).

“people” from a cultural perspective, from traditional and religious values.

Brazil is ours, “good citizens”, workers, conservatives, Christians that preserve family values; that don’t want gender ideology in classrooms; that want Brazil doing business with the entire world, without an ideological bias.⁹

He uses “we” and “our” to highlight his identification with popular ideas among his supporters, which could reflect an attempt to build a homogeneous populist people and their “imagined community.” However, the “people” occupy a secondary position in Bolsonaro’s discourse. Its use is inconsistent and often implicit, playing a supporting role to other preferred terms (e.g., “Brazilians,” “our country,” “our nation,” “(our) Brazil”). Therefore, the “people” end up overshadowed by other elements unsuitable to this people-centrism, which we will soon discuss.

114

The Elite, The Enemy

Besides people-centrism, to classify someone as a populist, their speech must vilify an elite as the source of all “evil,” selfish and corrupt, responsible for conspiring against the people to usurp their power. According to Hofstadter (1996): “this enemy is clearly delineated: he is a perfect model of malice, a kind of amoral superman: sinister, ubiquitous, powerful, cruel, sensual, luxury-loving” (Hofstadter, 1996, as cited in Hawkins, 2009, p. 1044).

In his campaign discourses, Bolsonaro openly acknowledges the opposition (the left and PT) as being his enemies, addressing the PT government as corrupt, inefficient, and responsible for executing a plan to spread its ideology while in power. Also, Bolsonaro holds PT accountable for the undermining of the traditional family and its values. Bolsonaro

⁹ Bolsonaro (9) – Av. Paulista (September, 2018).

uses belligerent language when addressing PT, becoming more aggressive as the elections approach, and openly defends non-democratic means to defeat his political enemy.

Petralhada,¹⁰ you will all go to the **edge of the beach**,¹¹ you won't have any more shots in our homeland, because I will cut off all of your luxuries. You won't have any more NGO's to satisfy your hunger for mortadella.¹² It will be a purge never seen in the history of Brazil!¹³

At times, populists might build “the enemy” in an obscure way; however, one may identify “the enemy” by analyzing the communicative context (Reinemann et al., 2017). In the following example, it is possible to determine that the enemy is PT: “No one is going to leave this homeland, because this homeland is ours [and] not this gang with a red flag and “brain-washed” [sic].¹⁴

Manichaeian Division

Praise of popular sovereignty and identifying an enemy are both necessary characteristics, but insufficient to classify someone as populist. A populist speech also depends on dividing the world into two morally opposed poles: good and evil.

But right now is polarized: it's us and PT; it's the Brazil green and yellow, and them, that represent Cuba, represent

¹⁰ Reference to PT affiliates, a wordplay with the words “Metralha” from the Brazilian Portuguese translation of the Beagle Boys (mobsters) + Petista (member of PT).

¹¹ Reference to a place where political prisoners were taken during the military dictatorship.

¹² Leftist activists are also called “mortadella sandwich”.

¹³ Bolsonaro (9) – Av. Paulista (October, 2018).

¹⁴ Bolsonaro (9) – Av. Paulista (October, 2018).

the Venezuelan government, with its flag that is red with a hammer and sickle on top of it. Let's change Brazil!¹⁵

For Bolsonaro, there is a moral distinction between those who “defend the traditional family and values” and those who oppose it.

After all we are left with only two paths: the one of prosperity, freedom, family, of being on God's side, by the side of those who have a religion and those who do not have, but are also competent [sic]; and the other we are left with the Venezuelan way. We don't want that for our Brazil. The other candidate [the one from PT], we know who surrounds him and who he seeks advise from and where. We don't want that kind of people back on the Palácio do Planalto [The Presidential Palace].¹⁶

116

Even when being vague, his use of certain expressions (e.g., “our side and their side,” “good citizens”) denotes a moral division: “The other side is the return of the past, is the corruption, the lies, the contempt of family, is the approximation of dictatorships”.¹⁷

He sees and treats the opposition as the people's enemy, with no in-between: either you are with them, or against them.

You, Petralhas, will see a Civil, and Military police with legal rearguard to uphold law on your back. Bandits from MST,¹⁸ bandits from MTST,¹⁹ your actions will be typified as terrorism; you will not terrorize the countryside and the

¹⁵ Bolsonaro (7) – One day before first round (2018).

¹⁶ Bolsonaro (8) – Right after the first round of elections (2018).

¹⁷ Bolsonaro (10) – One day before second round of elections (2018).

¹⁸ Landless Worker's Movement.

¹⁹ Homeless Workers Movement.

cities any more! Either you fit in and fall in line or you will keep company to the “drunkard” in Curitiba!²⁰

Although present, the Manichaeian division is inconstant. At times, likely as a reaction to criticism, his speeches highlight the unity of the Brazilian society:

Let’s unite white and black, straight and gay, also trans, there is no problem, everyone does whatever they want, be happy [sic]. Let’s unite northeasterners and southerners, we will silence these small separatist movements we see in Brazil, unite rich and poor... Let’s unite employers and employees, not boost the discord between them. Indeed, one needs the other.²¹

Patriotism and Nationalism

Although showing the main elements of populism, Bolsonaro’s discourse does not score high on the populism scale, mainly because his speech also contains patriotic and nationalist traits inconsistent with his populism. These elements are not necessarily incompatible with populism; it is possible to identify subtypes of populism that derive from interactions between these discourses. Norris and Inglehart (2019) classify Trump’s populism as an *authoritarian populism*, while Jenne, Hawkins, and Castanho Silva (2019) test speeches from several world leaders for *ethnopolulist* frames. That is not the case for Bolsonaro. His patriotic and nationalist traits compete with populism, leaving considerably less room for the “people” in his discourse.

Both patriotic and populist speeches can present a Manichaeian view of the world and politics, and an anti-elite

117

²⁰ Bolsonaro (9) – Av. Paulista (October, 2018).

²¹ Bolsonaro (1) – Official launch of his President candidacy (2018).

rhetoric. The main difference is that patriotism, unlike populism, emphasizes the State. As Hawkins, Amado and Cranney (2010) state:

The State has an existence that is more independent of the individuals in it. We must all revere the state, and the state, in turn, protects and blesses us, but no one of us is a bearer of the state in the same way that we are the bearers of our national identity. (Hawkins, Amado and Cranney, 2010, p. 14)

As O'Donnell (1979) writes, the State stands above society. Nothing is above the State (Hawkins, Amado and Cranney, 2010); it goes beyond territory and institutions, it is rooted in traditions, values, and symbols like the national anthem, the flag, and its colors. Not coincidentally, Bolsonaro's campaign motto was "Brazil above everything, God above all."

118 Bolsonaro's campaign does not claim to be the agent of the people or the guardian of the popular will, but rather Brazil's savior, protector of the nation and the State against the enemy that has been in power for a decade. However, it is unclear whether he is referencing "the nation" or "the State" – sometimes it can be either. According to Jenne, Hawkins, and Castanho Silva (2018), nationalist discourse restricts the boundaries of a sovereign ethnos to the group considered nationally dominant. Thus, "when political actors utilize national rhetoric, this has the effect of re-inforcing or adjusting these boundaries in the public imagination" (Jenne, Hawkins and Castanho Silva, 2019, p. 8).

Drawing from these ideas and the nationalism rubric in Jenne, Hawkins, and Castanho Silva²², we identified the presence of patriotic and nationalist traits in Bolsonaro's

²² For the complete classification and the rubric, see Jenne, Hawkins and Castanho Silva (2019).

speeches. First, there is subtle praise of the virtues and distinctiveness of what he identifies as the “nation’s core”:

We the Brazilian people (*Brasileiros*) say that there is something more, way more important than our lives: our freedom! Because men or women imprisoned have no life! With your strength, let’s make Brazil! I am here because I believe in you, you are here because you believe in Brazil, this Brazil is ours! Our flag is green and yellow! [sic].²³

And what I want, if that’s God’s will, is from next year’s January, not to be an army captain anymore, but to be a soldier of our Brazil [sic].²⁴

I’m here because I believe in you, you are here because you believe in Brazil!²⁵

Table 3 illustrates this difference:

119

Table 3
Differences between populism, patriotism and nationalism

	Populism	Patriotism	Nationalism
Greatest value	The people	The State	The nation
The leader is	Agent of the people	Protector of the State	Savior of the Nation

Source: Author’s elaboration.

Ultimately, the core element of Bolsonaro’s speeches is not the people, but the state and the nation. Terms like “Brazil,” “our flag,” and “nation” appear repeatedly, leaving less room for the “people”; “we” and “the people” are interchangeable with “the nation.” Bolsonaro also repeatedly

²³ Bolsonaro (1) – Official launch of his President candidacy.

²⁴ Bolsonaro (2) – Araçatuba (2018).

²⁵ Bolsonaro (9) – Av. Paulista (October, 2018).

references the nation's name, "Brazil." We argue that this is mostly because words like "people" are heavily associated with the left, to PT – his main opposition –, and becomes a strategy to distance himself from what he frames as the "enemies."

I know what is at stake in this approaching moment: it is the destiny of this great nation called Brazil.²⁶

[Voting for Bolsonaro] You are saving mine, yours, our Brazil!²⁷

We are only one country, one homeland, only one nation, only one green and yellow heart. Together we can really make Brazil a great nation [sic].²⁸

Also present is the rhetorical frame that argues for protecting the national group status to save the whole nation (Jenne, Hawkins and Castanho Silva, 2019). This referenced group, seen in the previous quotes, is not the currently politically dominant, but the real Brazilians who are, in a profoundly conservative way, in favor of the traditional family. "We have fought against fascism, and we are fighting PT now, which is a fascist party. They lie and try to blame me for things that are their fault [sic]."²⁹

As shown, nationalist and patriotic elements coexist with populism in Bolsonaro's discourse, but do not combine to form an "ethnopolitism" or "patriotic populism." Although scoring 0.5 means he is "somewhat populist," his use of "people-centrism" is inconsistent, as illustrated by our analysis.

²⁶ Bolsonaro (1) – Official launch of his President candidacy.

²⁷ Bolsonaro (9) – Av. Paulista (October, 2018).

²⁸ Bolsonaro (2) – Araçatuba (2018).

²⁹ Bolsonaro (1) – Official launch of his candidacy for President.

Concluding remarks

In light of all the analyzed data, can we describe Bolsonaro as a populist leader? Although presenting a low average populist score of 0.5, Bolsonaro's campaign speech exhibits all three main dimensions constitutive of populism. As Mudde and Rovira Kaltwasser (2013) state, the peculiarity of populism as a set of ideas lies precisely in the combination of these three elements.

However, Bolsonaro is far from being a "perfect populist." The patriotic and nationalist elements in his discourses eclipse the "people", lowering his populist score.

Our analysis focuses on his presidential campaign and should not be used to draw any final profile regarding his ongoing presidential term. As Hawkins, Amado and Cranney (2010) argue, campaign speeches may be more populist than speeches in government since both frame conditions and external contexts are prone to change. Discourses given on different platforms may exhibit different levels of populism since they are designed for different audiences and, therefore, written for different purposes (Wiesehomeier, 2019).

Our next step involves expanding our analysis to cover Bolsonaro as president. Initial research by Team Populism and *The Guardian* show that he maintained a score of 0.5 even after elected; compared with other Brazilian presidents (Temer, Dilma, Lula, and Cardoso), in his first months in office, he already scores higher than his predecessors.

Finally, examining Bolsonaro speeches is the first step towards a better understanding of what happened in Brazil in the polarized 2018 general elections. Brazil might be a case in which demand for populism meets supply, but this can only be understood by comparing the supply of populists with the demand for populism among voters, what requires analysis of public opinion data. We hope that our study can contribute to the debate about populism and its different manifestations both in Brazil and worldwide.

Eduardo Tamaki

is a Master's student in the Political Sciences Graduate Program by Universidade Federal de Minas Gerais. He is a member of Centro de Estudos do Comportamento Político (Cecomp) and of Team Populism.

Mario Fuks

is a professor of the Department of Political Sciences of Universidade Federal de Minas Gerais. He is the director of Centro de Estudos do Comportamento Político (Cecomp) and administrates the thematic area "Political Behavior" of Associação Brasileira de Ciência Política.

Bibliography

- AGUILAR, Rosario; CARLIN, Ryan. 2017. Ideational populism in Chile? A case study. *Swiss Political Science Review*, v. 23, n. 4, pp. 404-422.
- DE LA TORRE, Carlos. 2017. Populism in Latin America. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal; TAGGART, Paul; ESPEJO, Paulina O.; OSTIGUY, Pierre (ed.). *The Oxford handbook of populism*. Oxford: Oxford University Press. pp. 250-274.
- HAWKINS, Kirk A. 2009. Is Chávez populist? Measuring Populist discourse in comparative perspective. *Comparative Political Studies*, v. 42, n. 8, pp. 1040-1067.
- HAWKINS, Kirk A.; AMADO, Mayavel; CRANNEY, Stephen. 2010. Beyond populism: a typology of elite political discourse with some examples. Paper presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association, Washington, DC, September 1-5.
- HAWKINS, Kirk A.; CASTANHO SILVA, Bruno. 2019. Textual analysis: big data approaches. In: HAWKINS, Kirk A.; CARLIN, Ryan; LITTVAY, Levi; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal (ed.). *The ideational approach to populism: concept, theory, and method*. New York: Routledge. p. 27-48.
- HAWKINS, Kirk A.; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. 2018. Measuring populist discourse in the United States and beyond. *Nature: Human Behaviour*, v. 2, pp. 241-242.
- HAWKINS, Kirk A.; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. 2019. Introduction: the ideational approach. In: HAWKINS, Kirk A.; CARLIN, Ryan; LITTVAY, Levi; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal

- (ed.). *The ideational approach to populism: concept, theory, and method*. New York: Routledge. pp. 1-41.
- JENNE, Erin; HAWKINS, Kirk A.; CASTANHO SILVA; Bruno. 2018. *Populism and Nationalism in Central and Eastern Europe*. Paper presented at the workshop “Future of Political Parties”, Berlin, May 17-18.
- JENNE, Erin; HAWKINS, Kirk A.; CASTANHO SILVA; Bruno. 2019. What’s in a speech? Mapping populist and nationalist rhetoric of government leaders across Europe and North America. Paper presented at APSA Annual Meeting 2019, Washington, DC, August 29-September 1.
- KESSEL, Stijn van. 2016. The surge of ‘exclusionary’ populism in Europe. *Comparative Politics Newsletter*, v. 26, n. 2, pp. 81-86.
- KRIPPENDORFF, Klaus. 2011. Computing Krippendorff’s alpha-reliability. *Departmental Papers*, pp. 1-10.
- KRIPPENDORFF, Klaus. 2004. Reliability. In: KRIPPENDORFF, Klaus. *Content analysis: an introduction to its methodology*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage. pp. 211-257.
- LEWIS, Paul; CLARKE, Seán; BARR, Caelainn. 2019. How we combed leaders’ speeches to gauge populist rise. *The Guardian*, 2019 Mar. 6. Available from: <https://bit.ly/34fw7SW>. Access in: 2020 Apr. 6.
- MUDDE, Cas. 2004. The Populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, pp. 541-562.
- MUDDE, Cas. 2017. Populism: an ideational approach. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal; TAGGART, Paul; ESPEJO, Paulina O.; OSTIGUY, Pierre (ed.). *The Oxford handbook of populism*. Oxford: Oxford University Press. pp. 45-70.
- MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. 2013. Populism. In: FREEDEN, Michael; STEARS, Marc (ed.). *The Oxford Handbook of political ideologies*. Oxford: Oxford University Press. pp. 578-600.
- MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. 2017. *Populism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- MÜLLER, Jan-Werner. 2016. *What is populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. 2019. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- O’DONNELL, Guillermo. 1979. Tensions in the bureaucratic-authoritarian state and the question of democracy. In: COLLIER, David (ed.). *The new authoritarianism in Latin America*. Princeton: Princeton University Press. pp. 285-318.

- 'POPULISM' revealed as 2017 Word of the Year by Cambridge University Press. 2017. *University of Cambridge: News*, 2017 Nov. 30th. Available from <https://bit.ly/2xOxFao>. Access in: 2020 Apr. 3rd.
- REINEMANN, Carsten; AALBERG, Toril; ESSER, Frank; STRÖMBÄCK, Jesper; VREESE, Claes H. 2017. Populist political communication: toward a model of its causes, forms, and effects. *In: AALBERT, Toril; ESSER, Frank; REINEMANN, Carsten; STRÖMBÄCK, Jesper; VREESE, Claes H. (ed.). Populist political communication in Europe*. New York: Routledge. pp. 12-29.
- SMITH, David; LEWIS, Paul; HOLDER, Josh; HULLEY-JONES, Frank. 2019. The Teleprompter Test: Trump's rightwing populism not his own. *The Guardian*, 2019 Mar. 6. Available from: <https://gu.com/p/akc76?CMP>. Access in: 2020 Apr. 6.
- TAGGART, Paul; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. 2015. Dealing with populists in government: some comparative conclusions. *Democratization*, v. 23, n. 2, pp. 345-365.
- WIESEHOMEIER, Nina. 2019. Expert surveys. *In: HAWKINS, Kirk A.; CARLIN, Ryan; LITTVAY, Levi; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal (ed.). The ideational approach to populism: concept, theory, and method*. New York: Routledge. pp. 90-112.

Appendix 1

Criteria for Selecting Speeches

Generally, we need a speech that is at least 2-3 pages long, or about 2,000 words, in order to have enough text to analyze. We will use an extremely long speech (>5 pages) if it is the only one available in the category or is clearly the right speech for that category (as in the case of a famous speech), but given a choice, we prefer something shorter to make our work a little easier. We will also use an extremely short speech (1 page or less), but only if it is the *only* speech available. When the leader has been in office several years (for example it is the last year in a 6-year term) and there are a variety of speeches available for a category, we generally prefer the most recent ones because they are the easiest to find. To ensure comparability of coding across speeches and leaders, we need to have transcriptions rather than video recordings.

125

Campaign

Here we ask for a speech given during this chief executive's latest campaign for office. Keep in mind the above criteria, especially length. Campaign speeches are often the hardest to find because they were given before the person was elected, and so they are usually not recorded on any government website. Be prepared to call the political party or the office of the chief executive to speak to someone who was involved in the campaign. If it is impossible to get a speech for the person's own campaign, we will take a speech that he/she gave for some other candidate's campaign (for example, for members of the legislature during a mid-term election). If several speeches are available, we prefer the closing speech of the campaign to the opening speech, and a speech given to a large public audience over one given at a party convention.

Ribbon-cutting

This is a speech given at some kind of public ceremony dedicating a government building or project, typically a road, park, or building. You will likely find a number of these on the government website. Given a choice, look for a speech that is given to a small, local audience rather than a national one, and to a domestic audience rather than an international one—we prefer something obscure in order to see whether the chief executive uses a populist discourse in settings with little apparent significance. If you have a lot to choose from, pick the most recent.

International

Here we are looking for a speech whose primary audience, or a significant part of the audience, consists of citizens from other countries—leaders, diplomats, or even ordinary people. There will be quite a few international speeches available, including on non-government websites. For consistency, we encourage you to look for a speech given outside the country, with as small of a domestic audience as possible. UN speeches are especially good as long as they are long enough.

126

Famous or most popular

In this category, we seek for a speech that is widely regarded as one of the best-known and most-popular speeches given by this leader. Of course, some leaders don't give very popular speeches, but we at least want one of their best-known speeches. As someone who knows this country well, you are in a good position to pick what you think is a particularly appropriate speech. We encourage you to contact the office of the chief executive or the political party and ask them for a recommendation. They will often suggest an inaugural speech (when the chief executive actually took office) or an annual report to the nation, but not necessarily.

You should not feel obliged to use one of these particular speeches if you know of another one that is more famous (or notorious). Talk to a couple of people if you feel unsure.

Source: Team Populism



AS POLÍTICAS DE ABATE SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Amélia Cohn

Docente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Saúde da Universidade Santa Cecília. E-mail: cohn.amel@gmail.com

Orcid: 0000-0001-2416-2624

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-129160/109>

O cotidiano dos meios de comunicação e das redes faz com que passemos da perplexidade ao riso da indiferença como arma de proteção diante do descabro atual da situação política do país. O pudor e a delicadeza impedem as citações das declarações escatológicas do atual mandatário (Jair Messias Bolsonaro). No entanto, o compromisso analítico para buscar entender a realidade atual demanda que se destaquem algumas delas, dentre as não escatológicas, por serem altamente esclarecedoras:

Os caras vão morrer na rua igual barata, pô. E tem que ser assim. (Maia, 2019)

Ideologia de gênero é coisa do capeta. (Ideologia..., 2019)

Sou o capitão motosserra. (Barbosa, 2019)

Todo mundo gostaria de passar a tarde com um príncipe. Principalmente vocês, mulheres. (Senra, 2019)

Quilombola não serve nem para procriar. (Bolsonaro..., 2017)

Enquanto eu for presidente, não tem demarcação de terra indígena. (Putti, 2019)

Esse cardápio, frugal diante da extensão de possibilidades de escolha apresentadas, demonstra que os direitos fundamentais e sociais dos cidadãos no país estão na mira de um ataque mortal, abarcando a gama das diversidades das situações sociais e suas distintas identidades. Não basta atualmente distinguir entre pobres e não pobres, pois os crios sociais da diversidade constituem os alvos do combate ao que não for considerado de forma estrita pelo segmento dos mandatários atuais como “normalidade” social. A questão para análise que se apresenta como desafio é buscar delinear a natureza dessa avalanche destrutiva das conquistas sociais do país, a partir de 2019, que sucede um período da jovem democracia brasileira em que a concretização dos direitos dos cidadãos contemplados na Constituição de 1988 avançou de forma significativa, sobretudo a partir de 1995 (governos Fernando Henrique Cardoso), e mais acentuadamente a partir de 2003 (governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff). O que foge à normalidade imperativa dos governantes coincide, em sua maioria, com os segmentos pobres e negros da sociedade, bem como com os grupos LGBTQI+, quilombolas e indígenas, que “se atrevem” a estarem assentados em terras ricas em minério e florestas, e que ousam, tais como aqueles, contar com o direito constitucional às suas terras.

A partir de 2016, após o impedimento de Dilma Rousseff, acirrou-se a disputa entre dois projetos opostos, configurada pela radicalidade do projeto neoliberal que a nova ordem representa a partir de então, em contraponto às propostas socialdemocratas, em suas várias versões, em vigência desde 1995. A presença na agenda pública desses dois

projetos em disputa na atual conjuntura pressuporia um ambiente democrático em que essas distintas narrativas deveriam competir, observadas as regras da reciprocidade de reconhecimento de sua legitimidade. No entanto, o ambiente atual caracteriza-se por contextualizar a morte “branca” da ordem democrática, o não reconhecimento do contraditório; o não funcionamento legítimo das instituições democráticas, apesar de sua formal legalidade, em muitos dos casos. De fato, a questão que se coloca é como enfrentar o tema da justiça social e das políticas públicas de corte social (em particular) quando a gestão do social caracteriza-se por um forte traço segregacionista, excludente, com laivos explícitos de natureza fascista?

Diante da catástrofe atual, torna-se imperativo buscar as contradições enraizadas no passado que permitam esclarecer o retrocesso que se vive hoje na área social com o intuito de vislumbrar possibilidades propositivas nesta conjuntura tão desfavorável. Em outras palavras, de se redefinir as linhas do horizonte, vale dizer da utopia, para que ela cumpra sua função, a de nos fazer caminhar, tal como Fernando Birri, o diretor de cinema, a define, numa entrevista concedida juntamente com Eduardo Galeano, que a difundiu (Labaque, 2016, p. 16).

131

Principais traços das políticas sociais até 1988

A nova ordem ditada pela Constituição de 1988 é forjada no seio de um perfil de rede de proteção social constituída ao longo daquele século que tem como característica ser composta por um conjunto de políticas sociais fragmentadas entre si, com seus ritmos e trajetórias específicos traçados sem sincronismo, contando com fontes distintas de financiamento sem garantias constitucionais, e não configurando o acesso a serviços e benefícios sociais como direitos. O acesso a estes era determinado pelo acesso ao mercado, em particular ao mercado de trabalho do setor privado, via previdência social e o mecanismo de contribuição compulsória.

Assim, pode-se distinguir o acesso a esses serviços e benefícios entre aqueles contributivos (previdência social, sob a forma de seguro social), assistencialistas (filantropia) e os que se configuravam como dádiva, num complexo jogo entre reciprocidade, indiferença e piedade (Caillé, 2014, 42-59).

A herança do século passado é a de que as formas de regulação social forjadas por meio de políticas sociais, apesar de sua diversidade, tinham como sentido essencial dar suporte ao mercado produtor desses serviços, e operador desses benefícios. No primeiro caso, por meio da compra de serviços privados para satisfação da demanda criada pela Estado (exemplo, direito à assistência médica previdenciária por parte dos trabalhadores assalariados urbanos); no segundo caso, fomentando o mercado e a circulação de mercadorias via aumento da capacidade de consumo desses trabalhadores quando não mais aptos para o trabalho. Foi dessa forma que o setor da saúde, no país, foi privatizado muito precocemente, a partir das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), em 1923, até o Instituto Nacional de Assistência Médica Previdenciária (Inamps), criado em 1977 e extinto em 1993, período em que se constituiu um dos setores privados mais robustos da economia nacional e dentre os setores privados de saúde latino americanos. Já no caso da educação, a privatização do setor passa a ocorrer de forma acentuada a partir do golpe civil-militar de 1964.

Assim, independentemente dos regimes políticos e dos modelos de desenvolvimento econômico adotados durante o século XX, na área social evidencia-se como variável permanente a concepção do social como produto virtuoso do projeto desenvolvimentista (em suas várias acepções) assumido numa sociedade fundada no trabalho formal. Daí decorrem duas consequências imediatas e estruturais na área social: os direitos sociais, concebidos essencialmente como direito ao acesso a benefícios e ao consumo de serviços sociais, e regulados pela condição dos indivíduos no mercado de

trabalho, regulado ele também pelo Estado. A reconhecida *cidadania regulada*, tal como analisada e formulada em estudo pioneiro de Wanderley Guilherme dos Santos (Santos, 1979); e com isso, no pós-1988, a dificuldade de se dissociar, no imaginário social, a condição de indivíduos portadores de direitos cidadãos da sua condição de mercado. Esse crivo do mercado ocorre na disponibilidade da oferta e do acesso aos serviços sociais, tanto em termos da fragmentação da sua oferta quanto da segmentação da clientela e dos usuários, em todos os setores das políticas sociais. Eis um traço de raiz da rede de proteção social brasileira que persiste até mais de 30 anos após a promulgação da Constituição brasileira. O que se traduz num quadro que Ferreira de Souza traça ao longo do século como um traço de nossa história marcado pela “determinação institucional da desigualdade e de seu caráter inercial” (Ferreira de Souza, 2018, p. 284). E que se expressa no que Medeiros (Medeiros, 2016, p. 176) denomina de “políticas de igualdade por inclusão”, que reconhecem direitos de uma parte da população buscando recuperar o atraso relativo dos demais, sem contudo afetar a pirâmide da concentração de renda.

A questão da pobreza e das desigualdades sociais naturalizadas, quando não revestidas dos preconceitos inerentes a uma sociedade de origens escravocratas, segue concebida como própria de nossa “natureza” social, numa ordem em que cada segmento social deve ocupar seu lugar específico, constituindo as exceções fenômenos da “meritocracia”. Esta, por sua vez, enraizada nas diferenças estabelecidas pelo mercado e reafirmadas pelo sistema de proteção social brasileiro, altamente diferenciador das “castas” de trabalhadores, inter e intra categorias, sejam eles do setor público ou privado. Revestindo-se a previdência social enquanto seguro social como eixo central da montagem da rede de proteção social no país, as demais políticas setoriais giram em torno dela como uma constelação desequilibrada,

cada uma tendo suas prioridades e implementação definidas de forma autônoma, sem sincronia. Daí resultam duas características básicas que a nova ordem constitucional herda ao mesmo tempo que proclama e alça a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos como direitos sociais: os direitos historicamente conquistados no decorrer do século XX, ao contrário do que ocorre na construção dos Estados de Bem-Estar Social, aqui espelham as diferenças e desigualdades geradas pelo mercado, quando muito configurando uma proteção social de caráter distributivo intergeracional. E a outra, a da privatização precoce e facilmente absorvida das instituições prestadoras de serviços, que passam a ter no Estado a fonte segura para sua demanda. Daí a consolidação da representação social dos direitos sociais enquanto privilégios, exatamente porque altamente diferenciados, advindos de lutas de corporações dos trabalhadores, dos setores público e privado.

134

Nessa experiência histórica de construção do sistema de proteção social não há lugar para a questão da pobreza, relegada à filantropia privada, ou à iniciativa da esfera privada individual sob a forma de dádiva; a pobreza é naturalizada, e a desigualdade social ignorada. Isto porque a questão social, se na época da República Velha consistia numa questão de polícia, no período pós varguista consistia numa questão de industrialização e construção de um Estado nacional, com um padrão de regulação social estrito associado à repressão política; e no período desenvolvimentista à solução via um projeto econômico que visava levar o mercado, e com isso a inclusão social via emprego, a todo o território nacional. O projeto econômico, assim, sempre prevaleceu sobre qualquer projeto social, tornando-os mesmo incompatíveis entre si enquanto concepção, uma vez que o próprio desenvolvimento econômico, acreditava-se, levava ao desenvolvimento social, subproduto daquele. Oportuno resgatar Jessé Souza:

Tudo acontece como se esses indivíduos [os brasileiros, independentemente de sua classe ou pertencimento social] essencialmente semelhantes apenas diferissem na renda que ganham e que o progresso econômico seria, portanto, o *Deus ex machina* ao qual caberia resolver problemas como desigualdade, marginalização e subcidadania. Existe entre nós uma crença “fetichista” no progresso econômico, que faz esperar da expansão do mercado a resolução de todos os nossos problemas sociais. (Souza, 2003, p. 51)

Interessante notar que, em decorrência, a área social até então jamais foi concebida enquanto um setor da economia que gera capital e desenvolvimento tecnológico, e que, portanto, pode se tornar estratégico para o próprio desenvolvimento econômico. Isto mesmo quando, por exemplo, via Inamps, a produção de serviços de assistência médica pelo setor privado, e os *inputs* e *outputs* que então já gerava, tornou-se a partir de meados da década de 1970 o principal prestador de serviços para a população previdenciária, portanto, para os trabalhadores urbanos do setor privado da economia e seus dependentes. Talvez o caso mais expressivo dessa submissão do social ao econômico seja o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que das 31 metas somente uma era destinada à área social, a educação, voltada à qualificação da mão de obra demandada pelo projeto de desenvolver o país num ritmo de “50 anos em 5”. E foi com ele que se esgotou o modelo de desenvolvimento via substituição de importações.

Esse período desenvolvimentista deixa como legado uma rede de proteção social capitaneada pela previdência social enquanto mecanismo de extensão de direitos sociais de natureza contributiva, e que atendeu a duas frentes de articulação com as propostas de desenvolvimento econômico: a previdência social como mecanismo de captação da poupança individual dos trabalhadores assalariados urbanos

via regime de capitalização pelo Estado que destinava esses recursos para investimentos públicos na área de infraestrutura (na década de 1950 a Petrobrás e a construção de Brasília no período Kubitschek, por exemplo); e a ação do Estado como impulsionador do setor privado de produção de serviços sociais, e com isso um padrão de acumulação privada na área social que não obedece às leis estritas da concorrência do mercado, exatamente por ter sua demanda garantida pela ação pública.

Outra característica herdada na área social é a tradição de políticas altamente centralizadas e hierarquizadas entre as esferas federadas, cabendo aos estados e municípios pouca autonomia na definição das prioridades na área social e sua grande dependência de recursos e das prioridades definidas na esfera federal. Os programas e as políticas sociais, à época, desconheciam o exercício do controle público (comumente denominado de controle social pela literatura especializada hoje corrente), expressando-se as demandas sociais por meio de partidos políticos, organizações sindicais e alguns movimentos sociais externos aos espaços institucionais então existentes. Talvez seja o caso de se lembrar, na década de 1950, das Ligas Camponesas, por exemplo.

O golpe civil-militar de 1964 radicaliza aqueles traços da rede de proteção social brasileira que vinham sendo consolidados: por meio de mecanismos específicos de financiamento, dentre eles a partir do início de 1974 pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e pelo Conselho de Desenvolvimento Social criados pelo governo do Gal. Ernesto Geisel (Cordato, 1996), componentes de uma reforma administrativa visando “modernizar” o Estado. E ao mesmo tempo que se acentua a privatização da área social sustentada pelo Estado via políticas sociais paradoxalmente ampliam-se, num regime ditatorial, direitos sociais, sobretudo via previdência social, como a extensão da cobertura para os trabalhadores rurais, a partir de 1972 (embora

o Estatuto do Trabalhador Rural date de 1962), e para os empregados domésticos. Estes fatos ressaltam um traço paradoxal da história do país na área social: até 1988 uma extensão expressiva dos direitos sociais deu-se em regimes ditatoriais ou acentuadamente autoritários, em que as políticas sociais atuavam essencialmente como forma de captação de recursos da poupança individual privada e compulsória dos assalariados e como mecanismo de regulação social, no sentido de sua normatização, mais do que como mecanismo de legitimação do poder, uma vez que este se dava pela força. Os períodos de governo de Getúlio Vargas são expressivos, embora seja necessário reconhecer que a extensão dos direitos sociais na década de 1970 tenha ocorrido num período que se caracterizava pelo início da busca de uma distensão “gradual, lenta e segura” para uma ordem democrática.

A ebulição social dos anos de 1970 no país foi marcada pela mobilização dos operários, dos movimentos sociais congregando distintos atores sociais para além das classes assalariadas urbanas e rurais, tendo como eixo das reivindicações a restauração de uma ordem democrática e a conquista de direitos civis, políticos e sociais. Na inúmera gama de estudos a respeito da transição democrática brasileira a partir da década de 1970, sobretudo a partir de 1975, a unanimidade gira em torno do fato de que se tratou de uma transição sem ruptura com o ordenamento social anterior, o que por sua vez tem como consequência o fato de que esse processo redundou na imposição de limites estreitos à nova ordem que então se gestava.

O regime democratizante instituído após o fim da ditadura militar deu-se num pacto também conhecido como “transição transada”. Foram suas condições de veto às eleições gerais diretas em 1984 e a eleição presidencial da chapa Tancredo-Sarney, em 1985, pela via indireta do espúrio colégio eleitoral, sob controle das forças oligárquicas e monitorado

pela cúpula do regime da farda, que se retirava da cena, mas não se rendia. (Hardman, 2019, p. 121)

No que importa aqui resta ressaltar que a luta por novos direitos vinha atrelada ao que Sergio Arouca, um dos líderes do movimento sanitário que se inicia em 1975, denominava como “luta por um projeto civilizatório”: a reconquista das liberdades políticas concebida como estreitamente associada à conquista de novos direitos sociais, entendidos como direitos fundamentais, e que foram no final da década seguinte contemplados na nova ordem constitucional, com destaque para o arcabouço do sistema de seguridade social, do qual constam saúde e assistência social, para além da previdência social.

A transição democrática, na área social caracteriza-se na sua essência pela luta pela democratização do Estado e da sociedade, amalgamada por uma dinâmica social congregando distintos setores sociais e instituições como a Igreja católica progressista de então, mas ao mesmo tempo marcada pelas características do brasileiro como “homem cordial”, com suas origens numa ordem escravocrata, como, dentre outros, acentua Jessé Souza (Souza, 2017). Assim, reafirma-se a tendência histórica no país de a pobreza ser em maior ou menor grau reconhecida como objeto de atenção dos distintos governos desse período, embora novamente jamais a desigualdade social, em grande medida não só pelas características de nossas elites, mas pelo seu horror a rupturas. Na transição democrática não seria distinto: a disputa entre os antigos privilégios que reagem às mudanças acirra os conflitos sociais e possibilitam a emergência de novas reivindicações sociais, compondo um leque altamente diferenciado dessas demandas, mas que no seu conjunto redundam numa combinação de políticas distributivas e de regulação que sustentam o desenvolvimento do país mas que pouco impactam o grau de desigualdade social. É como Alston et al. (2013) analisam a transição democrática: no

“ocaso do desenvolvimentismo da ditadura” um momento de mudança de seu contrato social, e a Constituição de 1988 expressando a cristalização desse novo contrato, tendo como característica central a priorização da inclusão social. No entanto, o amálgama desse conjunto diferenciado de demandas sociais em disputa era favorecido pela luta pela redemocratização do país e pela construção de um Estado e de uma sociedade democrática, o que foi possível graças aos limites impostos ou previamente auto definidos dessas mesmas demandas, em grande medida recaindo desproporcionalmente sobre uma tímida dimensão distributiva das demandas sociais, e portanto junto às ações do Estado na área social, em detrimento da sua dimensão redistributiva.

A “Constituição Cidadã” consolida sob a forma da lei a expressão das demandas sociais então em curso, tanto no que diz respeito à organização do Estado e das instituições políticas, como ao reconhecimento de direitos sociais até então inéditos no país. Ela é expressão da luta pela democratização do país enquanto uma luta contra o Estado militar, autoritário e violento, e a favor da reconquista das instituições próprias da ordem democrática. Os direitos sociais são instituídos como direitos fundamentais péticos. É instituída a forma de gestão participativa e democrática, e afirmado o fortalecimento, na área social, da racionalidade e responsabilidade públicas (estatais) frente às privadas. Emerge o Estado como provedor dos direitos sociais, e ao mesmo tempo como produtor e regulador dos serviços correspondentes. Necessário ressaltar, no entanto, que essas conquistas na área social advêm de uma mobilização social para além das mobilizações sociais setoriais de cada segmento da área social; elas eram amalgamadas pela luta pela redemocratização do país, extrapolando portanto seus limites específicos enquanto demandas setoriais.

A partir de então as conquistas sociais reconhecidas na Constituição de 1988 começam a ser implementadas,

instituições estatais e públicas a ser criadas, e nas décadas de 1990 e de 2000 ocorrem avanços significativos na nova formatação da rede de proteção social no país. Em primeiro lugar, porque o novo marco dos direitos sociais é fundado na concepção de seguridade social, tal como nos países centrais, alçando saúde e assistência social para a matriz dos direitos sociais, financiados com fontes diversificadas de recursos. E em que pese Collor de Melo (1990-1992) ter vetado a repartição de recursos entre os três componentes da seguridade social, tal como previsto na Constituição, e com isso esquetejado a seguridade social em termos de transferências (e garantia) de fontes de financiamento, foi dada prioridade à área social nos diferentes governos que se sucederam; as políticas públicas agora na qualidade de se traduzirem na implementação dos direitos constitucionais recém instituídos.

140

Nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) destacam-se o Programa Comunidade Solidária (1995-2002), com prioridade para a população mais vulnerável, e os programas de transferência de renda com concessão de bolsas e auxílios segmentados por área social – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, cada um contando com seu cadastro próprio de beneficiários, sem compatibilidade técnica de diálogo entre eles. Na realidade, essa segmentação setorial possibilitava que o presidente contemplasse politicamente seus principais candidatos à sucessão. Na área da educação houve avanços, contrapostos a ações no sentido da privatização da educação básica – infantil, fundamental e médio; e ausência de prioridade para o ensino superior. Na área da saúde, para além dos avanços na implementação do SUS (sustentada desde o início da Reforma Sanitária por profissionais e especialistas da saúde vinculados ao movimento e ocupando postos no interior da administração federal), sempre numa relação tensa e contraditória com os interesses privados aí presentes, destacam-se a introdução

dos medicamentos genéricos, em 1999, que mais em tese do que na prática levariam a uma queda expressiva dos preços; e a instituição da distribuição gratuita, pela rede pública, da terapia tripla (o “coquetel”) para HIV/Aids (1996).

No entanto não resta dúvida que, em que pesem as limitações impostas pela opção de ajuste econômico com vistas ao equilíbrio do *déficit* fiscal exigido pelas agências multilaterais, nessas gestões verifica-se uma diversidade de áreas de atuação no âmbito social – somente o Programa Comunidade Solidária conta com 16 programas setoriais. Além da diversidade, e apesar de também ter havido políticas nas áreas da agricultura familiar e de geração de emprego e qualificação do trabalhador, um balanço do conjunto da ação social desse período revela, no entanto, ter sido ele pouco ousado, senão mesmo tímido e convencional (Cohn, 1999).

Nos governos Lula da Silva (2003-2010) o investimento econômico e político na área social radicaliza-se, se comparado ao período anterior. Mas igualmente não perde o traço de ser distributivo e não redistributivo, embora mais nuançada sua dependência dos limites impostos pela supremacia do econômico, em que pese ainda se dar num contexto de ajuste. Um dos primeiros atos, após sua posse, foi instituir o Programa Fome Zero, já no início de 2003, e que vinha responder a um dos eixos centrais de sua campanha eleitoral. Vigente durante o primeiro ano de seu governo, abrigado num ministério criado especificamente para ele, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), instituiu o Cartão Alimentação, agora vinculado à aquisição de alimentos, sob exigência de comprovação. Em outubro daquele ano é criado o Programa Bolsa Família (PBF), por Medida Provisória transformada em lei em janeiro de 2004, quando também é criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A partir de então o Fome Zero é extinto, torna-se uma secretaria no

interior do novo ministério, que também agrega o PBF e a assistência social, estes também sob responsabilidade de secretarias específicas. A partir de então o PBF assume lugar de destaque no conjunto das políticas sociais, expande-se de forma acelerada, e transforma-se numa experiência exemplar em termos internacionais. A novidade que o PBF traz na área das políticas sociais no país reside no fato de, para além de sua capilaridade social, que então confluía com a capilaridade social dos programas que vinham sendo implementados na área da saúde no nível da atenção primária da saúde, a transferência dos recursos aos beneficiários se dar diretamente a eles, sem a intermediação do poder local. Um segundo traço do programa consiste nas condicionalidades: a exigência do cumprimento de compromissos por parte dos beneficiários nas áreas da educação e da saúde, herança dos programas de bolsas advindos da era FHC, e acolhidos pela nova equipe de governo.

142

A par esses programas, inúmeros outros foram incrementados, ou mesmo implantados, dentre eles: construção de cisternas, habitação popular, assentamentos rurais, agricultura familiar, economia solidária, demarcação de terras indígenas, aqueles voltados à inclusão no sistema educacional com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2007, que expira no final de 2020, e que veio a substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento Do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) – 1998-2006; a criação de bolsas e a valorização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998, para acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Universidade para Todos (Prouni), e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) enquanto mecanismos de ampliação do acesso ao ensino superior por meio de concessão de bolsas ou de financiamento, agora tendo incrementados seus recursos

financeiros. E, fundamental, a política econômica de consistente aumento real do salário-mínimo, reconhecidamente um dos mecanismos mais eficazes de distribuição da renda e combate à desigualdade social porque traz consigo amplos segmentos sociais vinculados aos direitos previdenciários e Benefício de Prestação Continuada (BPC), que tem o valor do benefício indexado pelo salário-mínimo. Já em 2005 o salário-mínimo aumenta para o dobro do ano anterior, e em 2010 o aumento acumulado desde aquela data era da ordem de 50% (Barbosa e Pereira, 2010). Nesse período, as políticas de renda para a base da pirâmide, via salário-mínimo, previdência social, assistência social e programa de transferência de renda permitiram que o incremento da renda da base da pirâmide fosse significativamente maior do que o do ápice da pirâmide, o que permitiu uma mobilidade social ascendente, que por sua vez auxiliou no crescimento da economia, sustentada também pelas *commodities*, mas internamente pelo incremento do consumo.

143

Necessário frisar, no entanto, algumas características do conjunto da atuação na área social desse período pós-constituição até 2016, quando do golpe burocrático-parlamentar (Santos, 2017, p. 8). Com nuances distintas, não poucas vezes radicalmente distintas, o que não importa para a linha de raciocínio aqui, os avanços na área social continuaram tendo sua definição regida pela lógica da primazia do econômico sobre o social, continuando este concebido na sua essência como um subproduto daquele. Mas os avanços foram significativos. Tomando como exemplo o Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecido internacionalmente como o maior sistema público de saúde, seu desenvolvimento ocorre num contexto de permanente subfinanciamento do setor, mesmo que atualmente a saúde seja finalmente reconhecida também como um setor econômico que gera riqueza e acumulação de capital. De qualquer forma, a expansão da cobertura dos serviços sociais via políticas e programas

sociais deu-se de forma expressiva, sobretudo mais acentuadamente nos governos Lula e Dilma (2011-2016). De fato, no caso da saúde a cobertura dos serviços de saúde expandiu-se e espraiou-se pelo território nacional, o que não se traduz, necessariamente, em expansão do acesso aos serviços sociais. Estes são dependentes de outros fatores, que abarcam desde capacitação dos gestores públicos até investimento em infraestrutura dos equipamentos públicos e financiamento adequado.

Não obstante, um traço inovador das políticas sociais foi desenhado, e consiste ele na sua capilaridade social e territorial. Não só os equipamentos sociais transpõem os limites físicos e operacionais de seus muros, como equipamentos novos são instalados nos rincões do país, a partir de 2005 com o suporte do Sistema Único de Assistência Social (Suas), criado em 2005. Na área da saúde, o exemplo é o Programa Mais Médicos (PMM), criado em 2013 e que sofreu um golpe mortal em 2018, com a retirada dos médicos cubanos diante da diplomacia desairosa com que foram tratados o governo cubano e a Organização Panamericana de Saúde, instituição internacional vinculada aos organismos internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), e que intermediava e operava o acordo entre os dois países.

Da mesma forma, ocorreram avanços no processo de descentralização das políticas sociais, porém sempre de forma ambígua e contraditória. Definitivamente este é um país das não rupturas. A descentralização, embora reconhecida a autonomia dos municípios para a definição de suas políticas sociais obedecendo aos marcos constitucionais, não contou na área social com a definições precisas das responsabilidades de cada esfera de governo, muito menos com recursos financeiros que possibilitassem sustentar no nível local as demandas por serviços que acabam recaindo sobre ele, na ausência de serviços estaduais e federais, que,

como herança histórica, concentram-se nos grandes núcleos urbanos – centros de poder político e/ou econômico. O desafio de descentralizar a infraestrutura dos serviços sociais ainda persiste, uma vez que é dependente de investimentos em equipamentos, capacidade de gestão, alocação e permanência dos profissionais no nível local, dentre outros. A tendência, assim, foi ocorrer uma “descentralização concentrada”, vale dizer, ainda determinada em grande medida pelos repasses dos recursos federais para estados e particularmente para os municípios, em que pesem os Fundos de Participação municipais e estaduais instituídos a partir de 1988. “Descentralização concentrada” também na medida em que a expansão da cobertura de serviços sociais que ocorre no país desde então, sobretudo a partir de 2002, não vem estreitamente articulada à cobertura do acesso efetivo da população aos serviços ofertados pelos equipamentos, sobretudo dos segmentos de mais baixa renda. “Já estou de canela seca de ir atrás”, sertaneja do interior da Paraíba em busca do acesso ao benefício do PBF (Cohn, 2012, p. 33).

145

Quanto às formas de gestão participativa nas políticas sociais, elas ganham importância, o que se traduz na emergência de novos sujeitos sociais representantes de segmentos sociais com interesses particulares que se tornam presentes nos colegiados de gestão, previstos em lei, como por exemplo os conselhos nacionais, estaduais e municipais de saúde, educação e assistência social (nem todos de caráter deliberativo), e em conselhos gestores de serviços específicos dos governos estaduais e locais, a depender do perfil. Vale o registro de que a participação social, defendida na transição democrática como mecanismo para se imprimir maior racionalidade à gestão pública com relação ao perfil das necessidades da sociedade e possibilitar maior permeabilidade do Estado à prática democrática, na diversidade das experiências pelo país revelou-se com temerária frequência como instrumento de legitimação das políticas

governamentais praticadas, muito embora tenha representado um avanço na diversidade da agenda pública de demandas até então invisíveis para o Estado. Registre-se que a primeira experiência de participação social data de 1989, com o Orçamento Participativo em Porto Alegre (Olívio Dutra 1989-1993) (Avritzer, 2002), e que não ocorria no interior dos espaços institucionais de participação social definidos pela Constituição de 1988.

No entanto, Restrepo, ao se debruçar sobre a experiência de descentralização e de participação social colombiana utiliza o conceito de *participação tutelada* referindo-se à experiência que as associa dada a presença de um fenômeno de ordem estrutural, e que diz respeito à internacionalização da economia, que demanda das economias periféricas políticas de ajuste incompatíveis com a expansão e crescente articulação de movimentos cívicos e suas demandas sociais.

146 O conceito vale também para o caso brasileiro, em que pese a participação social na gestão da coisa pública, no calor das conquistas sociais por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, e posteriormente no calor dos desafios para a implementação das diretrizes e princípios que regem a área social agora determinada como respondendo a direitos sociais, tenha representado um vigoroso avanço em termos da democratização da sociedade. Emergiram no cenário público novos sujeitos sociais na qualidade de cidadãos portadores de direitos e de demandas legítimas junto à esfera política, embora ela não tenha sido suficientemente vigorosa para infltir os traços clientelista, autoritário e assistencialista do conteúdo social das políticas sociais. Modelo histórico de dominação do Estado brasileiro, um traço fundante da sua prática social e política, abrangendo dos governantes aos gestores dos serviços, programas e políticas sociais.

No entanto, em que pesem os desafios de se buscar uma nova ordem e obedecer novas diretrizes na implementação das políticas sociais, a partir de 1988 até muito recentemente

verifica-se um fortalecimento do setor público estatal na área social, embora sempre em confronto com os interesses do setor privado produtor de serviços sociais. Basta afirmar que, na atualidade, o setor privado da saúde revela-se o mais robusto economicamente e o mais sofisticado nas formas de articulação de distintas modalidades de arranjos internos do setor privado (lucrativo e não lucrativo) da América Latina. A referência ao setor público como “público estatal” não é casual. O ideário dos militantes da área social, a partir de meados da década de 1970, associando direitos sociais (mesmo que pensados e mobilizados de forma segmentada) com a democratização do Estado, confundia o público com o estatal, e só posteriormente, a partir da segunda metade dos anos 1990 é que se assume que segmentos da produção privada do setor da área social podem se articular com o segmento estatal sob a lógica da racionalidade pública da gestão. A outra face da moeda é que o Estado, a partir de então, passa a se tornar, concomitantemente, o provedor dos direitos sociais, o responsável pela sua oferta (produção, de forma direta ou indireta), e ao mesmo tempo regulador dos serviços, num acúmulo de funções que embaralham fronteiras de funções e tendem a se mesclar nas ações de responsabilidade do Estado, pois é o mesmo agente que as exerce.

Assim, a partir de 2003 assiste-se a um período de políticas agressivas de inclusão social, e a questão da pobreza vem agora associada à questão da desigualdade social, sempre tão evitada na agenda pública. A opção que o conjunto dessas políticas revela é a escolha pela integração social dos segmentos até então excluídos do mercado e da sociedade via consumo. E portanto, a prioridade de sua integração via políticas distributivas sem no entanto atacar a essência da desigualdade socioeconômica por meio de políticas redistributivas dos ativos econômicos.

De fato, a par o impacto das políticas adotadas na queda da desigualdade social no país, ele foi muito mais acentuado

na diminuição da pobreza e da miséria dos extremamente pobres, promovendo inclusão social por meio de acesso a renda, seja via salário-mínimo e seu efeito cascata sobre os benefícios previdenciários, seja via política de transferência de renda. Os programas sociais de combate à pobreza acompanham o avanço das políticas sociais atinentes aos direitos constitucionais. O eixo estruturante do conjunto desses programas é o Programa Bolsa Família, criado em outubro de 2003. O objetivo consistia em se estruturar um programa de transferência condicionada de renda que utilizasse um único cadastro, unificando os programas oriundos dos governos FHC, e que servisse progressivamente como instrumento de gestão para todos os setores da área social. Mais que isso: do ponto de vista da gestão da coisa pública, a proposta original consistia em que as condicionalidades nas áreas da saúde e educação não servissem essencialmente como instrumentos de penalização dos “inadimplentes” com suas obrigações, mas que esses não cumprimentos das obrigatoriedades se transformassem em parâmetros de monitoramento das políticas públicas locais, não recaindo imediatamente a “culpa” sobre o beneficiário e a penalidade de seu benefício cortado.

148

A equipe de governo tinha claro que: 1) o PBF consistia num programa de combate imediato à pobreza; 2) que mecanismos mais consequentes de inclusão social dos pobres e miseráveis dependem de políticas econômicas de criação de emprego e postos de trabalho; 3) que a transparência dos procedimentos na concessão das bolsas era fundamental para sua credibilidade junto à população e como instrumento de quebra dos tradicionais traços clientelistas e assistencialistas que historicamente permeiam a área social. Do ponto de vista econômico, o PBF significou e vem significando um impacto econômico nas áreas mais pobres do país porque monetarizou a economia local. Mas, mais que isto, possibilitou que os segmentos excluídos da sociedade e do

mercado passassem a vivenciar duas experiências até então por eles desconhecidas: a da autonomia enquanto sujeitos sociais, e em decorrência o sentimento de auto estima, e a possibilidade de terem um projeto de futuro, sobretudo para seus filhos. Expressiva a frase de uma carta de uma candidata ao benefício do PBF ao Presidente Lula, porque expressa de forma condensada a consciência da realidade em que vive e das suas possibilidades como alguém que valoriza a presença de um projeto futuro: “Senhor Presidente uma ajuda ela se acaba; o que necessito é de um emprego que garanta minha vida, sem que eu possa estender a mão e pedir esmola” (Cohn, 2012, p. 61). Ou, segundo pesquisa de Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani (Rego e Pinzani, 2013, p. 120) os depoimentos de mulheres vivendo nos rincões do Nordeste e que expressam a conquista da sua autonomia quando recebem o benefício: “porque a gente tem mais liberdade no dinheiro”. Com ritmo rápido de crescimento, o programa cobre atualmente quase 14 milhões de famílias, compromete menos de 0,5% do PIB, tem baixíssimo custo de administração, e inova ao retirar do poder local a discricionariedade da concessão das bolsas, já que o cadastro realizado no nível local passa por verificação de consistência dos dados realizada pelo nível central. Mas o Bolsa Família não se configura como um direito social, como os benefícios previdenciários e de assistência social, embora se configure como um “quase direito” dada a forma como se enraizou na sociedade, e como foi implantado pela gestão federal dos vários governos de 2003 até 2016, tendo como horizonte a implantação da Renda Básica de Cidadania aprovada pela Presidência da República em 2004. Não por acaso a secretaria responsável pelo PBF no interior do antigo MDS foi denominada de Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), já que o programa era entendido como um primeiro passo para a implantação da renda de cidadania.

O PBF, que dentre as políticas e programas sociais assumiu o palco, até pela sua capacidade potencial de articulação dos demais programas e políticas sociais, associa-se a estes, redundando numa rede de proteção social composta por atendimento aos direitos sociais constitucionais em construção de outros benefícios e serviços que contemplam também demandas sociais, sobretudo da base da pirâmide social, embora não configurados como direitos, mas que no conjunto significam a inclusão social dos estruturalmente excluídos via consumo, vale dizer, via integração no mercado. Isto, associado à “uberização” do trabalho, aponta para a baixa resistência da sociedade frente à desconstrução e o desmonte dessa rede, uma vez que “a burocracia estatal, viúva da administração de sucessivos governos e regimes políticos, acabe convertendo-se num imenso cemitério de projetos políticos” (Oszlack, 2012 apud Spinelli, 2012, p. 124). Noutros termos, sem resistência do aparato estatal que esses projetos políticos, que trazem consigo seu leque de políticas sociais, acabem se transformando em projetos de governo, sem possibilidade de se sedimentarem e se enraizarem na sociedade. E assim serem desmontados a cada governo que assume o poder. Neste quesito ressalta uma dimensão do conteúdo social das políticas governamentais em geral, e das sociais em particular, e que diz respeito ao sentido de eficácia social que nelas se imprime, a depender da orientação política e das forças políticas que os governos expressam.

Eficácia social significa aqui o conteúdo social que a gestão das políticas públicas imprime às suas ações. Basicamente, tomando dois extremos, a da dominação – políticas restritivas e punitivas (descumprimento das condicionalidades do PBF levando à suspensão imediata da concessão dos benefícios, por exemplo) – ou o da autonomia dos sujeitos sociais (utilização do cumprimento ou não das condicionalidades do PBF como parâmetro de monitoramento da gestão das políticas públicas, não culpabilizando de forma imediata

o beneficiário e excluindo-o do programa, por exemplo). E, claro que a opção pelo conteúdo social da autonomia e não reprodução da dominação dos sujeitos sociais, sobretudo os pobres, tende a gerar conflitos entre a lógica estatal da administração pública e a lógica da obediência aos princípios de políticas sociais autonomistas, que não respondem necessariamente à racionalidade do custo/efetividade estrito senso, tão ao gosto do ideário neoliberal.

As políticas de abate social a partir de 2016: da desconstrução à destruição

A cassação do mandato da presidente Dilma Rousseff significa, para a área social, a quebra do projeto de inclusão social e de políticas de combate à fome que vinha sendo desenvolvido desde 2002, e que redundou na saída do Brasil do Mapa da Fome, na declaração do país como livre da poliomielite e do sarampo. No entanto, o distanciamento da presidente Dilma dos movimentos e segmentos organizados da sociedade, associado à opção econômica de seu segundo governo contrária ao prometido em campanha, enfraquecem a base social de sustentação do arcabouço institucional da rede de proteção social que vinha sendo implantada e desenvolvida. Com isso, a burocracia estatal rapidamente, sob regência dos novos “donos do poder”, reverte o sentido das políticas sociais, que de inclusivas, passam a ser excludentes e abertamente residuais, pautadas pelo mínimo social.

A partir de então encerra-se o que Fagnani (2017) denomina de “o breve ciclo da cidadania social no Brasil”. Aponta o autor que

A regressão da cidadania social, em curso, é o desfecho do longo processo de reação contra as conquistas dos movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980. A Constituição de 1988, desaguadouro daquele processo, inaugurou uma etapa inédita de construção da cidadania, desenhando-se

um sistema de proteção social inspirado em alguns valores do Estado de Bem-Estar Social: universalidade (em contraposição à focalização); seguridade social (em contraposição ao seguro social); e direito (em contraposição ao assistencialismo). (Fagnani, 2017, p. 2)

O resgate dessa citação vem a propósito de assinalar que os preceitos constitucionais desde a sua origem contaram com a oposição das elites econômicas e políticas do país no que diz respeito aos direitos sociais e à construção de um Estado de Bem-Estar Social. Processo que, a partir de 1995, com suas nuances marcadamente distintas, possibilitou, em que pesem as reações contrárias, avanços na construção desse Estado. Sempre, no entanto, tramados pelos fios da tensão entre projetos políticos pautados pelo ideário de um Estado Mínimo ou de um Estado Social.

152 Em 2016 essa tensão entre projetos de nação e de país em disputa tem um *round* decisivo, formalmente sem ruptura das instituições democráticas, e as elites brasileiras abrem um novo ciclo em que

o arcaico voltou a dar as caras sem pudor, desta vez como sócio menor de uma coalização política, financeira e empresarial que, ao perder as eleições [em 2014], resolveu assumir o controle do governo pela via do golpe. A utopia pode ter eclipsado a realidade, tão cristalinamente clara, de que a democracia e a cidadania social são corpos absolutamente estranhos ao capitalismo brasileiro. (Fagnani, 2017, p. 17)

No período de 2016 a 2018 não se pode interpretar como tendo havido a destruição do arcabouço da rede de proteção social no país. Apesar dos golpes contundentes que sofreu, tais como a EC 95/2016 que cria o teto de crescimento das despesas na área social vinculado à inflação,

do aumento do percentual da Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 20 para 30%, da reforma trabalhista, e da ameaça da reforma previdenciária, que só ocorreria em 2019. Esse período caracteriza-se não pela *destruição* propriamente dita do arcabouço social que vinha sendo construído e consolidado, mas pela sua *desconstrução*. O discurso que fundamenta as reformas não é agressivo; elas são justificadas como forma de enfrentamento do desajuste fiscal, propondo-se a desconstitucionalização dos direitos sociais. O traço maquiavélico que marca esse período de transição entre 2016 e o pesadelo que se inicia em 2019 para a área social é que o formato das políticas e programas sociais continuaram como tais, embora progressivamente desidratados e tendo pervertidos seu conteúdo social até então vigente. A racionalidade técnica passa a estar a serviço dos interesses econômicos da administração pública, e contra os interesses dos cidadãos, mas em nome da defesa destes. Acena-se, então, mais do que nunca, com as vantagens do mercado frente à irracionalidade e falta de capacidade de gestão do Estado; mercado este que, tal como nas origens de sua presença na área social, caracteriza-se por se constituir num mercado sem risco, porque tem no Estado a garantia da sua demanda. Asfixia-se a área social com o congelamento de recursos para seu financiamento, e promove-se o empreendedorismo individual como substituto do trabalho com estabilidade. Esvazia-se o SUS com restrição de recursos e de contratação de pessoal e enxugamento de programas, porém seu arcabouço institucional continua o mesmo, utilizando-se a tática de um ninho vazio. Tem início na área social a privatização da gestão dos serviços sociais por meio da aceleração de contratações de instituições públicas de direito privado, que significam a privatização da gestão pública estatal pela racionalidade privada.

A partir de 2019 o jogo endurece. Inicia-se um processo de destruição truculenta do arcabouço social da

rede de proteção social, mas não só: do meio ambiente, do direito à terra por parte dos trabalhadores rurais, indígenas e ribeirinhos, dos direitos dos negros, dos LGBTQI+, enfim, de todos os direitos que não respondam à bíblia dos novos donos do poder. O pacto de solidariedade social que até então vinha sendo construído a duras penas e crivado de tensões vem agora sendo substituído a ferro e fogo (literalmente) pela norma régia de cada um por si e contra os outros. A burocracia estatal se torna o algoz e o cemitério das políticas sociais e das práticas de gestão inovadoras e progressistas da área social.

O vaticínio e o propósito do atual chefe de Estado vêm sendo cumpridos à risca: “há muita coisa a ser destruída para depois construir” (construir o quê, não se sabe). O objetivo é retornar aos anos 1950, e particularmente aos anos 1960. Mas numa situação agravada uma vez que está se tratando de romper qualquer forma de solidariedade social, mesmo aquela neoliberal de focalização das políticas sociais aos segmentos extremamente pobres da população. Não se trata mais de propostas de focalização *versus* universalização das políticas e dos programas sociais, mas de destruição de todo aparato social, começando por mudar o conteúdo social desses programas e políticas. Os pobres foram excluídos da agenda pública. Tome-se como exemplo a operação “pente fino” na previdência e assistência social, e no PBF. Voltam as filas de espera para a concessão dos benefícios (3,5 milhões de famílias no caso do PBF), os prazos para respostas de pedidos são indeterminados, entre 2015 e 2019 – a população dos moradores de rua na cidade de São Paulo aumentou em 53%, atualmente 11,7 mil dormindo em abrigos e 12,6 mil nas ruas (PMSP, 2020) – ; 1,7 milhões de segurados da previdência social aguardam retorno após entrada do pedido de concessão de benefício, inclusive gestantes. O Brasil volta para o Mapa da Fome; o sarampo ressurge a começar pelos estados mais ricos do país; a sífilis por transmissão vertical

volta a se fazer presente de forma expressiva; a culpabilização dos indivíduos por suas doenças é uma constante. Da mesma forma a culpabilização dos pobres por terem ousado começar a ocupar o mesmo espaço dos não pobres, seja em aeroportos, Miami, ou nas universidades.

O conjunto de ações do atual governo a partir de 2019 é marcado pela *aporofobia*, e sua tradução, por ações que penalizam sobretudo os mais pobres, seja por meio de restrição eivada de arbitrariedades de acesso ao BPC, seja por destruir a credibilidade do PBF quanto a critérios de distribuição das bolsas, como recentemente, quando as novas bolsas foram destinadas em 3% para o Nordeste e 76% para o Sul/Sudeste, sendo que aquela região apresenta 36% dos pobres e extremamente vulneráveis do país. Agrega-se a esse enxugamento dos benefícios distributivos sem vínculo contributivo à reforma da previdência social, tida como carro chefe do caminho para a retomada do crescimento. Aprovada e homologada, ela destitui direitos, acompanhando a destituição de direitos promovida pela reforma trabalhista, proíbe acúmulo de benefícios (pensão por viuvez e aposentadoria, por exemplo), acaba com a atualização do valor dos benefícios, além de aumentar idade e tempo de contribuição e diminuir o valor dos benefícios. Este é o resultado na lei de algo que já vem ocorrendo em nome da racionalidade e corte de distorções na concessão de benefícios: agentes da previdência social vem recebendo pagamento de bônus proporcional ao corte de direitos, via perícia, junto ao INSS. Cortes brutais vem sendo igualmente feitos no PBF. Essa perversidade não reside somente numa pretensa necessidade de se imprimir uma “racionalidade custo/efetividade” às ações do Estado. Ela consiste num projeto político e social de destituição material e ideológica dos assalariados e dos pobres em termos de seus direitos, portanto, enquanto sujeitos sociais. É historicamente conhecido por estudiosos da área que uma vez expulsos de um sistema

da área social, dificilmente se retorna a ele, e quando se consegue, o período até o retorno é imenso. Daí a importância do conteúdo social dos programas, independentemente das suas normas formais: por exemplo, no conflito entre a lógica do conteúdo social das políticas públicas e a lógica estatal da administração pública, no caso do PBF até 2016 o cuidado é para que não fossem feitos desligamentos do Programa de forma automática e imediata, sempre buscando dar novas oportunidades para os cidadãos esclarecerem as lacunas ou faltas registradas pelo “sistema”. Sempre em obediência às regras da administração pública.

Se a destruição de todas as políticas do arcabouço institucional de proteção social e de garantia dos direitos sociais básicos, que atinge também as áreas da cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, e todo o rastilho do que diz respeito a garantias de vida digna, a previdência social é aquela que mais atinge o núcleo das políticas distributivas pelo seu caráter efetivamente redistributivo: segundo a Associação Nacional de Auditores Fiscais, em 2017 em 88% dos municípios brasileiros a transferência monetária da previdência e da assistência social era maior que as suas receitas tributárias; e em 73,6% dos municípios entre 10 e 20 mil habitantes ela era maior que a transferência da União por meio do FPM (França, 2019). Lena Lavinhas (2019) mostra como em 2018 o índice de Gini na faixa entre 14-59 anos era de 0,59 enquanto entre aposentados e pensionistas com mais de 60 anos era de 0,39, a menor medida de desigualdade da histórica brasileira. E um último adendo: o modelo da reforma é o chileno, reconhecidamente fracassado em termos de suas funções sociais de proteção social. No Chile atual, 8 entre 10 aposentados pela previdência social recebem benefício inferior a um salário-mínimo, e 44% dos aposentados estão abaixo da linha da pobreza. Mas o sistema previdenciário chileno, nosso modelo, é reconhecidamente bem sucedido

em termos de política econômica: as Administradoras de Fundos de Pensão movimentam 70% do PIB chileno.

Essa destruição da rede de proteção social e dos direitos fundamentais dos cidadãos significa a quebra dos pactos de solidariedade social e do ciclo de cidadania social que se instaurou a partir de 1988, e implica a quebra da expectativa de direitos, portanto, a quebra da possibilidade de projetos de futuro por parte de largos setores da sociedade. Abre-se um novo ciclo sinistro: se no Brasil paradoxalmente a expansão dos direitos contributivos deu-se em períodos de regimes autoritários (cidadania regulada); se entre 1995-2002, no período FHC, ocorreu a expansão fracionada de benefícios sociais como não direitos; se de 2003 a 2010, no período Lula, ocorreu uma expansão agressiva das políticas sociais e da implementação dos direitos sociais (e dos “quase direitos”, no caso do PBF) com incentivo da participação social; se de 2011 a 2016, no período Dilma, ocorreram a consolidação das políticas e programas sociais e a instituição do Sistema Nacional de Participação Social em 2014, embora no segundo mandato da presidente tenha havido um distanciamento do governo com relação à sociedade; se entre os anos de 2016 e 2018 assiste-se à desconstrução do aparato social até então construído, no período que se inaugura com Bolsonaro tem início a destruição de toda e qualquer política de proteção social no país.

Bebendo na máxima absolutista do *l'État c'est moi*, sem ser capaz de alcançar essa sutileza, promove-se a despolitização da sociedade e a criminalização da ação política, evangeliza-se a violência. Inaugura-se uma nova era, em que o novo consiste na destruição dos direitos sociais num contexto formalmente democrático. O que nos leva a buscar aprender com o passado tanto sobre a capacidade da via pelo “reformismo fraco” e pela “transformação pelo alto” (Singer, 2018) e a opção pela inclusão social pelo consumo descurando-se da politização dos beneficiários

dessas políticas, quanto deslindar as consequências do golpe pós-moderno sustentado pelo velho atraso brasileiro, como aponta Bernardo Ricupero (Ricupero, 2015). E por fim, perseguir respostas para a indagação de Wanderley Guilherme dos Santos: os meandros pelos quais “a democracia [no Brasil] perdeu o pudor de não ser democrática” (Santos, 2017). Certamente, um dos fatores é a combinação, no âmbito das relações sociais, do moderno com o atraso num contexto em que o predomínio da condição de trabalhador (sobretudo dentre os pobres) ocorre marcada pela instabilidade, intermitência, insegurança e, portanto, sem possibilidade de qualquer projeto de futuro, que em grande parte era possibilitado pela rede de proteção social que está sendo destruída.

Amélia Cohn

158

é socióloga; docente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Saúde Dimensões Individuais e Coletivas, da Universidade Santa Cecília (Unisantia). Professora aposentada da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Foi pesquisadora e presidente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec); relatora do Documento Oficial Brasileiro para a Cúpula de Desenvolvimento Social da ONU de 1995; membro da primeira equipe do Programa Bolsa Família, primeiro governo. Autora, dentre outros, de *Cartas ao Presidente Lula – Bolsa Família e direitos sociais* (Azougue Editorial, 2012).

Bibliografia

- ALSTON, Lee; MOLO, Marcus A.; MUELLER, Bernardo; PEREIRA, Carlos. 2013. Changing social contracts: beliefs and dissipative inclusion in Brazil. *Journal of Comparative Economics*, n. 41, pp. 48-65.
- AVRITZER, Leonardo. 2002. O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (org.). 2013. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra. pp. 17-45.

- BARBOSA, Bernardo. 2019. Bolsonaro ironiza críticas sobre desmatamento: ‘sou o capitão motosserra’. *UOL Notícias*, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2V5xr87>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- BARBOSA, Nelson; PEREIRA DE SOUZA, José Antonio. 2010. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (org.). *Brasil entre o futuro e o passado*. São Paulo: Boitempo. pp. 65-75.
- BOLSONARO: “quilombola não serve nem para procriar”. 2017. *Congresso em Foco*, 5 abr. Disponível em: <https://bit.ly/2V6IG0b>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- CAILLÉ, Alain. 2014. Dádiva, *care* e saúde. *Sociologias*, v. 16, n. 36, pp. 42-59.
- COHN, Amélia. 1999. As políticas sociais no governo FHC. *Tempo Social*, v. 11, n. 2, pp. 183-197.
- COHN, Amélia. 2012. *Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais*. Rio de Janeiro: Azougue.
- CONFERÊNCIA: ‘Democracia: Qual futuro?’. 2016. *Youtube*. 1 vídeo (5 min). Disponível em: <https://bit.ly/2A6bMVp>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- CORDATO, Adriano N. 1996. Sistema Decisório e Ditadura Militar: uma análise do governo Geisel. Paper apresentado no XX Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 22 a 26 de outubro.
- CORTINA, Adela. 2017. *Aporofobia, el rechazo del pobre*. Barcelona: Paidós.
- FAGNANI, Eduardo. 2017. *O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015)*. Campinas: Unicamp. (Texto para discussão, n. 308).
- FERREIRA DE SOUZA, Pedro H. C. 2018. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil 1926-2013*. São Paulo. Hucitec.
- FOOT HARDMAN, Francisco. 2019. “O desgoverno Bolsonaro e o Estado de Mal-Estar: desafio à resistência e luta das esquerdas”. In: GALLEGOS, Esther Solano (org.). 2019. *Brasil em Colapso*. São Paulo: Editora Unifesp. pp. 121-134.
- FRANÇA, Álvaro de S. 30 abr. 2019. A previdência social e a economia dos municípios. *Anfip*. Disponível em: <https://bit.ly/3ek9kdq>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- “IDEOLOGIA de gênero é coisa do capeta”. 10 ago. 2019. diz Bolsonaro a evangélicos. *Carta Capital*. Disponível em: <https://bit.ly/2VsNbkn>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- LAVINAS, Lena. 2019. A quem a Reforma da Previdência privilegia? *Cebes*, 10 mar. Disponível em: <https://bit.ly/3clGYxN>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- LAPAQUE, Sebastián. 4 set. 2016. Eduardo Galeano, a voz da fraternidade. *Le monde diplomatique Brasil*. Disponível em: <https://bit.ly/2wDzGWO>. Acessado em 14 abr. 2020.

- MAIA, Gustavo. 2019. ‘Os caras vão morrer na rua igual barata, pô’, diz Bolsonaro sobre criminosos. *GI*. Disponível em: <https://glo.bo/2Vp61ZU>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- MEDEIROS, Marcelo. 2016. Meio século de desigualdades no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 90, pp. 175-177.
- PUTTI, Alexandre. 19 ago. 2019 Bolsonaro: “enquanto eu for presidente, não tem demarcação de terra indígena”. *Carta Capital*. Disponível em: <https://bit.ly/2xidfXL>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- REGO, Walquíria L.; PINZANI, Alessandro. 2013. *Voices do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp.
- RESTREPO, Luis Alberto. 1997. “La participación ciudadana: participación tutelada o participación abierta?”. In: LODOÑO, Luis Fernando et al. *Sociedad civil, control social y democracia participativa*. Bogotá: Tercer Mundo. pp. 27-38.
- RICUPERO, Bernardo. 2018. Seminário CEDEC/USP. 8/08/2015. In SINGER, André. *O Lulismo em Crise - Um quebra-cabeça do Período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Cia das Letras. pp. 15-16.
- SANTOS, Wanderley G. 1979. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.
- SANTOS, Wanderley G. 2017. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SÃO PAULO (Município). 2020. *Censo da população em situação de rua*. Disponível em: www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo. Acesso em: 31 jan. 2020.
- SINGER, André. 2018. *O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUZA, Jessé. 2003. “(Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? *Lua Nova*, n. 59, pp. 51-74.
- SOUZA, Jessé. 2017. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.
- SPINELLI, Hugo. 2012. El proyecto político y las capacidades de gobierno. *Salud Colectiva*, v. 8, n. 2, pp. 107-130



ENCARCERAMENTO EM MASSA, *RACKETEERING* DE ESTADO E RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Laurindo Dias Minhoto

é Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

São Paulo, SP, Brasil. E-mail: Idm@usp.br

Orcid: 0000-0001-6388-9669

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-161191/109>

Se é certo que a análise do caráter a um tempo estruturado e estruturante dos regimes punitivos tem se apresentado como instância privilegiada de observação da sociedade, hoje, essa dimensão por assim dizer cognitiva da punição enfrenta o desafio da compreensão de um amplo conjunto de transformações que, neste início de milênio, vem redefinindo o sentido, a natureza e o funcionamento não só da prisão, mas do sistema de justiça criminal (SJC) de diversos países tanto ao norte como ao sul do capitalismo global.

“Regressão penal” (Radzinowicz, 1999), “justiça atuarial” (Simon, 2013), “guinada punitiva”, “crise do *welfarismo* penal”, “cultura do controle” (Garland, 2001a), “punição da pobreza” (Wacquant, 2010), “sintomas descivilizadores” (Pratt, 2011), “governo pelo crime” (Simon, 2007) e “contra-insurgência” (Harcourt, 2018) constituem algumas das expressões com que a literatura especializada no campo da sociologia da punição tem procurado dar conta, cada autor a seu modo, de diferentes aspectos desse vasto conjunto de mudanças que repõe a prisão no centro das estratégias de controle penal, imprime um sentido punitivo às chamadas penas comunitárias, abre o SJC tanto aos interesses

econômicos quanto aos cálculos imediatos das disputas político-eleitorais e alça a perspectiva da vítima ao centro das representações sociais do crime e do castigo.

Subjacente a muitas dessas interpretações está a discussão sobre a reforma do Estado contemporâneo, com ênfases analíticas variadas, seja na contração das políticas sociais e na expansão correspondente das políticas penais (Wacquant, 2010), seja na ruptura do monopólio do uso legítimo da força e na crescente tendência à despacificação do território (Pratt, 2011), ou ainda na emergência de estratégias de controle do crime que estendem o campo para além dos limites do Estado nacional (Garland, 2001a).¹

É exatamente no interior desse quadro mais abrangente de reforma do Estado e das políticas penais que emergem novas estratégias de controle do crime, como o controle situacional do crime e a política de tolerância zero, e tendências estruturais de mudança no funcionamento do SJC de vários países, como o encarceramento em massa e a militarização do controle penal.²

¹ Em termos comparativos, note-se, no entanto, que essas tendências gerais de mudança não assinalam a homogeneização das práticas de controle, na medida em que a natureza da reforma do Estado, o desenho de arranjos institucionais e o funcionamento do SJC se combinam de modos distintos em diferentes contextos sociais, marcados por trajetórias históricas específicas de controle social. O que se quer sublinhar aqui é que essas tendências gerais têm estruturado a mudança de muitos SJC e, não por acaso, a correlação entre orientação neoliberal de reforma do Estado e graus mais elevados de punição e encarceramento em muitos países é bastante expressiva (Cavadino e Dignan, 2007).

² Neste artigo, a ênfase recai sobre o encarceramento em massa; a militarização contemporânea do controle penal diz respeito à extensão de saberes e práticas militares ao controle do crime e de condutas consideradas de risco em muitas cidades do capitalismo global. O caso norte-americano é emblemático. Na esteira da guerra ao terror e da nova política anti-imigração, milhares de distritos policiais têm sido equipados com equipamentos militares, originariamente pensados como apoio à construção de redes de inteligência antiterrorista, que vêm sendo crescentemente utilizados para operações policiais rotineiras e controle de protestos políticos, como os do movimento *Occupy Wall Street*. Em relação à política antidrogas, nota-se o redirecionamento das operações da SWAT (Special Weapons and Tactics), equipes de operações táticas e armas especiais, principais consumidoras de armamentos militares, que, implementadas na esteira das revoltas políticas dos anos 1960, cada vez mais têm atuado no “combate” ao tráfico e uso de entorpecentes, executando mandados de prisão, monitorando transações e realizando o patrulhamento ostensivo de zonas de alta criminalidade (Balko, 2013; Vitale, 2014).

Dessa perspectiva, postula-se que (i) o encarceramento em massa constitui uma espécie de ponta-de-lança da mudança penal contemporânea, permitindo jogar luz sobre certos traços que marcam a direção, o alcance e o sentido dessa mudança em diferentes contextos sociais; (ii) a reforma do Estado, vista pelo prisma analítico entreaberto por esse processo e o modo como ela se conecta ao funcionamento do SJC, pode ser compreendida como resultado de uma recomposição abrangente entre diferentes tecnologias de poder, esferas e estruturas sociais; (iii) a observação desses processos no contexto brasileiro parece indicar a possibilidade de distinguir tanto o caráter articulado dessas tecnologias de poder quanto certos traços definidores da direção mais geral assumida por esses cruzamentos.

Com base nesses postulados, o que segue é uma tentativa de (i) elaborar teoricamente a articulação truncada entre gestão autoritária do crime e da violência e gestão eficiente de organizações às voltas com o problema da lei e da ordem; (ii) flagrar nessa articulação entre autoritarismo e eficiência uma das figuras decisivas da racionalidade neoliberal e alguns de seus impactos no SJC tanto ao norte como ao sul do capitalismo global; (iii) indicar certos aspectos da experiência brasileira de controle do crime e da violência como instrumentos heurísticos para a própria especificação desse conceito de racionalidade neoliberal.

Para tanto, o artigo prossegue pela (i) apresentação de um quadro analítico para pensar a natureza híbrida e contraditória dos regimes punitivos contemporâneos que enfatiza o caráter articulado de tecnologias de poder, sistemas e estruturas sociais; (ii) análise crítica de parte da literatura hegemônica sobre encarceramento em massa que frequentemente mobiliza dicotomias conceituais e apresenta rupturas de época demasiado rígidas e estanques; (iii) consideração de aspectos da experiência brasileira de controle penal como reveladores dos modos pelos quais a disseminação de uma grade econômica de

inteligibilidade por diferentes esferas da vida e a busca por eficiência que lhe é correlata não ocorrem sem o apelo reiterado a mecanismos autoritários de controle e imposição de condutas – neste passo, a mediação teórica e conceitual é buscada nas dinâmicas de criação e reprodução de mercados ilegais e informais no país, na forma como elas andam de par com a adoção de práticas análogas às dos *rackets* e na apropriação violenta de recursos econômicos e meios de poder; (iv) apresentação e leitura do caso Ferguson como expressão emblemática de neoliberalização e periferização de agências de controle no norte global, processos percebidos pelo ângulo do amálgama entre autoritarismo e eficiência que tem marcado a história do controle penal na sociedade brasileira.

Três engates estruturais

164

Para pensar a punição e os nexos que hoje a vinculam de forma renovada à sociedade, em particular a prisão e as mudanças que redefinem seu lugar no SJC e nas estratégias de controle social, propõe-se um quadro analítico que articula três “engates estruturais” entre diferentes tecnologias de poder, sistemas e estruturas sociais. O objetivo é possibilitar o mapeamento da lógica securitária mais geral que se expressa no encarceramento em massa e na militarização do controle do crime e indicar o modo como ela é cimentada pela emergência de uma racionalidade política neoliberal.

De um lado, trata-se de considerar possibilidades de articulação entre soberania, disciplina e governo das populações e o modo como o funcionamento dos sistemas penitenciários expandidos expressa, ao mesmo tempo, a forma dessa articulação e contribui para constituí-la. Dessa perspectiva, a ênfase da análise recai não na substituição de uma determinada tecnologia de poder por outra, mas na forma específica da sua articulação em diferentes contextos sociais. O desafio estaria em pensar eventuais deslocamentos das tecnologias de poder e a forma de sua combinação (Collier, 2011). Ou ainda,

em repensar o lugar tanto da soberania quanto da disciplina “no interior das formas governamentais contemporâneas” (Dean, 2010, p. 36). Se a prisão, como “máquina disciplinar”, parece em crise por causa da reforma das políticas de reabilitação e das mudanças no mercado de trabalho, a disciplina, em contrapartida, permanece decisiva para a tendência de controle crescente de condutas (em especial as “de rua”); nota-se também o acionamento intensificado de medidas soberanas de exceção que frequentemente acompanham as estratégias de administração punitiva da pobreza (Beckett e Herbert, 2010; Wacquant, 2010). Como se sabe, controle de condutas e medidas de exceção constituem dois dos principais vetores do encarceramento em massa e da militarização do controle do crime.

De outro, trata-se de investigar como se articulam economia, direito e política no modo de operação do SJC. Dizendo de outra maneira, e para falar nos termos da tradição de teoria dos sistemas, importa pensar a forma e a direção pelas quais as diferentes racionalidades que recortam o SJC se compõem atualmente. Para ficarmos com a análise bem conhecida de David Garland (2001a) sobre a cisão verificada no SJC de países anglo-saxões entre as estratégias de combate ao crime que se apoiam na “criminologia do outro” e as que se apoiam na “criminologia de si”, poder-se-ia verificar nessas duas tendências uma crescente colonização política do SJC – na linha do populismo penal – e também uma crescente colonização econômica do SJC – na linha da mercantilização das polícias e das prisões. Dessa perspectiva, a emergência da racionalidade política neoliberal permitiria identificar eventuais dinâmicas desdiferenciadoras entre os sistemas jurídico, político e econômico, com impacto significativo sobre o funcionamento do SJC.³

Em um terceiro nível analítico, trata-se de ver como se articulam estratégias de controle do crime e gestão da violência em estruturas sociais crescentemente polarizadas. Cumpre

³ Para uma proposta teórica de análise dos efeitos corrosivos do neoliberalismo sobre a autonomia de distintos sistemas sociais, ver Minhoto (2017).

refletir aqui sobre o impacto que o aumento expressivo das desigualdades sociais em certos países do capitalismo global, bem como eventuais “efeitos bumerangue” (Foucault, 2003) e trocas de tecnologia de controle entre norte e sul exercem sobre o funcionamento do SJC. O desafio estaria em pensar os transplantes de tecnologias de controle (policiamento de “tolerância zero”, prevenção situacional do crime etc.) como indicativos, ao mesmo tempo, de uma espécie de “periferização” do controle no centro e de reposição de padrões autoritários de controle na periferia – que não por acaso figura como grande laboratório de testes de muitas dessas tecnologias (Graham, 2012; Minhoto, 2015; Wacquant, 2007). No caso brasileiro, em especial, trata-se de examinar as possibilidades que se abrem para a reativação, em novas bases, de certos traços definidores do padrão autoritário de controle penal no país.⁴

Esse quadro servirá de orientação à identificação de possibilidades e limites analíticos presentes em parte da literatura hegemônica da sociologia contemporânea da punição sobre o encarceramento em massa. Noutros termos, discutem-se a seguir aspectos dessas análises, produzidas no contexto dos países centrais, pelo filtro de um certo tipo de reflexão sobre a experiência brasileira de controle penal, que enfatiza a questão dos engates entre distintas tecnologias de poder e entre esferas e estruturas sociais.

⁴ No âmbito da sociologia da punição latino-americana, Sozzo vem desenvolvendo uma proposta instigante de análise das trocas desiguais de controle penal entre centro e periferia; com base na noção de tradução como “conversação cultural”, em que se verificam “criatividade e inovação” nos dois polos, o autor propõe avançar em relação ao nexo estabelecido pela criminologia crítica dos anos 1970 entre dependência econômica periférica e hegemonia de formas jurídico-penais do centro (2001, pp. 417 e ss.) Aqui não se trata de rechaçar em abstrato essa importância da cultura sublinhada pelo autor, mas, antes, indicar que o fluxo desigual de importação de formas jurídicas entre norte e sul não só persiste como parece assinalar, atualmente, o paradoxo do reforço de certos traços que sempre caracterizaram o contexto de práticas de controle penal no sul, que assim importa e consome práticas punitivas análogas às que historicamente lhe são constitutivas. Em textos mais recentes, e em linha analítica oposta à deste artigo, o autor vê na emergência de governos de centro-esquerda na América Latina das primeiras décadas do século XXI uma relativização do nexo entre encarceramento em massa e diagnósticos centrais de neoliberalização do SJC (Sozzo, 2014, 2016).

Análises hegemônicas do encarceramento em massa

Nos termos da conhecida formulação de D. Garland, o encarceramento em massa se caracteriza, em primeiro lugar, pelos fatos brutos da abrangência da população prisional e da magnitude da taxa de encarceramento; em segundo lugar, pode-se dizer que o encarceramento se torna encarceramento em massa quando deixa de funcionar como mecanismo de aprisionamento do indivíduo transgressor e passa a operar como mecanismo de aprisionamento de estratos populacionais. Atualmente, na democracia liberal norte-americana, “a prisão deixa de constituir o destino de uns poucos criminosos para tornar-se a instituição modeladora de vastas parcelas da população” (Garland, 2001b, p. 3).

Segundo inúmeras pesquisas, alguns dos principais efeitos do encarceramento em massa são: o agravamento do déficit público; a realocação progressiva do fundo público da área social (saúde, educação, habitação) para o sistema de justiça criminal; a rotinização da experiência prisional e a centralidade dessa experiência na organização da vida em distintas comunidades; o efeito criminogênico do cárcere, tendo em vista as altas taxas de reincidência a ele associadas; a destituição do direito de voto de parcelas significativas da população; o reforço e agravamento das divisões sociais tendo em vista o viés de classe, gênero e étnico-racial das práticas punitivas, constelação de que faz parte a elaboração ideológica da *underclass* (Garland, 2001a; Simon, 2013; Wacquant, 2010).⁵

As altas taxas de encarceramento que se verificam hoje em países do norte e do sul, como EUA e Brasil, países que se encontram no topo dessa peculiar “corrida carcerária”,

⁵ O caráter enviesado da expansão da rede de controle penal se expressa na crescente sobre-representação de pobres, negros, mulheres e migrantes na população penitenciária. No contexto norte-americano, verifica-se, ao longo das últimas décadas, não só a crescente correlação negativa entre taxa de encarceramento e benefícios sociais providos por diferentes estados da Federação, como também se estreitam as correlações positivas entre taxa de encarceramento e participação de negros e grupos minoritários na composição da população prisional (Beckett e Western, 2001).

parecem estreitamente relacionadas à adoção de novas estratégias de controle do crime. A regulação e o monitoramento de condutas tidas como indesejáveis em vias públicas, parques, complexos comerciais, espaços residenciais e outros equipamentos públicos responde, em grande medida, pela disseminação da prática do encarceramento de curta duração, pelo alto grau de rotatividade de parte da população penitenciária (“prende e solta”), pelo crescimento no número de prisões provisórias e pela extensão seletiva da rede de controle penal.

Dessa perspectiva, se é certo que o encarceramento em massa se relaciona à adoção de leis mais severas no campo do controle penal, em especial a reboque da política de guerra às drogas, da qual a famigerada “*three strikes and you are out*” constitui emblema, bem como à introdução de sentenças mandatórias e determinadas que limitam a discricionariedade dos juízes na análise de casos concretos, sempre na direção do aumento do uso da prisão e dos termos de duração da pena, além da erosão de garantias processuais, pode-se verificar uma vinculação crescente entre essas inovações legislativas e judiciais e o governo dos espaços urbanos.⁶

168

Na produção do encarceramento em massa muitas das novas estratégias de controle da conduta encontram na gestão dos espaços urbanos justamente as condições para a ativação de uma lógica de securitização de espaços que se põe cada vez mais em termos de monitoramento de riscos, policialização de condutas e eficiência sistêmica. A tentativa de compreender essa lógica securitária de gestão de riscos constitui uma das principais tendências analíticas da sociologia da punição.

Nos termos da conhecida análise de Jonathan Simon (Feeley e Simon, 1992; Simon, 2007, 2013), o andamento de muitos SJC tem sido marcado pela emergência de uma nova penologia, a “justiça atuarial”, em que a ênfase tradicional

⁶ Para uma discussão sobre governo dos espaços urbanos e racionalidade neoliberal, ver Minhoto (2014; 2015).

do direito e da criminologia no indivíduo tende a ser substituída por uma ênfase crescente na consideração atuarial de agregados populacionais, deslocando o processo criminal na direção do uso intensificado da prisão, do amálgama vigilância e custódia e do monitoramento de grupos considerados perigosos (Feeley e Simon, 1992, p. 449). Nesse deslocamento, o discurso do risco e da probabilidade tende a substituir o discurso disciplinar do diagnóstico clínico e o discurso jurídico da retribuição; objetivos voltados à gestão eficiente de processos sistêmicos internos tomam o lugar dos objetivos tradicionais de controle do crime e reabilitação e, decisivamente, “a linguagem atuarial do cálculo probabilístico e das distribuições estatísticas é aplicada à população” (Feeley e Simon, 1992, p. 452).

Portanto, segundo essa vertente da sociologia da punição, na *démarche* da governamentalização da ponta penal do Estado, as operações do SJC tendem a se deslocar cada vez mais do controle do crime em sentido estrito para o controle das condutas de agregados populacionais: “não se trata mais de punir ou reabilitar indivíduos, mas de identificar e gerir grupos ‘desgovernados’; o objetivo não é eliminar o crime, mas torná-lo tolerável por coordenação sistêmica” (Feeley e Simon, 1992, p. 452).⁷

A esse respeito, note-se que o primado da incapacitação prisional parece encontrar um dos seus móveis justamente nessas reorientações do sistema que prometem reduzir os efeitos do crime na sociedade, não por estratégias de intervenção no ofensor, nem tampouco no contexto social, mas pelo rearranjo da distribuição dos ofensores na sociedade, com emprego de esquemas distintos de controle e vigilância

⁷ A lógica securitária subjacente a esse processo de governamentalização do SJC se deixa entrever na requalificação do sentido das taxas de reincidência: se num momento histórico anterior, normativamente carregado pelo ideal de reabilitação, altas taxas de reincidência constituíam índice de falha sistêmica, hoje elas tendem a ser vistas como índice de eficiência, redefinindo a natureza do *parole board* como mecanismo de controle e reforçando a centralidade da prisão no campo das novas políticas penais.

do ambiente, tendo em vista o monitoramento de grupos considerados mais ou menos perigosos. Não por acaso, a chamada incapacitação seletiva tem sido proposta como um mecanismo de sentenciamento em que a duração da pena depende cada vez menos da natureza do crime praticado ou da avaliação do caráter do criminoso e cada vez mais da elaboração de perfis de risco que possibilitem seu controle a longo prazo dentro e fora das prisões.⁸

Nesse processo, fica em segundo plano a reflexão sobre o papel que condições sociais desagregadoras podem desempenhar na produção do crime e do criminoso. O que antes aparecia para o sistema de justiça criminal como eventual limite de sua atuação e como zona de intervenção governamental, agora surge como zona privilegiada de gestão do risco pelo que implica em termos de potencial ameaça à segurança dos consumidores de justiça.⁹

170

Ao buscar prover segurança a cidadãos concebidos como consumidores de serviços de justiça, com base na elaboração de perfis de risco de agregados populacionais e na regulamentação e policialização de condutas consideradas indesejáveis, a lógica securitária subjacente às novas estratégias de controle que estão na raiz do encarceramento em massa tende a operar um baralhamento crescente das fronteiras entre crime e condutas indesejáveis. Migrantes, mendigos, grafiteiros, skatistas, drogaditos e outros alvos privilegiados da atuação policial fazem ver que a “desordem se converte em gradiente do crime – quebrar janelas, jogar lixo nas ruas, pular uma catraca constituem graduações de um espectro que no limite se estende ao homicídio” (Harcourt, 2001, p. 149).

⁸ Em relação às políticas antidrogas, tão decisivas para a emergência do encarceramento em massa, nota-se também um deslocamento de ênfase do tratamento para a cultura dos testes e da avaliação, de modo que o uso de droga passa a ser percebido como indicador de risco, ou seja, não como uma prática desviante individual, mas como mecanismo de classificação de ofensores em grupos de risco.

⁹ Para uma discussão sobre neoliberalismo penal, risco e consumo, ver O'Malley (2009).

De um outro ponto de vista, para além de uma guinada atuarial, o encarceramento em massa seria sintoma, antes, de um giro pós-moderno no funcionamento do SJC, impulsionado por uma cultura de “excesso punitivo”, podendo assinalar uma ruptura gradual com o processo de racionalização das práticas punitivas modernas. Num contexto de guerra ao crime e de vingança judicial, o uso da prisão seria reconfigurado como critério de legitimação de performance do sistema de justiça criminal: “não se trata mais de reduzir a população prisional, mas de ampliá-la o máximo possível [...] ferir e fazer sofrer os detentos constitui agora índice de vitalidade do direito” (Hallsworth, 2002, p. 156); iria também nessa direção a disseminação de práticas punitivas arbitrárias, que tendem a pôr em xeque a busca de proporcionalidade entre crime e castigo, na linha do dispositivo legal *three strikes and you're out*. Dessa perspectiva, a prisão pós-reabilitativa, de que as *supermax* norte-americanas seriam paradigma, põe às claras os limites do ethos correccionalista típico do pós-guerra, assim como as práticas panopticistas que lhe seriam correlatas (Hallsworth, 2002).

Para uma outra análise hegemônica no campo, o encarceramento em massa associa-se a um processo mais geral de enraizamento de uma “cultura do controle” no SJC (David Garland, 2001a), com andamento bifurcado: numa ponta, mais próxima do quadro técnico encarregado da operação do sistema, nota-se a absorção de certa racionalidade econômica voltada ao corte de custos e à gestão eficiente da performance do sistema, à aferição de riscos e ao controle, no ambiente, das oportunidades para a prática de delitos (aqui, a intermediação entre a percepção social nas ruas e o SJC é feita pela “criminologia de si”); na outra ponta, mais próxima do quadro político do sistema, encarregado da formulação da política penal, verifica-se uma espécie de reação negativa ou de bloqueio (*acting out*) diante da suposta fragilidade do Estado no controle do crime, reafirmando-se,

em chave autoritária, sua soberania, o que se traduz frequentemente na corrida progressiva pelo aumento de penas, na criminalização de condutas e na demonização do criminoso, visto em termos marciais como inimigo a ser abatido (aqui, a intermediação é feita pela “criminologia do outro”). De tal forma que o SJC que se vai reconfigurando na esteira da crise do *welfarismo* penal assume feição esquizoide.

Já para o autor da conhecida tese da punição da pobreza (Wacquant, 2010), o encarceramento em massa deve ser analisado no registro interpretativo da crise do Estado social e da emergência de um Estado bifronte, um centauro dócil e flexível da cintura para cima (em relação aos donos do poder e do dinheiro) e autoritário e patriarcal da cintura para baixo (tanto na ponta social, quanto na ponta penal, o que expressaria um movimento de crescente convergência institucional). Aqui o Estado é gestor, em chave punitiva, da insegurança social que ele mesmo auxilia a instaurar na passagem do arranjo regulatório forjado pelo compromisso keynesiano e pela social-democracia (ou do arranjo regulatório do New Deal no caso do Estado semicaritativo estadunidense) para o projeto neoliberal de governo. Segundo Wacquant, “enquanto [o Estado] abraça o *laissez-faire* no topo, liberando restrições sobre o capital e expandindo as chances de vida dos detentores de capital econômico e cultural, [ele] é tudo menos *laissez-faire* embaixo” (2010, p. 214). Portanto, se o punitivismo integra a racionalidade liberal, e nesse sentido ela não se confunde com a vulgata do Estado mínimo, ao menos para o andar de cima é de *laissez-faire*, principalmente, que se trata o caso.

Por sua vez, os estudos de Beckett e Herbert (2008, 2010) têm iluminado a questão do encarceramento em massa a partir do ângulo da adoção de medidas jurídicas de restrição da mobilidade urbana e do uso do espaço público, tais como o retorno do banimento na execução de sentença condenatória (vedando ao apenado a circulação por zonas

urbanas associadas ao comércio de drogas e à prostituição), a proibição de frequentar certos espaços da cidade como parques, universidades, bibliotecas, lojas, e a extensão dos mecanismos de defesa da propriedade.

Para os autores, esse processo encerra uma espécie de extensão encoberta do direito penal, já que tem ocorrido pela inobservância das garantias jurídicas próprias ao exercício do direito de defesa – especialmente as da esfera penal, em que elas são mais exigentes (Beckett e Herbert, 2010, p. 4); uma espécie de efeito perverso da maquiagem jurídica do caráter substantivamente punitivo dessas medidas, que assim operam a suspensão de direitos individuais por meio de regulamentos administrativos. A partir da análise dos autores, talvez se pudesse divisar nesses mecanismos a última geração no capítulo das medidas de exceção, que, em vez de declarar expressamente a suspensão de direitos no âmbito de uma situação especial de emergência, vai instaurando essa mesma suspensão pela via das rotinas policiais administrativas.

173

Experiência brasileira e racionalidade neoliberal

Risco e disciplina, crime e ordem urbana, proporcionalidade e excesso punitivo, criminologia de si e do outro, eficiência econômica e populismo penal, Estado social e Estado penal, medidas administrativas e medidas penais constituem alguns dos pares analíticos opostos mobilizados de diferentes ângulos teóricos pela sociologia hegemônica da punição para dar conta do “novo”, isto é, daqueles aspectos em que o encarceramento em massa parece superar e romper com a racionalidade dos regimes punitivos que o precederam.

É justamente esse ponto de fuga, orientado pelas ideias de ruptura e de superação de regimes punitivos e paradigmas, subjacente a muitos dos diagnósticos produzidos pela sociologia da punição, que parece pôr na sombra possibilidades analíticas que valorizem não apenas as linhas de continuidade, mas, antes, os próprios modos de articulação entre

diferentes tecnologias, esferas e estruturas sociais no encarceramento em massa. Por essa outra via, talvez se abrisse a possibilidade para matizar a própria noção de uma “guinada punitiva contemporânea”, com o acento posto nos diversos cruzamentos (ou engates) que acionam e dispõem em novos termos topologias de poder, processos de colonização entre esferas e padrões de transferência de formas (mecanismos de controle) entre estruturas sociais.

Assim é que se poderia ver como a inflexão para o risco no governo de agregados populacionais não dispensa o emprego de práticas disciplinares e de soberania; que os ganhos de eficiência na mensuração da atividade de agências de controle (como a polícia, os tribunais e a prisão) não dispensam o recurso a estratégias de responsabilização individual e a um discurso de essencialização do outro; que a adoção de “gambiarras jurídicas” (Telles, 2013) para restringir a circulação de populações consideradas “poluentes” do espaço urbano se articula a estratégias soberanas de gestão empresarial voltadas à valorização econômica de certas regiões da cidade (Minhoto, 2014); que o incremento da ponta penal do Estado não requer necessariamente o desmonte das estruturas do Estado social, muito menos a simples adesão ao receituário econômico do consenso de Washington, transcorrendo, antes, pelo acionamento seletivo de mecanismos securitários, disciplinares e soberanos, reorientados seja para a extensão do controle de condutas nas ruas e nos estabelecimentos prisionais, seja para a busca de novos mercados (como os da segurança e das prisões).

É precisamente dessa perspectiva que o andamento híbrido da experiência histórica das estratégias de controle penal em sociedades periféricas, como a brasileira, poderia funcionar como uma espécie de “*locus* de verificação” das tendências de mudança na penalidade contemporânea, na medida em que o outro da pretendida sobriedade punitiva moderna – a economia punitiva de excesso e a economia punitiva atuarial –

se articula contraditoriamente ao processo de racionalização do sistema de justiça criminal, formando uma situação contraditória em que os contrários se constituem, se limitam e se desautorizam reciprocamente (Minhoto, 2011).

Em termos históricos, como já indiquei em outra oportunidade (Minhoto, 2015), a gestão do complexo capitalista-escravocrata no Brasil requereu, no marco de um projeto de construção nacional socialmente excludente e de modernização pelo alto, a montagem de uma maquinaria institucional de controle preventivo e repressivo de condutas das classes desprivilegiadas, operando como suporte das distinções de classe e raça que importavam manter na passagem da colônia à nação independente. Em certo sentido, a formação das polícias no Brasil significou a transferência e a extensão das tecnologias de poder mobilizadas pelo senhor no controle dos escravos para os homens livres e pobres circulando pelas cidades em rota de urbanização acelerada. Por aí se pode ver algo como a constituição de um aparato repressivo de Estado no espelho da gestão soberana, disciplinar e privada das classes subalternas.

Se é, pois, de articulação que se trata o caso, e não propriamente de superação, o decisivo é saber a direção geral dessas articulações. Salvo engano, essa direção é dada cada vez mais pela emergência e disseminação de uma racionalidade neoliberal que se espalha por distintos âmbitos da sociedade. Em outras palavras, atravessando os engates entre topologias de poder, esferas e estruturas sociais, essa racionalidade imprime direção a esses processos e adquire configuração específica ao orientar as atividades de agências estatais e não estatais de controle.

O ponto a ser sublinhado, portanto, é que a experiência periférica e, em especial, a brasileira, poderia se constituir em plataforma privilegiada de observação não apenas do caráter híbrido das tecnologias de poder que se configuram na produção do encarceramento em massa e dos efeitos bumerangue

que mais e mais aproximam padrões de controle da conduta no centro e na periferia do capitalismo global, mas sobretudo da própria direção mais geral assumida por esses processos.

Dizendo de outro modo, trata-se de levar a sério a observação segundo a qual uma “tecnologia de poder pode proporcionar normas diretoras e um *telos* orientador. Mas ela não satura todas as relações de poder. Ela sugere antes um princípio de configuração que determina como elementos heterogêneos [...] são reunidos e determinados (Collier, 2011, p. 261). E aqui “o mais importante” é atentar para “uma série de edifícios complexos nos quais [...] o que muda é, acima de tudo, a característica dominante, ou mais exatamente, o sistema de correlação entre mecanismos jurídicos-legais, mecanismos disciplinares e mecanismos de segurança” (Foucault, 2007, pp. 6-7).

176

É na esteira desse “achado” da analítica do poder que a experiência brasileira é proposta como revelador heurístico de certos contornos frequentemente insuspeitados que a noção de racionalidade neoliberal pode assumir; uma racionalidade que aqui se toma, justamente, como “princípio de configuração” ou “sistema de correlação” que determina a direção assumida por uma dada topologia de poder. E é à luz dessa mesma experiência brasileira, portanto, que se trata de sublinhar como a disseminação de uma grade econômica de inteligibilidade por diferentes esferas da vida e a busca por eficiência que lhe é correlata não ocorrem sem o apelo reiterado a mecanismos autoritários de controle e imposição de condutas.

Mercadoria política e *racketeering*

Considera-se que a articulação neoliberal entre autoritarismo e eficiência talvez se deixe entrever de modo mais nítido nos processos de criação e reprodução de mercados ilegais e informais no país, em que a extração de recursos econômicos e a adoção de mecanismos de incremento e controle de

performance andam de par com a apropriação violenta de recursos e meios de poder. Nesse sentido, as conhecidas reflexões de Michel Misse (2007, 2008, 2018) sobre a reconfiguração dos mercados ilegais e informais no país, em especial no Rio de Janeiro, na esteira do processo de “acumulação social da violência” e do recurso reiterado às mercadorias políticas como forma privilegiada de garantir o funcionamento desses mercados, poderiam ser mobilizadas como contribuições decisivas para clarificar o conceito de racionalidade neoliberal.

Ao discutir a emergência de organizações criminosas voltadas aos mercados de tráfico de drogas e de armas, Misse nos faz ver como o papel desempenhado pela polícia combina política de extermínio, negociação de proteção e busca de eficiência operacional: “A polícia veio crescentemente a adotar uma política de extermínio, oferecendo bônus aos oficiais por prisões ou execuções de chefes do tráfico [...] Ao mesmo tempo que captura e mata, a polícia negocia proteção aos traficantes” (2018, p. 140). É nessa imbricação que o autor flagra a disseminação crescente do jogo das mercadorias políticas na gestão dos mercados ilegais. Como se sabe, uma mercadoria política é aquela produzida num contexto de troca assimétrica, “quase sempre compulsória, ainda que a sua realização seja geralmente do interesse de ambas as partes. O seu preço depende simultaneamente de um cálculo político e econômico” (Misse, 2018, p. 143).

Com apoio em Weber, Misse nota ainda que o capitalismo de rapina ou político, aquele que opera pela apropriação direta e violenta de recursos, não corresponde meramente a um passado pré-capitalista, mas persiste e se estende, ainda que sempre em tensão com a compreensão moderna de um mercado orientado pela livre concorrência e regulado pelo direito racional. Nessa linha ele afirma decisivamente que “os ganhos nesse mercado não resultam exclusivamente da lei da oferta e da demanda, mas de uma relação de força, uma relação de poder” (Misse, 2018, p. 144).

Se assim é, “não seria possível compreender a reprodução das organizações criminosas de todos os tipos sem fazer referência ao fato de que elas produzem ou estão submetidas à mercadoria política” (Misse, 2018, p. 144).

Do ângulo que mais nos interessa ressaltar aqui, essa situação não indicaria tanto a permanência complementar de práticas violentas de apropriação ao lado de práticas competitivas de livre mercado (Misse, 2018, p. 144), quanto a possibilidade de conceber, na sua crescente articulação, novos contornos da racionalidade neoliberal. Antes de tudo, importaria notar que essa racionalidade não é mera portadora, sem mais, dos princípios da livre concorrência no mercado, da competição e da soberania do consumidor e da figura da empresa – a serem disseminados pelas mais diferentes esferas da sociedade –, mas, antes, parece constituir uma nova forma de dominação em que estratégias securitárias, disciplinares e soberanas se combinam e em que a competição não dispensa o recurso à apropriação direta e coercitiva de meios de produção, distribuição e circulação.

178

Trata-se a rigor de um jogo em que prevalece menos a ideia de livre concorrência e mais a luta por posições estratégicas de domínio, tal como o jogo travado pelas grandes corporações que operam em mercados globalizados.¹⁰ Nessa chave de interpretação, o acionamento reiterado de práticas coercitivas seria constitutivo à razão neoliberal na medida em que a formação e consolidação de novos mercados depende cada vez mais, não de uma situação de igualdade entre os diferentes jogadores dada pela livre concorrência, mas de estratégias formais e informais, mais ou menos escusas, de constituição de posições de domínio e manutenção das posições ocupadas pelos vencedores.

¹⁰ Para uma análise das tensões entre neoliberalismo e o jogo da livre concorrência no mercado, ver Crouch (2011).

Noutras palavras, um jogo cada vez mais permeado pela troca de mercadorias políticas, tanto no andar de cima, quanto no andar de baixo da estrutura social, tanto nos mercados informais e ilegais, quanto nos mercados formais. E não por acaso é justamente nesse contexto que se assiste, tanto ao norte e quanto ao sul, à reemergência e à intensificação de diversos esquemas de *racketeering*, em que a componente política do jogo econômico neoliberal vem para o primeiro plano.

Em 1943, por ocasião da elaboração dos ensaios que integrariam a *Dialética do esclarecimento* (em coautoria com Adorno), Max Horkheimer esboçou, em texto que acabou ficando de fora do livro, os rudimentos de uma teoria do *racket* como ângulo privilegiado para pensar a reconfiguração das classes sociais no capitalismo oligopolista.¹¹ Nesse trabalho, o autor relaciona a disseminação de práticas de acaque e proteção, análogas às adotadas pelas máfias e gangues da Chicago nos anos 1930, e que emprestaram relevância ao termo *racket*, à tendência de concentração e centralização do capital:

179

O conceito de racket refere-se à luta de unidades grandes e pequenas pela apropriação da maior parcela possível de mais-valia, compreendendo os mais diversos grupos, do potentado capitalista ao pequeno grupo de pressão, trabalhando dentro ou fora da lei, junto aos estratos mais miseráveis da população. (Horkheimer, 2016, p. 20)

Assim é que a abolição paulatina do princípio estrito da livre concorrência possibilita à sociedade “reverter a formas mais diretas de dominação, que de fato nunca foram completamente suspensas”. Nas novas condições, “a abolição do mercado como regulador da produção constitui sintoma da influência

¹¹ Para um debate sobre esse esboço de teoria, ver “Max Horkheimer and the sociology of class relations”, número especial da revista eletrônica *Nonsite* de 2016, que inclui a íntegra do ensaio do filósofo alemão; entre nós, uma cuidadosa discussão sobre a teoria dos *rackets* encontra-se em Regatieri (2015).

decrecente de tudo aquilo que estiver fora do âmbito de ação dos grupos decisivos” (Horkheimer, 2016, p. 18).

Ainda segundo Horkheimer, uma teoria do *racket* poderia auxiliar a compreender que esse “padrão de relação de classe torna-se típico não só para as relações dos grandes grupos da sociedade, mas penetra, *a partir daí*, todas as relações humanas, mesmo aquelas internas ao proletariado” (Horkheimer, 2016, p. 18, grifo nosso). É por isso que, acoplado ao processo de “crescente absolutismo do sistema de lucro”, as práticas de *racketeering* terminariam por engolfar os próprios sindicatos de trabalhadores. Como se pode notar, nos termos dessa análise, a direção do movimento de difusão de práticas de *racketeering* tende a se dar de cima para baixo, dos grandes para os pequenos grupos. Nesse sentido, “sob um certo ângulo, a *Racket-Theorie* pode ser encarada como uma teoria sobre a prática política das classes dominantes, como uma teoria das elites” (Regatieri, 2015, p. 82).

180

Do ponto de vista da tentativa de especificar o conceito de racionalidade neoliberal, parte da tarefa estaria em mostrar como o jogo das mercadorias políticas tende a ocorrer não só no nível dos mercados ilegais e informais, mas também e cada vez mais no nível das altas finanças e da luta por posições de domínio entre *global players*, o que, no entanto, em muito ultrapassaria os limites deste trabalho.¹²

***Racketeering* de Estado: o caso Ferguson**

Isto posto, e retendo certos traços definidores da dinâmica de funcionamento dos mercados informais e ilegais do país, bem como seguindo pelo atalho oferecido pela teoria do *racket*, vejamos como a racionalidade neoliberal – reespecificada pelo prisma da articulação truncada entre autoritarismo e eficiência presente na experiência nacional de acumulação de violência

¹² Para uma análise do acionamento crescente de práticas análogas às dos *rackets* por parte de grandes conglomerados econômicos no capitalismo global, com ampla revisão bibliográfica, ver Granter (2017).

e circulação de mercadorias políticas – poderia lançar luz sobre a natureza mais geral de aspectos do funcionamento do Estado contemporâneo e o papel que estratégias neoliberais exercem na produção do encarceramento em massa.

Na esteira do assassinato do jovem negro Michael Brown, em agosto de 2014, pela polícia de Ferguson, cidade norte-americana localizada no condado de Saint Louis, Estado do Missouri, e dos inúmeros protestos que se seguiram ao julgamento que decidiu pelo não indiciamento do policial suspeito de ter efetuado os seis disparos que resultaram em sua morte, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (doravante USDJ) produziu relatório sobre mudanças recentes nos modos de operação da polícia e da corte locais, seus efeitos sobre as estratégias de controle do crime e as relações dessas agências com a comunidade.

O arranjo institucional de governança em Ferguson encerra peculiaridades. A população elege o prefeito e os membros da assembleia municipal. A assembleia, por sua vez, indica o “gestor da cidade” (*city manager*), considerado o chefe administrativo do município. O mandato do gestor é por termo indeterminado e pode ser revogado por deliberação da assembleia. Todos os departamentos administrativos e repartições públicas estão subordinados ao gestor. O chefe de polícia é nomeado pelo gestor da cidade. O juiz da corte municipal é eleito pela assembleia municipal e nomeado pelo gestor da cidade. A corte está instalada no departamento de polícia e é supervisionada pelo chefe de polícia. O juiz preside as sessões do tribunal, mas é o “contador da corte” (*court clerk*) quem toca o varejo do serviço judiciário, com amplos poderes, inclusive de natureza jurisdicional, para aceitar declarações de *plea guilt*, expedir notificações e realizar a coleta de taxas e multas (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, p. 8).

Entre 2010 e 2014, as agências encarregadas da aplicação da lei e da ordem em Ferguson expediram 90 mil intimações e notificações por supostas infrações ao código municipal.

Significativamente, o número alcançado em 2014 é 50% superior ao de 2010. Durante todo o período, as taxas de crime violento na cidade permaneceram estáveis (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, p. 7). Nos últimos anos, a participação dos recursos gerados com a aplicação da lei e da ordem no orçamento total da cidade tem crescido substancialmente, passando de US\$ 1,38 milhão de um orçamento de US\$ 11,07 milhões (12,47%) em 2010 para US\$ 3,09 milhões de um orçamento estimado em US\$ 13,26 milhões (23,30%) em 2015 (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, p. 10).

Nesse contexto se põe a principal conclusão do relatório do Departamento de Justiça, a saber, que diferentes agências e autoridades municipais de Ferguson têm reiteradamente concebido e desempenhado as atividades de execução da lei e manutenção da ordem a partir do imperativo da maximização dos recursos arrecadados (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, p. 9). Frequentemente sob a pressão de diretivas expedidas pelo “diretor financeiro” da cidade (*finance director*), braço direito do gestor, nota-se uma completa sinergia de esforços “para incrementar eficiências e maximizar a coleta” (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, p. 10).

Dessa forma, dissemina-se entre diferentes atores do sistema de justiça uma “cultura reflexiva de aplicação da lei” (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, p. 12), segundo a qual o imperativo da maximização de recursos se descola progressivamente do objetivo de prover segurança pública à comunidade. No âmbito dessa cultura autorreferida de “arrecadação por arrecadação”, mecanismos de avaliação de performance e controle da conduta de policiais, oficiais de fiscalização de penas comunitárias e auxiliares do juiz da corte, orientados por uma racionalidade fiscalista, têm sancionado a inobservância crescente de direitos e garantias dos cidadãos.

Assim é que, no âmbito judicial, a corte vai se convertendo mais e mais em mera agência de instituição e coleta de multas, implicando a conseqüente usurpação da função

jurisdicional pelo quadro de gestores, o desrespeito sistemático aos direitos dos acusados e o uso da prisão como estratégia de reforço de capacidades arrecadatórias, “sem qualquer relação com a gravidade da ofensa supostamente praticada” (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, p. 55).

No âmbito policial, o recado das autoridades tem sido que “violações da lei e da política serão toleradas, desde que os oficiais continuem sendo ‘produtivos’ na realização de prisões e expedição de intimações” (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, p. 12). Nesse cenário, não é de admirar que oficiais de polícia, crescentemente cobrados por produtividade, tenham efetuado operações de revista, busca e apreensões sem base legal, em clara afronta à quarta emenda da constituição norte-americana, que requer “causa provável” para a realização desses atos. Sublinhe-se, ainda, que a proliferação de práticas policiais e judiciais de legalidade duvidosa, para dizer o mínimo, assume inequívoco caráter racista (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, p. 65).

183

Desse ponto de vista, o “caso Ferguson” é emblemático da direção mais geral assumida por muitas práticas atuais de controle do crime e governo da conduta, incluindo a conduta de agentes encarregados da aplicação da lei e da ordem. Em contexto de austeridade fiscal, a dependência crescente de agências do sistema de justiça criminal em relação a mecanismos de extração forçada de recursos pelo incremento de taxas e multas tem se replicado em inúmeros estados norte-americanos, o que, entre outros efeitos, produz a banalização do cárcere como mecanismo trivial de coação arrecadatória.

Sem qualquer relação com a gravidade dos crimes eventualmente praticados e, portanto, em clara afronta ao princípio da proporcionalidade da sanção penal, sanções monetárias como a multa têm sido largamente utilizadas nos Estados Unidos, não como alternativa à pena de privação da liberdade, mas como suplemento fiscalista que, ao menos em parte, deve servir à manutenção das atividades das próprias agências

encarregadas de sua aplicação. Nessa medida, as penas monetárias têm suscitado evidente conflito de interesses entre cidadão acusado e autoridades encarregadas da aplicação e execução dessas sanções (Beckett e Harris, 2011, p. 519).

Como as sanções recaem em regra sobre os setores mais desfavorecidos da população, elas tendem a produzir um efeito de “acumulação de desvantagens” pelo qual dívidas judiciais de longa duração estendem e intensificam os efeitos da sanção penal, reduzindo a renda das famílias e limitando o acesso a crédito, habitação, transporte e emprego (Harris, Evans e Beckett, 2010, p. 1791). Ainda que com óbvias limitações, o sistema de justiça criminal funcionou historicamente como importante provedor de serviços sociais aos pobres norte-americanos, em especial na “era de ouro” do correcionalismo. Estes, no entanto, hoje são crescentemente coagidos a pagar pela simples movimentação da máquina judicial, num círculo infernal em que as dívidas se avolumam de juro em juro, tornando o pagamento cada vez mais improvável e abrindo caminho, por sua vez, para o recolhimento à prisão por falta de pagamento (Harris, Evans e Beckett, 2010, p. 1792).

184

O decisivo aqui é a racionalidade que tende a legitimar a difusão dessas práticas, isto é, a ideia de que acusados e condenados devem ser obrigados a pagar, em sentido literal, bem entendido, pelos “custos” de autuação, defesa, julgamento e encarceramento, concebidos como “serviços” a serem remunerados pelo “usuário” da máquina judicial, e que as diferentes agências encarregadas do desempenho dessas funções podem arbitrar esses custos e fazer arrecadar diretamente os pagamentos valendo-se da chantagem da prisão como moeda de troca (Harris, Evans e Beckett, 2010, p. 1792).¹³

¹³ O que na prática vem reabrindo o espectro do retorno da prisão por dívidas nos Estados Unidos. Se a lei veda o encarceramento de acusados pelo simples fato da sua indigência, “sem um verdadeiro processo judicial”, a lei é simplesmente contornada (Western, 2017, p. 249).

Considerações finais

Essa experiência de Ferguson permite dimensionar alguns dos significados que o “estar diante da lei” vem assumindo na sociedade contemporânea. Trata-se, ao mesmo tempo: (i) de oportunidades de incremento de arrecadação fiscal, das quais depende crescentemente o próprio funcionamento da máquina judicial em tempos de políticas de austeridade; (ii) de uma corrida pela extração direta de recursos por parte de agentes de aplicação da lei e da ordem pressionados por sistemas de controle de produtividade; (iii) do repasse de atribuições jurisdicionais a técnicos de agências administrativas que sobrepõem à razão jurídica dos direitos e garantias individuais uma razão eminentemente econômico-fiscalista; (iv) da circulação de um discurso de legitimação dessas práticas assentado na ideia de responsabilização individual, que articula noções econômicas como “usuário” e “serviço” e as transpõe sem mais para o universo da coação estatal; (v) de um sistema de justiça criminal que opera crescentemente descolado dos objetivos de prover segurança pública e fazer respeitar direitos de cidadania, agindo no espelho das práticas ilegais próprias de organizações criminosas, em que a prisão é reconfigurada como instrumento trivial de coação arrecadatória e moeda de troca.

Dessa forma, a generalização crescente das sanções monetárias e sua vinculação ao fenômeno do encarceramento em massa permitem verificar como, sempre sob o império da razão econômica, práticas soberanas de contorno à lei e suspensão de direitos se articulam a práticas de governo da população, que reorientam o funcionamento do sistema de justiça da aferição dos efeitos jurídicos da conduta individual para o cálculo do potencial de rendimento da gestão de condutas no agregado. Por sua vez, a parafernália disciplinar de monitoramento, avaliação e controle de condutas – tanto dos agentes do sistema quanto de acusados

e condenados – parece se inscrever cada vez mais no interior desse mesmo cálculo.¹⁴

Segundo a conhecida análise de Judith Butler sobre o estatuto da detenção indefinida, a imbricação contemporânea entre soberania e governamentalidade se dá pela suspensão da lei ou pelo seu uso tático pelo Estado, que a instrumentaliza para fins de controle e monitoramento de uma dada população (2004, p. 55). Nos termos precisos da autora, é nessa imbricação que o Estado produz, pela sua retirada seletiva do campo do direito, “uma lei que não é lei, um tribunal que não é tribunal, um processo que não é processo” (Butler, 2004, pp. 61-62). Desse ponto de vista, e à luz do caso Ferguson, talvez se pudesse dizer que o pequeno funcionário kafkiano desse não processo opera cada vez mais como planejador financeiro, gerente contábil e cobrador de uma organização que adota práticas análogas às de um autêntico *racketeer*, no caso, um *racketeering* de Estado.

186

Assim é que suspensão de direitos, apropriação econômica direta e governo das condutas se cruzam no processo de conversão de funções jurisdicionais em oportunidades de incremento e extração forçada de recursos. Para voltar ao ponto reiterado ao longo deste trabalho, trata-se de um cruzamento bem característico de certa experiência social marcada pela articulação entre autoritarismo e eficiência, em que a governamentalização neoliberal do Estado não vai sem o acionamento de mecanismos coercitivos de imposição da conduta. A respeito, reafirme-se, na esteira das observações de Horkheimer, que o *racket* se estabelece frequentemente pela apropriação privada de “funções socialmente necessárias” e que o autor das situações de ameaça é

¹⁴ Em Ferguson, o departamento de polícia realiza reuniões periódicas para divulgação da performance comparativa dos agentes tendo em vista possibilidades de incrementar o número de autuações por oficial. No âmbito judicial, o valor das multas é estipulado sem consideração da gravidade da ofensa nem tampouco da capacidade financeira do acusado.

o próprio beneficiário da oferta forçada de proteção, a um tempo produtor da desordem e garante imposto da ordem;¹⁵ e, mais uma vez na companhia de Misse, reafirme-se ainda que os esquemas *racketeering* frequentemente se constituem pela oferta de uma “mercadoria muito especial, constituída por relações de força e poder ou extraída simplesmente da autoridade pública, *uma fração privatizada e mercantilizada da soberania do Estado*” (2007, p. 142, grifo nosso).

Do ponto de vista da especificação do conceito de racionalidade neoliberal, nossa experiência histórica marcada pela acumulação social da violência e pela circulação das mercadorias políticas se constituiria como revelador analítico dos contornos precisos pelos quais a disseminação de uma grade de inteligibilidade econômica pelas mais diferentes esferas sociais demanda o recurso crescente a práticas soberanas de disposição da vida e suspensão do direito.

Ao mesmo tempo que encerra traços históricos distintivos, a articulação truncada entre gestão autoritária e gestão eficiente do crime e da violência – constitutiva da racionalidade neoliberal – não deixa de configurar ao seu modo a face contemporânea que a razão instrumental vai assumindo pela imposição indiferenciada do cálculo econômico a diferentes esferas da sociedade e pela inversão entre meios e fins que a busca cega da eficiência solicita.

187

Agradecimentos

O autor gostaria de registrar seus agradecimentos à Fapesp pelo financiamento da pesquisa que resultou neste artigo (Processo 2014/26812-4) e aos pareceristas de *Lua Nova* pelas críticas e comentários feitos a uma versão preliminar do trabalho.

¹⁵ A expressão “funções socialmente necessárias” aparece em Stirk, 2005, p. 37, ao comentar a teoria do *racket* esboçada por Horkheimer (minha ênfase); sobre a relação entre ordem e desordem como definidora de práticas *racketeering*, ver ainda Bröckling (2014).

Laurindo Dias Minhoto

é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), integrante do coletivo de pesquisa Carceral Studies Working Group do Center for the Study of Law & Society (CSLS), University of California, Berkeley (EUA) e líder do grupo de pesquisa Teoria dos Sistemas e Crítica Social (CNPq).

Bibliografia

- BALKO, Radley. 2013. *Rise of the warrior cop: the militarization of America's police forces*. New York: PublicAffairs.
- BECKETT, Katherine; HARRIS, Alexes. 2011. On cash and conviction: monetary sanctions as misguided policy. *Criminology & Public Policy*, v. 10, n. 3, pp. 509-537.
- BECKETT, Katherine; HERBERT, Steve. 2008. Dealing with disorder: social control in the post-industrial city. *Theoretical Criminology*, v. 12, n. 1, pp. 5-30.
- BECKETT, Katherine; HERBERT, Steve. 2010. Penal boundaries: banishment and the expansion of punishment. *Law & Social Inquiry*, v. 35, n. 1, pp. 1-38.
- BECKETT, Katherine; WESTERN, Bruce. 2001. Governing social marginality: welfare, incarceration, and the transformation of state policy. *Punishment & Society*, v. 3, n. 1, pp. 43-59.
- BRÖCKLING, Ulrich. 2014. Rackets and racketeers: a sociological approach to “men of disorder”. Paper apresentado no International Workshop Men of Disorder: Masculinity, Violence and Urban Networks in the Modern Middle East and Central Asia, Freiburg, 24 de abril. Disponível em: <https://bit.ly/3c7hdSr>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- BUTLER, Judith. 2004. *Precarious life*. London: Verso.
- CAVADINO, Michael; DIGNAN, James. 2007. *The penal system: an introduction*. London: SAGE.
- COLLIER, Stephen J. 2011. Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da “governamentalidade”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 5, pp. 245-284.
- CROUCH, Colin. 2011. *The strange non-death of neoliberalism*. Cambridge: Polity.
- DEAN, Mitchell. 2010. *Governmentality: power and rule in modern society*. London: SAGE.
- FEELEY, Malcolm M.; SIMON, Jonathan. 1992. The new penology: notes on the emerging strategy of corrections and its implications. *Criminology*, v. 30, n. 4, pp. 449-474.

- FOUCAULT, Michel. 2003. *Society must be defended: lectures at the Collège de France (1975-1976)*. London: Allen Lane.
- FOUCAULT, Michel. 2007. *Security, territory, population: lectures at the Collège de France (1977-1978)*. New York: Palgrave Macmillan.
- GARLAND, David. 2001a. The meaning of mass imprisonment. *In: GARLAND, David (ed.). Mass imprisonment: social causes and consequences*. London: SAGE. pp. 1-3.
- GARLAND, David. 2001b. *The culture of control*. Oxford: Oxford University Press.
- GRAHAM, Stephen. 2012. Foucault's boomerang: the new military urbanism. *Development Dialogue*, v. 58, pp. 37-46.
- GRANTER, Edward. 2017. Strictly business: critical theory and the society of rackets. *Competition & Change*, v. 21, n. 2, pp. 94-113.
- Hallsworth, Simon. 2002. The case for a postmodern penalty. *Theoretical Criminology*, v. 6, n. 2, pp. 145-163.
- HARCOURT, Bernard E. 2001. *Illusion of order: the false promise of broken windows policing*. Cambridge: Harvard University Press.
- HARCOURT, Bernard E. 2018. *The counterrevolution: how our government went to war against its own citizens*. New York: Basic Books.
- HARRIS, Alexes; EVANS, Heather; BECKETT, Katherine. 2010. Drawing blood from stones: legal debt and social inequality in the contemporary United States. *American Journal of Sociology*, v. 115, n. 6, pp. 1753-1799.
- HORKHEIMER, Max. 2016. On the sociology of class relations. *Nonsite*, n. 18. Disponível em: <https://bit.ly/2uuAPIP>. Acesso em: 1 set. 2018.
- MINHOTO, Laurindo Dias. 2011. Excesso e racionalização na penalidade contemporânea e expertise nacional. *In: VIEIRA, Oscar Vilhena; DIMOULIS, Dimitri (org.). Estado de direito e o desafio do desenvolvimento*. São Paulo: Saraiva. pp. 381-400.
- MINHOTO, Laurindo Dias. 2014. Nota crítica sobre a teoria dos sistemas, o neoliberalismo e o direito à cidade. *Revista Direito e Práxis*, v. 5, pp. 462-474.
- MINHOTO, Laurindo Dias. 2015. Foucault e o ponto cego na análise da guinada punitiva contemporânea. *Lua Nova*, n. 95, pp. 289-311.
- MISSE, Michel. 2007. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, pp. 139-157.
- MISSE, Michel. 2008. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, v. 8, n. 3, pp 371-385.
- MISSE, Michel. 2018. Violence, criminal subjection and political merchandise in Brazil: an overview from Rio. *International Journal of Criminology and Sociology*, v. 7, pp. 135-148.

- O'MALLEY, Pat. 2009. Neoliberalism and risk in criminology. In: ANTHONY, Thalia; CUNNEEN, Chris (ed.). *The critical criminology companion*. Sidney: Federation. pp. 55-67. Disponível em: <https://bit.ly/2SXVC7f>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- PRATT, John. 2011. Norbert Elias, the civilizing process and penal development in modern society. *The Sociological Review*, v. 59, n. 1, pp. 220-240.
- RADZINOWICZ, Leon. 1999. *Adventures in criminology*. New York: Routledge.
- REGATIERI, Ricardo Pagliuso. 2015. *Do capitalismo monopolista ao processo civilizatório: a crítica da dominação nos debates no Instituto de Pesquisa Social no início da década de 1940 e na elaboração da Dialética do Esclarecimento*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: USP.
- SIMON, Jonathan. 2007. *Governing through crime: how the war on crime transformed American democracy and created a culture of fear*. London: Oxford University Press.
- SIMON, Jonathan. 2013. Punishment and the political technologies of the body. In: SIMON, Jonathan; SPARKS, Richard (ed.). *The SAGE handbook of punishment and society*. London: Sage. pp. 60-89.
- SOZZO, Maximo. 2001. "Traduttore Traditore": traducción, importación cultural e historia del presente de la criminología en América Latina. *Cuadernos de Doctrina e Jurisprudencia Penal*, v. 7, n. 13, pp. 353-431.
- SOZZO, Maximo. 2014. Beyond Neoliberalism? A critical reading of the uses of this concept to think about contemporary transformations of penalty. Conferência anual apresentada no European Group for the Study of Deviance and Social Control, Liverpool. Disponível em: <https://bit.ly/37W8Aqn>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- SOZZO, Maximo. 2016. Postneoliberalismo y penalidad en América del Sur: a modo de introducción. In: SOZZO, Maximo (comp.). *Postneoliberalismo y penalidad en América del Sur*. Buenos Aires: Clacso. pp. 9-28.
- STIRK, Peter M. R. 2005. *Critical theory, politics, and society: an introduction*. London: Continuum.
- TELLES, Vera. 2013. Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. *Serviço Social & Sociedade*, v. 115, pp. 443-461.
- UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of Justice. 2015. *Investigation of the Ferguson Police Department*. Washington, DC: United States Department of Justice. Disponível em: <https://bit.ly/32t5v0c>. Acesso em: 2 out. 2018.

- VITALE, Alex S. 2014. How to end militarized policing. *The Nation*, New York. Disponível em: <https://bit.ly/2SZAyxt>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- WACQUANT, Loïc. 2007. Rumo à militarização da marginalização urbana. *Discursos Sediciosos*, n. 15/16, pp. 203-220.
- WACQUANT, Loïc. 2010. Crafting the neoliberal state: workfare, prisonfare, and social insecurity. *Sociological Forum*, n. 25, pp. 197-220.
- WESTERN, Bruce. 2017. Alexis Harris, “A Pound of Flesh: Monetary Sanctions as Punishment for the Poor”. *Theoretical Criminology*, v. 21, n. 2, pp. 247-252.



ATUALIDADE DA REIFICAÇÃO DE MARX COMO INSTRUMENTO DA ANÁLISE DE RELAÇÕES JURÍDICAS E SOCIAIS

Martonio Mont'Alverne Barreto Lima

Professor titular em Direito da Universidade de Fortaleza (Unifor). Fortaleza, Brasil. barreto@unifor.br

Orcid: 0000-0003-0052-2901

Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego

Professora titular em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Campinas, Brasil. w.leaorego@uol.com.br

Orcid: 0000-0002-8356-2097

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-193228/109>

Mas se os trabalhadores pudessem viver do ar, não poderiam ser comprados por qualquer preço. Sua gratuidade é, portanto, um limite no sentido matemático, sempre inatingível, embora sempre aproximável. É a tendência constante do capital rebaixar os trabalhadores até este ponto nihilista. Um escritor do século XVIII, frequentemente citado por mim, o autor do “Essay on Trade and Commerce”, apenas trai o segredo espiritual mais íntimo do capital inglês, ao esclarecer que a tarefa histórica da Inglaterra na vida é rebaixar o salário inglês para o nível do francês e do holandês.

MARX, *ERSTER BAND*¹

Introdução

Este artigo objetiva uma revisitação temática sobre a categoria da reificação como fenômeno social, percorrendo passagens das obras de Marx: *O Capital* e *Grundrisse*.

¹ Do original: “Wenn aber die Arbeiter von der Luft leben könnten, so wären sie auch um keinen Preis zu kaufen. Ihr Nichtkosten ist also eine Grenze im mathematischen Sinn, stets unerreichbar, obgleich stets anäherbar. Es ist die beständige Tendenz des Kapitals, sie auf diese nihilistischen Standpunkt herabzudrücken. Ein oft von mir zitierter Schriftsteller des 18. Jahrhundert, der Verfasser des „Essay on Trade and Commerce“, verrät nur das inneste Seelengeheimnis des englischen Kapitals, wenn er für die historische Lebensaufgabe Englands erklärt, den englischen Arbeitslohn auf das französische und holländische Niveau herabzudrücken”.

A proposta de realizar tal empreendimento se liga ao fato de que estamos conscientes da dificuldade da tarefa, pois se trata de uma tentativa de reinserir o assunto no atual debate sociológico-jurídico, o qual se desenvolve em muitos lugares do mundo. Consideramos, então, o conceito de reificação como um conceito-diagnóstico, ou pelo menos um elemento indispensável de diagnose de uma época histórica. Isto se deve, na verdade, ao fato de tal debate tratar de um fenômeno ligado às formas de consciência e dos conjuntos de práticas sociais inspirados nela, e que podem singularizar um determinado tempo histórico. Semelhante campo temático foi abandonado por anos, ao menos desde os anos de 1980, pelas ciências sociais e jurídicas. Contudo, deve ser dito que tal temática foi central nos debates na Alemanha, na Áustria e na América Latina nas décadas de 1920 e 1930, perdurando, após a Segunda Guerra Mundial, até a década de 1980. Sendo assim, tal silenciamento pelos anos 1990 e o começo do século XXI ainda precisa ser explicado.

194

Entretanto, não cabe nos limites deste artigo tentar sua explicação, uma vez que precisaríamos investigar as razões políticas e teóricas para diagnosticar as causas profundas de semelhante silêncio. De qualquer maneira – e felizmente –, o tema que estamos discutindo foi retomado no debate sociológico internacional, em alto nível, por Axel Honneth (2007), entre outros autores importantes, tais como Rahel Jaeggi (2017) e Remo Bodei (2004) em reconhecidas obras. Os autores fazem outro percurso para discutir e analisar a temática em questão, utilizando-se de vasta pesquisa bibliográfica contemporânea, tais como as teorias normativas da ação social, a psicanálise, a teoria política. Apropriam-se bastante da potência normativa de certo liberalismo, especialmente, o de inspiração kantiana, com destaque para os autores que trabalham com a temática da autonomia individual, como Joseph Raz (*The Morality of Freedom*), com especial acento na ideia de autoria da própria vida, por parte

dos indivíduos. Apenas consideramos nosso dever esclarecer que, no texto que ora apresentamos, quisemos revisitare Marx e a principal formulação neste campo realizada em 1923 por Georg Lukács (2003), obra seminal que fertilizou e fertiliza o debate sobre a relação entre consciência e sociedade.²

Desta forma, o texto procurará discutir o conceito de reificação em Marx não somente relacionado com o modelo econômico de produção, caracterizador de sua teoria da história, embora não imobilizador desta consolidada tentativa teórica (Cohen, 2013; Shaw, 1978). Se por um lado o ponto de partida marxiano para a reificação destaca a condição econômica, por outro, os estudos marxianos deixam amplo espaço para a compreensão da reificação no âmbito de outras relações sociais, o que inclui aquelas legais decorrentes da prática e da aplicação concretas do Direito aos casos em disputas entre as distintas classes sociais.

O esforço aqui empreendido não consistirá na busca de encontrar em Marx uma teoria do Direito, pois se entregar a tal propósito seria inútil: não há uma teoria do Direito em Marx. Porém, o desafio parece ser mais instigante, isto é, o de procurar o que pode ganhar a teoria do Direito com Marx e suas reflexões, especialmente o Direito Constitucional, que nada mais é do que Direito Político.

O tema da reificação, de muitas maneiras, está posto na história do pensamento ocidental desde os gregos. Para tanto, pode-se invocar como representativo da preocupação com o problema a alegoria da caverna, de Platão. Ali, está exposto o jogo de luz e sombras existente na percepção dos sujeitos sobre os objetos do mundo.

² Embora deva ser destacado que Axel Honneth é reconhecido por seus vínculos intelectuais e profissionais com a Escola de Frankfurt, especialmente a partir de 1996, quando ingressou na Universidade de Frankfurt e dirigiu de 2001 a 2018 o conhecido Instituto de Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*), berço desta Escola. Honneth desenvolveu uma de suas principais obras: *Kampf um Anerkennung: zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte*, cujo conceito de reconhecimento parte de Hegel.

Segundo Leo Strauss, o acontecimento filosófico fundamental nesta perspectiva se refere ao fato pelo qual os gregos conseguiram problematizar a questão da natureza, e, por conseguinte, diferenciando o mundo da natureza e o da convenção, do artefato humano, ou seja, o das criações humanas, das fundações institucionais, políticas e sociais. Deste modo, é que Strauss chama atenção para a definição de Aristóteles: os filósofos são os homens que discutem sobre a natureza, distintos dos homens que discutem sobre os deuses. “a filosofia, diferentemente do mito, começou a existir quando a natureza foi descoberta, ou o primeiro filósofo foi o primeiro homem que descobriu a natureza” (Strauss, 2014, p. 134, tradução nossa). É necessário, neste sentido, que se recupere tal aspecto sem cair na fácil tentação de que se pode medir o passo com o metro do presente. O auxílio da perspectiva grega empresta-nos o exemplo de que relações com a natureza, com sua utilização e constante busca de sua submissão aos interesses humanos, são complexas, e nem sempre os homens conseguem dominar a natureza como desejam. A atribuição das tarefas dos deuses para fenômenos naturais cuja explicação científica ainda era impossível constitui-se apenas num dos mais significativos elementos da cultura ocidental, isto é, no “maravilhoso”, ainda presente de forma lapidar no clássico épico da modernidade, *Os Lusíadas*, cuja lembrança do Gigante Adamastor é somente uma das mais significativas³ – eis apenas uma das razões do interesse em recordar o referido ponto.

A lembrança traz à tona outro acontecimento: o da procura da verdade em se constituir como força condutora do ato de pensar; não basta mais narrar a tradição mitológica repetidamente rememorada: a verdade deve ser investigada. Aos sofistas e sua força na retórica argumentativa,

³ “Tão grande era de membros que bem posso/Certificar-te que este era o segundo/De Rhodes estranhíssimo Colosso” (Camões, 2014, p. 134).

sobrevieram os filósofos que buscavam a verdade, não se intimidando nem por sua eventual impossibilidade, como alardeada pelos sofistas, tampouco se curvando ao costume fácil pela obviedade da aparência, ou seja, da verdade. Emergiu deste mesmo movimento, como princípio diretivo da busca desta verdade, a desconfiança perene do pensamento, do mundo das aparências, das formas pelas quais os fenômenos se apresentam no mundo. Isto é, das ilusões formais que se produzem na superfície da sociedade.

Desta forma, o conceito marxiano de reificação possui suas raízes na recuperação do acúmulo deste passado cultural para a explicação encontrada no capítulo 48 do Livro III de *O Capital*. Neste momento, devidamente percebido e dissecado por Lukács (2003, p. 212s), a reificação – *Verdinglichung* – se deixa traduzir nas formas adquiridas pela propriedade, pelas ações e relações humanas; formas agora independentes e que sujeitam a si os homens que a criaram, por meio do capital e de seu movimento. Como consequência, a reificação consistirá num caso “especial de alienação, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista” (Bottomore, 1983, p. 314). Nas conhecidas palavras de Marx:

No capital-lucro, ou melhor capital-juros, terra-renda fundiária, trabalho-salários, nesta Trindade econômica como conexão dos componentes de valor e riqueza além e acima de suas fontes, completam a mistificação do modo de produção capitalista, a reificação das relações sociais, a incomensurável junção das relações de produção material com sua determinação histórico-social: o mundo encantado, invertido e posto de cabeça para baixo, onde *Monsieur le Capital* e *Madame la Terre* assombram como fantasmas, ora

como personagens sociais e ao mesmo tempo como meras coisas. (Marx, 1969b, p. 838, tradução nossa)⁴

O ponto de partida do texto será esta percepção marxiana, na tentativa de compreensão do fenômeno jurídico, limitada ao constitucional. A tradicional divisão entre Direito Público e Privado remete a categorias próprias, as quais se encontram em uma “metódica jurídica” – e não simplesmente em um “método” jurídico – explicação satisfatória para a compreensão estruturante do Direito, com respeito às peculiaridades de suas formas de desenvolvimento. Em outras palavras, há requisitos de percepção para que seja claro o elo entre o Direito e a tensão política, não apenas como uma simples reprodução. A metódica jurídica possui, assim, a tarefa de esclarecer as outras funções da realização do Direito (“legislação, governo, administração, jurisprudência, ciência”), sem ignorar a ação de outras “possibilidades de controle (políticas, sociais, públicas, não públicas, informais)” sobre o Direito (Müller e Christensen, 2002, p. 27).⁵

198

As relações acima identificadas por Marx entre capital, renda, terra e salários receberam modernização que não se pode cobrar de Marx: impossível exigir de um pensador realidade inexistente à sua época. Por outro lado, a “metódica” de compreensão de como esta complexidade modernizou-se e sua essência, não assombrada pela aparência, parece ser possível e se se reconhece a dialeticidade de tal processo de mudança.

⁴ Do original: “*Im Kapital-Profit, oder noch besser Kapital-Zins, Boden-Grundrente, ArbeitArbeitslohn, in diese ökonomischer Trinität als dem Zusammenhang der Bestandteile des Werts und des Reichthums überhaupt mit seinen Quellen ist die Mystification der kapitalistischen Produktionsweise, die Verdinglichung der gesellschaftlichen Verhältnisse, das unmittelbare Zusammenwachsen der stofflichen Produktionverhältnisse mit ihrer geschichtlich-sozialer Bestimmtheit vollendet: die verzauberte, verkehrte und auf den Kopf gestellt Welt, wo Monsieur le Capital und Madame la Terre als soziale Charaktere und zugleich unmittelbar als bloße Dinge ihren Spuk treiben*”.

⁵ Do original: “(Gesetzgebung, Regierung Verwaltung, Rechtsprechung, Wissenschaft) [...] (politische, soziale, öffentliche, nicht-öffentliche, informelle) Kontrollmöglichkeiten”.

O objetivo do texto é enriquecer, portanto, a análise do Direito com a inspiração marxiana. A pesquisa é bibliográfica, de busca nas fontes marxianas primárias, especialmente aquelas publicadas no *Marx-Engels-Werke* (MEW). A tradução das fontes utilizadas desta conhecida coleção é de inteira responsabilidade dos autores.

No primeiro momento do texto, julgamos necessária a abordagem do ambiente cultural europeu que assiste ao nascimento do capitalismo como forma de organização do Estado e da sociedade, uma vez que tradição cultural alimentará não somente as estruturas do desenvolvimento do capitalismo, como será ela objeto das transformações. Uma vez compreendido e preparado o ambiente cultural, segue-se a incursão sobre o conceito de reificação nas relações jurídicas e como estas também se constituem em manifestações do Estado capitalista. Tais relações jurídicas reificadas alcançam a consciência política, o que consiste no terceiro instante deste artigo, a procurar compreender este processo. As conclusões apontam a síntese de nossa visão sobre o conjunto aqui brevemente descrito.

199

Renascença e ilustração

A humanização da natureza pelo trabalho dos homens, por sua atividade racional que a modela, criando civilização e cultura, no sentido que lhe conferiu Jacob Christoph Buckhardt, no seu clássico sobre *A Cultura do Renascimento na Itália* (1990), imporá aos homens sua visão de mundo, sua *Weltanschauung*. Os homens constituem-se como demiurgos do mundo, pois, no ato de transformação da natureza, transformam-na em civilização; nesta perspectiva, torna-se sujeito, por que pode modificar o mundo, agindo na história e transformando, assim, a natureza e a própria história, conferindo-lhe sentidos e significados, afinal, o que seria o agir no mundo?

Quais sentidos servirão como fundamentos do modo de produção capitalista, com os requisitos que lhe são inerentes,

e quais laços e experiências precisam ser dissolvidos para o capitalismo se reproduzir? Não se trata, portanto, da construção de sentidos e significados distantes da construção e preservação da ordem econômica capitalista, apesar de comportar divergências aqui e acolá, o que exige maior esforço para a compreensão de sua múltipla natureza. No âmago desta referida multiplicidade encontra-se, também, o Direito, e, não raro, sob a forma de Estado de Direito, o que não destitui a condição de reificação capitalista em suas relações intrínsecas. Em outras palavras, o que se diz ser Estado de Direito, nada mais corresponderia ao “retrato” da luta de classes pela apropriação dos meios de produção, transformado pelo liberalismo em Estado de Direito, como se este de todos fosse, como se a todos assegurasse indistintamente os pilares do mesmo liberalismo: igualdade, liberdade de expressão e de associação, liberdade de ir e vir, propriedade privada.

200

A temática da ação do homem sobre a natureza, decorrente de suas atividades econômicas e políticas, desdobra-se sobre outro problema, vale dizer: sobre quais mediações sociais, sobre que quadro societário se desenvolverão as relações entre homem e natureza, e, sobretudo, em que condições suas capacidades humanas são aproveitadas por eles mesmos, tornando-os, de fato, senhores de si, de seu corpo, de sua alma, de sua subjetividade, e, ao mesmo tempo, fazendo com que sejam objetos desta imanência.

As perguntas que brotam neste âmbito são numerosas. Seleccionaremos uma das fundamentais: aquela que diz respeito à natureza dos fenômenos históricos, os modos como se constituem e se apresentam diante da consciência. Portanto, será posto para o pensamento o seguinte desafio: como explicar, como compreender e distinguir, neste processo, as relações entre essência e aparência da realidade dos fenômenos políticos que foram juridicizados, ou seja, que foram constitucionalizados para que se recorra ao sentido da modernidade consagrado após a Revolução Francesa de 1789?

Semelhantes perguntas apareceram de muitas maneiras ao longo da história do pensamento. A forte intuição filosófica que percebia que os mitos – as magias, os fantasmas, os ritos sacrificiais, os deuses, o mundo encantado dos demônios, das superstições, dos ordálios como forma de prova jurídica – constituíam, fundamentalmente, um mundo encantado que, criado pelos homens, tornava-se fonte de escravidão de seus corpos e almas. Esta transfiguração alimentou a cultura grega desde o conhecido diálogo socrático sofista, registrado por Platão: “Sócrates – [...] Tomam as formas de políticos, ou de sofistas, e outras vezes dariam ainda, para certas pessoas, a impressão de estarem completamente em delírio [...]. Teodoro – A quem? Sócrates – Ao sofista, ao político e ao filósofo” (Platão, 1991, p. 206).

O caráter transcendente dos gregos não servia de fundamento final para a compreensão da política, do Estado e das ações, uma vez que esta antiguidade procurou a razão para guiar as ações humanas e, nesta mesma razão, a natureza explicativa dos acontecimentos sociais. A transcendência como dado determinante das ações humanas, e para a formulação das formas jurídicas de Estado, é que persistiu nas formas de explicação das aparências pela modernidade, até que se apoderou da razão humana completamente sob a forma teológica. A emancipação do pensamento desta teologia encontrou em Spinoza decidida concepção: “quem faz da razão e da filosofia servas da teologia, ensandecerá” (Espinoza, 2003, p. 224).⁶ Deste ponto em diante, o duelo se estenderá até os dias atuais, com o registro de que, dificilmente, a transcendência manteve sua hegemonia cultural após os séculos XVIII e XIX, no que pesem as tentativas, com destaque para aquela que se desenvolveu na segunda década do século XXI, travestida de histeria obscurantista chamada de neoliberalismo e no campo religioso de pentecostalismo, tão presente nas Américas.

⁶ Do original: “*hic scilicet sine ratione, ille vero cum ratione insaniet*” (Spinoza, 2008, p. 444).

O Iluminismo se apresentou e se opôs à religião, à concepção do mundo e aos atos humanos como produto da fé. Tratou-se de um “programa de desencantamento do mundo. Seu objetivo era a dissolução dos mitos e a queda da imaginação através do saber”. Assim, consistia este programa no oferecimento de novos sentidos à história; novos sentidos que, até então, haviam sido impedidos pelos adeptos da tradição, pela aversão à dúvida, pelo fetichismo verbal responsáveis pela inexistência de um “casamento feliz da compreensão humana com a natureza das coisas” (Horkheimer e Adorno, 1997, p. 19, tradução nossa).⁷

Se este foi o objetivo do Iluminismo, mais tarde Horkheimer (1976, p. 17) reconhecerá que a mesma tão buscada razão, na verdade, “jamais dirigiu verdadeiramente a realidade social, mas hoje está tão completamente expurgada de quaisquer tendências ou preferências específicas, que renunciou, por fim, até mesmo à tarefa de julgar as ações e o modo de vida do homem”.

O triunfo do capitalismo foi saudado por Max Weber como desencantamento do mundo, isto é, como a inauguração de uma era onde a racionalidade estendia progressivamente seu sentido e sua lógica a todo o devir histórico da humanidade. Por seu turno, Marx saúda o capitalismo (nas palavras quase eufóricas do Manifesto Comunista) como um momento especial da história, um período histórico de transformações tão profundas e velozes que revolucionavam, de um modo nunca visto, todas as antigas formas de produção econômica, bem como todas as velhas concepções sobre o mundo em geral, o que inclui o Direito.

Agora se podia falar enfaticamente de uma história universal. Todos os povos nos mais longínquos recantos do planeta seriam arrastados por esta avalanche irresistível que era

⁷ Do original: “*Das Program der Aufklärung war die Entzauberung der Welt. Sie wollte die Mythen auflösen und Einbildung durch das Wissen stürzen. [...] hat die glückliche Ehe des menschlichen Verstandes mit der Natur der Dinge verhindert*”.

o mercado mundial capitalista, o que tornaria possível a universalização do mundo burguês, no sentido amplo da palavra. Porém, diferentemente de Max Weber, se o capitalismo para Marx significava, de um lado, um inusitado progresso e a vitória de uma determinada razão – embora nem sempre razoável –, de outro fazia emergir das profundezas da história um reino enfeitado e desumano, o que exigia a retomada do fundamento de seu pensamento: o mundo da razão. Afinal, a origem do capital como relação social (e na sua forma de acumulação primitiva) figurará “nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 1969b, p. 743, tradução nossa).⁸

Fazia-se, então, imperativo de a razão mobilizá-la como tarefa irrenunciável à pesquisa e compreensão dos processos específicos de encantamento, agora da modernidade. Neste ponto, impõe-se examinar com cuidado o empreendimento de Marx, iluminista radical que se propõe a uma tarefa gigantesca, ou seja, compreender radicalmente a modernidade, desvendar seus principais mistérios, enfim, cumprir radicalmente o programa iluminista. Para tanto, pesquisou os fundamentos da modernidade e suas principais promessas encarnadas nas objetivações mais decisivas realizadas pelos homens. Em outros termos, compreender as razões mais profundas do fato dos homens pagarem o acréscimo de seu poder sobre a natureza, realizado através da ciência, com o estranhamento – agora alienação – diante daquilo que eles mesmos produziram. Por fim, desnudar pela razão metódica quais são os específicos encantamentos constitutivos da modernidade, isto é, do capitalismo, que muito longe de produzir liberdade e igualdade, gerara um tipo de dominação e de servidão muito específico.

Neste sentido, tornava-se forçoso para o sujeito cognoscente atravessar as espessas névoas que envolvem as relações

⁸ Do original: “*Und die Geschichte dieser ihrer Expropriation ist in die Analen der Menschheit eingeschrieben mit Zügen von Blut und Feuer*”.

sociais, políticas e econômicas e seus modos discursivos dominantes, e, até certo ponto, justificadores das relações determinantes deste tipo novo de sociedade. Neste sentido, o empreendimento investigativo de Marx é, em si mesmo, paradoxal, pois visa jogar luz em meio às luzes do progresso, cantadas em prosa e verso como o conteúdo profundo da forma moderna de convivência cívica. As luzes mais ofuscantes eram, então, as iluminações provindas do liberalismo e de suas brilhantes promessas de igualdade e liberdade através do trabalho e da racionalidade do mercado. Em resumo, a empresa de Marx, de um lado, se empenha em reconhecer o avanço fundamental que este corpo teórico e político significou na história da humanidade e, de outro, pesquisa o fundamento mais recôndito de suas ilusões formais, dos seus modos discursivos de apresentar os fenômenos econômicos e sociais, que será uma tarefa maior.

204

Trata-se aqui de não somente procurar saber como o capitalista enriqueceu, mas sim de investigar seu poder, seus limites e o caráter desta complexa formação política e social à custa do trabalho da imensa maioria das populações relegadas a miséria e intensa fragilidade de direitos. Trata-se de desvendar como uma inteira estrutura estatal foi sendo transformada a partir da vivência de uma concreta e profunda experiência histórica rumo à satisfação das exigências desta forma de atividade econômica, cuja explicação a respeito da “legislação sanguinária contra os expropriados ao final do século XV” é somente um dos mais valiosos momentos da obra marxiana (Marx, 1968b, p. 761, tradução nossa).⁹

Qual fato decisivo descobre Marx? Identifica suas específicas fantasias, seu encantamento, suas potentes máscaras mais engalanadas, vestindo traje a rigor, mas enfeitadoras tanto quanto os antigos ritos sagrados. Os templos e os ritos podem ser outros, mas permanecem enfeitando os

⁹ Do original: “*Die Blutgesetzgebung der Expropriierten seit Ende des 15. Jahrhundert*”.

homens porque engendram névoas mais espessas na realidade dos fenômenos, a possuírem, de fato, mais potências ocultadoras que agem e coagem os sujeitos. Significa, portanto, compreender as representações de toda uma época, decifrar os saberes, apreender o saber que não é saber e desconstruir analiticamente os modos como os fenômenos sociais se apresentam vestidos na realidade – vestidos agora com os trajés da acumulação, do capital, do dinheiro, dos juros e dos salários. A todos estes personagens, agora mostrados na forma concreta por Marx, acodem as formas jurídicas; em outras palavras: à reificação das relações formadas por “*Monsieur le Capital e Madame la Terre*”, de que nos adverte Marx, corresponde à reificação também das relações jurídicas, mediadas pelo Direito. Não se trata de uma preponderância automática da primeira sobre a segunda forma de reificação mencionada, mas se trata de compreender os complexos nexos entre uma e outra.

Sobre o quê, então, falamos? Referimo-nos a um emaranhado de relações sociais envolvidas em formas de grande poder de convencimento social. Podemos, por exemplo, tomar os pressupostos da troca capitalista nas suas formas jurídicas. Quais são seus pressupostos? Não são desconhecidos: a igualdade, a liberdade dos agentes da troca, a liberdade de circulação de capital. Acompanhemos alguns passos da explicação do autor: nos *Grundrisse*, Marx explica como se opera a transformação do dinheiro em capital e, para tanto, há uma explicação anterior sobre a natureza do dinheiro, que é comparada ao ouro e à prata. Estes metais não são dinheiro, pois estão na natureza. “Ser dinheiro não é nenhuma propriedade natural do ouro ou da prata [...]. Mas o dinheiro é imediatamente ouro e prata” (Marx, 1983, p. 165, tradução nossa).¹⁰ Marx sublinha, ainda, o fato de que

205

¹⁰ Do original: “*Geld zu sein ist keine natürliche Eigenschaft des Gold und Silbers [...]. Aber Geld ist unmittelbar Gold und Silber*”.

ninguém nasce mercadoria, e que a constituição da força de trabalho, seus músculos e nervos não contêm a propriedade “natural” de se converter em mercadoria, em valor de troca, assim como não é inerente ao ouro, na sua condição natural, conter suas propriedades de medida de valor monetário. Por exemplo, no Peru e no México das civilizações pré-colombianas, o ouro servia para ornamentar templos, vestimentas rituais (Marx, 1983), sendo que tais conversões nascem em determinadas formas societárias, ou seja, na sociedade capitalista. Deste modo, são convenções, são artefatos, são criações dos homens e, por esta razão, desnaturam-se. Neste processo de destituição de suas qualidades naturais, reificam-se, transformam-se em bens – ou em coisas – que serão formalizados em complexas relações jurídicas. Onde estaria a chave desta transformação que conduz o homem, o Estado e a sociedade a revolucionarem suas formas de organização para dar espaço às transformações do capitalismo em todas as instâncias de suas vidas? No valor de troca, *Tauschwert*, nas palavras de Marx (1983, p. 166, tradução nossa, grifo nosso):

assim, a contradição básica contida no valor de troca e no correspondente método de produção da sociedade emerge aqui em toda a sua pureza. As tentativas de abolir esta contradição, privando o dinheiro de sua forma metálica e fazendo dele uma *lei* externa a uma relação social, cuja última forma seria a do dinheiro do trabalho, já tão criticadas acima.¹¹

Residiria no valor de troca um passo histórico na fundamentação da transformação do dinheiro em capital. Trata-se

¹¹ Do original: “*Es tritt daher hier in der ganze Reinheit hervor der Grundwiderspruch, der im Tauschwert und der ihm entsprechenden Produktionsweise der Gesellschaft enthalten ist. Die Versuche, diesen Widerspruch aufzuheben, dadurch, daß dem Geld seine metallne Form entzogen und es auch äußerliche als von der Gesellschaft Gesetzes, als Ausdruck eines gesellschaftlichen Verhältnisses gesetzt wird, wovon die letzte Form die von Arbeitsgeld wäre, its schon oben kritisiert*”.

do capitalismo, da modernidade, onde possuidores de mercadorias diferentes, mas equivalentes, defrontam-se como se fossem “livres compradores e livres vendedores”, e se encontram para trocar onde quiserem. É no ato da troca, portanto, que os sujeitos estão postos precisamente como indivíduos, como iguais; é também no ato da troca que os sujeitos se confirmam, ao mesmo tempo, como iguais, contudo, como indiferentes entre si. Será, pois, no âmbito do mercado que se concretiza a relação social e jurídica, na qual aos sujeitos pressupostos como iguais “se agrega a noção de liberdade”, como se, de um lado, não estivesse uma histórica situação de miséria que não deixa opção, senão, a venda do próprio corpo – e da consciência em nome da sobrevivência física – e, de outro, a acumulação e a circulação do capital.

Aqui, o reconhecimento recíproco da igualdade e da liberdade dos sujeitos constitui a condição natural da troca. Para compreender como se opera a troca entre o capital e o trabalho assalariado, Marx afirma que “o trabalhador troca sua mercadoria, seu trabalho, ou seja, seu valor utilitário, que como qualquer mercadoria também possui um preço, como todos os outros bens, por certa soma de valores, certa soma de dinheiro, que o capital lhe oferece” (Marx, 1983, p. 199, tradução nossa).¹²

De fato, no mundo da troca, no intercâmbio dos valores de troca, a igualdade dos sujeitos não é uma ilusão, pois afirma-se como necessidade do capitalismo. A astúcia desta ilusão é que Marx procura comprovar que “o interesse universal passa a ser a universalidade dos interesses egoístas” (Marx, 1983, p. 170, tradução nossa).¹³

¹² Do original: “*Der Arbeiter tauscht seine Ware, die Arbeit, den Gebrauchswerte, die als Ware auch eine Preis hat, wie alle andren Waren, aus gegen eine bestimmte Summe Tauschwerte, bestimmte Summe Geld, die das Kapital an ihn ablässt*”.

¹³ Do original: “*Das allgemeine Interesse ist eben die Allgemeinheit der selbtsüchtigen Interessen*”.

O mesmo se opera com a abstrata confusão entre igualdade e liberdade, como se fossem igualdade e liberdade de todos. Porém, quando se constata o mundo material da realização, tanto individual como coletiva, desta igualdade, coloca-se impositivamente a liberdade. “Destá maneira, igualdade e liberdade não são apenas respeitadas na troca, que se baseia em valores de troca, mas a troca de valores de troca é a base produtiva e real de toda a igualdade e liberdade” (Marx, 1983, p. 170, tradução nossa).¹⁴

Neste instante, Marx chama a atenção para um ponto importante, qual seja: essas noções de liberdade e igualdade são essencialmente referidas a um período histórico determinado, não sendo universalidades abstratas. Por exemplo: “neste sentido, são igualdade e liberdade exatamente o oposto de liberdade e igualdade antigas, que não possuíram como base o valor cambial desenvolvido, mas foram destruídas pelo seu desenvolvimento” (Marx, 1983, p. 170, tradução nossa).¹⁵

208

Assim, postas nestas condições materiais, liberdade e igualdade passam a ser instrumentalizadas na conformidade das relações de troca e do aperfeiçoamento da circulação; se se oferece resistência a uma vontade, o outro lado será forçado a aderir às relações de troca. Sua coercibilidade impregna e se impõe sobre todas as vontades que a constituem: o meu interesse que passa a ser refletido em interesse geral, universal, com poder de obrigar a todos. Marx adverte que mesmo a situação de escravo na antiguidade romana não impediu que, noutros círculos, estranhos à situação do *servus*, o Direito desenvolvesse as “determinações da pessoa jurídica, exatamente como aquelas do indivíduo na troca,

¹⁴ Do original: “*Gleichheit und Freiheit sind also nicht nur respektiert im Austausch, der auf Tauschwerten beruht, sondern der Austausch von Tauschwerten ist die produktive, reale Basis aller Gleichheit und Freiheit*”.

¹⁵ Do original: “*Gleichheit und Freiheit in dieser Ausdehnung sind grade das Gegenteil der antiken Freiheit und Gleichheit, die eben den entwickelten Tauschwert nicht zur Grundlage haben, vielmehr an seiner Entwicklung kapputgehen*”.

o que antecipou o Direito da sociedade industrial (em suas determinações fundamentais)” (Marx, 1983, p. 171, tradução nossa).¹⁶ Como se sabe, a pergunta dos antigos versava sempre a respeito do modo de propriedade através do qual seriam criados os melhores cidadãos.

Os indivíduos que intercambiam existem sob determinações diferenciadas do comprador e vendedor: um compra uma mercadoria particular, natural, que é a força de trabalho (músculos, nervos etc.), enquanto o outro vende sua própria pele. A indiferença constitutiva dessa relação está reportada no suposto da equivalência, afinal, o dinheiro (como coisa) circula, ora em umas mãos, ora em outras. Esta indiferença (o dinheiro como equivalente universal) dá materialidade à igualdade e, assim, o dinheiro, então, cumpre a função de nivelador radical, vinculando e abraçando todos os vínculos: “cada qual aparece como o proprietário do dinheiro do outro, até mesmo como dinheiro, se se considera o processo de troca” (Marx, 1983, p. 171, tradução nossa).¹⁷ A troca é percebida e vivida como ação recíproca dos indivíduos como forma e conteúdo, satisfação interessada de suas necessidades, e, do ponto de vista da forma, como intercâmbio de equivalentes. Enfim, o que sucede com o indivíduo como existência natural de troca? Sua força de trabalho se metamorfoseia em mercadoria; mercadoria que se reivindica produto de uma igualdade resultante de uma liberdade, na qual, na verdade, nem é livre o processo, nem tampouco resultará na igualdade de todos.

A existência do indivíduo enquanto produtor de valor de troca traz a negação absoluta de sua existência natural, tal como nos referimos anteriormente; configura-se, pois, o momento da sua desnaturação, como demonstra Marx. Tal relação ocorre

¹⁶ Do original: “*Bestimmungen der juristischen Person, eben des Individuums des Austauschs, entwickeln konnte und so das Recht (nach den Grundbestimmungen hin)*”.

¹⁷ Do original: “*Jeder erscheint als Besitzer des Geldes dem anderen gegenüber, selbst das Geld, soweit der Prozeß des Austauschs betrachtet wird*”.

porque “a condição prévia, o pressuposto não é, de modo algum, uma condição prévia para o indivíduo que decorre da vontade ou da natureza do mesmo indivíduo; mas é uma condição prévia, histórica, a estabelecer o indivíduo como já determinado pela sociedade” (Marx, 1983, p. 173, tradução nossa).¹⁸

Nesta medida, a liberdade e a igualdade são postas de um modo geral pelo pensamento liberal, pois não são referidas há um tempo histórico particular e a indivíduos históricos particulares: o capitalista, o proletário, o camponês etc. Tais conceitos consubstanciam determinações abstrato-formais no sentido de negarem suas próprias formulações normativas; contudo, e como realidades formais, mágicas, é que se apresentam na realidade fenomênica. Convém sublinhar que, para Marx, estas aparências não são ilusões, mas fenômenos constitutivos do mundo social real. Existem, portanto, como diz Theodor Adorno, como *aparências atuantes* que norteiam efetivamente a prática de todos os agentes sociais envolvidos, e impõem-se ante suas consciências como exterioridades imperativas, ou seja, como coisas, como se fossem existências autônomas, dotadas de vida própria e que se voltam contra seus criadores: os homens no interior de certas relações sociais e históricas.

210

Engendrado o fenômeno do estranhamento em relação ao produto de suas próprias criações, configura-se, então, a reificação de todas as relações sociais. Todas aparecem como naturais, sendo que a naturalização conforma um poderoso artefato ocultador das relações de domínio e de exploração existentes e necessárias ao funcionamento da sociedade burguesa. Afinal, semelhante realidade fenomênica produz e consome suas próprias aparências, e uma delas é a forma do contrato capitalista de trabalho. Como se sabe, a validade jurídica do contrato, aqui, supõe a existência de vontades autônomas, da igualdade e da liberdade dos agentes nele

¹⁸ Do original: “*Daß also nicht nur die Voraussetzung keinesweges weder einem aus der Willen noch der unmittelbaren Natur des Individuums hervorgehende, sondern eine geschichtliche ist und das Individuum schon als durch die Gesellschaft bestimmt setzt*”.

envolvidos, capitalista e trabalhador. O contrato de trabalho, o pagamento pela prestação laboral, sua condição e sua duração são pactos firmados e que necessitam de uma regulação em favor da expansão do capital.

Neste momento, Marx empenha-se em desvendar o conteúdo das formas sociais que legitimam e legalizam aquilo que aparece na superfície da sociedade como dotadas de vontades autônomas, independentes do processo social que lhes dá origem. Assim é que Marx, no capítulo XVII do Livro I de *O Capital* – “Transformação do Valor ou Preço da Força de Trabalho em Salário” (*Verwandlung von Wert resp. Preis der Arbeitskraft in Arbeitslohn*) –, demonstra como a identificação do salário com o “preço do trabalho” aparece e atua na sociedade como tal. Todavia, o que é o salário? É uma forma (ele a denomina de forma transmutada) que envolve misticamente, e igualmente, seus agentes principais, o capitalista e o proletário – o envoltório que extingue “todos os vestígios da divisão da jornada diária de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente em trabalho remunerado e não remunerado. Todo o trabalho aparece como trabalho remunerado” (Marx, 1969a, p. 562, tradução nossa);¹⁹ enquanto na realidade não o é. Assim,

211

nesta forma de aparência, que torna invisível a relação visível e mostra exatamente o seu oposto, estão todas as relações jurídicas, seja do trabalhador, ou do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões de liberdade, todos os lapsos apologeticos do descanso vulgar da economia.
(Marx, 1969a, p. 562, tradução nossa)²⁰

¹⁹ Do original: “Die Form des Arbeitslohns löscht also jeder Spur der Teilung des Arbeitstags in notwendige Arbeit und Mehrarbeit in bezahlte und unbezahlte Arbeits aus. Alle Arbeit erscheint als bezahlte Arbeit”.

²⁰ Do original: “Auf dieser Erscheinungsform, die das sichtliche Verhältnis unsichtbar macht und grade sein Gegenteil zeigt, beruhen alle Rechtsvorstellungen des Arbeiters, wie des Kapitalisten, alle Mystifikationen der kapitalistischen Produktionsweise, alle ihrer Freiheit Illusionen, alle apologetische Flause der Vulgäroökonomie”.

As lutas incessantes dos trabalhadores para a redução da jornada de trabalho, normalmente reprimidas na maioria das vezes com violência, demonstram, por sua vez, seu verdadeiro caráter:

borra-se a nítida distinção entre público e o privado, a violência do Estado extravasa as antigas comportas e a luta social passa a contar com um novo contendor, os funcionários do Estado, nessa ambígua posição de representantes do todo e agentes do particular. (Gianotti, 1983, p. 299)

212 Desta feita, o que vem a ser a liberdade no que Marx identificou como: “mundo enfeitado, desumano e invertido, onde os manipulados, o senhor capital e a senhora terra, protagonistas sociais e ao mesmo tempo coisas, fazem suas assombrações”? Esta liberdade se encontra nos espaços onde a reificação passa a ser uma verdadeira “religião da vida cotidiana” (Marx, 1969b, p. 838, tradução nossa),²¹ reduzidos a um mero cálculo economicista, “a proclamar em qualidade de dogma suas necessidades naturais de classe dominante” perante toda a sociedade (Marx, 1969b, p. 839, tradução nossa).²²

Tal forma transmutada, tal categoria fenomênica, possui existência real, ativa. Mas o que ela oculta? Oculta o seu fundo, isto é, a relação social (capital) na qual ocorre a mais-valia, afinal, “na sociedade coisificada, nada sobrevive que por sua vez não tenha sido coisificado” (Adorno, 1998, p. 286, tradução nossa).²³ Toma-se como liberdade o que, de fato, é sujeição a um domínio muito potente,

²¹ Do original: “*Religion des Alltagslebens*”.

²² Do original: “*In dem sie die Naturnotwendigkeit und ewige Berechtigung ihrer Einnahmequellen proklamiert und zu einen Dogma erhebt*”.

²³ Do original: “*Nichts hat innerhalb der vedinglichten Gesellschaft eine Chance, zu überleben, was nicht seinerseits verdinglicht wäre*”.

exatamente porque seu envoltório místico assume a forma de ações entre iguais e livres, que não são – as coisas e os fenômenos não são o que são.

As reconstituições do pensamento de Marx sobre este assunto constituem tarefa de equipes de pesquisadores em virtude da magnitude da sua investigação. De qualquer modo, é necessário assinalar que será nos Livros II e III d' *O Capital*, que Marx exporá sua análise da esfera da circulação do capital (não como coisa, mas como relação social, que, contudo, aparece também diante da consciência dos sujeitos como relação entre coisas).

Neste ponto, demonstrará como as formas de que o valor se revestirá se movimentam autonomamente, eclipsando todos os nexos causais das relações que lhes dão origem – as mediações desaparecem para dar lugar à dança das formas. Novamente, com o recurso a Adorno, os *nexos de ofuscação* se tornam cada vez mais fortes; as esferas da produção e da circulação, reciprocamente autônomas, possuem, no entanto, determinações específicas e engendram formas abstratas também próprias, isto é, fetiches específicos. E nesta realidade concreta acha-se a relação jurídica.

213

Reificação e relações jurídicas

Em carta a seu pai, de 10 de novembro de 1837, Marx escreve que a forma dos conceitos (*die Begriffe Form*) e o conteúdo (*Inhalt*) do Direito “podem e devem desenvolver-se separados um do outro” (Lottig, 1961, p. 3).²⁴ Observa-se, então, a contradição que o ainda jovem Marx enxergava nas formas racionais do Direito que – mesmo jovem – descreverá pela primeira vez no seu conhecido texto a respeito dos “Debates sobre a lei do furto de madeira”, aparecido

²⁴ Do original: *Das eine könne und müsse getrennt von dem aderen sich entwickeln.*

na *Rheinische Zeitung* n° 298, de 25 de outubro de 1842, cuja autoria é atribuída a “um Renano” (*von einem Rheinländer*).

Marx separa neste texto as noções de Direito e de justiça, onde no mundo concreto um não quer dizer o outro,²⁵ e onde um e outro existirão em suas formas independentes: os privilegiados realizam seus interesses por meio da legislação, e estes mesmos privilegiados não criam direitos, já que seus privilégios violam “o fundamento da igualdade de tratamento” (Lottig, 1961, p. 6, tradução nossa).²⁶

A forma de questionamento de Marx sobre o Direito e sua reificação ganha em força argumentativa quando é desafiada a formação tradicional do Direito:

a natureza jurídica das coisas não pode, portanto, ser determinada pela lei; a lei é que deve ser determinada a partir da natureza jurídica das coisas. Se, no entanto, a lei chama de roubo de madeira aquilo que dificilmente seria um delito da madeira, então a lei *mente* e os pobres serão sacrificados por uma mentira legal. Há duas espécies de corrupções, afirma Montesquieu, uma quando os povos não observam as leis; a outra quando são corrompidos pelas

214

²⁵ Embora esta observação integre a obra do jovem Marx, é perceptível a noção de direito natural que Marx mostrava neste primeiro escrito, durante o colapso de Weimar e que foi tão cara a pelo menos expressivo marxismo. Aqui se ressalta a compreensão de Ernst Fraenkel e sua insistência na recuperação do direito natural em Marx, como instrumento necessário ao enfrentamento contra o nazismo: “As reflexões de Weber deixaram aqui claramente uma impressão significativa em Ernst Fraenkel, que dedica grande parte da sua energia intelectual, durante as décadas de 1920 e 1930, a articular uma resposta à análise que Weber faz do direito natural e do socialismo. No processo, Fraenkel desenvolve uma síntese idiossincrática do direito natural e do marxismo que reconhece o inegável mérito intelectual da reivindicação de Weber – sem abandonar a própria referência de Fraenkel à social-democracia. [...] Fraenkel implica que o racionalismo e o intelectualismo modernos exigem o inevitável desaparecimento do direito natural e dos seus tesouros normativos” (Caldwell e Schuerman, 2000, p. 77-83, tradução nossa).

²⁶ Do original: “*den Grundsatz der Gleichbehandlung*”.

leis; que é um mal incurável, porque contido no próprio remédio. (Marx, 1977a, p. 112, grifo do autor)²⁷

Marx demonstra e percebe a natureza “mágica” do Direito para as relações econômicas e sociais, sem incorrer na ingenuidade de que tal confusão representaria a convicção da ilusão dos que mantiveram seus privilégios: estes possuem inteira consciência de seus atos, e da forma de criação do Direito para o fortalecimento cultural e intelectual de seus interesses.

A proposital e criativa divisão entre o Direito e justiça, ou a divisão entre os dizeres do normativismo e a situação concreta geral da sociedade, traduz uma divisão antecipada por Hegel, e que receberá também a crítica de Marx. Para Marx, separar a sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) do Estado político (*politischer Staat*) parece necessário (*erscheint notwendig*), a fim de também separar o cidadão, o cidadão do Estado (*der Bürger; der Staatsbürger*) de sua realidade empírica (*empirischen Wirklichkeit*) (Marx, 1977b, p. 281). E na mencionada realidade empírica encontram-se não somente as tensões da exploração e das desigualdades entre uns e outros, como também as raízes de tais explorações e desigualdades. Neste caminho, aliás, é que se encontra ainda a crítica do jovem Marx a Hegel, quando aponta a confusão de Hegel entre “o Estado como o existir por inteiro de um povo” com o Estado político como se de todos fosse (Marx, 1977b, p. 282, tradução nossa).²⁸

215

²⁷ Do original: “Die rechtliche Natur der Dinge kann sich daher nicht nach dem Gesetz, sondern das Gesetz muß sich nach der rechtlichen Natur der Dinge richten. Wenn das Gesetz aber eine Handlung, die kaum ein Holzfrevel ist, einen Holzdiebstahl nennt, so lügt das Gesetz, und der Arme wird eine gesetzlichen Lüge geopfert. Il y a deux genres de corruption, sagt Montesquieu, l'un lorsque le peuple n'observe point les lois; l'autre lorsqu'il est corrompu par le lois: mal incurable parce qu'il est dans le remède même”.

²⁸ Do original: “Aber Hegel verwechselt hier den Staat als gages Dasein eines Volkes mit dem politischen Staat”.

O caminho da reificação em Marx passa pela complexa teia do Direito Privado.²⁹ Na Crítica da Filosofia do Direito de Hegel estão as análises a respeito da utilização do poder do Estado como consolidação do direito de propriedade e da imposição deste direito como o Direito do Estado possível. Para Marx, esta forma de idealização hegeliana corresponderia a uma base do Direito Privado que, por meio da propriedade sagrada, passa ser o Direito do Estado. A compreensão hegeliana seria, então, a de que as distinções no interior dos estamentos privados do Estado teriam significado apenas privado e jamais um significado político amplo.³⁰ O que Marx recusa é a assimilação de que o afastamento da política procura esconder-se na formulação normativa, isto é, no Direito. Nessa proposição recusa residiria inaceitável forma abstrata de compreensão da natureza do fenômeno jurídico.

216

Embora deva ser registrada a dificuldade de se encontrar uma Teoria do Direito em Marx, a busca por elementos mais robustos para a compreensão do Direito pode se socorrer do pensamento marxista. Assim, a adequada indagação seria, portanto, o que pode o Direito ganhar com Marx e o marxismo?

Andrea Maihofer atualiza esta perspectiva de maneira singular. Como a grande maioria das pessoas, mesmo que conscientes das contradições históricas e estruturais do Direito nas sociedades, ainda mantém o mesmo modelo de Direito em suas mentes? “Por que as sociedades deixam-se regular deste modo?” (Maihofer, 1992, p. 51, tradução

²⁹ A divisão entre Direito Público e Direito Privado tem origem na obra de Ulpiano (2010, p. 23): “*Publicum ius est, quod ad statum rei Romanae spectat, privatum, quod ad singulorum utilitatem*”: Por direito público entende-se tudo o que diz respeito à coisa pública romana; privado, o que atende ao interesse de indivíduos: é a esta concepção estrita que Marx se refere, uma vez que esta era a ideia dominante sobre Direito Público e Privado no século XIX.

³⁰ Do original: “*daß die Unterscheidungen innerhalb des Privatstandes, die verschiedenen bürgerlichen Ständen, nun eine Privatebedeutung in bezug auf den Staat, keine politische Bedeutung haben*”.

nossa).³¹ Não se trata somente de que seja esclarecida a “discrepância” (*Diskrepanz*) entre o Direito real e o positivado, mas sim, de que sejam devidamente esclarecidas tais discrepâncias do Direito como um todo, como um sistema social; “ou melhor dizendo: de todos os fenômenos com os quais as relações sociais de regras jurídicas têm a ver” (Maihofer, 1992, p. 51, tradução nossa).³² Procurar enxergar as múltiplas facetas da reificação no âmbito do Direito representa a busca por desvendar, nos fenômenos constitucionais e políticos, elementos até então “invisíveis” aos olhos dos que lidavam com a ciência jurídica. Após a reflexão marxiana, intelectuais e juristas passaram a dispor de uma metódica a mais para tratar sua ciência ante a um olhar interdisciplinar e mais enriquecedor de seu milenar fenômeno jurídico.

Vista sob esta forma, a reificação percebida por Marx torna possível que se compreenda um dos momentos mais significativos do constitucionalismo moderno, notadamente aquele que produziu constituições como a mexicana de 1917 e a de Weimar de 1919, isto é, o período entre as duas grandes guerras mundiais do século XX. Pela proximidade ontológica, a de Weimar deu-se numa sociedade do já avançado capitalismo, onde a luta política e social também incluía a considerável força política de organizados atores comunistas, liberais, socialdemocratas e socialistas, além de ter experimentado uma “democracia sem democratas”, cujo colapso conduziu o mundo à barbárie de uma guerra sem precedente civilizatório, especialmente em relação a institutos jurídicos.

Weimar propôs um “compromisso mínimo” entre capital e trabalho, que pode ser resumido em seu “art. 151 [Fundamentos] A organização da vida econômica deve estar em conformidade com os princípios da justiça, com a

³¹ Do original: “*Wie kommt es, daß die Menschen sich so etwas wie das Recht in den Köpfen setzen? Weshalb regeln sie ihre gesellschaftlichen Verhältnisse auf diese Weise?*”.

³² Do original: “*oder genauer: alle Phänomene, die mit der rechtlichen Regelung gesellschaftlicher Verhältnisse zu tun haben*”.

finalidade de corresponder a todos uma existência humana digna” (Schuster, 1985, p. 201, tradução nossa).³³ Foi esta opção por uma sociedade menos desigual e por democracia nos moldes liberais que desencadeou a fúria do setor reacionário da Alemanha – nação egressa de uma derrota bélica e sem tradição democrática. Advinda de um processo revolucionário de novembro de 1918 para esta realidade, a Constituição de Weimar tentou dotar o país de ferramentas institucionais de superação de seus desafios, especialmente o de construção de uma sociedade econômica e politicamente democrática, além de tolerante. Nas palavras de Franz Neumann, estava-se diante de uma aposta para o futuro:

218

constituições escritas nos grandes momentos de viragem da história encarnam sempre decisões sobre as futuras estruturas da sociedade. Além disso, uma constituição é mais do que o seu texto jurídico; é também um mito que exige lealdade de um sistema eternamente válido. (Neumann, 2009, p. 8, tradução nossa)

Os socialdemocratas de Weimar tiveram a habilidade de realizar a transição de monarquia reacionária para uma tentativa democrática, ao mesmo tempo em que foram capazes de construir governos em momentos tormentosos das esferas econômica e política da Europa entreguerras. Os mesmos socialdemocratas não estavam preparados para a força de um inimigo tão poderoso, o nacional socialismo, que destruiu as precárias bases de uma democracia ainda na sua infância. Para esta destruição, a colaboração de juristas e do Poder Judiciário desempenhou relevante papel:

³³ Do original: *Art. 151 [Grundsätze] Die Ordnung des Wirtschaftslebens muß den Grundsätzen der Gerechtigkeit mit dem Ziele der Gewährleistung eines menschenwürdigen Daseins für alle entsprechen.*

no centro da contrarrevolução estava o poder judiciário. Ao contrário dos atos administrativos, que se baseiam em considerações de conveniência e oportunidade, a decisão judicial repousa na lei, ou seja, no certo e no errado, e eles sempre gozam da luz da ribalta da publicidade. O direito é talvez a mais perniciosa das armas nas lutas políticas, precisamente por causa da auréola que envolve os conceitos de direito e justiça. (Neumann, 2009, p. 20, tradução nossa)

Mais que o Poder Judiciário, o trabalhar de conceitos e instituições jurídicas para sua adaptação à institucionalidade nazista, e conseqüente ruptura com a “república marxista judaica” de Weimar (Hürter, 2016, p. 13), comprova a necessidade da observação do fenômeno da reificação com novo significado, porém com o objetivo de manter formas de dominação de classes e estamentos sociais, uns sobre os outros. Assim, a radicalidade nazista traz a novidade na fixação do conceito de amigo-inimigo, a fim de que o inimigo não seja simplesmente dominado e neutralizado, mas eliminado em sua existência pessoal, cultural, econômica e política.

O Direito como um todo – e não somente o Direito Público, o Privado ou o tradicional Direito do Estado – *Staatsrecht* alemão – passará a ser compreendido no sentido de, ao mesmo tempo, ser submetido e consolidar a moral nazista. A desnecessidade da lei frente à nova moral elaborada pelo nazismo fez com que conceitos de pureza racional, superioridade cultural, científica e econômica oferecessem racionalidade para decisões administrativas e judiciais. A transição para o nacional socialismo teve, portanto, na “moralização ideológica do Direito” (*ideologische Moralisierung des Rechts*) sua especial função, na qual à forma de Estado da República de Weimar

faltaria uma relação interna com o povo alemão, a qual, do ponto de vista teórico do Direito, esgota-se num formalismo positivista sem substância. Como escreve

Koellreutter: a derrubada de novembro de 1918 trouxe para a Alemanha uma vitória extraordinária da democracia formal e do positivismo jurídico. (Pauer-Studer, 2014, p. 13, tradução nossa)³⁴

A crítica dos juristas contra Weimar vem, também, de um dos mais proeminentes juristas, Ernst Forsthoff, para quem esta constituição nada mais seria do que “a tentativa de um Estado sem substância (*den Versuch zum Staat ohne Substanz*)” (Forsthoff, 1933, p. 20). Como Weimar não escolheu sua substância – que poderia ser a “monarquia segundo a graça de deus, o povo, o líder, um mito” (*die Monarchie von Gottes Gnaden, das Volk, der Führer, ein Mythos sein*) (Forsthoff, 1933, p. 20) –, seu vazio estaria somente no Direito positivado.

Não é necessário, portanto, muito esforço para perceber que a batalha intelectual e política a ser travada dar-se-ia ainda no interior da burocracia do Estado nazista, o qual se consolidava, e tinha em Hans Kelsen e na sua Teoria Pura do Direito os grandes adversários a serem eliminados. A conquista da legalidade procurou deslocar para o território da objetividade a aplicação da constituição e das leis, na qual poderiam ganhar setores populares mais abrangentes, uma vez que juízes estariam vinculados à legalidade, e não aos alegados valores morais tradicionais da sociedade. A clássica separação entre Direito e moral do positivismo consistiu no principal alvo do nazismo, de forma a confundir a interpretação judicial com a moral, e, sob esta forma, impossibilitar que os próprios juristas e juízes identificassem as devidas diferenças quando se tratava de autoritarismo, ou quando se estava diante da “estatalidade” do Direito (*Rechtsstaatlichkeit*).

220

³⁴ Do original: “*die Weimarer Republik als eine Staatsform, der die innere Beziehung zum deutschen Volk fehle und die sich rechtstheoretisch im positivistischen und substanzlosen Formalismus erschöpfe. Wie Koellreutter schreibt: Das Novemberumsturz des Jahres 1918 brachte in Deutschland eine äußerlichen Sieg der formalen Demokratie und des Rechtspositivismus*”.

Esta reificação do Direito pela moral não foi, claro, enfrentada por Marx. Porém, seu conceito de reificação de relações sociais dá pistas de como a complexa operacionalização do nacional socialismo foi bem-sucedida na tarefa de reificar sua visão de mundo e de sociedade na direção de construir uma deformada compreensão política sobre moral e Direito, que correspondia ao interesse substancial da nova forma de organização política.

Nos dias que se seguiram durante o domínio do nacional socialismo, o Direito passou a ter a tarefa de reificação do sistema de valores do nazismo, deixando, com isso, a prova histórica de que a normatividade sozinha não dá conta da natureza explicativa dos fenômenos constitucionais; e de que seria necessário ao sistema de valores morais, além do Direito escrito, positivado, juntar a ação concreta política da burocracia judiciária.

Reificação como estrutura da consciência política

A amplitude fenomênica da reificação das relações sociais faz com que formas adquiram roupagens cada vez mais refinadas, dotadas de forças ocultadoras mais potentes, e, o mais importante, mais autônomas e que compareçam na vida cotidiana dos indivíduos como dádivas, acidentes da natureza. A forma juro do capital-dinheiro talvez se configure como a maneira mais acabada de fetiche, de coisa portadora de movimento, de ritmo, de luz própria. Na mesma medida em que se desenvolve e se torna mais complexo o próprio capitalismo e, sobretudo, na relação da sociedade civil com o Estado, mais ficam invisíveis os nexos causais internos às relações sociais. O dinheiro, na forma de movimento do valor, aparece dotado de potência própria, transferindo-a, então como tal, às suas personificações sociais, no caso, os proprietários do dinheiro – como lembrava Marx, o dinheiro tem o poder de tudo vincular e de tudo desvincular. A complexidade social e as diversidades das relações tornam ainda mais difícil estabelecer as mediações capazes

de recompor, ao nível da reflexão, a unidade do processo real de produção e do processo de circulação do capital.

Capitalismo avançado, agora, financeirizado internacionalmente, equivale, de um lado, à forte centralização de capitais e, de outro, à correspondente transfiguração do Estado que, então, assume mais o caráter de representante do “interesse geral”, sem que o seja. Este se consubstancia na busca da riqueza abstrata do dinheiro que gera mais dinheiro, tornando esta sua prática social e política dominante.

Nesta condição, produz incessantemente o discurso da suposta racionalidade em apresentar-se como sujeito fundamental das práticas virtuosas da austeridade, do cálculo fiscalista que, também, materializam-se por meio de instrumentos normativos. Entre nós, a brasileira Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – ou “lei de responsabilidade fiscal” – responde pelo melhor exemplo deste pretensão discurso da supra racionalidade; a sociedade haverá de ser controlada nos seus impulsos desejantes da vida boa. Trata-se de se apresentar como responsável pelo controle dos resultados da labuta social, de se autoproclamar como a única agência com capacidade racional e, para tanto, seus porta-vozes não hesitam em sepultar, no porão da história, todas as conquistas civilizatórias.

As heranças da civilização e das lutas sociais comparecem nas práticas discursivas dos Estados como testemunhas vivas das irracionalidades da sociedade, sobretudo as conquistadas pelas lutas democráticas pela vida boa – *Welfare State* soa como delírio, como irresponsabilidade e loucura coletiva. O mundo das coisas, dos fantasmas, invade todos os recantos da vida social, e a reificação aparece como iniludível racionalidade que se encarna nas práticas de austeridade fiscal. Pagar juros da dívida pública encerra um dos mistérios destas novas formas de apresentação como representantes do interesse universal – formas arcaicas de religiosidade e de práticas sociais discriminatórias ganham status de racionalidade máxima, uma vez que todas se fundem no mito do

Estado mínimo. Na verdade, os indivíduos voltaram a ser desnudados, estão novamente nus, tal como chegaram à tão coisificada modernidade, desnudados que foram nos séculos da chamada acumulação primitiva. Chegaram à saudada modernidade totalmente nus e, destituídos de seus antigos direitos, passaram a transitar no mundo como seres disponíveis a qualquer uso de suas carnes e músculos.

Desta feita, objetivou-se o domínio do mundo das coisas sobre os destinos da humanidade. Isto confirma o grande temor de Marx, qual seja: o domínio das forças cegas do mercado, das suas potências mais destrutivas, aquelas que não se detêm diante de nada: da morte, da guerra e do terror.

Diante de tudo isso, o que nos resta? Ou melhor, o que vem a ser a liberdade neste mundo que Marx (1969b, p. 838) detectou como “o mundo encantado, invertido e posto de cabeça para baixo, onde *Monsieur le Capital* e *Madame la Terre* assombra como fantasmas, ora como personagens sociais e ao mesmo tempo como meras coisas?”.

223

A liberdade aqui permanece a inscrever-se em possível histórico que persegue, necessariamente, certos passos determinados. Que determinações são estas? São aquelas advindas do próprio desenvolvimento do capitalismo e das necessidades, enfim, da luta social. Efetivamente, trata-se da emancipação do trabalho e de toda a ideologia que o acompanha (ética calvinista etc.), o que remete, imediatamente, à questão da relação entre reino da liberdade e reino da necessidade. Onde começa, então, o reino da liberdade? Ou seja, a liberdade, para triunfar, supõe a superação do reino do imprescindível – a produção e a reprodução da vida; supõe, portanto, um desenvolvimento das forças produtivas capazes de satisfazer as sempre novas necessidades humanas, como também ampliá-las, alargando, ao mesmo tempo, os modos de satisfazê-las.

Esta dialética, pois, entre a liberdade e a necessidade está fundada na história de homens reais e concretos. O início desta longa e penosa travessia pressupõe a luta política, a

qual se inicia, antes de tudo, ao que parece, com a conquista de direitos sociais pelos trabalhadores: efetivamente, a começar pela condição fundamental desse desenvolvimento humano que é a redução da jornada de trabalho. E a esfera da política, para Marx, é o momento da universalidade, ou seja, é a passagem e a superação do particular. Pode-se apreender isto quando ele procede à distinção entre o movimento social dos trabalhadores como sendo, inicialmente, particularista, parcial, episódico e descontínuo (do ludismo às primeiras coligações de trabalhadores por lutas salariais) até sua configuração em movimento político – este último configurando o momento das associações permanentes, o partido político, por exemplo.

224 Neste momento, colocam-se questões político-institucionais que transcendem o movimento operário tomado de *per se*: referimo-nos ao sufrágio universal masculino. O cartismo inglês é referido por Marx como o momento em que uma perspectiva imediatista, particularista, é superada por uma concepção mais universalizante da ação política. O momento da política e da formação de normas e leis que protejam os trabalhadores por meio das lutas e alianças, e espertezas e truques destas. Ou seja, tais momentos podem redefinir o princípio e a prática da cidadania (Marx, 1990). Deste ponto em diante, a cidadania alarga-se cada vez mais e redefine seu próprio sentido.

Por isso, nos dias que correm, em países em que sequer os direitos civis, políticos e sociais foram conquistados e, mais importante, assegurados e praticados efetivamente, a construção da esfera institucional liberal-democrática constitui um imperativo histórico. Todavia, nesta altura da história mundial do capitalismo não podemos desconhecer o risco de reificação das instituições, pois elas podem nos mergulhar perigosamente no mundo obscuro e invertido das ilusões formais; podem nos fazer emergir em novas formas de intransparência e reificação da vida social.

Assim, informados pela experiência da história sobre os limites e alcances do Estado de Direito na sociedade moderna, parece-nos, entretanto, que pelo menos para nós, a instituição desse Estado se faz imperiosamente necessária. Somente isso poderá potencializar a criação de uma cultura política democrática indispensável à luta pela construção do reino da liberdade.

Breve conclusão

As considerações feitas anteriormente sobre as estruturas reificadas de consciência servem porque nos conduzem à retomada sociológica da crítica social, mais uma vez como crítica radical da ideologia, ou seja, das formas sociais que reificam a consciência, que modelam as estruturas profundas dos nossos sentimentos, da nossa percepção do mundo. As ideologias são ideias, conformam sistemas de convicções e sistemas de crenças; transformam-se, assim, em hábitos de pensar e agir dos homens e têm consequências práticas na vida social. Tais sistemas operam empiricamente, constituem práticas sociais, institucionais e simbólicas como na forma também analisada por Rahel Jaeggi (2016b).

225

Os homens atuam no mundo pela ideologia – no sentido de Marx, são movidos em suas ações por este amplo sistema de encantamento. Como vimos, as formas ideológicas ocultam as relações de domínio e, no entanto, penetram de forma invertida como na conhecida e famosa imagem feita pelo autor da câmera escura que inverte a forma dos objetos por ela refletidos. Porém, a inversão penetra fundamente na mente dos indivíduos, e assim se transmuta em violência material.

Crítica radical da ideologia é simultaneamente crítica do domínio e da exploração. Semelhante crítica deve decifrar os mecanismos profundos da dominação, iluminá-los na escuridão das luzes do progresso e constituir-se no grande desafio do pensamento que se quer pensamento. Criticar a reificação da hipnose jurídica a partir da formação de conceitos do Direito, de formas distanciadas da realidade, será o elemento

da possibilidade de compreensão do funcionamento do Direito para além das aparências que esta mesma ciência jurídica constituída procura esconder a fim de manter separada da realidade a *potentia* humana de sua liberação – material e imaterial – dos limites da alienação, que somente pode ser enfrentada pelo “fazer de um que é o fazer do outro” (Jaeggi, 2016a, p. 298, tradução nossa).³⁵ Esta atualidade da reflexão marxista comprova-se para além do universo artístico, na reflexão teórica. Nancy Fraser, em discussão recente com Rahel Jaeggi, enxerga a luta de fronteiras (*boundary struggles*) não como uma substituição da luta de classes de Marx (Fraser; Jaeggi, 2018, p. 168, tradução nossa), mas como um conceito que pertence:

no mesmo marco conceitual da visão ampliada da luta de classes que acabo de delinear, inclui-se também lutas sobre o trabalho não remunerado e expropriado, incluindo a reprodução social, e sobre as condições naturais e políticas que o sustentam.

226

Neste sentido, podemos retomar proficuamente o legado de Marx e assim, de fato, render-lhe a homenagem que lhe devemos em seu aniversário de 200 anos. Como certa vez lhe sentenciou Marshall Berman: Marx ainda continuará dançando na Broadway, quando todos nós estivermos mortos.

Martonio Mont’Alverne Barreto Lima

doutor e pós-doutor em Direito pela Universidade de Frankfurt am Main/Alemanha, atualmente é professor titular da Universidade de Fortaleza e procurador do município de Fortaleza.

Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego

professora titular aposentada do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas

³⁵ Do original: *Das Tun des Einen ist das Tun des Anderen*.

(Unicamp), livre-docente pela Unicamp, tem experiência na área de Sociologia, trabalha atualmente com pesquisa sobre o programa Bolsa Família, resultante na obra *Vozes do Bolsa Família*, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de 2013.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor Wiesengrund. 1998. Einleitung zum "Positivismustreit in der deutschen Soziologie". In: ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Gesammelte Schriften*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, pp. 280-353.
- BODEI, Remo. 2004. *Destini personali: l'età della colonizzazione delle coscienze*. Milano: Feltrinelli.
- BOTTOMORE, Tom. 1983. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BUCKHARDT, Jacob Christoph. 1990. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CALDWELL, Peter; SCHUERMAN, Wiliam E. 2000. *From liberal democracy to fascism*. Boston: Humanities Press.
- CAMÕES, Luiz Vaz de. 2014. *Os Lusíadas*. Porto: Porto Editora.
- COHEN, Gerald A. 2013. *A teoria da história de Karl Marx: uma defesa*. Campinas: Editora Unicamp.
- ESPINOZA, Baruch de. 2003. *Tratado Teológico-Político*. São Paulo: Martins Fontes.
- FORSTHOFF, Ernst. 1933. *Der totale Staat*. Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt.
- FRASER, Nancy; JAEGLI, Rahel. 2018. *Capitalism: a conversation in critical theory*. Cambridge: Polity Press.
- GIANOTTI, José Arthur. 1983. *Trabalho e reflexão*. São Paulo: Brasiliense.
- HONNETH, Axel. 2007. *Reificación: un estudio en la teoría del reconocimiento*. Buenos Ayres: Katz.
- HORKHEIMER, Max. 1976. *Eclipse da Razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor Wiesengrund. 1997. Dialektik der Aufklärung – Philosophische Fragmente. In: ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Adorno Gesammelte Schriften*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, pp. 7-335.
- HÜRTER, Joahannes (ed.). 2016. *Notizen aus dem Vernichtungskrieg – Die Ostfront 1941/42 in den Aufzeichnungen des Generals Heinrich*. Darmstad: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

- JAEGGI, Rahel. 2016a. *Entfremdung: Zur Aktualität eines sozialphilosophischen Problems*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- JAEGGI, Rahel. 2016b. *Forme di vita e capitalismo*. Torino: Rosenberg & Sellier.
- JAEGGI, Rahel; LOICK, Daniel; MARX, Nach. 2017. *Philosophie, Kritik, Praxis*. Frankfurt at Main: Suhrkamp.
- LOTTIG, Hans. 1961. *Marx und das Recht: Untersuchungen zu den Schriften von Karl Marx*. Hamburg: Forschungsstelle für Völkerrecht und ausländisches öffentliches Recht der Universität Hamburg.
- LUKÁCS, Georg. 2003. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes.
- MAIHOFFER, Andrea. 1992. *Das Rech bei Marx – Zur dialektischen Struktur von Gerechtigkeit, Menschenrecht und Recht*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft.
- MARX, Karl. 1969a. *Das Kapital: Erster Band*. Berlin: Dietz.
- MARX, Karl. 1969b. *Das Kapital: Dritter Band*. Berlin: Dietz.
- MARX, Karl. 1977a. *Debatten über das Holzdiebstahlggesetz*. Berlin: Dietz.
- MARX, Karl. 1977b. *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie*. Berlin: Dietz.
- MARX, Karl. 1983. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. MEW Bd. 42. Berlin: Dietz.
- MARX, Karl. 1990. *Das Elend der Philosophie: Antwort auf Proudhon "Philosophie des Elends"*. Berlin: Dietz.
- MÜLLER, Friedrich; CHRISTENSEN, Ralph. 2002. *Juristische Methodik: Grundlagen Öffentliches Recht*. Berlin: Duncker & Humblot.
- NEUMANN, Franz. 2009. *Behemoth – The Structure and Practice of National Socialism, 1933-1944*. Chicago: Ivan R. Dee.
- PAUER-STUDER, Herlinde. 2014. Jenseits vom Chaos und von Interessenkonflikten. Aspekte der Rechtsentwicklung im NS-System der 1930er Jahre. In: KONITZER, Werner; FOLJANTY, Lena (eds.). *Moralisierung des Rechts. Kontinuitäten und Diskontinuitäten nationalsozialistischer Normativität*. Frankfurt am Main: Campus. pp. 11-42.
- PLATÃO. *Sofista: os pensadores*. 1991. São Paulo: Nova Cultural.
- SCHUSTER, Rudolf (ed.). 1985. *Deutsche Vergassungen: Die Verfassung des Deutschen Reiches (Weimarer Verfassung): August 1919*. München: Goldmann.
- SHAW, William H. 1978. *Marx's Theory of History*. Stanford: Stanford University Press.
- SPINOZA, Baruch de. 2008. *Tractatus Theologico-Politicus*. Opera. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- STRAUSS, Leo. 2014. *Derecho natural e historia*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- ULPIANO, Eneu Domício. 2010. *Corpus iuris civilis digesto: livro I*. Brasília, DF: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.



DO TRABALHO IMATERIAL COMO VALOR: O EXEMPLO DA ESTRUTURA MACROECONÓMICA DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS

João Aguiar

é Pesquisador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (U.Porto).

Porto, Portugal. jaguiar@letras.up.pt

Orcid: 0000-0003-1731-2185

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-229268/109>

Introdução

Quando surgem novas dinâmicas desenvolve-se uma tendência de as catalogar na categoria dos modismos. A cautela em questão tem a sua razão de ser e afigura-se como parte de um processo de reflexividade exterior sobre um determinado objeto de estudo. No que concerne às indústrias criativas¹ (IC), o surgimento da sua problematização pública há cerca de vinte anos no Reino Unido (United Kingdom, 1994) trouxe consigo algumas cautelas. Surgidas num contexto social de relativa euforia consumista

¹ De acordo com a classificação do Department of Culture, Media and Sports (DCMS), as IC são constituídas pelos subsectores seguintes: publicidade; arquitectura; artes e mercados de antiguidades; artesanato; design e design de moda; filme e vídeo; televisão e rádio; software interactivo de lazer; software e serviços de computador; música; artes performativas; livros e mercado editorial. Como Terry Flew (2012, p. 4) oportunamente lembra a propósito da própria nomenclatura implícita nas indústrias criativas, “é a partir da inter-relação entre as formas e relações culturais e as estruturas, relações e instituições económicas [...] que se cria o campo com que as Indústrias Criativas se ocupam”. Numa perspectiva proveniente da sociologia da cultura, Scott Lash e Celia Lury (2007, p. 4) sublinham que “os objectos culturais estão por todo o lado; como informação, como comunicações, como produtos de marca, como serviços financeiros, como produtos de media, como serviços e transportes de lazer”.

pós-moderna (Featherstone, 1996; Jameson, 1993; Lopes, 2000) e coincidentes temporalmente com o *cultural turn* na sociologia britânica (Crompton e Scott, 2005), as IC ancoraram-se, num primeiro momento, numa bandeira política do então governo trabalhista de Tony Blair. Nesse sentido, passadas duas décadas de implementação e difusão global,² valerá a pena desenhar um panorama genérico do atual estado das IC e aquilatar a permanência (ou a finitude) da sua pertinência.

Com efeito, o artigo propõe-se abordar algumas coordenadas macroeconómicas das IC e, em simultâneo, inseri-las no âmbito de alguns dos desafios que convocam as ciências sociais. Assim sendo, e em jeito introdutório, um *primeiro desafio* encontra-se nos interstícios entre a economia e a sociologia. Numa visão oposta à de uma certa teoria crítica (Gorz, 2005; Lazzarato, 1993; Postone, 1993) que foi fazendo um caminho disciplinar de recusa da inserção do conhecimento e do imaterial no universo económico da produção de mercadorias, nas secções deste artigo apresentar-se-ão dados e processos que reequacionam esse suposto desfasamento. O material apresentado procurará apresentar a hipótese de que a produção simbólica, o consumo e a produção de valor económico se imbricam de modo profícuo. É dessa imbricação frutuosa que as IC retiram o seu potencial económico mais sólido. Assim, a secção I procura apresentar alguns dos postulados que algumas correntes da teoria crítica contemporânea desenvolveram a propósito do trabalho imaterial.

Um *segundo desafio* encarreira e prossegue o trabalho inovador de Maria de Lourdes Lima dos Santos (1994) a propósito das porosidades entre os diversos níveis de cultura. Neste âmbito, as IC repercutem um veio comunicante entre a cultura proveniente preferencialmente de produções artísticas eruditas e o consumo de massas, sendo inclusive parte da criação do

² “A política cultural também é uma política económica. A cultura cria riqueza e acrescenta valor, tem um contributo essencial na inovação, marketing e design” (Australia, 1994, p. 7).

que se poderá tentativamente denominar de “cultura popular de massas”. Entre muitos outros possíveis, parece fazer sentido o exemplo de Aguiar e Bastos (2013) acerca do impacto da escola minimalista no design contemporâneo e da sua subsequente utilização na produção de mobiliário urbano vendido numa escala global. A durabilidade e o grau de penetração das IC na sociedade e no tecido económico mais vasto (secção II) talvez sejam os testes empíricos mais fecundos para aquilatar a comunicabilidade entre esferas culturais e sociais distintas.

Em termos empíricos, recorrer-se-ão a três casos centrais em termos de material disponível: Portugal, nomeadamente o estudo de Augusto Mateus & Associados (2010); Reino Unido, dado que o fenómeno e o conceito de IC surgiram naquele país; e os relatórios das Nações Unidas (United Nations, 2008) e da Unesco (2013), dada a importância global do sector das IC. Não tendo objetivos de exaustão do tema, o enfoque nacional, europeu e global fornece, assim se espera, matéria empírica suficiente para definir a expressão macroeconómica das IC no plano do emprego e da criação de riqueza. Na mesma direção, a ênfase empírica aqui apresentada procura também fornecer elementos indutores que auxiliem uma maior complementaridade entre teoria e empiria no que concerne aos debates sociológicos e à teoria social sobre o imaterial e o valor económico.

Em suma, se as indústrias criativas repercutem a capacidade da economia em produzir valor a partir de conteúdos sociais de matriz cultural e simbólica, este artigo opera um exercício analítico simétrico e, nesse sentido, propõe-se discutir sociologicamente a economia das indústrias criativas. Aliás, considera-se que a escassez³ de estudos publicados nas principais revistas portuguesas de sociologia que documentem

³ Para um objeto de estudo com cerca de duas décadas de existência internacional é de certa forma inusitada sua invisibilidade nalgumas das mais prestigiadas e qualificadas revistas científicas portuguesas que publicam artigos na área da sociologia. Apesar da natureza dialogante com a economia e com a sociologia, este artigo procura contribuir modestamente para o enriquecimento do debate deste objeto de estudo em Portugal.

as propriedades fundamentais do campo económico das IC fornece uma motivação suplementar para a abordagem deste artigo. Por outras palavras, um mapeamento extenso de aspectos estruturais do campo económico das indústrias criativas – um sector fortemente internacionalizado – surge como um passo analítico prévio sem o qual outros estudos empíricos mais específicos perdem coerência e articulação mútua.

Com efeito, o artigo parte da discussão das IC em termos concetuais (secção I), passando para uma descrição da sua inserção macroeconómica mais vasta (secção II), nomeadamente no que diz respeito ao seu impacto em termos de criação de valor, emprego e comércio internacional, terminando com uma discussão qualitativa final (secção III) sobre algumas das implicações das IC. O artigo propõe-se, portanto, começar por debater as limitações de algumas perspectivas quase exclusivamente ensaísticas acerca do imaterial para, na sua secção nuclear, fornecer elementos empíricos que procuram demonstrar a importância económica das IC, tanto em termos de variáveis macroeconómicas – produção de excedente económico, emprego e comércio internacional – como em termos de manifestação específica de um sector com raízes no simbólico e no imaterial e que, como outras áreas de atividade, se reveste de uma inserção macroeconómica. A finalizar, o artigo debate qualitativamente alguns contornos e impactos das IC.

232

Trabalho imaterial, economia e indústrias criativas

O surgimento da designação institucional das indústrias criativas coincide temporalmente com a profusão de teorias sobre o trabalho imaterial.⁴ Em jeito introdutório, refiram-se

⁴ Dito de uma forma simples, o trabalho imaterial reporta-se ao “trabalho que produz um bem imaterial, tal como um serviço, um produto cultural, conhecimento ou comunicação” (Hardt e Negri, 2000, p. 290), ao passo que o trabalho criativo é uma forma mais particular e circunscrita do trabalho imaterial na medida em que é “aquele que produz novas formas e designs que são prontamente transferíveis e largamente úteis” (Florida, 2002, p. 7).

apenas alguns traços fundamentais e partilháveis entre as várias teorias críticas que endereçam o universo do imaterial em sede de uma suposta incompatibilidade relativamente aos processos macroeconómicos. Uma dessas abordagens foi a de Antonio Negri e de Maurizio Lazzarato. No entender destes autores, o trabalho imaterial típico dos modelos produtivos pós-fordistas teria resultado num conjunto de indeterminações, mais especificamente a “subjetividade como elemento de indeterminação absoluta” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 35). De acordo com o paradigma teórico dos autores, “o processo de produção de subjetividade [...] se constitui ‘fora’ da relação de capital” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 35). Isto significa que, por um lado, a subjetividade não poderia ser alvo de processos de rentabilização macroeconómica existentes noutras esferas da vida social e, por outro, isso abriria espaço ao espaço simbólico e da imaterialidade para se constituir numa realidade outra relativamente às sociedades capitalistas. No quadro da inserção da força de trabalho nos sectores económicos ditos imateriais os autores consideram que essa mesma força de trabalho “não pode ser definida no interior de uma relação dialética, queremos dizer que a relação que esta tem com o capital [...] está além do antagonismo, é alternativa, constitutiva de uma realidade social diferente” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 36). Com efeito, a inflação dos domínios simbólicos e imateriais nas sociedades economicamente mais desenvolvidas representaria a “expressão radical do novo”, tendo em vista a constituição de um campo social em “ruptura” com o capitalismo (Lazzarato e Negri, 2001, p. 36). Em suma, as asserções aqui resumidas seriam “portadoras de um novo modo de produção” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 48), o que equivale a erigir um fosso substantivo entre as lógicas económicas de produção prevalecentes nas sociedades contemporâneas e o universo multiforme das produções culturais e imateriais.

Numa lógica relativamente similar, André Gorz defendeu mais recentemente a não mensurabilidade como

propriedade intrínseca à produção de conhecimento, e portanto à produção de um dos componentes dos campos sociais dedicados à disseminação de veículos simbólicos. Na conceção deste autor, haveria uma “impossibilidade de mensurar o desempenho individual” (Gorz, 2005, p. 18), partindo do pressuposto de que o conhecimento “recobre e designa uma grande diversidade de capacidades heterogêneas, ou seja, sem medida comum” (Gorz, 2005, p. 29). Se os substratos simbólicos e imateriais não seriam compagináveis com a produção de mercadorias (bens ou serviços) nos moldes existentes nos mercados, então apenas um “monopólio do conhecimento”, que proporcione às empresas operar nestes sectores “um rendimento exclusivo” (Gorz, 2005, p. 11), poderia gerar rentabilidade económica, mas de outro tipo. Isto é, uma renda e não propriamente um lucro, já que apenas por ação legal e da propriedade intelectual poderia o imaterial tornar-se objeto de mercantilização.

234

A este propósito tem tido forte recetividade a asserção de que a mercadorização do conhecimento só teria respaldo por via da intervenção do Estado e de organizações como a União Europeia, portanto por via do registo de patentes. Para Kenney (1997, p. 89), “o consumo de conhecimento é facilmente coletizável, e por isso difícil de privatizar. O capital tem respondido ao tentar usar a arena política [registos de propriedade industrial etc.] para garantir a apropriação privada do conhecimento socialmente produzido”. O que o autor apresenta assume contornos de interesse e é parcialmente verdadeiro. Por um lado, o capitalismo tem conseguido mercadorizar com pleno sucesso a informação e o conhecimento. Por outro lado, os sectores marginais (por exemplo, software livre) apesar de não se orientarem por princípios de mercado, têm uma importante função de produção criativa de novas aplicações que as grandes corporações do sector muitas vezes têm dificuldade em desenvolver de modo tão rápido e criativo. Só muito recentemente isso conseguiu ser

relativamente bem inserido.⁵ Ao mesmo tempo, estas faixas “marginais” funcionam de modo análogo ao pequeno capital relativamente às grandes empresas. Adicionalmente, e em jeito sumário, estas conceções de que só pelo lado político o capitalismo conseguiria impedir a expansão e a livre circulação de conhecimento partem de dois pressupostos-chave que, de acordo com o que este artigo apresenta, dificilmente podem encontrar corroboração empírica: (1) o conhecimento seria “naturalmente” livre e quase como que “anticapitalista”; (2) nos interstícios do capitalismo já iriam germinando formas de sociedade metacapitalistas.

Registe-se que o tempo de vida do software e os seus desdobramentos (número de utilizações) é idêntico ao uso de uma qualquer máquina:⁶ vai replicando porções do seu valor de produção por cada utilização unitária até atingir o seu estado de esgotamento (independentemente se este decorre de uma utilização até à sua exaustão física – se bem que neste plano o software seja “infinito”, ao contrário da máquina palpável – ou se este decorre da muito mais frequente e esperada obsolescência tecnológica e comercial). Kenney (1997, p. 93) defende precisamente o contrário: “o software apenas precisa ser produzido uma vez porque a sua reprodução é muito simples. Isto contrasta largamente com a maioria dos outros bens que requerem quantidades significativas de capital e de trabalho para produzir mais

235

⁵ Vide Google e seus ambientes de trabalho, ou o filme *A rede social*, dedicado aos primeiros anos de formação da rede social Facebook. Neste filme, a personagem principal cita uma frase do fundador e impulsionador sobre os objetivos do Facebook: “pegar em toda a experiência da vida universitária e colocá-la online” (*The Social*, 2010).

⁶ “A economia da produção de conhecimento implica que a versão inicial de um produto requer um investimento substancial (um elevado custo fixo) e, por conseguinte, porque tem uma elevada quantidade de trabalho intelectual humano incorporado na primeira cópia acaba por também ter um elevado valor de troca. Mas, tal como a maquinaria perde valor à medida que versões mais baratas são utilizadas, as cópias de conhecimento, dependendo do custo de duplicar os ‘reservatórios de conhecimento’, têm o potencial de depreciar o valor de troca do original” (Davis e Stack, 1997, p. 135).

unidades e que são consumidos no ato do seu próprio uso”. Sem deixar de dar alguma razão ao autor, gostaríamos de afiançar a incompletude do seu exercício analítico. De facto, Kenney – tal como Castells (2005), por exemplo – parte do conhecimento como um dado adquirido e como um ponto de partida. Como um “dado adquirido” na medida em que não perspetiva o conhecimento como o resultado de todo um complexo e por vezes longo processo de trabalho. E, correlativamente, como um “ponto de partida” pois assume o conhecimento previamente produzido como a instância primordial a partir da qual se geram novas externalidades e novos produtos. Assim, tomando o conhecimento enquanto um dado adquirido e como ponto de partida, torna-se natural e expectável a sua separação do universo das mercadorias, desde o momento da sua geração e produção, e não apenas como resultado da mera patenteação.

236

Dentro deste quadro, as indústrias criativas surgem como um conjunto de sectores de atividade económica e cultural suscetíveis de reequacionar os moldes apresentados por algumas teorias críticas. Desse modo, as IC articulam-se como um ramo que alavanca a expansão e criação de novas oportunidades de negócio. Por um lado, tal advém da normal criação de uma qualquer nova cadeia de produção e distribuição de bens e serviços. Nesse sentido, as IC cumprem o requisito evocado por Schumpeter de que “na realidade capitalista [...] não é o tipo de competição de preços que conta, mas a competição provinda da nova mercadoria, da nova tecnologia, da nova fonte de oferta, do novo tipo de organização”; é a competição deste tipo que “comanda uma vantagem de qualidade ou de custos decisiva e que impacta não as margens de lucro e os produtos finais das firmas existentes, mas suas fundações e suas próprias vidas” (Schumpeter, 1942, p. 84).

Por outro lado, começam a desenvolver-se estudos baseados nos contributos inovadores de Robert Solow (1956, 1957),

considerando que a produção de trabalho imaterial nas sociedades de hoje comporta um potencial de crescimento económico a não desprezar. De acordo com alguns autores (Badinger, 2005, 2008; Baldwin, 1989; Baldwin e Wyplosz, 2012, p. 203; Deardorff e Stern, 2002), a introdução crescente de capital-conhecimento permitiria um impacto considerável no crescimento da produtividade. A explosão das IC e de outros sectores que lidam diretamente com diversas formas de capital-conhecimento ainda é demasiado recente para que se possa confirmar em absoluto a existência de uma relação univocamente direta e automática. Porém, fica a nota de que o capital-conhecimento, nas suas diversas formas, já entrou nas cogitações do tecido empresarial e académico, nomeadamente no que diz respeito à sua importância na promoção de novos índices de produtividade e de crescimento económico. Se há mérito nas propostas do capital-conhecimento, ele encontra-se na confirmação da importância económica da aplicação do trabalho imaterial e criativo na expansão das oportunidades de negócio. O bom desempenho económico das IC veio colocar em causa algumas noções que consideravam a crescente importância do trabalho imaterial e criativo nas economias como um fator decisivo para a superação de uma economia capitalista.

Em suma, é estranho que um sector aparentemente portador de propriedades metacapitalistas esteja a ser tão bem aproveitado pelas empresas e seja, ao mesmo tempo, um sector em franco crescimento, das economias mais avançadas às economias emergentes.

Alguns dos eixos macroeconómicos das indústrias criativas

Uma breve definição das indústrias criativas é dada por Hesmondhalgh e passa pela necessidade de os cientistas sociais situarem “a criatividade como uma fonte de valor” (Hesmondhalgh, 2007). Esta consideração genérica

articula-se como um ponto de partida para que se possa compreender as observações de Will Hutton, chefe executivo da The Work Foundation: “todos estes sectores são muito diferentes, mas o que eles têm em comum é o facto de que comercializam valor expressivo – eles lucram da criatividade, do significado cultural e do simbolismo” (apud Hesmondhalgh, 2007, p. 30). Estas imbricações entre as dinâmicas económicas e culturais mostram a construção de um espaço partilhado. Alan Freeman (2007) apresenta uma proposta que procura ligar as referidas dimensões económica e cultural. O autor começa por levantar uma simples questão: “o que realmente acontece quando um consumidor descarrega um podcast para o seu iPhone?”. A resposta de Freeman é a seguinte: “ele não compra o aparelho, as ondas de rádio ou os dígitos da gravação; ele compra a performance” (Freeman, 2007, p. 5). Isto leva-nos à formulação de Freeman (2007, p. 8) sobre o trabalho criativo, visto como “um trabalho que uma máquina não pode substituir”. Expandindo a análise, verifica-se que o padrão transversal do trabalho criativo que agrega o trabalho de “um ator, um músico, um jornalista, um operador de câmara ou mesmo a maquilhadora de um estúdio, o designer gráfico ou o técnico de luzes” reside no facto de que todos eles “são pessoas sem as quais a própria performance não ocorreria” (Freeman, 2007, p. 11). Assim, três características emergem na classificação dos trabalhadores criativos: “(1) produzem coisas definidas antes de mais pelo efeito, e não tanto pelo método de produção; (2) produzem coisas distintas e diferenciadas em vez de produtos idênticos; (3) produzem uma especificação abstrata ou incompleta em vez de uma prescrição variável e completa” (Freeman, 2007, p. 13). Neste sentido, o trabalho criativo implica um paralelismo com uma conceção criativa e performativa do self. Isto é, as indústrias criativas fazem uma ponte entre a necessidade económica de produzir valor e as dimensões estéticas e culturais capazes de serem aplicadas para propósitos comerciais.

Identificados alguns dos contornos sociológicos e organizacionais que definem as indústrias criativas, apresentam-se agora as razões para a escolha⁷ de dados relativos ao emprego e ao valor acrescentado, nomeadamente a preferência por uma abordagem que se tem definido como “estrutural” e relativa ao “volume económico” (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2012, p. 82). Esta abordagem tem como principais suportes metodológicos de “medição da contribuição económica das indústrias criativas” o enfoque em estimativas da “contribuição direta das IC na geração de agregados macroeconómicos básicos” (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2012, p. 82), tais como o produto e o valor económico gerados, o emprego, a distribuição de emprego criativo nos sectores criativo e não criativo, as exportações, as importações e o comércio. Neste sentido, esta abordagem coaduna-se com uma modulação económica a partir da definição estrutural de “agregados macroeconómicos” das IC. No seguimento deste modelo, ao longo desta secção serão apresentados dados internacionais que procuram descrever eixos macroeconómicos constitutivos do campo das IC.

As vantagens deste modelo explicitam-se na “mensurabilidade da contribuição económica das IC” a longo e curto prazo (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2012, p. 82). Antecipadamente se pode perspetivar o debate de um recente relatório do Department of Culture, Media and Sports (DCMS) ou a inserção da Tabela 2, e respetiva discussão, como exemplificações da plasticidade temporal deste modelo. Uma segunda vantagem repercute-se na comparação internacional, mesmo tendo em conta

⁷ Em *Macroeconomics* (Abel, Bernanke e Croushore, 2008), o anterior presidente da Reserva Federal, Ben Bernanke, situa o crescimento económico – visto em termos de criação de riqueza e expansão do produto –, a economia internacional e o par emprego/desemprego no centro das variáveis macroeconómicas de base.

as dificuldades de padronização e estandardização inerentes à definição de indicadores socioprofissionais (van der Pol, 2008, p. 7) neste conjunto de sectores. Outras vantagens elencadas encontram-se na construção de abordagens simplificadas que “permitem captar o impacto económico direto das IC no curto e no longo prazo”, bem como “permitem captar contributos” ao crescimento económico (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2012, p. 82). Em resumo, este modelo consubstancia-se num “nível médio para a interpretação analítica” (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2012, p. 82), o que permite construir instrumentos que articulem generalidade interpretativa e alguma especificidade sectorial. Afinal, trata-se de integrar variáveis fundamentalmente macro num universo de estudo plural e sectorial.

240

O eixo que enforma a filosofia das indústrias criativas decorre de uma reconfiguração da ligação entre mercado e cultura. Como se afirma num relatório encomendado pelo Ministério da Cultura à equipa de Augusto Mateus, publicado em 2010, a “interpenetração crescente” entre os dois campos implica “uma visão alargada e dinâmica da cultura” (Augusto Mateus & Associados, 2010, pp. 7-8). De um modo mais pormenorizado, o relatório descreve como esta tendência societal se desenvolveu nos seus traços gerais. Nas suas palavras, “o mercado penetrou a cultura, integrando-a progressivamente em circuitos comerciais alargados de produção e distribuição, ao mesmo tempo que os conteúdos culturais moldam de forma cada vez mais relevante a produção, distribuição e consumo de bens e serviços económicos” (Augusto Mateus & Associados, 2010, p. 9). Temos assim “a cultura, enquanto fator de competitividade” (Augusto Mateus & Associados, 2010, p. 9), ou o mesmo é dizer que operaria no sentido de ser mais uma mercadoria passível de criar vantagens perante outros concorrentes no mercado,

portanto como um fator estratégico para a competitividade internacional das empresas.

Em consonância, a esfera da produção de sentido surge considerada em termos de indústrias criativas, quer dizer, no sentido da conceção da cultura enquanto motor económico: “a designação ‘indústrias criativas’ nasceu do reconhecimento de que a cultura e a criatividade se tinham tornado fatores competitivos estratégicos para quase todas as atividades económicas de bens e serviços, em especial nos mercados de consumo final mais dinâmicos” (Augusto Mateus & Associados, 2010, p. 16). Isso significa que a conexão entre a economia e a cultura se define por

um processo de radiação, com base num modelo centrado num núcleo originário de ideias criativas, que irradia para o exterior num processo em que estas ideias se vão combinando com cada vez mais inputs para produzir uma gama de produtos cada vez mais alargada. (Augusto Mateus & Associados, 2010, p. 35)

241

No que se pode inferir da análise deste relatório, cultura, economia, economia da cultura e indústrias criativas surgem como termos (e conceitos) intercambiáveis. Sem nos cingirmos ao facial, a relativa coincidência no uso destes termos não se circunscreve ao seu terreno terminológico, mas aponta para uma visão do mundo cultural enquanto uma parcela capaz de fomentar uma expansão da esfera económica. Por conseguinte, a cultura mercadorizada – fulcro do estudo pormenorizado e minucioso de Augusto Mateus – associa um conjunto de camadas. Camadas com a sua especificidade concreta, intercomunicáveis entre si e com um movimento tendencialmente centrífugo, isto é, de um núcleo reduzido constituído por atividades artísticas fundamentais para uma série de especialidades aplicadas de conteúdos e/ou práticas estéticas e culturais. Assim, de acordo com esta noção, o

núcleo central⁸ das Artes inclui produtos culturais não industriais. O primeiro círculo em redor deste núcleo inclui as Atividades Culturais, atividades industriais cujos *outputs* são exclusivamente culturais. O segundo círculo, designado por Atividades Criativas, inclui atividades cujos *outputs* não são culturais mas que incorporam no processo produtivo elementos culturais das duas camadas anteriores. O terceiro círculo, separado dos restantes mas deles dependente, designado por Atividades Relacionadas, inclui as atividades fortemente ligadas à cultura e à criatividade, mas cujos *outputs* não são culturais nem criativos, estabelecendo-se a ligação em virtude da produção e/ou venda de equipamentos cuja função é exclusiva ou principalmente facilitar a criação, produção ou utilização de bens culturais e criativos. (Augusto Mateus & Associados, 2010, p. 35)

242

Portanto, a arte propriamente dita (Becker, 2008) emerge como subsidiária relativamente às necessidades de incrementar a economia da cultura. Por conseguinte, a arte – as chamadas “atividades nucleares” – fornece matéria-prima, meios, objetos, soluções e produtos de comercialização ao mercado. Todavia, se em grande medida este tipo de abordagem pode levar a crer que a arte é funcional relativamente ao mercado e à necessidade de expandir o ciclo de negócios, importa considerar que ela não deixa de se estruturar em torno de princípios estéticos próprios

⁸ De acordo com esta tipologia, o núcleo central é constituído pelo que poderemos designar por arte propriamente dita: dança, artes plásticas, escultura, fotografia etc. Por seu turno, o primeiro círculo agrega áreas como o cinema, a edição, a difusão musical ou os videojogos. O segundo círculo relaciona-se mais intimamente com o design (de moda, de publicidade, de produtos ou de interiores), a publicidade ou a arquitetura, ao passo que o terceiro círculo inclui aplicações mais a jusante como, por exemplo, no seu papel na produção de computadores pessoais, de leitores de ficheiros eletrónicos de música e imagem ou de telemóveis. Apesar da natural e justa destrição entre os diversos círculos, importa atender a uma postura que busque integrar e dar conta da fluidez assinalável entre todos eles, nomeadamente no respeitante ao seu carácter primordialmente centrífugo.

(Aguiar e Bastos, 2013). A sua secundarização não é sinónimo de uma qualquer pura e simples destruição da estética ou uma substituição mecânica por princípios económicos. Mesmo que em condições laborais precárias (Borges 2007; Conde, 2009, pp. 7-10) vivenciadas pelos seus agentes produtores, o campo artístico continua a ser regido por critérios estéticos – sem os quais não se poderia sequer falar em arte. Independentemente de os próprios critérios estéticos não serem de maneira nenhuma despiciendo para a relação do campo artístico (Bourdieu, 1996) com o exterior, seria bizarro advogar unilateralmente que a economia simplesmente destruiria ou faria desaparecer a arte e a cultura (Lopes, 2011, p. 54; Maia, 2011, pp. 12-14), na medida em que a sua preservação é essencial para fornecer as ferramentas e as linguagens simbólicas sem as quais as indústrias criativas não poderiam subsistir.

Após esta abordagem fundamentalmente concetual dar-se-á maior atenção à inserção económica propriamente dita das IC. A importância económica destas foi sublinhada por um relatório comissionado pela Comissão Europeia, publicado em 2001, e que tinha estimado, para o período 1995-1999, um crescimento de emprego na ordem dos 4,8% ao ano, quatro vezes maior que sua taxa média de crescimento de emprego (MKW Wirtschaftsforschung GmbH, 2001, p. 87). Ao mesmo tempo, 4,6% da força de trabalho encontrava-se nas IC, com as maiores taxas de crescimento a verificarem-se na Finlândia, Dinamarca e Suécia.

Esta força de trabalho era, já então, caracterizada por três características essenciais: maior taxa de autoemprego (40,4% contra a média europeia de 14,4%); maior qualificação acima do ensino secundário (47,2%; 22,5%); e maior percentagem em empregos temporários (14,2%).

Em 2006, a KEA publicou o estudo *The economy of culture in Europe* (KEA European Affairs, 2006). Ali estimava-se que as IC produziam 2,6% do PIB da União Europeia (o

valor acrescentado gerado pelo sector cultural e criativo na Europa em 2003 era estimado em 654 mil milhões de euros) e com uma taxa de crescimento na ordem dos 8,1%, maior em 12,3% do que a taxa média de crescimento à época. Em termos de população empregada nas IC, esta era constituída por 4,7 milhões de trabalhadores, isto é, 2,5% da força de trabalho. Mas se o peso das IC tinha crescido fortemente no conjunto da União Europeia, ocorria entretanto uma desigualdade territorial na sua inserção económica. Sendo assim, o maior contributo para o PIB das economias europeias vem de países como França (3,4%), Noruega (3,2%), Dinamarca (3,1%), Reino Unido (3%), Holanda (2,7%) e Alemanha (2,5%), enquanto nos restantes países as IC não ultrapassavam, em 2003, os 2% do PIB nacional.

244

A afluência das indústrias criativas nas economias avançadas é igualmente enfatizada pelos estudos clássicos de Florida (2002, p. 3): “nas passadas duas décadas a criatividade tem-se tornado a força motora da nossa economia [dos EUA], e o sector criativo tem explodido, contando com mais de 20 milhões de empregos”.

Dentro deste panorama vale a pena descrever, de modo breve, a presença das IC noutras partes do mundo. No caso norte-americano, regista-se que relativamente às indústrias com propriedade intelectual, a International Intellectual Property Alliance (IIPA) estimava que as IC contabilizavam 6% do PIB norte-americano e 4% da sua força de trabalho, e as indústrias relacionadas indiretamente com as primeiras com adicionais 6% do PIB e 4,5% da força de trabalho (Siwek, 2006). Na mesma onda, Florida (2002, p. 249) e a sua equipa calculavam que 47% da nova riqueza gerada nos EUA adviria do contributo direto e indireto das IC no conjunto da economia.

Num outro texto, é-nos revelado mais sobre as IC e seu posicionamento na economia:

As indústrias criativas estão atualmente entre os sectores mais dinâmicos do comércio mundial, apresentando uma estrutura de mercado flexível, que integra desde artistas independentes a microempresas, até algumas das maiores multinacionais do mundo. De acordo com o Creative Economy Report 2008, das Nações Unidas, o valor das exportações mundiais de bens e serviços criativos em 2005 atingiu o valor de 424,4 mil milhões de dólares, representando 3,4% do comércio mundial. No período de 2000 a 2005, o comércio internacional de bens e serviços criativos cresceu a uma taxa sem precedentes de 8,7%. Na Europa, as indústrias criativas estão a crescer a uma taxa média anual de cerca de 12,3%. (Pinto, 2009, p. 22)

Os estudos do início deste século veiculavam proporções muito aproximadas do peso das IC no conjunto das economias. Dentro das economias asiáticas, Singapura notabilizava-se por suas IC contribuírem com cerca de 2,8% a 3,2% do PIB (Singapore, 2003), anunciando a intenção de atingir os 6% do PIB em 2012. Em Hong Kong a situação era considerada ainda mais pujante, com as IC a atingirem os 3,8% do PIB para o mesmo ano de 2000 (University of Hong Kong, 2003).

Mas se os dados são bem elucidativos em países economicamente mais desenvolvidos, eles são-no também no caso da China (Keane, 2013), onde existe uma evidente concordância e simultaneidade entre o crescimento económico global e o crescimento das exportações de bens culturais. De acordo com dados fornecidos pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 2002 o volume de exportações de produtos culturais provenientes da China cifrava-se nos 32 mil milhões de dólares e, passados seis anos, ultrapassa a marca dos 84 mil milhões de dólares (a preços constantes) (United Nations, 2008). Deste modo, evidencia-se que o país dos BRIC que lidera

o comércio mundial de bens com componente criativa é o mesmo que mais tem crescido economicamente nas últimas duas décadas (Wuwei, 2011, pp. 21-22).

No caso brasileiro, um relatório da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) evidencia que “em 2011, 243 mil empresas formavam o núcleo da indústria criativa. Com base na massa salarial gerada por essas empresas, estima-se que o núcleo criativo gera um Produto Interno Bruto equivalente a R\$ 110 bilhões, ou 2,7% de tudo o que é produzido no Brasil. Esses resultados colocam o Brasil entre os maiores produtores de criatividade do mundo, superando Espanha, Itália e Holanda” (Firjan, 2012, p. 5). Estes dados revelam uma penetração muito assinalável das indústrias criativas numa das economias de maior PIB do mundo. Em termos de mercado de trabalho, as indústrias criativas começam a aproximar-se do milhão de trabalhadores, mais concretamente “810 mil profissionais, o que representa 1,7% do total de trabalhadores brasileiros” (Firjan, 2012, p. 5). Dentro do leque multifacetado das indústrias criativas, “o segmento de Arquitetura & Engenharia é o que tem a maior representatividade, concentrando mais de um quarto (230 mil) desse universo. Logo em sequência vêm os segmentos de Publicidade e Design, que empregam mais de 100 mil trabalhadores cada” (Firjan, 2012, p. 5).

Dada a natureza dos sectores que compõem as indústrias criativas, as remunerações tendem a ser superiores à média do salário brasileiro. “Enquanto o rendimento mensal médio do trabalhador brasileiro era de R\$ 1.733 em 2011, o dos profissionais criativos chegou a R\$ 4.693, quase três vezes superior ao patamar nacional” (Firjan, 2012, p. 5). Apesar das discrepâncias salariais entre os vários estados, a remuneração média mensal dos profissionais criativos era sempre pelo menos o dobro da média nacional salarial brasileira.

Entretanto, importa frisar a relevância que o sector tem vindo a assumir na economia portuguesa: “o Sector Cultural e Criativo originou, no ano de 2006, um valor acrescentado bruto (VAB) de 3.690,679 milhares de euros, isto é, foi responsável por 2,8% de toda a riqueza criada nesse ano em Portugal” (Firjan, 2012, p. 78). Em termos de força de trabalho,

o Sector Cultural e Criativo era responsável, em 2006, por cerca de 127 mil empregos, representando, desse modo, cerca de 2,6% do emprego nacional total.

O emprego no Sector Cultural e Criativo criou, no período 2000-2006, cerca de 6.500 empregos, registando um crescimento cumulativo de 4,5%, que traduz uma evolução particularmente positiva num contexto marcado por um crescimento cumulativo do emprego de apenas 0,4%, à escala nacional. (Augusto Mateus & Associados, 2010, p. 82)

Por este último dado fornecido pode-se aquilatar o dinamismo do sector na primeira metade da década passada. Numa economia tendencialmente marcada pela redução das taxas de criação de emprego, as IC surgem como um sector passível de forte investimento e correlativo retorno, mas também de incorporação de força de trabalho num valor relativamente interessante.

Num documento dedicado especificamente à internacionalização das empresas de IC sediadas em Portugal, verifica-se que “o peso destes bens e serviços no total das vendas do país ao exterior superou sempre 3%, aproximando-se mesmo dos 4% desde 2009” (Augusto Mateus & Associados, 2014, p. 21). Com efeito, tomando como valor base 100 para 2008, e a valores constantes, verifica-se que após um decréscimo nas exportações globais do sector em 2009 (índice 95), em 2010 e em 2011 a trajetória é francamente ascendente (102 e 112 respetivamente) (Augusto Mateus & Associados, 2014, p. 23). Todavia, a capacidade concorrencial

e de internacionalização é ainda incipiente, já que “a percentagem de empresas exportadoras culturais e criativas (3,2%) fica abaixo da percentagem de empresas exportadoras do país (3,8%) e é seis vezes inferior à percentagem de empresas exportadoras nas indústrias transformadoras nacionais (19,4%)” (Augusto Mateus & Associados, 2014, p. 65).

Em termos estratégicos, surgem autores que enfatizam o potencial económico, social e cultural das IC. Por outras palavras, a criatividade é vista como um novo potencial motor de relançamento da economia.

Num momento de profunda crise económica e financeira, todos nós devemos equacionar novas formas de prosperidade. Acreditamos que as artes, a cultura e as indústrias criativas constituem para Portugal uma verdadeira opção: assentam numa economia da informação e do conhecimento, na produção de conteúdos, em empregos altamente qualificados e não deslocalizados e em fatores de competitividade que não são facilmente copiados como a língua, as tradições históricas ou a paisagem construída e habitada. (Pinto, 2009, p. 23)

248

Assumidas as IC como um “novo desígnio nacional” (Pinto, 2009, p. 23), o autor vai chamar a atenção para a importância de uma reorientação estratégica no tocante à inserção da esfera cultural no campo económico. Nas suas palavras, “com demasiada frequência vemos a cultura como um peso económico e não como um ativo, uma mais-valia, capaz de gerar riqueza” (Pinto, 2009, p. 23). É esse o ponto de contacto entre a produção cultural das IC e o seu impacto económico de expansão das oportunidades de negócio nos mercados globais.

Entretanto, o nosso artigo focará o caso britânico, na medida em que este tem sido expressivo no acolhimento que as IC tiveram nos últimos 20 anos. No período anterior

à crise económica de 2007-2009, no boletim de estimativas económicas das indústrias criativas do DCMS, publicado em 2006, é evidenciado o facto de que existiriam no Reino Unido “cerca de 117.500 empresas nas áreas das indústrias criativas. Isto representa 7,2% de todas as empresas do Registo Inter-Departamental de Negócios” (United Kingdom, 2006). Tony Blair citou números semelhantes num dos seus últimos discursos como primeiro-ministro britânico: “as indústrias criativas contam com cerca de 7% da economia. Elas estão a crescer a 5% ao ano, mais do que a economia como um todo. As exportações do sector das artes contribuiriam com mais de 13 biliões de libras para a balança comercial de 2004, o equivalente a 4,3% dos bens e serviços exportados” (Blair, 2007).

Em 2007, o DCMS publicou um novo relatório onde chamava a atenção para o contributo das indústrias criativas para o VAB britânico. Em termos dos seus sectores fulcrais, destacava-se, em primeiro lugar, o software, com um crescimento médio de 9% ao ano no período entre 1997 e 2004, 4,7 mil milhões de libras em exportações, para o ano de 2004, e quase 600 mil empregos. Em segundo lugar, o sector editorial, com um crescimento de 2% ao ano, exportações no valor de 1,5 mil milhões de libras e 250 mil pessoas empregadas. Seguiam-se a rádio e a televisão, com um crescimento económico de 8% ao ano, exportações de 1,3 mil milhões de libras em 2004, e quase 110 mil colaboradores empregados. Por sua vez, em termos de sectores significativos das IC no Reino Unido, a publicidade contava com um crescimento médio anual de 3%, exportações de bens e de serviços avaliadas em 1,1 mil milhões de libras e pouco mais de 220 mil empregos. A preços correntes, em termos de criação de valor acrescentado em 2004, as IC abarcavam os 13 mil milhões de libras e cerca de 1,5 milhões de empregos no sector (United Kingdom, 2007).

Num estudo de caso focado em Londres, Knell e Oakley (2007, p. 7) estimavam que na capital britânica o contributo das IC “contabiliza directa e indirectamente cerca de 500.000 empregos e estava na criação de um em cada cinco novos empregos, e com um valor económico acrescentado estimado em 21 biliões de libras, fazendo das indústrias criativas de Londres o segundo maior sector económico, logo a seguir aos serviços financeiros”. Para o mesmo período – década passada –, o especialista australiano Terry Flew (2012, p. 9) estimava o contributo das IC para a economia na ordem dos “60 biliões de libras por ano, cerca de 5% do PIB britânico”.

Entretanto, em janeiro de 2014, o DCMS publicou um novo relatório sobre as IC no Reino Unido. Para além da salutar e necessária actualização periódica de dados, esta nova incursão sobre o estado das IC representa um teste à consistência do sector no período imediatamente seguinte à saída de uma situação de profunda crise económica e financeira na economia ocidental.

250

Assim, o mais recente relatório do DCMS começa por salientar que o crescimento do sector em 2012 chegou quase aos 10%, “ultrapassando todos os restantes sectores da indústria britânica” (United Kingdom, 2014). No mesmo sentido se percebe que o crescimento do sector foi acompanhado pela reaproximação do número de empregos disponíveis relativamente ao verificado no período anterior à crise económica – 1,68 milhões de empregos em 2012, cerca de 5,6% dos empregos no Reino Unido. Mas se se acrescentarem os empregos nas IC com os empregos criativos⁹ gerados noutras áreas da economia, verifica-se que o conjunto da economia criativa “contabiliza 2,55 milhões de empregos em 2012”, o que representa “1 em cada

⁹ Variáveis do trabalho criativo: “atividade de resolução de problemas no trabalho; novas aprendizagens no trabalho; desempenho de tarefas complexas; utilizar as suas próprias ideias no trabalho; possibilidade de escolher ou modificar aspetos do trabalho de cada um” (Lorenz e Lundvall, 2009, p. 161).

12 empregos no Reino Unido” (United Kingdom, 2014). Importa também referir que a reação ao contexto de crise económica e financeira foi pujante e conseguiu criar emprego a um ritmo muito superior¹⁰ ao verificado no conjunto da economia britânica. De acordo com os dados disponíveis, “o emprego nas IC aumentou 8,6% entre 2011 e 2012, uma taxa muito superior à da economia do Reino Unido como um todo (0,7%)” (United Kingdom, 2014). Segundo um estudo de Higgs et al (2008, p. 6), entre 1981 e 2006 a força de trabalho britânica cresceu, em média, 0,8% ao ano, ao passo que a força de trabalho nas IC cresceu a uma média anual de 4,3%. A soma de trabalhadores criativos seria, em 2006, de 7%, portanto, totalizando 3,3 milhões de trabalhadores nesse conjunto. As diferenças quantitativas entre este estudo e os números do relatório do DCMS referem-se sobretudo a critérios de classificação de determinadas empresas e atividades híbridas dentro (ou fora) das IC (van der Pol, 2008).

251

Em termos de desdobramentos dos mais de 2,5 milhões de empregos no conjunto da economia criativa britânica, verifica-se que os empregos nas IC não classificados como criativos atingem os 796 mil, enquanto os empregos criativos nos vários segmentos das IC ultrapassam os 888 mil. Ao mesmo tempo, os empregos criativos noutros sectores

¹⁰ Estes estudos académicos tendem a trabalhar mais com projeções e estimativas e menos com inquéritos à população e estatísticas coligidas diretamente por organismos oficiais. Nesse sentido, preferimos recorrer preferencialmente a dados de organismos oficiais. Todavia, ressalte-se que a tendência do peso do emprego criativo na economia é, em termos gerais, muito semelhante nos relatórios do DCMS e nos estudos académicos. A exceção mais notória talvez sejam os trabalhos de Richard Florida. Segundo este importante autor, nas duas últimas décadas a criatividade ter-se-ia tornado a “força motriz da economia” (Florida, 2002, p. 3) e, nos EUA, a força de trabalho criativa – a que Florida classifica como “classe criativa” – rondaria os 30%. Números muito aproximados destes seriam observados na Bélgica (29,97%), Holanda (29,5%) e Finlândia (28,6%) (Florida e Tinagli, 2004, p. 13). Parece-nos que Florida confunde a importância considerável da economia criativa no desenvolvimento económico global com toda e qualquer atividade dos serviços, o que o leva a inflacionar o contingente da força de trabalho criativa.

atingem os 866 mil empregos, sendo por isso um espelho do impacto e da importância das IC na geração de capital humano para o conjunto da economia (Tabela 1).

Tabela 1
Interseção de empregos não criativos e de empregos criativos nas indústrias criativas e noutros sectores

Indústrias criativas – total de empregos		
1.684.000		
796 mil	888 mil	866 mil
1.754.000		
Trabalho criativo propriamente dito (indústrias criativas + resto da economia)		

Fonte: United Kingdom, 2014.

252

Por outro lado, em termos de criação de valor, o relatório dá conta de que as IC “valem agora 71,4 mil milhões de libras por ano na economia do Reino Unido – gerando algo acima de 8 milhões de libras por hora” (United Kingdom, 2014). No fundo, estes valores representam um total de 5,2% do PIB britânico. Comparando estes dados com os que foram fornecidos no relatório de 2006 da KEA para o ano de 2003, verifica-se um crescimento absoluto e relativo das IC no conjunto do tecido económico britânico. A este crescimento não está alheio o facto de que o VAB das IC “cresceu 15,6% desde 2008, comparado com o aumento de 5,4% da economia britânica como um todo” (United Kingdom, 2014). Mesmo no período pós-crise as IC viram o seu VAB gerado crescer 9,1% entre 2010 e 2011, e 9,4% entre 2011 e 2012 (o VAB da economia do Reino Unido cresceria 2,5% e 1,6% para os mesmos períodos). O relatório ressalva que na contabilização estatística não entraram “micronegócios, particularmente para grupos nas áreas da Música e das Artes e Artesanato, onde o autoemprego é

substancial”, pelo que o VAB das IC “pode estar subestimado” (United Kingdom, 2014).

No que diz respeito ao potencial concorrencial das IC britânicas, verifica-se que o “valor dos serviços exportados pelas IC foi de 15,5 mil milhões de libras”, o que representa 8% do total das exportações de serviços do Reino Unido. Este indicador também corrobora a capacidade regeneradora e plasticidade do sector das IC na recuperação económica no período seguinte à crise de 2007-2009. “Entre 2009 e 2011 o valor das exportações de serviços das indústrias criativas aumentou em 16,1%. Em comparação, as exportações de serviços aumentaram, no conjunto da economia, na ordem dos 11,5%” (United Kingdom, 2014).

Num plano mais vasto e comparativo, as IC têm sido analisadas pela UNCTAD. No relatório deste organismo internacional de 2008, o comércio mundial de bens e serviços das IC era estimado na ordem dos 424 biliões de dólares, o que totalizava 3,5% do comércio global. Deste conjunto, 335 biliões eram referentes à exportações de bens criativos, com uma taxa anual de crescimento de 6,1% ao longo dos últimos dez anos. Os serviços criativos chegavam aos 89 biliões de dólares, com uma taxa anual de 8,7% para o período entre 2000 e 2005 (United Nations, 2008, pp. 106-107).

Do ponto de vista da expressão geográfica do comércio internacional de bens e serviços criativos, o relatório da UNCTAD dá conta de mais alguns dados empiricamente relevantes. Comparando a evolução entre 2002 e 2008, o relatório apresenta a China como principal exportador de bens e serviços criativos, chegando a deter mais de 20% do volume global das exportações. Se a isto se juntar a cota de 8,2% detida por Hong Kong, torna-se mais visível a coincidência entre o dinamismo exportador da economia chinesa e as IC. Seguem-se os EUA com cerca de 8,6% do total de exportações de bens e serviços das IC e, em terceiro lugar, a Alemanha, com 8,5%. Se se adoptar uma postura que veicule

blocos económicos e comerciais, então a União Europeia – representada nos vinte maiores exportadores mundiais pela já referida Alemanha, pela Itália (6,8%), Reino Unido (4,9%), França (4,2%), Holanda (2,6%), Bélgica (2,3%), Áustria (1,6%), Espanha (1,5%) e Polónia (1,3%) – detém qualquer coisa como 33,7% do volume global das exportações de bens e serviços criativos.

Visualiza-se, assim, que o conjunto das indústrias criativas representa um sector muito relevante na e para a competitividade global da economia europeia. As IC das economias mais avançadas da União Europeia são, deste modo, veículos de criação de oportunidades de negócio, pelo que assomam como um segmento de valor acrescentado muito considerável.

Num relatório de 2013, a Unesco avalia a evolução do comércio mundial no período entre 2002 e 2011. Assim, num período inferior a dez anos, as exportações de todos os bens criativos mais do que duplicaram, passando de pouco mais de 198 mil milhões de dólares para cerca de 454 mil milhões de dólares. Neste âmbito, os sectores das artes e artesanato (passagem de 17 mil para 34,2 mil milhões), do design (passagem de 114 mil milhões para mais de 301 mil milhões de dólares), dos novos media (dos 17,5 mil milhões para os 43,7 mil milhões) e do mercado editorial (dos quase 30 mil milhões para pouco mais de 43 mil milhões de dólares) (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2013, p. 162) surgem como os mais significativos do ponto de vista do comércio internacional e do potencial de internacionalização competitiva.

Ainda no plano das exportações de bens criativos, o relatório da UNCTAD noticia que o comércio global de produtos criativos mais do que duplicou de 2002 a 2011, e que o “crescimento médio anual” no período “foi de 8,8%” (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2013, p. 162) (Tabela 2).

Tabela 2
Bens criativos: exportações por grupo económico entre
2002 e 2011 (em milhões de dólares)

	Mundo		Países em desenvolvimento		Países desenvolvidos		Economias de transição	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Todos os bens criativos	198.240	454.019	73.890	227.867	123.169	222.597	1.181	3.555
Artes e ofícios	17.503	34.209	9.201	23.383	8.256	10.653	45	172
Audiovisuais	455	492	35	90	417	400	3	2
Design	114.694	301.262	53.362	172.223	60.970	127.239	362	1.800
Novos media	17.506	43.744	4.412	14.607	13.071	28.918	23	219
Artes performativas	2.754	-	250	-	2.478	-	26	-
Publicações	29.908	43.077	3.157	8.106	26.061	33.650	690	1.321
Artes visuais	15.421	31.127	3.474	9.456	11.916	21.631	31	40

Fonte: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2013).

Olhando de perto para a Tabela 2, regista-se igualmente o crescimento da internacionalização de bens criativos nos chamados países em desenvolvimento. Se em 2002 o conjunto desses países era responsável por 37% das exportações mundiais desses bens, em 2011 não apenas triplicaram o seu valor absoluto (de mais de 73 mil milhões de dólares para mais de 227 mil milhões), como passaram a corresponder a 50,2% do volume global.

Confirmando o estatuto de um sector relevante no comércio mundial, as IC em 2011 já tinham “excedido o pico pré-crise, em 2008”, avaliado em torno dos “620,4 mil milhões de dólares nas exportações” de bens e de serviços (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2013, pp. 162-163). Assim, em 2011 as exportações de bens e de serviços atingiram os 624 mil milhões de dólares. Este dado coincide com o sucedido no caso britânico, abordado anteriormente, como um indicador

da robustez do sector das IC e do seu dinamismo económico¹¹. Neste cenário, as IC surgem como capazes de se incorporarem nos movimentos de incremento da globalização económica e cultural. Por outro lado, como o estudo de Barrowclough e Kozul-Wright (2008) procurou evidenciar, as competências desenvolvidas nas indústrias criativas são frequentemente transferíveis para outros sectores e contextos, pelo que a ausência de oportunidades de desenvolvimento de uma força de trabalho criativa (e nas indústrias criativas) terá impacto sobre a possibilidade de uma economia participar em cadeias de produção e distribuição de produtos e serviços com alto valor acrescentado.

As indústrias criativas entre a economia e os campos culturais

256

O carácter expansivo das IC traduz-se na capacidade que os processos de trabalho da criatividade comportam na captação e incorporação de aspetos não diretamente relacionados com as indústrias criativas (Villalba, 2009), o que nas palavras de Cunningham significaria que “as IC caracterizar-se-ão crescentemente por se tornarem inputs de outras indústrias, como os serviços ou a manufatura” (Cunningham, 2012, p. 7).

¹¹ Um estudo da PricewaterhouseCoopers (2007) previa que as indústrias do entretenimento e dos media esperavam crescer dos 1,3 biliões de dólares em 2005 para os 1,8 biliões de dólares em 2010. Neste capítulo, a Ásia era considerada o continente com a mais elevada taxa de crescimento na indústria do entretenimento, com uma expectativa de crescimento dos 274 mil milhões de dólares para os 425 mil milhões, o que representaria uma taxa anual de crescimento em redor dos 9,2%, sendo que a China chegaria a uma taxa de 26%. Num outro estudo, estimou-se que, nos anos 1990, a economia criativa nos países da OCDE teria crescido a uma taxa duas vezes superior à das indústrias de serviços e de quatro vezes superior à da manufatura (Howkins, 2013).

Nesse âmbito, e de um modo singularmente exemplar, os *clusters* urbanos criativos¹² representam um nódulo territorial onde se congregam e articulam espaço, indústrias criativas e impactos socioeconómicos noutros sectores. De acordo com a elaboração de Porter (1998, 2000), os *clusters* comportam heurística, especialmente no que toca à compreensão das fontes dinâmicas e sustentáveis de vantagens competitivas de sectores que manuseiam diretamente capital-conhecimento e trabalho imaterial. De facto, nestes sectores as vantagens competitivas advêm menos de baixos custos e de eficiência de produção, e mais de elementos que promovam o crescimento da produtividade e da inovação no longo prazo. Dentro de um paradigma que busque a criação de *clusters* urbanos criativos, ganham importância formas específicas dos inputs do trabalho criativo em contexto urbano, que possuem conhecimento especializado e cujas competências podem ser adquiridas/aplicadas numa base flexível e automaticamente integrada, como é o caso do sistema organizacional *just-in-time*, ou a mais recente conectividade expressa na *internet of things* (Hui, 2014). Em conjugação, a organização da produção em redes densas de pequenas e médias empresas tecnológicas e criativas que se encontram articuladas umas com as outras e que fornecem reciprocamente inputs e serviços especializados corresponde ao terreno concreto do aproveitamento dos benefícios das sinergias.

257

Descrito sumariamente o exemplo dos *clusters* como nó de interseção entre as IC e outras áreas de atividade, importa avaliar e discutir, numa base mais qualitativa e menos descritiva (secção II), as implicações socioeconómicas dos eixos macroeconómicos das IC. Em resumo:

¹² Parece ser a qualidade da densidade das redes inerentes aos *clusters* que permite o seu maior ou menor sucesso, e não apenas o facto de se situarem em cidades globais (Londres, Nova York, San Francisco, Tóquio). Cidades mais pequenas, como Austin, Boulder, Brisbane e Auckland, também conseguem funcionar como plataformas agregadoras de criatividade, inovação e produção de valor.

- os ganhos de produtividade derivados do acesso a inputs de trabalhos criativos especializados e qualificados, o acesso à indústria do conhecimento, ao desenvolvimento de relações complementares entre empresas e indústrias, e o papel das universidades e de outras instituições de formação em auxiliar a transferência de conhecimento;
- as oportunidades de inovação advenientes da proximidade entre consumidores e produtores, e a existência de circunstâncias onde os factores de custo em relação a outros competidores são relativamente similares;
- a formação de novos negócios provenientes do acesso a informação acerca de oportunidades, bem como acesso a recursos de financiamento requeridos por *startups*.

258

Essas implicações funcionam, em conjunto, como externalidades positivas advenientes da interpenetração das IC no conjunto do tecido económico. Numa ótica sintética, as IC expressam-se enquanto plataformas económicas em espaço urbano, permitindo a promoção da identidade de marcas tanto da própria cidade como das empresas ali instaladas; o poder de atração de investidores e de pessoal qualificado; o estímulo a uma abordagem empreendedora das artes e da cultura; o estímulo à criatividade e à inovação através de estratégias que levem à formação de micronegócios; a utilização de edifícios antigos e seu papel na reabilitação urbana; e o estímulo à democracia cultural e à diversidade cultural. Num ambiente concorrencial à escala global, a presença das IC no tecido económico concreto de um determinado território permite captar investimentos e, numa espiral ascendente, alargar o volume de valor criado, com impactos consideráveis no emprego, na requalificação urbana e na qualidade de vida. Nesse sentido, as IC constituem-se como um “fator-chave” (Perez, 1983) ou um “input fundamental” (Freeman e Louçã, 2005, p. 156) para a integração económica numa

época de complexificação dos sistemas de organização social (Luhmann, 1995). Sumariando, as IC representam uma face significativa do que Read intitulou como a “constituição da subjetividade”, perspectivada a partir do que o autor designa por “poder produtivo da subjetividade, a sua capacidade para produzir riqueza” (Read, 2003, p. 102). Esta habilitação das IC em incrementar o volume de excedente económico – tanto nas suas próprias atividades como nos seus impactos externos – enforma uma perspectiva integradora, na medida em que promove uma conexão entre o local e o global, dando respaldo à simultânea “emergência de espaços sociais transnacionais e de novas formas de regionalismos” (Mezzadra e Neilson, 2013, p. 96). A este título, os mercados de comidas do mundo, da *world music*, do turismo global ou de objetos audiovisuais representam exemplos da interseção entre o local e o global que as IC ajudam a ampliar.

Relativamente a um dos outros grandes conjuntos de variáveis macroeconómicas, nomeadamente as respeitantes ao emprego, comece-se por mencionar que as características estruturais de uma moderna força de trabalho criativa (Borges e Costa, 2012) se adequam à “autoatualização através do trabalho”, o “que faz da atividade artística um polo atrativo”, se bem que tal ocorra “apenas se o resultado é imprevisível e se as possibilidades de invenção pessoal estiverem abertas” (Menger, 1999, p. 558). A conexão entre estética, criatividade e empatia com o desempenho laboral enunciada por Menger (2002, p. 558) significa que “esta força de trabalho empreendedora é mais vocacionada a tomar riscos [*risk-taking*] do que a ter aversão ao risco e encontra-se mais predisposta a aceitar mais flexibilidade nos empregos e na carreira”. E independentemente de estabelecerem ou não um negócio próprio (e muitos fazem-no), os agentes sociais nestes sectores “partilham um [gosto pelo] risco explícito, individualizado e orientado para o lucro” (Neff, Wissinger e Zukin, 2005, pp. 309-310). De acordo com os mesmos autores, na força de

trabalho criativa expressa-se uma tendência de “forte alinhamento entre os valores destes profissionais e as formas em que as indústrias se projetam nos media e nas suas atividades de relações públicas” (Neff, Wissinger e Zukin, 2005, pp. 309-310). Por outras palavras, a homologia entre as expectativas das empresas e o desempenho dos seus empregados criativos modula comportamentos recíprocos, onde a flexibilidade e a individualização do risco são dadas por adquiridas. Ao mesmo tempo, apesar da coesão cultural concretizada entre empresas criativas e a sua força de trabalho, subsistem preocupações relativas ao facto de que “empregos culturalmente desejáveis trazem, paradoxalmente, baixas expectativas de estabilidade económica” (Neff, Wissinger e Zukin, 2005, p. 331).

260

Se as IC acabam por cumprir um papel de auxílio à integração entre distintos sectores de atividade, o mesmo se pode aplicar no plano da força de trabalho. De acordo com Marazzi (1995, pp. 148-149), o trabalho imaterial, nas suas variegadas manifestações, criaria constantemente “mais-comunidade”, isto é, um “excedente de relações sociais”. De acordo com este autor, esse excedente de relações sociais seria criado a partir da necessidade de “estruturar hierarquicamente por linhas internas” as “faculdades comuns a todos”, as capacidades de trabalho “dadas pela própria comunidade” (Marazzi, 1995, pp. 148-149). Explicitando, segundo Marazzi, o trabalho imaterial partiria da captação da subjetividade existente na comunidade e municia-la-ia de modo a incrementar bens, serviços e práticas capazes de, por um lado, elevar o excedente económico e, por outro, expandir as relações sociais que lhe estariam subjacentes. Endereçando novamente, e de modo breve, a análise para a inserção das IC em *clusters* criativos, percebe-se que as empresas e projetos da economia criativa não se reduzem a criar novos objetos e serviços transacionáveis, mas implicam a criação de infraestruturas físicas e de redes de sociabilidade cultural densas e com potencial para se alargarem e definirem distritos ou zonas relativamente

consideráveis em determinadas cidades (cf. Nota 12). Neste quadro, as IC potenciam a constituição e renovação das relações sociais que estão em sua base, confirmando a existência de um vetor de endogeneidade.

Considerações finais

Começou-se o artigo apontando alguns desafios analíticos e interdisciplinares em que a problemática das IC se encaixa. Assim, termina-se este artigo com o levantamento, necessariamente não exaustivo, de outros possíveis desafios que, em jeito de balanço, a pesquisa acabou por colocar.

Em primeiro lugar, falta alguma harmonização internacional na delimitação dos critérios de contabilização das IC. Numa economia transnacional (Hoekman e Kostecki, 2012) e num sector fortemente globalizado, um maior consenso classificatório só beneficiaria o estudo científico das IC, bem como seria uma ferramenta mais robusta para os próprios agentes económicos deste sector. Em segundo lugar, a penetração do trabalho criativo nos restantes sectores económicos implica compreender em maior detalhe potenciais novos contributos das IC para o conjunto da economia. Por outras palavras, enquanto plataforma giratória entre a cultura e a economia, a relação do campo das IC com os restantes sectores de atividade económica merece um estudo mais profundo no que diz respeito aos complexos processos que começam nas esferas de produção cultural e repercutem na fase do consumo. E, em terceiro lugar, a produção de trabalho imaterial e sua relação com o simbólico ainda está insuficientemente documentada, nomeadamente a descrição dos processos concretos de como o trabalho criativo e imaterial retira conteúdos da matéria-prima que é o substrato simbólico. Será a partir do conhecimento detalhado destes processos de trabalho e organização que eventuais modelos económicos de produtividade do trabalho criativo poderão ser validados de um modo mais apurado.

Numa perspetiva mais panorâmica sobre o assunto, Rasa Levickaitė (2011, p. 90) lembrou que “não existe uma definição única de economia criativa”.

Por outras palavras, os debates constantes sobre as linhas e os pilares das IC decorrem de duas principais características deste sector. Por um lado, na linha do que se definiu no parágrafo anterior, o facto de as IC se estruturarem nas zonas de fronteira entre a economia, o simbólico e o imaterial acaba por acarretar uma correlativa plasticidade classificatória. Por outro lado, o reconhecimento desse debate decorre igualmente da durabilidade e solidez macroeconómica do sector e do seu potencial de crescimento ainda existente. Por exemplo, quando Stuart Glover (2002, p. 78) critica o facto de Caves (2000) se “concentrar nas artes eruditas mais antigas e manter um certo enviesamento contra novas práticas culturais”, o que aqui está em causa é um debate que decorre da própria capacidade de absorção de novos materiais e de expansão dos domínios de ação das indústrias criativas.

262

Nesse sentido, os contributos da sociologia e das ciências sociais para uma maior estabilização analítica nos estudos sobre as IC poderão decorrer precisamente de um ponto de partida, esse sim já estabilizado, isto é, o encarreamento macroeconómico das indústrias criativas. Nesse sentido, a superação das perspetivas quase exclusivamente ensaísticas, que em determinados espaços europeus hegemonizaram o debate sociológico ou filosófico sobre o imaterial e o simbólico nos últimos vinte anos, requer uma ponte entre a sociologia da cultura e a economia.

Tendo isso em mente, este artigo procurou apresentar características macroeconómicas fundamentais das indústrias criativas, que relevam contributos à criação de valor económico e de emprego. Do ponto de vista sociológico, e dada a escassez de estudos neste âmbito disciplinar específico, afigurou-se como pertinente dosear pesquisas focadas no cruzamento macroeconómico entre riqueza e emprego, no

cruzamento disciplinar entre a cultura e a economia e – algo que ficou fora do âmbito deste artigo – em torno das culturas organizacionais intrínsecas às instituições e empresas nesta área. Para além da conexão íntima entre produção simbólica e produção de novos bens e serviços, verificou-se a importância capital da criatividade e da criação dinâmica e inovadora nas economias mais desenvolvidas. A criatividade está, assim, no centro de cadeiras de criação de alto valor acrescentado. A este propósito, têm sido várias as instituições internacionais a chamar a atenção para a necessidade de se inscrever mais proficuamente a criatividade nas atividades económicas. De acordo com o Parlamento Europeu, “o carácter pluridimensional da criatividade significa que o conhecimento numa ampla variedade de domínios pode constituir a base da criatividade e inovação. A inovação consiste na concretização bem-sucedida de novas ideias; a criatividade é a condição *sine qua non* da inovação” (Parlamento Europeu, 2005). Conforme é avançado no mesmo documento, “certas competências como o pensamento criativo e a resolução avançada de problemas são, pois, tão essenciais nos domínios económico e social quanto nos domínios artísticos” (Parlamento Europeu, 2005).

Nesse sentido, empresas e organismos internacionais têm-se batido pela necessidade de uma mais íntima relação entre a produção intelectual criativa e a produção de valor económico. Esta é uma interação já presente nas indústrias criativas onde a arte surge como o seu núcleo central. Por conseguinte, as denominadas atividades criativas consubstanciam-se como um núcleo fundador e com potencial a ser aproveitado economicamente, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de competências nas áreas da criatividade, do pensamento crítico e do capital humano. A maior preocupação de organismos internacionais e de empresas com este tema é, assim, sintoma da solidez e durabilidade do campo social e económico das indústrias criativas.

João Aguiar

é sociólogo e pesquisador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Doutor em Sociologia pela mesma universidade. Tem como principais interesses de pesquisa a sociologia da cultura e a sociologia das classes sociais.

Bibliografia

- ABEL, Andrew B.; BERNANKE, Ben; CROUSHORE, Dean. 2008. *Macroeconomics*. 6. ed. Boston: Pearson.
- AGUIAR, João Valente; BASTOS, Nádia. 2013. Arte como conceito e como imagem: a redefinição da “arte pela arte”. *Tempo Social*, v. 25, n. 2, pp. 181-203.
- AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS. 2010. *O sector cultural e criativo em Portugal: relatório final*. Lisboa: Ministério da Cultura.
- AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS. 2014. *A cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa: relatório final*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- AUSTRALIA. Department of Communications and the Arts. 1994. *Creative nation: commonwealth cultural policy*. Canberra: Department of Communications and the Arts.
- BADINGER, Harald. 2005. Growth effects of economic integration: evidence from the EU member states. *Weltwirtschaftliches Archiv*, v. 141, n. 1, pp. 50-78.
- BADINGER, Harald. 2008. Technology and investment led growth effects of economic integration. *Applied Economics Letters*, v.15, n. 7, pp. 557-561.
- BALDWIN, Richard. 1989. The growth effects of 1992. *Economic Policy*, v. 4, n. 9, pp. 247-282.
- BALDWIN, Richard; WYPLOSZ, Charles. 2012. *The economics of European integration*. 4. ed. London: McGraw-Hill.
- BARROWCLOUGH, Diana; KOZUL-WRIGHT, Zeljka. 2008. *Creative industries and developing countries*. London: Routledge.
- BECKER, Howard S. 2008. *Art worlds*. Berkeley: University of California Press.
- BLAIR, Tony. 2007. Blair’s speech on the arts in full. *The Guardian*, 6 mar. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3ch4qgf>. Acesso em: 28 fev. 2020.
- BORGES, Vera. 2007. *O mundo do teatro em Portugal: profissão de actor, organizações e mercado de trabalho*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- BORGES, Vera; COSTA, Pedro (org.). 2012. *Criatividade e instituições: novos desafios à vida dos artistas e dos profissionais da cultura*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- BOURDIEU, Pierre. 1996. *As regras da arte*. Lisboa: Presença.
- CASTELLS, Manuel. 2005. *La era de la información: la sociedad red*. Madrid: Alianza.
- CAVES, Richard E. 2000. *Creative industries: contracts between art and commerce*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- CONDE, Idalina. 2009. *Artists as vulnerable workers*. Lisboa: CIES-ICTE. (CIES Working Papers n° 71/2009).
- CROMPTON, Rosemary; SCOTT, John. 2005. Beyond the cultural turn. *In*: DEVINE, Fiona; SAVAGE, Mike; SCOTT, John; CROMPTON, Rosemary (org.). *Rethinking class: culture, identities and lifestyle*. New York: Palgrave MacMillan. pp.186-203.
- CUNNINGHAM, Stuart. 2012. From cultural to creative industries: theory, industry, and policy implications. *Media International Australia*, v. 102, n. 1, pp. 54-65.
- DAVIS, Jim; STACK, Michael. 1997. The digital advantage. *In*: DAVIS, Jim; HIRSCHL, Thomas; STACK, Michael (ed.). *Cutting edge: technology, information and capitalism*. London: Verso. pp. 121-144.
- DEARDOFF, Alan; STERN, Robert. 2002. *EU expansion and EU growth*. Ann Arbor: University of Michigan. (Working Paper n° 487).
- FEATHERSTONE, Mike. 1996. *Consumer culture and postmodernism*. London: SAGE.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 2012. *Mapeamento da indústria criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.
- FLEW, Terry. 2012. *The creative industries: culture and policy*. Thousand Oaks: SAGE.
- FLORIDA, Richard. 2002. *The rise of the creative class*. New York: Basic Books.
- FLORIDA, Richard; TINAGLI, Irene. 2004. *Europe in the creative age*. Pittsburgh: Carnegie Mellon Software Industry Center.
- FREEMAN, Alan. 2007. *Culture, creativity and innovation in the internet age*. Paper apresentado em The Creative Industries and Intellectual Property Conference, Londres, 22 a 23 de maio.
- FREEMAN, Chris; LOUÇÃ, Francisco. 2005. *Ciclos e crises no capitalismo global: das revoluções industriais à revolução da informação*. Porto: Afrontamento.
- GLOVER, Stuart. 2002. Review of “Creative industries: contracts between art and commerce” by Richard E. Caves. *International Journal of Arts Management*, v. 4, n. 2, pp. 81-82.
- GORZ, André. 2005. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume.

- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. 2000. *Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- HESMONDHALGH, David. 2007. *The cultural industries*. London: SAGE.
- HIGGS, Peter et al. 2008. *Beyond the creative industries: mapping the creative economy in the United Kingdom*. London: National Endowment for Science, Technology and the Arts.
- HOEKMAN, Bernard; KOSTECKI, Michel. 2012. *The political economy of the world trading system*. Oxford: Oxford University Press.
- HOWKINS, John. 2013. *The creative economy: how people make money from ideas*. 2. ed. London: Penguin.
- HUI, Gordon. 2014. How the Internet of Things changes business models. *Harvard Business Review*, 29 jul. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2PuahFe>. Acesso em: 28 fev. 2020.
- JAMESON, Fredric. 1993. *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*. London: Verso.
- KEA EUROPEAN AFFAIRS. 2006. *The economy of culture in Europe*. Brussels: KEA European Affairs.
- KEANE, Michael. 2013. *Creative industries in China*. London: Polity.
- KENNEY, Martin. 1997. Value creation in the late twentieth century: the rise of the knowledge worker. In: DAVIS, Jim; HIRSCHL, Thomas; STACK, Michael (ed.). *Cutting edge: technology, information capitalism and social revolution*. London: Verso. pp. 87-102.
- KNELL, John; OAKLEY, Kate. 2007. *London's creative economy: an accidental success?* London: Work Foundation. (Provocation Series, v. 3, n. 3).
- LASH, Scott; LURY, Celia. 2007. *Global culture industry*. Cambridge: Polity.
- LAZZARATO, Maurizio. 1993. Le cycle de la production immatérielle. *Futur Antérieur*, n. 16, pp. 111-120.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. 2001. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- LEVICKAITÈ, Rasa. 2011. Four approaches to the creative economy: a general overview. *Business, Management and Education*, v. 9, n. 1, pp. 81-92.
- LOPES, João Teixeira. 2000. Itinerário teórico em torno da produção dos fenômenos simbólicos. *Sociologia*, v. 10, pp. 27-78.
- LOPES, Silvina Rodrigues. 2011. Precedências desajustadas. In: MAIA, Tomás (org.). *Persistência da obra*. Lisboa: Assírio & Alvim. pp. 41-66.
- LORENZ, Edward; LUNDEVALL, Bengt-Aake. 2009. Creativity at work in the European Union. In: EUROPEAN COMMISSION. *Measuring creativity*. Brussels: European Commission. pp. 157-181.
- LUHMANN, Niklas. 1995. *Social systems*. Stanford: Stanford University Press.

- MAIA, Tomás. 2011. Introdução. In: MAIA, Tomás (org.). *Persistência da obra*. Lisboa: Assírio & Alvim. pp. 9-27.
- MARAZZI, Christian. 1995. Produzione di merci a mezzo di linguaggio. In: BASCETTA, Marco. *Stato e diritti nel postfordismo*. Rome: Manifestolibri. pp. 9-30.
- MENGER, Pierre-Michel. 1999. Artistic labour markets and careers. *Annual Review of Sociology*, v. 25, n. 1, pp. 541-574.
- MENGER, Pierre-Michel. 2002. *Portrait de l'artiste en travailleur*. Paris: Seuil.
- MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. 2013. *Border as method, or the multiplication of labor*. Durham: Duke University Press.
- MKW WIRTSCHAFTSFORSCHUNG GMBH. 2001. *Exploitation and development of the job potential in the cultural sector in the age of digitalisation*. Munich: European Commission.
- NEFF, Gina; WISSINGER, Elizabeth; ZUKIN, Sharon. 2005. Entrepreneurial labor among cultural producers: "cool" jobs in "hot" industries. *Social Semiotics*, v. 15, n. 3, pp. 307-334.
- PARLAMENTO EUROPEU. 2005. *Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia relativa ao Ano Europeu da Criatividade e Inovação*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- PEREZ, Carlota. 1983. Structural change and the assimilation of new technologies in the economic and social systems. *Futures*, v. 15, n. 5, pp. 357-375.
- PINTO, Jorge Cerveira. 2009. Artes, cultura e indústrias criativas: um sector económico em ascensão. *Fábrica de Talentos*, n. 2, pp. 22-24.
- PORTER, Michael. 1998. Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*, v. 76, n. 6, pp. 77-90.
- PORTER, Michael. 2000. Locations, clusters and company strategy. In: CLARK, Gordon L.; FELDMAN, Maryann P.; GERTLER, Meric S. (org.). *The Oxford handbook of economic geography*. Oxford: Oxford University Press. pp. 253-274.
- POSTONE, Moishe. 1993. *Time, labor and social domination*. New York: Cambridge University Press.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS. 2007. *Global entertainment and media outlook: 2007-2011*. London: PricewaterhouseCoopers.
- READ, Jason. 2003. *The micro-politics of capital*. Albany: SUNY.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. 1994. Deambulação pelos novos mundos da arte e da cultura. *Análise Social*, v. 29, n. 125-126, pp. 417-439.
- SCHUMPETER, Joseph. 1942. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper and Row.

- SINGAPORE. Ministry of Trade and Industry. 2003. *Economic contribution of Singapore's creative industries*. Singapore: Ministry of Trade and Industry.
- SIWEK, Stephen. 2006. *Copyright industries in the US economy*. Washington: International Intellectual Property Alliance.
- THE SOCIAL Network. 2010. Direção: David Fincher. Los Angeles: Columbia Pictures. 1 DVD (120 min.).
- SOLOW, Robert. 1956. A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, v. 70, n. 1, pp. 65-94.
- SOLOW, Robert. 1957. Technical change and the aggregate production function. *Review of Economics and Statistics*, v. 39, n. 3, pp. 312-320.
- UNITED KINGDOM. Department for Digital, Culture, Media & Sport. 1994. *Creative industries mapping document*. London: Department for Digital, Culture, Media & Sport.
- UNITED KINGDOM. Department for Digital, Culture, Media & Sport. 2006. *Department for Culture, Media and Sport: annual report 2006*. London: Department for Digital, Culture, Media & Sport.
- UNITED KINGDOM. Department for Digital, Culture, Media & Sport. 2007. *Creative industries economic estimates 2007: statistical bulletin*. London: Department for Digital, Culture, Media & Sport.
- UNITED KINGDOM. Department for Digital, Culture, Media & Sport. 2014. *Creative industries economic estimates 2014*. London: Department for Digital, Culture, Media & Sport.
- UNITED NATIONS. 2008. *Creative economy: report 2008*. Geneva: United Nations.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. 2012. *Measuring the economic contribution of cultural industries: a review and assessment of current methodological approaches*. Montreal: Unesco.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. 2013. *Creative economy report 2013: special edition*. New York: United Nations.
- UNIVERSITY OF HONG KONG. 2003. *Baseline study of Hong Kong's creative industries*. Hong Kong: University of Hong Kong.
- VAN DER POL, Hendrik. 2008. Key role of cultural and creative industries in the economy. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development. Disponível em: <https://bit.ly/2VwhxnK>. Acesso em: 28 fev. 2020.
- VILLALBA, Ernesto. 2009. Is it really possible to measure creativity? A first proposal for debate. In: EUROPEAN COMMISSION. *Measuring creativity*. Brussels: European Commission. pp. 3-14.
- WUWEI, Li. 2011. *How creativity is changing China*. London: Bloomsbury.



PANTURQUISMO EM XINJIANG E NA ÁSIA CENTRAL: ENTRE O SEPARATISMO E A INTEGRAÇÃO

Victor Carneiro Corrêa Vieira

*é Doutorando na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército com bolsa sanduíche no
War Studies Department do King's College of London. King's College of London,
London, United Kingdom. E-mail: victorccvieira@gmail.com*

Orcid: 0000-0002-3982-2322

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-269301/109>

O anúncio da iniciativa do Cinturão Econômico da Rota da Seda em viagem do presidente Xi Jinping ao Cazaquistão, em setembro de 2013, apresentaria um plano de investimentos em infraestrutura capaz de ligar a China à Europa, passando pela Ásia Central e o Oriente Médio. O projeto, parte da iniciativa Um Cinturão, Uma Rota, ou Cinturão e Rota, 一带一路 *yidai yilu* (ICR), a qual também compreende a Rota da Seda Marítima, evidencia o senso de oportunidade do Partido Comunista Chinês (PCCh) ao se aproveitar da redução da influência russa e americana na Ásia para consolidar sua liderança política e econômica na região.

A vocação integradora da iniciativa perpassa assuntos econômicos, energéticos, científicos, culturais, educacionais, de saúde e de trânsito de pessoas. Para isso, impõe maior atenção ao controle de instabilidades e ao terrorismo¹ na

¹ O termo terrorismo contém amplo número de definições, o que dificulta uma interpretação universal do seu significado. Para evitar uma ampla interpretação do sentido que a palavra cumpre neste artigo, optamos pela acepção de terrorismo como, “por um lado, uma *doutrina* sobre a presumível efetividade de uma forma ou tática especial de violência política coercitiva geradora de medo e, por outro lado, uma *prática* conspiratória de ação violenta direta calculada, demonstrativa, sem restrições legais ou morais, visando principalmente civis e não combatentes, realizadas por seus efeitos propagandísticos e psicológicos em várias audiências e partes em conflito” (Schmid, 2011, p. 86, tradução nossa, grifos nossos).

região. Essa preocupação foi diretamente tratada por Xi Jinping em discurso realizado em 14 de maio de 2017, no Fórum Cinturão e Rota, no qual ressaltou que, no período recente, “conflito, turbulência, crise e desafio” passaram a ser associados a algumas regiões da antiga Rota da Seda. Para superar esse obstáculo, Xi clama por ações coordenadas com o objetivo de “intensificar esforços de combate ao terrorismo, abordar seus sintomas e suas causas profundas e [que] se esforce para erradicar a pobreza, o atraso e a injustiça social” (Xi Jinping, 2017, tradução nossa).

Dessa forma, Xi evidencia que uma análise da ICR restrita à perspectiva da política externa e da interação entre estados está fadada a limitar-se a apenas uma parcela da sua importância, ao ignorar que os impasses relevantes para a compreensão da elaboração dessa estratégia não são apenas regionais, mas também domésticos. A iniciativa pretende converter as regiões de fronteira nos principais eixos de comunicação da República Popular da China (RPC) com o exterior, valendo-se da proximidade cultural e étnica de suas províncias fronteiriças, tais como Xinjiang, Tibete e Mongólia Interior, com vizinhos.

Esse entendimento foi realçado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma no documento *Vision and actions on jointly building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*, que especifica as vantagens comparativas de cada uma das regiões da China, a começar pela Região Autônoma Uigur de Xinjiang:

Devemos aproveitar as vantagens geográficas de Xinjiang e seu papel como uma janela de abertura para o oeste para aprofundar a comunicação e cooperação com os países da Ásia Central, do Sul e do Oeste, tornando-o um centro-chave de transporte, comércio, logística, cultura e ciência, e uma área central no Cinturão Econômico da Rota da Seda.

(China, 2015, tradução nossa)

Diretamente relacionada à doutrina do “Sonho chinês”,² a estratégia fomenta sentimentos nacionalistas, ao mesmo tempo que sinaliza um esforço para integrar os 56 grupos étnicos que compõem a população chinesa (China, 2016). Esse desejo por uma integração nacional está diretamente relacionado aos interesses estratégicos e econômicos traçados pelo governo chinês, para os quais Xinjiang impõe desafios específicos derivados da atuação dos movimentos separatistas uígures.

Para compreender o impacto que as instabilidades podem exercer sobre a concretização da ICR, é necessário pensar a atuação do Movimento Islâmico do Turquestão Oriental (Mito) e do Partido Islâmico do Turquestão (PIT) para além das suas ações em Xinjiang, ou até mesmo na China. Isso deriva do fato de tratar-se de um ator não estatal e, como tal, não ter no território um limite para seus atos. Somado a isso, devem ser consideradas as interações entre o PIT e outros atores regionais e globais, tais como o Movimento Islâmico do Uzbequistão (MIU), o Talibã, a Al Qaeda e, mais recentemente, o grupo Estado Islâmico (EI),³ devido ao caráter transnacional desses atores, que não podem ser compreendidos sem uma análise que englobe a região em que se inserem.

271

² Definida por Xi Jinping como o “Sonho Chinês do rejuvenescimento da nação chinesa significa que vamos fazer a China próspera e forte, rejuvenescer a nação, e trazer felicidade para o povo chinês”, fundando bases para um patriotismo “guiado pelo pensamento estratégico de que apenas o desenvolvimento fará a diferença, e tomará firmemente o crescimento econômico como a tarefa central” (Xi Jinping, 2014a, tradução nossa).

³ Muitos debates foram levantados sobre a nomenclatura usada para se referir ao EI. O grupo, que já mudou seu nome inúmeras vezes, é referido em trabalhos acadêmicos e jornalísticos como ISIS, ISIL, Da'ish ou Daesh. A partir do desenvolvimento do grupo, que levou à adoção de diversos nomes, e tendo consciência dos debates linguísticos acerca disso, este artigo opta pelo uso da sigla EI em razão desta referir-se a Estado Islâmico e ser a forma como o grupo se denomina no presente. O uso da sigla serve também para diferenciar o grupo das aspirações de movimentos políticos islâmicos de consolidação de um estado fundado na Sharia, evitando, ainda, uma ofensa a governos e populações islâmicas não jihadistas (Jones et al., 2017; Napoleoni, 2014).

Este artigo está dividido de forma a tratar na primeira parte sobre o processo de formação e crescimento do movimento radical islâmico na Ásia Central após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), focando especificamente no MIU, em sua relação com a Al Qaeda, Talibã e EI, mas sem deixar de abordar o surgimento de outros grupos uzbeques. Inclui, ainda, o combate promovido pelo governo do Uzbequistão, a aliança dos governos centro-asiáticos com os Estados Unidos durante a guerra do Afeganistão e a formação da Organização de Cooperação de Shanghai (OCS).

272 Já a segunda seção é responsável por uma breve descrição histórica de Xinjiang, seguida pela análise dos uigures; o surgimento do Mito e a mudança para o PIT; e a percepção do PCCh da janela de oportunidade aberta a partir da “guerra ao terror” promovida pelo governo Bush para obter legitimidade internacional para combater os separatistas. Foi a partir do reconhecimento estadunidense de grupos separatistas uigures como terroristas que se desencadeou uma série de políticas que combinava desenvolvimento com repressão na manutenção do controle social em Xinjiang.

A terceira parte começa com a política de Desenvolvimento do Grande Oeste, de 2000, a qual definiu o desenvolvimento como instrumento essencial para combater as instabilidades na região, e acompanha a evolução dessas políticas até o segundo Fórum Central de Trabalho de Xinjiang, de 2014. Como resposta aos embates entre hans e uigures de 2009, a estratégia do governo chinês foi estabelecer zonas econômicas especiais em Kashgar Khorgas para desenvolver economicamente a região, partindo da crença de que ganhos econômicos se traduziriam em conformação social.

A última divisão do artigo aborda o recente reforço repressivo do Estado no combate ao separatismo. Ao identificar o ano de 2014 como ponto de inflexão no qual as políticas coercitivas assumiram protagonismo na dissuasão

do ímpeto separatista, o artigo foca nas estratégias de homogeneização cultural a partir da ampliação do contato entre quadros do partido e famílias uigures, e da condução de indivíduos considerados extremistas para os centros de educação e treinamento vocacional.

O artigo conclui que as instabilidades provocadas por conflitos étnicos internos e pelo radicalismo islâmico da Ásia Central apresentam grave ameaça ao projeto integrador chinês. As denúncias internacionais de instalação de centros de reeducação como campos de internação em massa para muçulmanos uigures alimentam as críticas por parte do Ocidente ao Estado chinês, o qual argumenta que se trata de centros voltados para a educação vocacional e treinamento.⁴ Entretanto, a banalização do conceito de terrorismo por parte do governo chinês e a insegurança provocada na parcela uigur da população quanto à perseguição à sua cultura e religião podem desencadear um resultado diverso do esperado pelo PCCh, impulsionando a aproximação entre os uigures e grupos radicais islâmicos.

273

Ásia Central, a ameaça terrorista e os interesses geopolíticos

O desmantelamento da URSS e o surgimento dos novos estados da Ásia Central, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, em dezembro de 1991, foram acompanhados de um período de crise econômica e de uma profunda mudança política na região, cujo paralelo só pode ser traçado com o período da Revolução de 1917, quando surgiu a URSS. Contudo, se em 1917 a imposição do regime soviético esmagou a aspiração de independência das elites regionais, divididas

⁴ Este artigo não irá se aprofundar no debate sobre a terminologia adequada para tratar dos centros construídos na China por não fazer parte do escopo, ainda que apresente algumas críticas oriundas do Ocidente e respostas por parte da China. Esse debate poderá ser retomado em artigo futuro.

em profundas lutas ideológicas entre islamismo, tribalismo, nacionalismo e socialismo, e incapazes de estabelecer uma liderança coerente capaz de cooptar as massas; em 1991, parte dessa elite havia sido cooptada pelo socialismo soviético⁵ e rejeitava a emancipação, temerosa do avanço islâmico (Rashid, 1995).

A Ásia Central foi um importante centro do pensamento islâmico ainda nos primeiros séculos do islamismo, que se consolidou como elemento central na formação identitária das populações locais. Entretanto, seja sob a dominação czarista russa seja sob a soviética, a repressão à prática islâmica sempre esteve listada entre as prioridades do governo, que considerava a religião como reacionária e atrasada, e a identidade muçulmana como um empecilho para a consolidação do *Homo sovieticus* (Hunter, 2013). Apesar do profundo impacto negativo que as diversas políticas anti-islâmicas soviéticas tiveram nas regiões muçulmanas, a Revolução Iraniana e a derrota da URSS na guerra contra o Afeganistão alimentaram a percepção do islã como instrumento político emancipatório.

A expansão do islamismo político⁶ na Ásia Central já podia ser observada antes mesmo do declínio da URSS no período reformista de Gorbachev, quando emergiu um

274

⁵ Cabe ressaltar que a elite centro-asiática não foi cooptada em sua totalidade pelo regime soviético, tendo uma parcela sofrido com a repressão stalinista.

⁶ Compreende-se por islamismo político “as tentativas de indivíduos, grupos e movimentos muçulmanos de reconstruir a base política, econômica, social e cultural da sua sociedade de acordo com as linhas islâmicas. Esse processo envolve diferentes visões do lugar de Sharia na sociedade e a abordagem sobre a realização da mudança” (Esposito e Shahin, 2013, p. 1, tradução nossa). Cabe diferenciar, portanto, a existência de diferentes formas de atuação do islã político, separando suas expressões que já alcançaram o poder dos movimentos que participam do processo democrático e dos movimentos jihadistas, que utilizam táticas violentas como expressão de sua radicalização ideológica.

“islamismo paralelo”⁷ fundado na *tariqa* Sufi, caracterizado por uma filosofia híbrida de religião e nacionalismo, com influência de antigos cultos locais e de outros sistemas filosóficos (Lipovsky, 1996), e marcado pela particularidade da adoção de um conceito étnico amplo, que em última análise conduzia a uma solidariedade pan-islâmica entre muçulmanos soviéticos. A herança autoritária soviética manteria, após 1991, a profunda repressão ao islã político, fortalecido pela emergência dos movimentos radicais islâmicos no Oriente Médio, em especial no Afeganistão e no Paquistão.

Afastados da política pela via democrática, os movimentos islâmicos passaram a adotar práticas violentas e terroristas, dentre os quais destaca-se o Movimento Islâmico do Uzbequistão (MIU). O MIU é legatário do Partido Adolat (Justiça), liderado por Tahir Yuldashev, que, após apoiar a candidatura do líder soviético Islam Karimov para a presidência do Uzbequistão em dezembro de 1991, o qual prometia o estabelecimento de um Estado Islâmico no caso de sua vitória, foi traído com a perseguição e o aprisionamento de seus apoiadores (Hunter, 2013).

A fuga de Yuldashev para o Tajiquistão e o seu envolvimento na guerra civil que assolou o país entre 1992 e 1997, acabaria aproximando-o de Osama Bin Laden, com quem partiu para o Afeganistão após a assinatura do acordo de paz no Tajiquistão, em 27 de junho de 1997. O MIU foi fundado em 1998, sob a liderança ideológica de Yuldashev e militar de Juma Namangani, e determinou como objetivo final o estabelecimento do Estado Islâmico em toda a Ásia Central, incluindo Xinjiang. A aproximação do MIU à Al Qaeda e

⁷ A religião muçulmana oficial soviética era extremamente restrita em seu número de fiéis, estimado em 50 milhões. Composta de quatro conselhos religiosos (um para o centro-asiático e Cazaquistão; um para a Rússia europeia e a Sibéria; um para o norte do Cáucaso e o Daguestão; e uma para a Transcaucásia, todas sunitas, sendo a última mista de sunitas e xiitas), com cerca de 2 mil funcionários, entre 350 e 400 mesquitas, dois madraçais e uma publicação periódica focada no público muçulmano externo (Broxup, 1987).

ao Talibã, liderado por Muhammad Omar, aos quais jurou lealdade até 2015, levou o grupo a se firmar no norte do Afeganistão e no Paquistão, após o envio de tropas americanas para o primeiro.⁸

Se, por um lado, a afinidade do MIU com o Talibã provocaria um desvio na sua orientação, incorporando princípios e objetivos do aliado paquistanês e se afastando do seu propósito de estabelecimento de um governo fundado na Sharia na Ásia Central, por outro, a notícia da associação dos dois grupos causaria o aumento da repressão por parte do governo Karimov, contra muçulmanos e opositores. O início da Operação Enduring Freedom, após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, aumentou o fluxo de capitais americanos na Ásia Central, principalmente após acordos de apoio às tropas americanas na região que quase dobrariam os investimentos no Uzbequistão e seus vizinhos já no início de 2002 (Weitz, 2004).

276

A perspectiva de aumento da taxa de crescimento econômico beneficiaria as elites políticas locais, o que se traduziu no apoio às tropas americanas e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na região, as quais legitimavam a perseguição religiosa. Esse cenário serviu como facilitador para a associação da atuação das tropas estrangeiras com os regimes autoritários e repressivos da região, estabelecendo um novo inimigo para o MIU, cooptado pelo Talibã. Somado a isso, o impacto positivo na economia centro-asiática proporcionado a partir da presença estrangeira não seria traduzido em reformas políticas e sociais profundas; ao contrário, a manutenção das estruturas de poder e da repressão serviu como estímulo para o ingresso de jovens entre os militantes do MIU (Hunter, 2013; Rashid, 2010; Weitz, 2004).

⁸ Para maior aprofundamento na história da criação e evolução do MIU, e de sua aproximação com o Talibã, ver Hunter (2013), Rashid (2010), Walker (2003) e Weitz (2004).

Outro grupo que ampliou seu número de seguidores a partir das ações do governo Karimov foi o Hizb ut-Tahrir (HT), um grupo não violento fundado em 1953, com base em Londres, no Reino Unido, e que conta com ampla adesão entre universitários europeus e de todo o mundo muçulmano. Apesar de seu amplo número de adeptos, especialmente na Ásia Central, sua natureza internacional faz com que seus objetivos sejam muito amplos, como a criação de um Estado Islâmico mundial com um único Califa, não representando grande ameaça à estabilidade dos governos da região (Rashid, 2010; Walker, 2003).

Sob a perspectiva chinesa, a presença militar americana no seu entorno representava uma oportunidade de eliminação da ameaça jihadista não só na Ásia Central, mas em casa. Conforme abordado a seguir, separatistas uigures vinham sendo treinados pelo Talibã e pelo MIU em campos da Al Qaeda, e seu fortalecimento e radicalização poderiam vir a ameaçar a unidade territorial chinesa. Contudo, a influência estadunidense na sua vizinhança também podia ser analisada como um obstáculo à pretensão da China à liderança, considerando os esforços para o combate às “três ameaças”: terrorismo, separatismo e extremismo regionais (Joint..., 2002), evidenciadas a partir da criação da Organização de Cooperação de Shanghai (OCS), em 15 de junho de 2001, pouco menos de três meses antes dos ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos.

O grupo formado a partir do ingresso do Uzbequistão no “Cinco de Shanghai”, mecanismo formado em 1996 com China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão, já exibia na sua essência o embrião do pensamento chinês que daria origem à ICR, ao estabelecer como guia o “Espírito de Shanghai”, o qual se confunde com o espírito da Rota da Seda (Fredholm, 2013). Dessa forma, os princípios básicos da formulação da OCS coincidem com os estabelecidos pelas diferentes doutrinas de política externa chinesas desde

Jiang Zemin, quais sejam: “confiança e o benefício mútuos, a igualdade, consulta, respeito de diferentes civilizações e prosperidade comum” (Jiang..., 2002, tradução nossa).

A declaração conjunta de líderes de estado da OCS de 2002, ainda que se afirme aberta à cooperação com atores extrarregionais para o estabelecimento da segurança e da estabilidade na região, deixa evidente o interesse de que tais assuntos sejam tratados internamente, ao externar a crença de que “o sistema global de luta contra o terrorismo deve basear-se em estruturas regionais, sub-regionais e nacionais” (Joint..., 2002, tradução nossa). A abertura da Estrutura Regional Antiterrorismo (ERAT) da OCS, com sede em Tashkent, seria a mais alta expressão desse posicionamento e acabaria por especializar a vertente de defesa da organização no combate ao terrorismo, tema cujo consenso é mais fácil de ser atingido, quando comparado a outros temas sensíveis de segurança.

278

Entretanto, esse desejo de resolução de problemas regionais sem a interferência de outros atores não significa que não houveram interações entre China e Estados Unidos no combate aos grupos radicais locais, ainda que suas interpretações sobre o problema sejam divergentes. Para o governo americano, a instabilidade da Ásia Central estaria relacionada com a distância entre a região e a ordem liberal global, para a qual a solução seria a sua própria proposta de “Iniciativa da Nova Rota da Seda”, apresentada em 2011, e que pretendia promover a liberalização do comércio e cooperação econômica para uma versão ampliada da Ásia Central, incluindo, entre outros, Afeganistão e Xinjiang (Clarke, 2016).

Essa iniciativa possibilitaria a retirada de tropas americanas do Afeganistão, consolidando o país como eixo integrador entre o centro e o sul asiáticos, por onde seriam transportadas *commodities* e energia da Ásia Central para Índia e Paquistão, e, ao mesmo tempo, afastando a influência chinesa e russa (Kim e Indeo, 2013). A iniciativa, assim como o plano

de retirada das tropas, acabaria sendo preterida diante de outras iniciativas dos Estados Unidos para o continente asiático, especialmente na Ásia Pacífico, deixando em parte das elites políticas centro-asiáticas uma sensação de desamparo que as aproximaria ainda mais da Rússia e da China.

A morte de Namangani e de diversos seguidores do MIU em um bombardeio aéreo norte-americano no norte do Afeganistão, em novembro de 2001, levaria Yuldashev e os seguidores remanescentes do MIU a migrar para as áreas tribais do Paquistão, onde seu efetivo encolheu consideravelmente. O número de combatentes do MIU continuaria a reduzir ainda mais, principalmente após a confirmação do óbito de Yuldashev em 2009, o qual já havia sido especulado diversas vezes desde 2004 (Siddique, 2009), e a ascensão do EI na Síria, região com significado histórico e religioso maior do que o Afeganistão.

A escalada de Abu Bakr al Baghdadi à liderança da Al Qaeda no Iraque, em 2010, iniciou o afastamento do grupo da Al Qaeda, retomando o nome original do grupo de Estado Islâmico no Iraque e assumindo, posteriormente, os nomes de Estado Islâmico do Iraque e do Levante e, mais recentemente, de grupo Estado Islâmico (Napoleoni, 2014). Antes mesmo da sua proclamação do Califado, em 2014, a Síria já se apresentava atrativa para grupos radicais uzbeques. Alguns integrariam o EI, outros declararam lealdade à Al Qaeda e ao Talibã, como o Katibat Tawhid wal Jihod (KTJ) e o Imam Buhari Brigade (IBB), que planejaram ataques conjuntos com a afiliada da Al Qaeda na Síria, Jabhat al-Nusra,⁹ mas também com o PIT e grupos chechenos que migraram para a Síria (Zenn, 2016).

O crescimento do EI frente à Al Qaeda contrastava com o percentual de fidelidade de grupos uzbeques entre

⁹ O grupo teria seu nome alterado pelo seu líder, Abu Muhammad al-Julani, para Jabhat Fateh al-Sham, em 28 de julho de 2016.

os dois. Jacob Zenn (2016) calcula que cerca de 80% dos centro-asiáticos lutando na Síria estejam vinculados ao KTJ, ao IBB ou a outros grupos aliados da Al Qaeda. Contudo, à revelia desses dados e dos laços históricos do MIU com a Al Qaeda e com o Talibã, Usman Ghazi, novo líder do MIU, jurou lealdade ao EI em agosto de 2015, após desentendimento com o Talibã decorrente da omissão da morte de seu líder, Muhammad Omar, por dois anos (Sharipzhan, 2015).

O grupo sofreu nova fragmentação, e os seguidores de Ghazi, juntamente com membros do EI, entraram em confronto com o Talibã na província de Zabul, no Afeganistão. Como resultado, o grupo do MIU foi dizimado, levando seus segregados a reclamar seu nome, ao declarar que “continuará suas atividades islâmicas com a graça de Allah contra os inimigos da religião e estará de braços dados com [os crentes] e os irmãos muçulmanos do Afeganistão” (Roggio e Weiss, 2016, tradução nossa), reafirmando sua aliança com a Al Qaeda e o Talibã. A retomada e a reaproximação do MIU com a Al Qaeda e o Talibã, juntamente com o surgimento de novos grupos formados em sua maioria por grupos étnicos centro-asiáticos, como o KTJ e o IBB, confirmam que as ameaças à estabilidade da região permanecem latentes.

Todavia, independentemente da instabilidade causada por ameaças e conflitos decorrentes da radicalização de movimentos islâmicos na Ásia Central, o interesse chinês na região está diretamente relacionado ao seu próprio desenvolvimento econômico, especialmente para Xinjiang. Transformar a região em um polo integrador da China com o centro, o sul e o oeste asiáticos é a principal estratégia do governo para garantir sua integridade nacional. Nesse contexto, a ICR promete ser a estratégia central para promover prosperidade e reduzir as tensões regional e domesticamente.

Uigur, uma minoria étnica sob influência do radicalismo islâmico?

A Região Autônoma Uigur de Xinjiang possui população de 23,6 milhões de pessoas, das quais quase 60% são minorias étnicas, incluindo uigures, mongóis, huis, cazaques, quirguizes, xibes, tadjiques, uzbeques, russos e tatares (China, 2016). É uma região rica em recursos naturais, com grandes reservas de petróleo e gás natural, responsável pela produção de um terço do petróleo, dois terços do carvão, um terço do algodão e de 8% das reservas de ouro, jade e outros metais preciosos da China, além de possuir diversos campos de teste nuclear, de ser a região de contato da China com a Ásia Central (Cunningham, 2012) e de sua população ser de quase 70 milhões de pessoas.

A derrota soviética na guerra contra o Afeganistão, em 1989, e o fim da URSS, em 1991, não representaram desafios apenas para as elites políticas da Ásia Central. O ressurgimento de movimentos radicais islâmicos na região aumentou a identificação por parte das minorias étnicas na China, em especial os uigures, da Região Autônoma Uigur de Xinjiang, com os povos vizinhos. A liberalização de práticas culturais e religiosas para minorias étnicas chinesas já havia sido promovida desde o início da década de 1980, reflexo das reformas de 1978, que romperam com os princípios previamente estabelecidos pela Revolução Cultural e que, somadas à substituição do discurso marxista-leninista pelo do crescimento econômico como estrutura legitimadora do PCCh, provocaria a redução no controle do partido sobre as minorias étnicas (Clarke, 2011).

Diferentemente dos huis, a maior dentre as minorias muçulmanas chinesas que está dispersa pelo território chinês e integrada culturalmente com a maioria han, os uigures são de origem túrquica e se concentram na região de Xinjiang antes mesmo do surgimento do islamismo, no século VII d.C. (Armijo, 2008). O povo uigur tem raízes turcomanas, com

reflexos na língua uigur, que é diferente da língua oficial chinesa, na identidade e cultura, com referências diretas à Turquia e à base religiosa islâmica de origem sufista.

A abertura política de Deng Xiaoping resultou no aumento na interação entre uigures e outras minorias étnicas de Xinjiang com o exterior, promovendo trocas culturais e religiosas. O pan-islamismo característico da Ásia Central e do Cáucaso começava a penetrar entre os uigures, influenciando o surgimento de um “panturquismo” que culminou em uma série de protestos ao longo da década de 1980 em Kashgar e Ürümqi (Hao e Liu, 2012). A maior revolta de uma minoria étnica contra os hans desde a Revolução Cultural ocorreu entre 5 e 6 de abril de 1990, após a repressão do governo a atividades políticas e religiosas “ilegais” – nominalmente contra a construção de mesquitas ilegais e escolas islâmicas – em março de 1990.

282

Em decorrência dos atos do governo, uigures e quirguizes iniciaram um protesto pela independência de Xinjiang e pela formação da República do Turquestão Oriental. Surgia o Movimento Islâmico do Turquestão Oriental (Mito), também identificado como Partido Islâmico do Turquestão (PIT), após o líder da rebelião de Baren, uma cidade da Prefeitura Autônoma Kizilsu Quirguiz,¹⁰ Zahideen Yusuf, declarar uma *jihad* contra o Estado chinês (Clarke, 2011). O pleito pela criação de um estado evidenciava a influência dos movimentos políticos islâmicos da Ásia Central e do Afeganistão, e anunciava os desafios a serem enfrentados pelo PCCh para manter sua integridade territorial após o fim da URSS, em um momento em que sofria pressões internacionais pela repressão aos protestos da Praça Tiananmen no ano anterior e, por isso, em um contexto que o uso de meios repressivos não seria tolerado internacionalmente.

¹⁰ Prefeitura Autônoma Kizilsu Quirguiz é uma região de Xinjiang no limite com o Quirguistão e próxima de Kashgar, tendo sede em Artux.

A década de 1990 seria marcada por revoltas uigures em diversas cidades, provocando uma mudança na atitude do governo chinês em relação à condução de incidentes envolvendo separatistas uigures em Xinjiang. Em 1996 e em 2001 o governo respondeu com campanhas nacionais de “combate pesado” contra o crime, acelerando prisões, julgamentos e condenações direcionadas a revoltosos. Também em 2001, formou, com estados da Ásia Central e com a Federação Russa, a OCS, com foco no combate ao terrorismo, ao separatismo e ao extremismo, conforme tratado previamente. E, em janeiro de 2002, publicou uma declaração oficial listando os “terroristas do Turquestão Oriental”, incluindo o Mito, a Organização para a Libertação do Turquestão Oriental (OLTO), o Partido Reformista Islâmico “Brigada de Choque”, o Partido Islâmico do Turquestão Oriental, entre outros (Davis, 2008).

Os atentados de 11 de setembro de 2001 proporcionaram ao PCCh a oportunidade de reprimir violentamente os separatistas em Xinjiang e de conter a integridade de sua fronteira porosa contra o ingresso de movimentos islâmicos radicais do Afeganistão, Paquistão e Ásia Central (Davis, 2008). A China passaria a associar os grupos radicais uigures a outros grupos com atuação na Ásia Central, como o MIU, a Al Qaeda e o Talibã, como forma de pressionar o governo Bush, no contexto da “guerra ao terror”, a incluir o Mito na lista oficial de “organizações terroristas internacionais” (Clarke, 2008). Essa pressão atingiu o resultado esperado em dezembro de 2002, transformando, por meio do discurso, um ator que tinha antes abrangência local, ou no máximo regional, em ameaça global.

Um funcionário do corpo diplomático americano foi além, ao afirmar que o Mito estava planejando ataques conjuntos com a Al Qaeda à embaixada dos Estados Unidos no Quirguistão. A declaração levou o líder do Mito, Hasan Mahsum, a se pronunciar, afirmando “não possu[ir]

quaisquer contatos ou relações organizacionais com a Al Qaeda ou com o Talibã” (Davis, 2008, p. 22, tradução nossa). Cunningham (2012) acrescenta que muitos acadêmicos de Xinjiang ficaram surpresos com a inclusão do Mito – um grupo até então muito pouco conhecido até mesmo para ativistas pela independência – na lista americana de terroristas, servindo como meio de confirmação da sua própria existência em um período marcado por ausência de incidentes violentos em Xinjiang.

A ação precipitada do governo americano de incluir grupos uigures na lista de terroristas internacionais resultou na ampliação do escopo dos movimentos separatistas, que ampliaram sua atuação para outras áreas da Ásia Central e do Oriente Médio. Seria o início de uma série de políticas voltadas para o combate a um movimento precocemente classificado como terrorista e que levaria, no longo prazo, a políticas de repressão étnica. Se, por um lado, as ações do PCCh no combate ao separatismo mudariam a partir do reconhecimento estadunidense, o mesmo aconteceria com o Mito. Mahsum, que estava exilado no Afeganistão desde a década de 1990, seria morto em um ataque paquistanês a um complexo da Al Qaeda, em 2003, sendo sucedido por Abdul Haq al Turkistani e desencadeando uma atuação mais internacionalista.

A escassez de fontes sobre o Mito faz com que seja difícil traçar uma história do seu desenvolvimento e objetivos, pois muitas vezes essa tentativa é limitada às informações passadas pelo governo chinês (Clarke, 2008). Jacob Zenn (2014) chega a questionar a existência do grupo, ou se os uigures haviam sido absorvidos pelo MIU, conforme orientados por Muhammad Omar, ou se nem mesmo havia um nome formal e eles eram abrigados em campos da Al Qaeda comandados por Bin Laden. Sob a liderança de Abdul Haq foi

fundado o Partido Islâmico do Turquestão (PIT),¹¹ dotado de um sofisticado braço de mídia, o *Islom Awazi*, ou Voz do Islã, responsável pela produção de vídeos, sendo o primeiro deles nomeado *Jihad no Turquestão*, de 2006, e pela publicação da revista trimestral *Turquestão Islâmico*, escrita em árabe e lançada em 2008.

O desenvolvimento como instrumento de coesão social

A diferença econômica herdada da política que priorizou investimentos na costa oeste, economicamente mais desenvolvida do que o leste desde Deng Xiaoping, levaria o governo a acreditar ser a pobreza a principal causa de instabilidades na região, partindo da perspectiva de que “a maioria das pessoas, inclusive uigures, desejam principalmente uma vida econômica melhor para elas e para seus filhos” (Davis, 2008, p. 19, tradução nossa). A solução apresentada passava pelos investimentos econômicos da campanha de Desenvolvimento do Grande Oeste, lançada por Jiang Zeming, em 2000, que pretendia consolidar Xinjiang como um corredor energético e de comércio por meio da maior interação e cooperação entre a China e os vizinhos da Ásia Central (Clarke, 2016).

O investimento até 2006 de um total de US\$15 bilhões para a construção de projetos de infraestrutura completou doze rodovias ligando Xinjiang a Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Tajiquistão e Paquistão, e uma maior ligando Xinjiang ao Uzbequistão, Irã, Turquia, até chegar à Europa, um gasoduto oeste-leste, linhas de transmissão de energia oeste-leste, obras de desvio de água do sul para o norte e uma ferrovia trilateral ligando Xinjiang ao Uzbequistão e ao Quirguistão (Clarke, 2011; Davis, 2008). A percepção era de que Xinjiang deveria se tornar

¹¹ Apesar do uso de ambas as nomenclaturas PIT e Mito na literatura, o artigo passará a tratá-lo apenas pela mais recente, adotada por Abdul Haq após sua chegada à liderança, pois acredita serem os dois grupos parte do mesmo aglomerado.

intimamente conectada não só aos vizinhos, mas principalmente à China, como forma de prevenção dos instintos separatistas, considerando as íntimas relações culturais entre uigures e outros povos da Ásia Central, cuja aproximação foi possibilitada pela liberalização da década de 1980.

Contudo, uma série de políticas promovidas pelo governo ampliaram o descontentamento de uigures. Michael Clarke (2016) destaca a “revitalização” da antiga cidade de Kashgar, ao sul de Xinjiang, centro tradicional da cultura uigur e parte da antiga Rota da Seda, na qual uma “Reforma de Casas Perigosas de Kashgar” dispendeu US\$500 milhões para deslocar milhões de uigures e estimular a migração de hans para a região. Outra política destacada pelo autor é a campanha do Projeto Beleza, que desencorajava mulheres a usar lenços e véus tradicionais da cultura uigur. Enquanto o objetivo do governo chinês é estimular os uigures a assumirem parte integral na identidade nacional chinesa, a preocupação de parte dos uigures é de o governo chinês estar tentando suprimir suas liberdades culturais e religiosas, extinguindo suas tradições (Cunningham, 2012).

286

O governo chinês noticiou novos ataques do PIT durante o período preparatório dos Jogos Olímpicos de Beijing, em 2008, quando a polícia prendeu 82 pessoas com conexões com conspirações terroristas em Xinjiang, tendo como vítimas cidadãos de etnia han (Cunningham, 2012). O aumento das tensões entre uigures e hans chegou ao ápice em julho de 2009, após rumores de que um uigur teria estuprado garotas han, o que provocou o linchamento e a morte de um migrante uigur por trabalhadores han em uma fábrica a oeste de Shaoguan, na província de Guangdong. O fato, filmado e publicado no YouTube, culminou em grandes protestos uigures, no dia 5 de julho, exigindo justiça pelo ocorrido. Os protestos evoluíram para revoltas violentas, atacando chineses han nas ruas. A resposta foi observada no dia seguinte: grande parcela da população han de

Ūrümqi tomaria as ruas armada, atacando uigures e seus negócios antes de ser dispersada pela polícia (Clarke, 2011; Cunningham, 2012; Hao e Liu, 2012; Mackerras, 2015).

As estimativas são de 197 mortos e de 1,7 mil feridos, provocando pressões populares, inclusive apoiadas por hans, pela saída do Secretário do PCCCh para Xinjiang, Wang Leguan, o qual resistiria, sendo substituído apenas em abril de 2010 por Zhang Chunxian, após sua renúncia. Os acontecimentos provocaram, inclusive, críticas do primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, que ofereceu visto à líder uigur exilada, Rebiya Kadder, e declarou que “estes incidentes na China são como genocídios. Nós clamamos que o governo chinês não permaneça como um espectador desses incidentes. Existe claramente uma selvageria nesse caso” (Hao e Liu, 2012, p. 219, tradução nossa).

Como resposta, o governo enviou, em novembro de 2009, uma delegação com oficiais de diversas áreas para elaborar um plano para estabilizar e desenvolver Xinjiang, formando, em março de 2010, o primeiro Fórum de Trabalho de Xinjiang de âmbito nacional desde 1949 (Chou e Ding, 2015). O Fórum, que excluiu os uigures do debate, concluiu, nas palavras de Zhang, que “má estrutura econômica, falta de capital, infraestrutura e habilidades, além de instabilidade social, impedem o desenvolvimento da região” (Jia, 2010, tradução nossa). Para superar esses constrangimentos, foi elaborado um plano estratégico com o foco na promoção de um “desenvolvimento pula-etapas e estabilidade duradoura” [*leapfrog development and lasting stability*].

O resultado foi um plano de investimentos para indústria, infraestrutura, educação, criação de empregos, redução da pobreza, ampliação da cobertura do sistema de pensões, ampliação do acesso a serviços público, tendo como objetivo o aumento do PIB per capita para atingir a média nacional. Outras políticas incluíram a remoção de famílias de áreas consideradas de risco; a promoção da educação bilíngue, a

qual incluiu a obrigatoriedade do ensino do mandarim em áreas onde predominam minorias étnicas com línguas próprias e estabeleceu a meta de que até 2020 a totalidade de estudantes sejam fluentes em mandarim; além de políticas de facilitação do acesso ao emprego (Jia, 2010).

Muitas medidas foram discutidas ao longo do Fórum, contudo, o maior foco do PCCh foi empregado na transformação de Kashgar e de Khorgas (na fronteira com o Cazaquistão) em zonas econômicas especiais (ZEEs), seguindo os modelos de Shenzhen, Zhuhai, Shantou, Xiamen e Hainan, como forma de estimular investidores e o comércio na região, parte da teoria de que a prosperidade reduziria a propensão das pessoas a se rebelar (Mackerras, 2015). As indústrias definidas como basilares para o desenvolvimento de Kashgar incluíam eletrônicos, energia renovável, metalurgia e têxteis, enquanto em Khorgas foi planejada a construção de um centro de livre-comércio para facilitar as trocas transfronteiriças, além de indústria farmacêutica, química e de produtos agrícolas.

288

Juntamente com os novos postos de trabalho ofertados, a extensão da ferrovia de passageiros de Ürümqi até Khorgas, passando por Kashgar, foi concluída em 2011, facilitando a migração de trabalhadores da capital para a fronteira. Contudo, conflitos étnicos não pararam na região ou em outras partes da China, como em 23 de agosto de 2013, quando doze uigures suspeitos de estarem participando de um treinamento terrorista foram mortos pela polícia, em operação que deixou outros feridos (Chou e Ding, 2015). Em 28 de outubro de 2013, em ato de autoria assumida pelo PIT, um veículo dirigido por um uigur atropelaria pedestres, batendo em uma ponte de pedra na sequência e pegando fogo na Praça Tiananmen, matando cinco pessoas e deixando dezenas feridas (Kaiman, 2013).

A ERAT chegou a ser acionada para o combate de atos terroristas em Xinjiang em 2013. A justificativa apresentada pelo diretor do comitê executivo da ERAT à época, Zhang

Xinfeng, foi de que os “ataques terroristas em Xinjiang estão intimamente relacionados com as atividades das forças terroristas, separatistas e extremistas na Ásia Central, então, esforços antiterroristas conjuntos dos países-membros são cruciais para a estabilidade da China, e são uma missão a longo prazo” (Weitz, 2014, tradução nossa). Ainda que seja muito recente para tirar conclusões sobre o sucesso da implantação da ZEE em Kashgar, a ineficácia na redução dos incidentes envolvendo minorias étnicas suscita questionamentos se a estratégia de estímulo econômico na região será suficiente para acalmar os ânimos separatistas.

Diversos ataques continuaram a ser relatados na China e no exterior, sendo atrelados ao PIT e a outros grupos com os quais estaria associado, entre os quais se destacam o MIU, a Al Qaeda, a Jabhat Fateh al-Sham e o Talibã. A mudança do PIT para o Paquistão levaria o grupo a participar mais ativamente de operações do Talibã, inclusive com Abdul Haq tendo sido considerado morto em um ataque de drone americano em 2010, ocasião em que foi seriamente ferido, reaparecendo para liderar o grupo somente em 2014 (Roggio, 2015). As interações com o MIU também foram aprofundadas com a aproximação no Paquistão, inclusive passando a produzir vídeos em conjunto com o *Islom Awazi* e o Estúdio Jund Allah, braço de mídia do MIU (Zenn, 2014).

O aumento da atividade do PIT no exterior não se traduziu na redução de ataques na China. De acordo com dados retirados do Global Terrorism Database (2017), ao longo do ano de 2013 foram mortas 61 pessoas em ataques terroristas; em 2014 esse número subiu para trezentos; e, em 2015, foi de 123. Contudo, a veracidade desses dados é dificilmente verificável. É indiscutível que haja por parte da população uigur o temor pela extinção da sua cultura, em grande parte devido ao rápido aumento da população han em Xinjiang. Somado a isso, a política de rapidamente classificar qualquer incidente como ataque terrorista por parte do governo chinês,

provocando uma banalização do termo para abranger atos de violência cotidiana, combinado com a segregação étnica, pode fornecer o combustível necessário para a associação de uigures insatisfeitos com grupos radicais.

O segundo Fórum Central de Trabalho de Xinjiang foi concluído em 2014, expressando uma nova percepção do PCCCh diante dos problemas da região e expandindo a interpretação de que bastaria desenvolvimento econômico para dissipar o ímpeto separatista para incluir políticas mais amplas. Sob a defesa da “estabilidade social e estabilidade de longo-prazo”, Xi Jinping defendeu uma frente dupla, doméstica e internacional, de combate ao terrorismo e elegeu a unidade nacional como o principal desafio a longo prazo da região. Segundo Xi, “todos os grupos étnicos [devem] mostrar mútua compreensão, respeito, tolerância e apreciação, e aprender a ajudar uns aos outros, para que eles se unam firmemente, como as sementes de uma romã” (Xi Jinping, 2014b, tradução nossa).

290

Foi mirando no sentimento de insegurança dominante em Xinjiang que o EI divulgou uma música em mandarim, em dezembro de 2015, e um vídeo, em março de 2017, convocando uigures para a sua *jihad* e prometendo levar a luta até a China (Osborne, 2015, 2017). Muitos uigures seguiram os passos de outros povos centro-asiáticos para a Síria, onde integraram quadros de muitos grupos jihadistas, entre eles o EI. Porém, diferentemente do MIU, o PIT manteria sua lealdade ao Talibã, condenando o Califado de al Baghdadi. Inclusive, o rompimento de Ghazi com o Talibã para afiliar-se ao EI seria publicamente criticado por Abdul Haq al Turkistani, em áudio postado na internet em 30 de maio de 2016 (Joscelyn e Roggio, 2016).

A homogeneização cultural como combate ao terrorismo, separatismo e extremismo

O combate ao terrorismo assumiu centralidade nas políticas do Estado chinês, passando a afetar o cotidiano

das minorias étnicas de Xinjiang. A mudança nas políticas de Estado ocorreu na sequência de três episódios perpetrados por uigures e que resultaram em muitas vítimas ao longo do ano de 2014. O primeiro deles ocorreu em 1º de março de 2014 em Kunming, onde três homens da etnia uigur perpetraram um ataque com facas em uma estação de trem, deixando 31 mortos e 141 feridos (Wong, 2015). O segundo combinou a explosão de uma bomba com ataques com faca, deixando três mortos e 79 feridos em uma ferrovia de Urumqi, em 30 de abril, na mesma semana da primeira visita de Xi Jinping a Xinjiang na posição de presidente (Wan, 2014). O terceiro, de 22 de maio, ocorreu em um mercado em Urumqi, onde dois carros atropelaram pedestres enquanto jogavam bombas pelas janelas, matando 39 e ferindo noventa pessoas (Jacobs, 2014).

A partir de então, o PCCh elaborou novas campanhas voltadas para o controle e desradicalização de uigures que se tornariam alvo de críticas internacionais. Em 2014, foi criada uma iniciativa “visitando os costumes das pessoas, beneficiando as pessoas, reunindo os corações das pessoas” [访民情, 惠民生, 聚民心 *fang minqing, hui minsheng, ju minxin*], para a qual 200 mil funcionários de diversas agências do governo de Xinjiang foram cedidos para conduzir entrevistas nas aldeias do interior de Xinjiang com o objetivo de promover a estabilidade social (访民情, 2019). Em 2016, uma nova campanha com o nome de 结对认亲 *jièduì rènqīn* – traduzida em inglês para *Becoming family*, mas com o sentido mais apurado de “Reconhecendo como pares a família do cônjuge” – foi estruturada, envolvendo 110 mil funcionários e conduzindo entrevistas a cada dois meses com o objetivo de “fomentar a harmonia étnica” (Liu, 2016).

No ano seguinte, o número de quadros do Partido mobilizados para a campanha subiu para mais de 1 milhão. As ações passaram a incluir um período de seis dias do funcionário do PCCh morando na mesma casa de uma família da aldeia ou

comunidades de Xinjiang, em atividade intitulada “Semana de casamento” [结亲周 *jiēqīn zhōu*], que foi considerada por Zhu Hailun, Vice-Secretário do Partido da Região Autônoma de Xinjiang, como fundamental para implementar a meta de “estabilidade social e estabilidade de longo prazo”, e foi um “poderoso ponto de partida para consolidar o desenvolvimento da unidade nacional e promover a transformação do estilo de trabalho dos quadros” (新疆启动民族团结“结亲周”百万干部职工分批下基层, 2017, tradução nossa).

Em 2018, o período de permanência nas casas foi expandido para seis dias a cada mês, período no qual os funcionários produzem um relatório listando situações consideradas não usuais ou problemáticas, tendo por objetivo compreender as demandas das pessoas e reduzir a suscetibilidade a comportamentos considerados radicais. As campanhas de “combate pesado” também foram intensificadas com a nomeação de Chen Quanguo como Secretário do Partido de Xinjiang em agosto de 2016. Entre as políticas adotadas pelo PCCh para o combate ao terrorismo e ao radicalismo, a mais noticiada no Ocidente é a instalação dos centros de educação vocacional e treinamento, denunciados como campos de concentração de uígures.

A instalação dos centros, inicialmente negada por Beijing, passou a ser prevista com a atualização dos Regulamentos de Desextremização da Região Autônoma Uigur de Xinjiang, em outubro de 2018. Os regulamentos manifestam que:

Artigo 17: Governos acima do nível municipal podem criar centros de educação e treinamento vocacional e outras instituições de transformação educacional e departamentos administrativos para educar e transformar pessoas que foram influenciadas pelo extremismo.

[...]

Artigo 33: Centros de educação vocacional e treinamento e outras instituições de transformação educacional devem ensinar a língua comum nacional, leis, regulações e habilidades vocacionais. Os centros devem organizar e conduzir educação ideológica anti-extremista, correção psicológica e correção comportamental para promover a transformação do pensamento dos treinados e ajudá-los a retornar à sociedade e para suas famílias. (Xinjiang, 2018, tradução nossa)

A narrativa oficial chinesa, que antes negava a existência dos centros, hoje, após a divulgação de imagens de satélite que evidenciam o crescimento dos complexos (Studworth, 2018), declara que as políticas implementadas em Xinjiang são um modelo na proteção dos direitos humanos. Matéria publicada na imprensa extraoficial do partido afirma que:

Independentemente de seu tamanho populacional, nível de desenvolvimento e crença religiosa, todos os grupos étnicos têm gozado de direitos humanos e os mesmos direitos políticos, econômicos, sociais e culturais que seus pares han, graças a várias políticas e medidas introduzidas pelo governo central. Isso, por sua vez, ajudou a restaurar a estabilidade e promoveu o desenvolvimento socioeconômico em Xinjiang. (Zhian, 2019, tradução nossa)

293

Essa versão defendida pelo governo chinês foi questionada em carta assinada por 22 representantes de estados no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 8 de julho de 2019, clamando para que a China “respeite os direitos humanos e as liberdades fundamentais, inclusive liberdade de religião e crença, em Xinjiang e em toda a China” (Human Rights Council, 2019, tradução nossa). Sob o argumento de combate ao terrorismo, separatismo e extremismo, o governo chinês tem promovido políticas que definem como

alvo grande parcela da minoria étnica, restringindo práticas culturais e religiosas, e aprisionando milhares nos centros de educação e treinamento vocacional com o objetivo de eliminar comportamentos considerados radicais.

Em sua defesa, o PCCh tem cuidado para evitar a generalização da religião islâmica como a responsável pelas instabilidades em Xinjiang em documentos oficiais. A diferença entre o “mal” islã e o “bom” islã estaria mais associada a um radicalismo alimentado por potências estrangeiras do que por um ímpeto inerente da fé. O *Livro branco de luta contra o terrorismo e extremismo e proteção dos direitos humanos em Xinjiang*, de março de 2019, nega o islamismo como a única crença praticada em Xinjiang para destacar a coexistência de múltiplas religiões de forma harmônica, atribuindo à influências estrangeiras a incitação ao separatismo e ao extremismo religioso sob a forma do “panturquismo” e “pan-islamismo”.

294

A história de Xinjiang mostra que a coexistência de múltiplas religiões com um ou dois predominantes sempre foi uma característica básica da estrutura religiosa de Xinjiang, e a mistura e a coexistência de diferentes religiões tem sido a norma ali. O Islã não é uma crença endógena dos uigures e de outros grupos étnicos, nem o único do povo uigur. Hoje, em Xinjiang, um número bastante grande de pessoas não acredita em religião ou acredita em outras religiões além do islamismo. [...]

Na virada do século 20, separatistas e extremistas religiosos dentro e fora da China, herdando as chamadas teorias de “panturquismo” e “pan-islamismo” criadas por antigos colonialistas, propagaram a ideia de que os uigures eram os únicos “mestres” de Xinjiang, que as culturas étnicas de Xinjiang não eram cultura chinesa, e que o Islã era a única religião praticada por grupos étnicos de Xinjiang.

Eles incitaram todos os grupos étnicos que falavam Turki e acreditaram no Islã a se unirem na criação do estado teocrático do assim chamado “Turquistão Oriental”. Eles negaram a história da China construída em conjunto por todos os seus grupos étnicos, e clamavam por “oposição a todos os grupos étnicos que não os turcos” e pela “aniquilação dos pagãos”. (China, 2019)

Em julho de 2019, o novo *Livro Branco da China de Defesa Nacional na Nova Era* lista os separatismos de Taiwan, Tibete e Xinjiang como as maiores ameaças para a segurança nacional chinesa, reforçando a narrativa que justifica as políticas adotadas em Xinjiang. Se, por um lado, o Ocidente denuncia as políticas praticadas pelo PCCh, aliados de Beijing declaram seu apoio às iniciativas tomadas, em uma carta assinada por 37 países em 12 de julho de 2019. O argumento é de que “confrontada com o grave desafio do terrorismo e do extremismo, a China empreendeu uma série de medidas de combate ao terrorismo e desradicalização em Xinjiang, incluindo a criação de centros de ensino e formação profissional” (Miles, 2019).

Tanto para críticos quanto para apoiadores, são inquestionáveis os esforços desempenhados pelo governo chinês para a “sinicização” do islamismo. O combate ao radicalismo assumiu papel central nas políticas destinadas para Xinjiang, seja pelas políticas de desenvolvimento encabeçadas pelos investimentos da Iniciativa Cinturão e Rota, seja pelas políticas de vigilância promovidas pelos avançados aparatos tecnológicos, seja, ainda, pela coerção dos grupos radicais, incluindo a implantação dos campos de educação vocacional e treinamento.

Ainda que seja compreensível o aparente receio por parte do PCCh com relação à ameaça que o movimento separatista uigur possa representar para a manutenção da sua integridade territorial, para sua legitimidade enquanto líder político e para a sua expectativa de liderança na Ásia

Central, adotar políticas repressivas pode surtir efeito oposto do esperado. A banalização do conceito de terrorismo e a escalada repressora contra elementos da identidade uigur parecem servir de ponte entre minorias étnicas marginalizadas e grupos extremistas, capazes de utilizar as redes de comunicação para difundir sua luta, levantando questionamentos relacionados à precisão da política adotada diante do desafio encontrado.

Considerações finais

A história da Região Autônoma Uigur de Xinjiang está diretamente relacionada com a de sua fronteira, a Ásia Central, e com o comércio praticado na antiga Rota da Seda. Foi pensando em sua posição geográfica privilegiada que, a partir de 1991, o PCCh passou a percebê-la como eixo estratégico de integração com os vizinhos, onde pretendia exercer sua influência política, econômica, estratégica e militar. Contudo, o fim da URSS seria combinado com a multiplicação de movimentos políticos radicais islâmicos, dentre os quais o MIU e o Mito merecem o destaque, não só pelo seu local de surgimento, como também pelos objetivos almejados de criação de um Estado Islâmico na Ásia Central que incluiria o território de Xinjiang.

A aproximação dos grupos da Al Qaeda e do Talibã, após seus líderes serem perseguidos e exilados pelos governos de seus países, possibilitou o aumento na sua capacidade de planejamento e a formação de uma rede terrorista complexa com atuação transregional. A morte de Hasan Mahsum e a ascensão de Abdul Haq al Turkistani à liderança do Mito provocaria a alteração no seu nome para PIT e a criação de um braço midiático para o grupo, que se tornava mais internacional. Surgia o Islom Awazi, que produziria conteúdo digital para a convocação de novos combatentes, e a revista trimestral *Turquestão Islâmico*.

A principal estratégia estabelecida pelo PCCh no combate ao radicalismo islâmico é promover o crescimento econômico de Xinjiang, partindo da crença de que a melhoria das condições de vida dos uigures levaria à redução dos ímpetus separatistas. Contudo, o aumento da população han e a proibição de símbolos islâmicos, como o uso de véus pelas mulheres, provocou embates étnicos entre as duas etnias. Essas políticas podem alimentar uma sensação por parte dos uigures de perseguição às suas tradições culturais e religiosas, a qual pode vir acompanhada de uma ameaça de aproximação com grupos com intuito separatista e com o radicalismo islâmico jihadista.

O PCCh estabeleceria ZEEs em Kashgar e Khorgas como forma de estimular investimentos e promover o crescimento econômico, ainda que sua localização afastada do litoral crie desafios para desenvolver a região. Nesse sentido, o Corredor Econômico China-Paquistão ligando a ZEE de Kashgar ao porto de Gwadar, no Mar Arábico do Paquistão, e parte da Iniciativa ICR, prometem uma nova investida econômica para estimular fluxos de capitais e para integrar Xinjiang à China e ao exterior. Resta saber se essa integração será mais benéfica ao governo chinês ou aos separatistas uigures, algo que possivelmente só poderá ser respondido a longo prazo.

297

Victor Carneiro Corrêa Vieira

É estudante de Doutorado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em período sanduíche no War Studies Department do King's College of London. Desenvolve pesquisa sobre as políticas de desenvolvimento e vigilância na China, assim como sobre ideologia do PCCh e a legitimação do regime.

Bibliografia

- ARMIJO, Jacqueline. 2008. Islam in China. *In*: ESPOSITO, John L.; VOLL, John O.; BAKAR, Osman (ed.). *Asian Islam in the 21st Century*. Oxford: Oxford University Press. pp. 197-228.
- BROXUP, Marie. 1987. Islam in Central Asia since Gorbachev. *Asian Affairs*, v. 18, n. 3, pp. 283-293.
- CHINA. National Bureau of Statistics of China. 2016. *China statistical yearbook 2016*. Beijing: National Bureau of Statistics. Disponível em: <https://bit.ly/2SM6WTW>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- CHINA. National Development and Reform Commission. 2015. *Vision and actions on jointly building silk road economic belt and 21st-century maritime silk road*. Beijing: Development and Reform Commission. Disponível em: <https://bit.ly/37TAFPq>. Acesso em: 15 maio 2017.
- CHINA. State Council Information Office of the People's Republic of China. 2019. *The fight against terrorism and extremism and human rights protection in Xinjiang*. Beijing: Xinhua. Disponível em: <https://bit.ly/3bRyYFj>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- CHOU, Bill; DING, Xuejie. 2015. A comparative analysis of Shenzhen and Kashgar in development as Special Economic Zones. *East Asia*, v. 32, n. 2, pp. 117-136.
- CLARKE, Michael. 2008. China's "War on Terror" in Xinjiang: human security and the causes of violent Uighur separatism. *Terrorism and Political Violence*, v. 20, n. 2, pp. 271-301.
- CLARKE, Michael. 2011. *Xinjiang and China's rise in Central Asia: a history*. London: Routledge.
- CLARKE, Michael. 2016. Beijing's March West: opportunities and challenges for China's Eurasian pivot. *Orbis*, v. 60, n. 2, pp. 296-313.
- CUNNINGHAM, Cristopher P. 2012. Counterterrorism in Xinjiang: the Etim, China, and the Uyghurs. *International Journal on World Peace*, v. 29, n. 3, pp. 7-50.
- DAVIS, Elizabeth V. W. 2008. Uyghur Muslim ethnic separatism in Xinjiang, China. *Asian Affairs*, v. 35, n. 1, pp. 15-29.
- ESPOSITO, John L.; SHAHIN, Emad E.-D. 2013. Introduction. *In*: ESPOSITO, John L.; SHAHIN, Emad E.-D. (ed.). *The Oxford Handbook of Islam and politics*. Oxford: Oxford University Press. pp. 1-4.
- FREDHOLM, Michael (ed.). 2013. *The Shanghai Cooperation Organization and Eurasian Geopolitics: new directions, perspectives, and challenges*. Copenhagen: NIAS Press.
- GLOBAL TERRORISM DATABASE. 2017. *The national consortium for the study of terrorism and responses to terrorism*. Washington, DC: University of Maryland. Disponível em: <https://bit.ly/2vScVxB>. Acesso em: 25 maio 2017.

- HAO, Yufan; LIU, Weihua. 2012. Xinjiang: increasing pain in the heart of China's borderland. *Journal of Contemporary China*, v. 21, n. 74, pp. 205-225.
- HUMAN RIGHTS COUNCIL. 2019. *Letter to the Madam High Commissioner*. Geneva: Human Rights Council. Disponível em: <https://bit.ly/3c2nKhp>. Acesso em: 8 jul. 2019.
- HUNTER, Shireen. 2013. Islam and politics in Central Asia. In: ESPOSITO, John L.; SHAHIN, Emad E.-D. (ed.). *The Oxford Handbook of Islam and Politics*. Oxford: Oxford University Press. pp. 307-323.
- JACOBS, Andrew. 2014. In China's far west, a city struggles to move on. *The New York Times*, New York. Disponível em: <https://nyti.ms/2wZc9iN>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- JIA, Cui. 2010. New measures to boost Xinjiang livelihoods. *China Daily*, Beijing. Disponível em: <https://bit.ly/2SNXFLm>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- JIANG says 'Shanghai Spirit' useful reference for New World order. 2002. *People's Daily*, Beijing. Disponível em: <https://bit.ly/2wuulv0>. Acesso em: 8 jun. 2002.
- JOINT statement by the Ministers of Foreign affairs of the member States of the Shanghai Cooperation Organization. 2002. *China Central Television*, Beijing. Disponível em: <https://bit.ly/2HHeeCc>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- JONES, Seth G. et al. 2017. *Rolling back the Islamic State*. Santa Monica: Rand. Disponível em: <https://bit.ly/38PAZQr>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- JOSCELYN, Thomas; ROGGIO, Bill. 2016. Turkistan Islamic party leader criticizes the Islamic State's "illegitimate" caliphate. *Long War Journal*, [S. l.]. Disponível em: <https://bit.ly/2vSedsr>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- KAIMAN, Jonathan. 2013. Islamist group claims responsibility for attack on China's Tiananmen Square. *The Guardian*, London. Disponível em: <https://bit.ly/2HPKD9z>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- KIM, Younkyoo; INDEO, Fabio. 2013. The new great game in Central Asia post 2014: the US "New Silk Road" strategy and Sino-Russian rivalry. *Communist and Post-Communist Studies*, v. 46, n. 2, pp. 275-286.
- LIPOVSKY, Igor. 1996. The awakening of Central Asian Islam. *Middle Eastern Studies*, v. 32, n. 3, pp. 1-21.
- LIU, S. 2016. 新疆11万干部职工要与基层群众结对认亲，每俩月见面一次 [110 mil funcionários e trabalhadores de Xinjiang devem reconhecer as bases para realizar encontros e reuniões uma vez a cada dois meses]. *Weixin*, Kunming. Disponível em: <https://bit.ly/2TiwuZ6>. Acesso em 20 fev. 2019.
- MACKERRAS, Colin. 2015. Xinjiang in China's foreign relations: part of a new silk road or Central Asian zone of conflict: *East Asia*, v. 32, n. 1, pp. 25-42.

- MILES, Tom. 2019. Saudi Arabia and Russia among 37 states backing China's Xinjiang policy. *Reuters*, New York. Disponível em: <https://reut.rs/38RTseY>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- NAPOLEONI, Loretta. 2014. *The Islamist phoenix: the Islamic State and the redrawing of the Middle East*. New York: Seven Stories Press. *E-book*.
- OSBORNE, Samuel. 2015. Isis has started recruiting in China with a song in Mandarin. *The Independent*, London. Disponível em: <https://bit.ly/2T7PFj1>. Acesso em: 1 mar. 2017.
- OSBORNE, Samuel. 2017. Isis threatens China and vows to 'shed blood like rivers'. *The Independent*, London. Disponível em: <https://bit.ly/2HLRPnq>. Acesso em: 1 mar. 2017.
- RASHID, Ahmed. 1995. *The resurgence of Central Asia: Islam or Nationalism?* Oxford: Oxford University Press.
- RASHID, Ahmed. 2010. *Taliban: militant Islam, oil and fundamentalism in Central Asia*. New Haven: Yale University Press. *E-book*.
- ROGGIO, Bill. 2015. Turkistan Islamic Party emir thought killed in 2010 reemerged to lead group in 2014. *The Long War Journal*, [S. l.]. Disponível em: <https://bit.ly/2wERiBv>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- ROGGIO, Bill; WEISS, Caleb. 2016. Islamic Movement of Uzbekistan faction emerges after group's collapse. *The Long War Journal*, [S. l.]. Disponível em: <https://bit.ly/38QemLs>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- SCHMID, Alex P. 2011. The problem of defining terrorism. In: SCHMID, Alex P. (ed.). *The Routledge Handbook of Terrorism Research*. London: Routledge. pp. 39-98.
- SHARIPZHAN, Merhat. 2015. IMU declares it is now part of The Islamic State. *Radio Free Europe/Radio Liberty*, Prague. Disponível em: <https://bit.ly/2P8Kgez>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- SIDDIQUE, Abubakar. 2009. Sources claim IMU militant leader Yuldash killed. *Radio Free Europe/Radio Liberty*, Prague. Disponível em: <https://bit.ly/2v4ArHF>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- STUDWORTH, John. 2018. China's hidden camps: what's happened to the vanished Uighurs of Xinjiang? *BBC*, London. Disponível em: <https://bbc.in/3bU97MN>. Acesso em: 24 out. 2018.
- WALKER, Edward W. 2003. Islam, Islamism and political order in Central Asia. *Journal of International Affairs*, v. 56, n. 2, pp. 21-41.
- WAN, William. 2014. Train station attack in restive region of China kills 3. *The Washington Post*, Washington, DC. Disponível em: <https://wapo.st/2IefGfG>. Acesso em: 20 ago. 2019.

- WEITZ, Richard. 2004. Storm clouds over Central Asia: revival of the Islamic Movement of Uzbekistan (IMU)? *Studies in Conflict & Terrorism*, v. 27, n. 6, pp. 505-530.
- WEITZ, Richard. 2014. The Shanghai Cooperation Organization: a fading star? *The Asan Forum*, Seoul. Disponível em: <https://bit.ly/32guzap>. Acesso em: 2 dez. 2017.
- WONG, Edward. 2014. China executes 3 over deadly knife attack at train station in 2014. *The New York Times*, New York. Disponível em: <https://nyti.ms/2TwidqD>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- XI JINPING. 2014a. *The governance of China*. Beijing: Foreign Languages. E-book.
- XI JINPING. 2014b. 习近平:扩大新疆少数民族到内地居住规模 [Expanding o tamanho das minorias de Xinjiang para o continente]. *Xinhuanet*, Beijing. Disponível em: <https://bit.ly/32dmpQc>. Acesso em: 9 jan. 2018.
- XI JINPING. 2017. Work together to build the silk road economic belt and the 21st Century Maritime Silk Road. *CGTN*, Washington, DC. Disponível em: <https://bit.ly/3bWmoEL>. Acesso em: 14 maio 2017.
- XINJIANG. 2018. 新疆维吾尔自治区去极端化条例 [Regulamentos de desextremização da Região Autônoma Uigur de Xinjiang]. 观察者网, [S. l.]. Disponível em: <https://bit.ly/3bWoeFr>. Acesso em: 11 out. 2018.
- ZENN, Jacob. 2014. Turkistan Islamic party increases Its media profile. *The Central Asia-Caucasus Analyst*, Washington, DC. Disponível em: <https://bit.ly/39RvzEy>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- ZENN, Jacob. 2016. The IMU is extinct: what next for Central Asia's jihadis? *The Central Asia-Caucasus Analyst*, Washington, DC. Disponível em: <https://bit.ly/2SLAwcq>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- ZHIAN, Lu. 2019. Xinjiang serves as a model of human rights protection. *China Daily*, Beijing. Disponível em: <https://bit.ly/2Vd1Die>. Acesso em: 6 jul. 2019.
- 新疆启动民族团结“结亲周” 百万干部职工分批下基层). 中新网 [Xinjiang começou a “Semana de Casamento” para a unidade nacional, com milhões de quadros e trabalhadores atuando nas bases]. 2017. *Chinanews*, [S. l.]. Disponível em: <https://bit.ly/2uj6FhY>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- 访民情, 惠民生, 聚民心 [Visitando os costumes das pessoas, beneficiando as pessoas, reunindo os corações das pessoas]. 2019. *People.cn*, [S. l.]. Disponível em: <https://bit.ly/37PzLDn>. Acesso em: 20 fev. 2019.



REVISITANDO A RECEPÇÃO DE FRANTZ FANON: O ATIVISMO NEGRO BRASILEIRO E OS DIÁLOGOS TRANSNACIONAIS EM TORNO DA NEGRITUDE¹

Deivison Mendes Faustino

é Professor do Departamento de Saúde, Educação e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP, Brasil. E-mail: deivison.faustino@unifesp.br

Orcid: 0000-0002-3454-7966

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-303331/109>

Introdução

Em que momento as ideias de Frantz Fanon chegaram ao Brasil e quais foram os seus principais interlocutores? Neste estudo, dialogo criticamente com a hipótese de um possível contato ou influência entre Fanon e alguns intelectuais ligados à Associação Cultural do Negro (ACN) no final da década de 1950 e início da década de 1960, para, em seguida, problematizar, de maneira mais ampla, o contexto de circulação das ideias fanonianas no Brasil.

Passados mais de 60 anos da publicação do seu primeiro livro, *Peau noire, masques blancs* (Fanon, 1952), pode-se observar na literatura internacional uma vasta produção teórica em torno do que seria o legado e a contribuição de Frantz Fanon para a compreensão da sociedade contemporânea. A lista honrosa de personagens por ele influenciados inclui nomes relacionados aos Black Panther Party, como Bobby Seale, Huey Newton e Angela Davis, nos Estados Unidos; Steve Biko, criador do Black Consciousness

¹ Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho de Cultura, Diferenças e Desigualdades do V Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar: Descentramentos, 2015.

Movement, na África do Sul; Bobby Sands, membro influente do Irish Republican Army (IRA), na Irlanda do Norte; Ali Shariati, importante intelectual da revolução iraniana; o escritor e ativista paquistanês Tariq Ali; o filósofo argentino Enrique Dussel, formulador da filosofia da libertação; o brasileiro Paulo Freire, formulador da pedagogia da libertação; os críticos culturais anglófonos Edward Said, Homi Bhabha, Stuart Hall e Gayatri Chakravorty Spivak; o filósofo jamaicano Lewis Gordon; o filósofo e teórico crítico esloveno Slavoj Žižek; o geógrafo britânico David Harvey; a filósofa estadunidense Judith Butler, entre outros.

São intelectuais tão diversos em suas proposições e perspectivas quanto nos pressupostos teóricos e epistemológicos que sustentam suas posições. Por essa razão, vários estudiosos têm chamado a atenção para a existência de distintos “fanonismos”, ou enfoques – mesmo que críticos – dados às reflexões elaboradas pelo autor (Faustino, 2015; Sekyi-Otu, 1996). Com vistas a essa diversidade, Lewis Gordon, Denean Sharpley-Whiting e Renée White (1996) propõem uma sistematização temporal, dividindo-a em cinco grandes fases:

A primeira fase, de embocadura anticolonial e terceiro-mundista, vigorou do anos de 1950 até os anos de 1970, abrindo autores liberais, como Hannah Arendt e Sidney Hook; marxistas-leninistas como Nguyen Nghe e Jack Woddis, ou anticoloniais como Albert Memmi e Huey Newton. De acordo com os autores, essa fase, que mais se aproxima do período que discutiremos neste artigo, foi voltada às adesões ou rejeições imediatas – como é o caso de Arendt – à obra fanoniana, focando nos temas como violência e práxis revolucionária.

A segunda fase, por sua vez, vigente durante a década de 1970, é marcada pelas biografias produzidas por Peter Geismar, David Cauter, Irene Gendzier, Patrick Ehlen, David Macey e, depois, pelo trabalho de Alice Cherki, caracterizados pelo interesse na trajetória pessoal de Fanon. Na terceira fase, iniciada na década de 1980, destacam-se os trabalhos de Hussain Adan, Emmanuel Hansen e Renate Zahar por evidenciarem

a importância de Fanon para as ciências sociais e humanas; enquanto a quarta fase, iniciada ao final dos anos de 1980 e vigente ainda hoje, seria expressa pelo advento dos estudos culturais, pós-coloniais e pós-modernos na academia. Esse enquadramento, como argumentam os autores, teria sido inaugurado pelos trabalhos de Edward Said, Homi Bhabha, Abdul Jan Mohamed, Henry Louis Gates, entre outros.

Gordon, Sharpley-Whiting e White (1996) apresentam ainda uma quinta fase, a qual denominam “compromisso com o pensamento de Fanon para o desenvolvimento de seu trabalho”. Esse período de estudos seria caracterizado pela busca de “elementos úteis em Fanon para entender a realidade atual” (Gordon, Sharpley-Whiting e White, 1996, p. 7). Para os autores, o livro *Frantz Fanon and the psychology of oppression* (Bulhan, 1985) é um texto inaugural dessa fase, que só se consolida em 1995 com a publicação de *The hermeneutics of African philosophy*, de Tsenay Serequeberhan (1994); *Fanon's dialectics of experience*, de Ato Sekyi-Otu (1996); e *Fanon and the crisis of European man*, de Lewis R. Gordon (1995).

305

Passados quase dez anos desde essa primeira sistematização, Lewis Gordon (2015) volta ao assunto em seu *What Fanon said: a philosophical introduction to his life and thought*, atualizando a lista de autores inseridos na quinta fase ao acrescentar nomes como Judith Butler, George Ciccariello-Maher, Drucilla Cornell, Nathalie Etoke, Nigel Gibson, Jane Anna Gordon, Neil Roberts, Henry Paget, Nelson Maldonado-Torres, Walter Mignolo, Boaventura de Sousa Santos, Michael Monahan, Alejandro J. de Oto, Richard Pithouse, Michel Contat, Michel Rybalka., Françoise Vergès, Sylvia Wynter, entre outros autores relacionados ao feminismo, à dependência global, à *Africana theory*, ao pensamento anticolonial, à filosofia latino-americana e à filosofia da libertação.

Gordon (2015) sugere ainda a emergência de uma sexta fase, considerada por ele como a emergência *stricto sensu* do *Fanon studies*. A esse período é atribuída a tarefa de caracterizar

os estudos sobre Fanon a partir da prática teórica-político-filosófica da *autorreflexão*. É o momento em que o campo sabe e problematiza a própria existência. É importante lembrar aqui que Gordon é filósofo e, portanto, o emprego do termo “autorreflexão” não é fortuito, pois expressa a sua argumentação pela defesa de um campo teórico próprio. Essa fase, segundo ele, é inaugurada pela reflexão crítica de autores como Henry Louis Gates Jr., Anthony Alessandrini, Nigel Gibson e Cedric Robinson sobre o *Fanons studies*, e é ampliada pelos trabalhos de Jane Anna Gordon, Alejandro D. Oto, Michel Contat, Michel Rybalka, Mireille Fanon-Mendès-France, Sonia Dayan-Hezbrun, Étienne Balibar, Achille Mbembe, Valentin-Yves Mudimbe, Matthieu Renault, Jean-Paul Rocchi.

306

A diversidade de abordagens a respeito da obra de Frantz Fanon também pode ser observada no Brasil, mas aqui uma série de fatores internos imprimirá uma lógica própria – embora não isolada do quadro acima descrito – na recepção de Fanon. Como já foi abordado em outro lugar (Faustino, 2015), a recepção de Fanon no Brasil pode ser pensada em três grandes blocos temáticos e temporais: 1) a autenticidade nacional; 2) a autenticidade negra; e 3) o crescente interesse por Fanon.

O primeiro bloco, iniciado na década de 1960 e que vai até o final dos anos de 1970, foi protagonizado pela esquerda católica e/ou existencialista que se apoiará em *Les damnés de la terre* (1961), bem como na oposição inconciliável entre colonizadores e colonizados, para problematizar o imperialismo e a identidade nacional. O segundo bloco, também apoiado na polarização colonizador/colonizado, foi protagonizado pelos intelectuais do movimento negro, a partir da (re)ascensão do movimento no final década de 1970. O que diferencia os blocos – ambos apoiados em *Les damnés de la terre* – é que o primeiro pensará a colonização/descolonização em termos de classe, enquanto o segundo em termos de raça. O terceiro bloco, observado a partir dos anos 2000, é, por sua

vez, marcado em primeiro lugar pela influência dos estudos culturais e/ou pós-coloniais britânicos no debate racial brasileiro – e pela sua adesão ao *Peau noire, masques blancs* (1952) ao invés de *Les damnés de la terre* (1961) – e, em segundo lugar, pela ampliação da participação negra nas universidades, fruto das ações afirmativas (Faustino, 2015).

O desafio assumido por este artigo é o de problematizar as pistas de uma recepção de Fanon no Brasil anterior a esses três blocos – a década de 1950 –, discutindo, portanto, de maneira mais ampla, as particularidades dessa recepção diante das características históricas, políticas e sociais em que a colonização, o racismo e a luta antirracista se erigiram no Brasil.

A possível chegada de Fanon ao Brasil

As perguntas a respeito de quando teriam se dado os primeiros contatos entre o pensamento de Fanon e os intelectuais brasileiros foram levantadas originalmente por trabalhos de pelo menos três importantes estudiosos da realidade brasileira: o livro *Cultura brasileira e identidade nacional*, de Renato Ortiz (2012); o artigo “A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra”, de Antônio Sergio Guimarães (2008); e a seção “Frantz Fanon e o ativismo político-literário negro no Brasil: 1960-1980”, alocado no oitavo capítulo do livro *A descoberta do insólito: literatura periférica no Brasil (1960-2000)*, de Mário Augusto Medeiros da Silva (2013a). No mesmo ano, esse autor publica um artigo intitulado “Frantz Fanon e o ativismo político-cultural negro no Brasil: 1960/1980” (Silva, 2013b), em que retoma o texto anterior de forma revisada. Esses estudos inauguraram a investigação sobre os possíveis caminhos pelos quais o pensamento de Fanon chegou ao Brasil.

Ao realizar uma busca exaustiva nos principais periódicos da década de 1950, procurando identificar quais teriam sido os possíveis ecos de Fanon entre a *intelligentsia* brasileira, Guimarães (2008, p. 100) afirma: “É como se a publicação de *Peau noire, masques blancs* (1952) tivesse passado despercebida”.

O autor explica que, nessa época, a intelectualidade brasileira acompanhava atentamente tudo que se disponibilizava nos periódicos franceses em que Fanon publicou seus textos ou foi comentado. Como se sabe, em 1951 Fanon publicara “L’Expérience vécue du noir” na revista *Esprit*, n. 179, e em 1952 publica “Le syndrome nord- africain”, na edição n. 187. Em 1955, na edição n. 223 da mesma revista, lança “Antillais et Africains”, enquanto em 1956 publica o seu magistral “Racisme et culture”, na revista *Présence Africaine*. Em fevereiro de 1959 publica “Fondement réciproque de la culture nationale et des luttes de libération”, ainda na revista *Présence Africaine*. Em 1959 e 1961, publica, respectivamente, “La minorité européenne d’Algérie en l’An V de la Révolution” e “De la violence”, na famosa revista *Les Temps Modernes*.

308

Esses escritos não passaram despercebidos no debate francês, configurando-se como objeto privilegiado da análise para importantes autores que, por sua vez, foram lidos atentamente pela intelectualidade brasileira da época. Curiosamente, insiste Guimarães (2008), nem a Revista *Anhembi*, coordenada por Roger Bastide e Florestan Fernandes no momento em que Bastide retorna de Paris, nem a revista *Brasiliense*, onde escreviam Clóvis Moura, Florestan Fernandes e Octavio Ianni, e nem mesmo as publicações de Sérgio Milliet sobre Jean-Paul Sartre, Léopold Senghor, Aimé Césaire e outros temas referentes ao movimento de negritude renderam alguma referência direta ou indireta a Fanon, caracterizando, assim, um “silêncio impactante” (Guimarães, 2008, p. 99).

Duas décadas antes de Guimarães, Renato Ortiz (2012) já teria chegado a conclusões parecidas. Embora não fosse o seu objetivo mapear a recepção de Fanon, mas remontar as diferentes maneiras pelas quais a *identidade nacional* e a *cultura* foram discutidas nas ciências sociais brasileiras, Ortiz oferece importantes pistas para pensarmos essa recepção. Em primeiro lugar, como argumenta, há uma confluência entre os temas e os referenciais teóricos utilizados por Fanon e os intelectuais

do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb): da tradução francesa de Hegel por Hypolite e Kojève dos anos de 1940, com o respectivo enfoque na “dialética do senhor e do escravo” como metáfora para a dominação social, econômica e cultural, à divulgação e circulação dos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, de Karl Marx, em sua anunciada vinculação com Hegel; da ampla influência do humanismo de Jean-Paul Sartre (1943, 1956) às problematizações sobre a “situação colonial” de Balandier (1955), observam-se intrigantes similaridades nos usos dos conceitos fundamentais de *alienação* e *situação colonial*:

O célebre livro de Sartre *L'Existentialisme est un humanisme* é somente um dos escritos que enfatizam a dimensão humana da libertação, e mostra que o debate entre marxismo e existencialismo se realiza sob o signo do humanismo. O debate terá influências diretas em Fanon, que não hesitará em pensar a libertação nacional em termos de humanização universal do próprio homem. As repercussões são também nítidas nos pensadores do Iseb, e Álvaro Vieira Pinto não deixa de considerar o problema em seu livro *Consciência e realidade nacional*. (Ortiz, 2012, p. 51)

309

Ortiz sugere que as semelhanças entre Fanon e os pensadores do Iseb se expressavam, principalmente, através da “necessidade premente de uma busca por identidade”, pois, segundo explica, “para além das categorias de colonizador/colonizado, branco/negro, opressor/oprimido, permanece [em ambos] a pergunta ‘quem somos nós?’ ou ‘por que estamos assim?’” (Ortiz, 2012, p. 55). No entanto, apesar dessa notável confluência, o autor não observa nenhuma referência a Fanon nessa época de consolidação do Iseb:

Não estou insinuando que exista uma filiação direta entre o pensamento de Fanon e os intelectuais do Iseb, algo como uma influência de um sobre o outro. Tudo indica que os trabalhos de Fanon são elaborados sem maiores

conexões com os pensadores nacionalistas brasileiros. Mas é justamente essa independência de pensamento que torna o problema mais interessante. A referência a um tipo de ideologia não brasileira introduz novos elementos para a compreensão do discurso isebiano e nos permite entender como a história penetra e estrutura o próprio discurso político. Por outro lado, ela dá uma abrangência maior à discussão da problemática do nacional, pois não se restringe à particularidade do quadro brasileiro. (Ortiz, 2012, p. 50)

Nem mesmo Guerreiro Ramos, que, ao que se sabe, *bebeu em quase todas as fontes* de Fanon, teria rompido o silêncio observado por Guimarães (2008).² A possível explicação seria a diferença de horizontes entre os dois autores: enquanto Fanon buscava resolver os problemas coloniais através da práxis revolucionária no contexto da luta de classes, o sociólogo baiano, bem como o conjunto de pensadores do Iseb, tendia para posições nacionalistas e populistas (Guimarães, 2008; Ortiz, 2012). O fato é que, para Guimarães (2008), é apenas a partir da visita de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir ao Brasil em 1960 que o “silêncio sobre Fanon” se relativiza para dar lugar a uma “morna recepção” por parte da esquerda brasileira.

310

Um novo personagem entra em cena

Em um caminho diferente dos autores anteriores, Silva (2013a, 2013b) propõe analisar a recepção de Fanon no Brasil do período supracitado por um vetor até então pouco

² A suposição segundo a qual Guerreiro Ramos conheceria (Guimarães, 2008) ou foi influenciado por Fanon (Filgueiras, 2012) ainda carece de investigação. O que se sabe é que ele não se refere ao autor martiniquenho em nenhum dos seus textos. Como afirma Guimarães (2008, p. 103), na 13ª nota de rodapé de seu artigo: “Em *A redução sociológica*, de 1958, Guerreiro cita explicitamente Aimé Césaire (*Discours sur le colonialisme*, Paris: Présence Africaine, 1955), Cheik Anta Diop (*Nations nègres et culture*, Paris: Présence Africaine, 1954) e Sartre (“Le colonialisme est un système”. *Les Temps Modernes*, nº 126, 1956) em francês, mas não se refere a Fanon. Na segunda edição, de 1965, Guerreiro acrescenta a essas leituras Balandier (*Sociologie actuelle de l’Afrique noire. Dynamique des changements sociaux en Afrique centrale*, Paris: PUF, 1955) e continua sem se referir a Fanon”.

explorado pela literatura que o antecedeu: o ativismo negro. Para tal, defendeu a existência de um fluxo de ideias esparsas, mas importante, entre intelectuais africanos, afro-norte-americanos e afro-brasileiros entre o período de 1920 e 1960 que poderia oferecer algumas pistas relevantes ao debate:

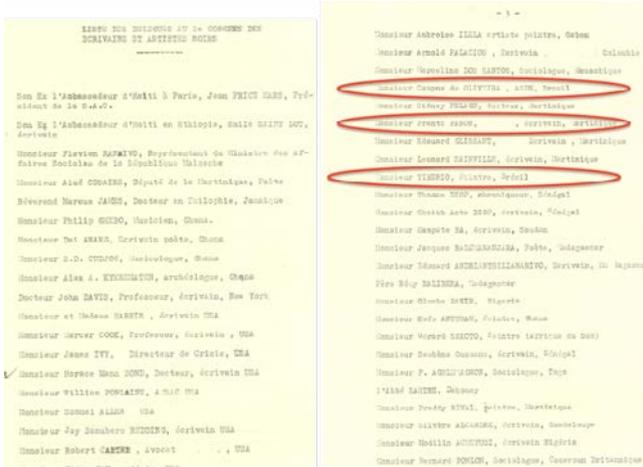
A circulação de ideias sobre África ou de intelectuais e militantes africanos em São Paulo ainda carece de pesquisas mais articuladas. Memórias como as do militante José Correia Leite [...] ou entrevistas como a de Oswaldo de Camargo [...] mostram que, entre os anos 1920 e 1960, as associações negras paulistanas tiveram contatos esparsos com obras traduzidas, escritores, jornalistas e debates que remetiam a temas como o pan-africanismo, os movimentos que visavam ao retorno ao continente africano, as lutas anticoloniais e pela libertação de países, a violência do apartheid etc. (Silva, 2013b, p. 371)

A sugestão do autor é que a recepção de Fanon no Brasil poderia ser mais bem compreendida se focássemos nesse fluxo afro-transatlântico de ideias. Como se sabe, Frantz Fanon participou ativamente dos debates internacionais sobre a libertação dos países colonizados, circulando, portanto, entre os principais espaços de articulação política anticolonial (Faustino, 2018; Geismar, 1972; Gordon, 2015; Macey, 2000). A Associação Cultural do Negro, com sede em São Paulo, esteve presente em um desses espaços, a saber: o II Congresso de Escritores e Artistas Negros, ocorrido em Roma em 1959,³ como se pode constatar menção à Geraldo Campos de Oliveira na lista de presença desse congresso:

311

³ Como mostra Silva, ao retomar as memórias do militante José Correia Leite: “[Em 1959] O Geraldo Campos, ainda como presidente [da Associação Cultural do Negro], tinha ido ao II Congresso de Escritores e Artistas Negros realizado em Roma. [...] Em Roma já havia uma pessoa para representar o Brasil. Era o pintor Tibério, que morava em Paris. O Geraldo Campos trouxe de lá uma porção de documentos, teses e outras coisas, inclusive um distintivo que ele me deu, com o símbolo da revista *Présence Africaine*” (Leite e Cuti, 1992 apud Silva, 2013a, pp. 517-518).

Figura 1
Lista de presença do II Congresso de Artistas e Escritores Negros, Roma, 1959 – Destaque para Monsieur Campos de Oliveira, Brésil; Monsieur Frantz Fanon, Martinique; e Monsieur Tibério, Bresil



Fonte: Faustino (2015, p. 257).

312

Essa participação, segundo infere Silva (2013a), teria aberto a possibilidade de os intelectuais afro-brasileiros terem tido contato com as ideias e posições políticas de Fanon. Vale lembrar, a esse respeito, que embora a posição defendida por Fanon não tenha sido hegemônica (Marzioli, 2013) e ele próprio não tenha sido apresentado com o seu nome verdadeiro,⁴ o autor e ativista estava entre as figuras mais notáveis do Congresso (Cannelli, 2007). Entretanto, como reconhece Silva (2013a), essa hipótese de um possível encontro ainda carece de fontes mais específicas para ser confirmada:

⁴ Como relatou Amady Aly Dieng na ocasião de comemoração do 50º aniversário da *Présence Africaine*: “Neste memorável congresso houve vários incidentes. O governo francês era hostil à presença do dr. Frantz Fanon, membro da FLN – Frente de Libertação Nacional, que foi obrigado a se pronunciar sob o pseudônimo de Dr. Oumar” (Dieng, 2006, p. 109).

Dadas as informações lacunares, é difícil afirmar, sem pesquisa exaustiva no acervo da associação, o que Oliveira – um dos representantes brasileiros – efetivamente carregou consigo de Roma, qual nível de discussão foi capaz de estabelecer no congresso, seu domínio de línguas estrangeiras [em particular, o francês] e, o mais importante para agora, se conheceu Fanon e se interessou pelo mesmo. (Silva, 2013a, p. 518)

Ainda assim, a despeito da carência de fontes, as pistas levantadas oferecem um animador convite à reflexão, especialmente quando observadas à luz das apropriações que os intelectuais afro-brasileiros das décadas seguintes estabeleceram com o pensamento de Fanon. O ativismo cultural negro da década de 1980, por exemplo, elegerá justamente os textos fanonianos – apresentados por Fanon no I e II Congresso de Escritores e Artistas Negros, em 1956 e 1959, respectivamente – como referência para pensar as relações entre cultura negra, colonização e luta política.⁵

313

Silva (2013a) observa uma importante troca de ideias entre a ACN, a *Présence Africaine* e alguns outros intelectuais do movimento de negritude nos anos de 1950 e no início da década de 1960. Essa troca apontaria, já em 1959, para uma relação muito mais próxima do que se imaginava. Como comprova a carta encontrada pelo autor na Coleção da Associação Cultural do Negro, no Acervo Ueim-UFSCar, escrita pelo vice-presidente da ACN aos jornais da época:

⁵ Ao analisar a produção intelectual de Márcio Barbosa no Quilombhoje, Silva (2013a, p. 519) conclui: “Suas fontes bibliográficas citam, entre outros: *Os condenados da terra* (1979), com o texto ‘Sobre a cultura nacional’; e ‘Racismo e cultura’, publicado em tradução portuguesa no livro *Em defesa da revolução africana*, em 1980”. Antes, este livro é o original *Pour la révolution africaine*, conjunto de ensaios dispersos editado pela François Maspero em 1969 e traduzido em Portugal pela Sá da Costa Editora, na “Coleção Terceiro Mundo”. “Racismo e cultura” é a conferência de Fanon ao I Congresso de Escritores e Artistas Negros (1959); “Sobre a cultura nacional” é a sua conferência de 1959, para a segunda edição do evento.

A “Société Africaine de Culture”, ciente da importância da contribuição dada pelo elemento africano à cultura do Brasil, acolheria com imensa satisfação uma representação de nosso país. Por isto, solicitou à Associação Cultural do Negro [...] para que [se] tornasse intérprete de tal desejo, pedindo outrossim divulgar as notícias referentes ao conclave e possivelmente tomar contato com o ambiente cultural do país, assinalando as figuras que dele desejam participar. Solicitamos então aos intelectuais negros e aos estudiosos eventualmente interessados no assunto, o envio de sua adesão, para que a ACN possa transmiti-la à “Société Africaine de Culture”, recolhendo, outrossim, os pormenores sobre a viagem para conhecimento daqueles que desejam participar do Congresso. [...] A “S.A.C”, com a qual a Associação Cultural do Negro deseja estabelecer laços de amizade e de profícua colaboração, sugeriu também a criação no Brasil de uma associação “Amis de Présence Africaine”, com membros brancos e negros, objetivando estudar os problemas ligados à cultura afro-brasileira e a divulgação de todas as manifestações relativas a ela [...] A Associação Cultural do Negro aproveita então esta oportunidade para lançar o seu apelo aos intelectuais brasileiros, negros e brancos, para que seja fundado em São Paulo um centro filiado à “S.A.C” digno de representar no estrangeiro a cultura africana no Brasil. Com este objetivo a A.C.N fará realizar dia 27 de fevereiro próximo, em sua sede social, uma reunião para tratar do assunto, estando desde já convidados todos os interessados [...] Finalmente, o senhor Alioune Diop, Secretário Geral da “Société Africaine de Culture”, solicita o apoio e a solidariedade da intelectualidade brasileira, das associações culturais e das entidades que congregam o elemento negro, traduzidos no envio de mensagens por ocasião do congresso. (Américo Orlando da Costa, 1959 apud Silva, 2012, pp. 250-251)

Em outro trecho, Silva (2012) relata, a partir dos dados encontrados, que o contato afro-atlântico-diaspórico da ACN não se resumiu à sua participação no Congresso de Roma, em 1959, pois seguiu ativo e possibilitando frutos diversos, dos quais o mais notável é a participação de alguns de seus membros em uma edição organizada por Léon Damas, importante articulador internacional do movimento de negritude:

“Todavia, não foi apenas a eles que a ACN despertava curiosidade. Léon Gontran Damas, para organizar com poetas brasileiros a sua *Nouvelle somme de poésie du monde noir*, editada em francês, inglês, português e espanhol pela *Présence Africaine* [...], recorre àquele conglomerado de ativistas. Ali, segundo Camargo, toma conhecimento e recolhe os poemas de Natanel Dantas, Eduardo de Oliveira, Carlos de Assumpção, Luiz Paiva de Castro, Marta Botelho e do próprio entrevistado. Quase uma década antes, o poeta cubano Nicolas Guillén, a quem Solano Trindade dedicou um poema em *Cantares ao meu povo*, também já havia travado contato com alguns dos frequentadores da agora ACN – em particular Correia Leite. (Silva, 2012, p. 247)

315

Embora essa rede (afro)transnacional de influências recíprocas anteceda o período aqui analisado,⁶ ela adquire uma dimensão mais ampla sob a economia moral do antifascismo

⁶ Clóvis Moura (2013), em seu *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, dedica um capítulo inteiro à revolução haitiana e a sua influência nas lutas negras de todo o continente americano, inclusive em ações políticas antiescravistas como a Inconfidência Baiana, de 1798, a Pedrosada, de 1823, a Revolução de 1817, em Pernambuco, entre outras. Em outro lugar, ao elencar os diversos periódicos publicados pela imprensa negra brasileira das primeiras décadas do século XX, destaca um veículo que expressa bem o quanto o associativismo negro estava atento aos acontecimentos internacionais. Segundo ele: “O [periódico] *Menelik* foi um dos primeiros jornais associativos que surgiram em São Paulo, criado pelo poeta negro Deocleciano Nascimento [...]. Esse *Menelike*, por causa da época da guerra da Abissínia com a Itália, teve repercussão muito grande dentro de São Paulo. Todo negro fazia questão de ler o *Menelik*” (Moura, 1983, pp. 53-54).

de meados do século XX. Temas como “alienação”, “emancipação” e “libertação nacional” passam a circular entre importantes intelectuais do então chamado “terceiro mundo” (Ortiz, 2012), especialmente aqueles posicionados a partir das diversas localidades da diáspora africana, que se apropriarão dos termos em voga para decodificarem as diversas facetas da *política racializada* (Gilroy, 1992). Nesse cenário, é plausível supor que os intelectuais afro-brasileiros presentes no já mencionado congresso pudessem ter tido contato e, eventualmente, se interessado pelas ideias de Fanon.

Entretanto, se considerarmos seriamente essa hipótese restará ainda um elemento a ser encarado – uma vez que a pouca disponibilidade de fontes nos limita quanto a fazer suposições⁷ –, que é a relação entre *sincronicidade* e *diacronicidade*, não apenas da racialização, mas sobretudo das agências atlânticas negras que se estabeleceram nas diferentes partes da diáspora africana (Gilroy, 1992, 2000). Para além do já comprovado fluxo de influências políticas e estéticas afro-diaspóricas, resta ainda se questionar em que medida as perguntas e problemas enfrentados pelos já mencionados intelectuais afro-brasileiros poderiam encontrar guarida nas respostas oferecidas por Fanon no Congresso de Roma. Como veremos, é exatamente nesse aspecto que as informações parecem não se encaixar.

316

Fanon seria útil ao antirracismo brasileiro dos anos de 1950?

O confronto entre as perspectivas defendidas pelos intelectuais da Associação Cultural do Negro (ACN) à época do II Congresso de Artistas e Escritores Negros, em Roma, em 1959, e as posições defendidas por Fanon nesse mesmo período sugerem algumas diferenças substanciais entre eles, especialmente nos temas referentes à relação entre cultura

⁷ Silva (2012, 2013a, 2013b) chama a atenção para a necessidade de pesquisas mais exaustivas na Coleção Associação Cultural do Negro, no Acervo Ueim-UFSCar.

(estética) e política. Essa diferença, como procuraremos argumentar, dificultaria a absorção das ideias de Fanon por parte dos intelectuais brasileiros do período.

Para Fanon, por exemplo, seria a ruptura radical por meio de uma práxis revolucionária anticolonial – e não a integração ou a afirmação da cultura – os elementos que poderiam levar o colonialismo a termo. No contexto do Congresso, a atuação de Fanon como embaixador e mobilizador político e revolucionário da Frente de Libertação Nacional da Argélia junto aos países da África subsaariana, o avançar das lutas de libertação, resultando nas independências de países como Sudão, Marrocos e Tunísia (1956), Gana (1957), Guiné (1958) e o advento da revolução cubana poucos meses antes do II Congresso influenciaram decisivamente a forma de Fanon pensar a relação entre cultura e política, levando-o a se diferenciar ainda mais das posições defendidas pela maioria dos intelectuais do movimento de negritude à frente da revista *Présence Africaine*,⁸ com o qual os brasileiros tinham bastante proximidade.

317

Em sua conferência no II Congresso, Fanon afirma que a “condição de existência da cultura é, pois, a libertação nacional, o renascimento do Estado” (Fanon, 2010, p. 280). Isso significa que, para ele, o caminho que deveria ser adotado pelos intelectuais presentes não deveria ser o enaltecimento da cultura africana – sistematicamente negada pelo jugo colonial –, mas o engajamento dos artistas, junto ao povo colonizado, seus saberes e (prê)conceitos, em direção a uma práxis política de transformação das condições concretas de existência. Seria apenas a partir desse engajamento rumo à construção da nação, encarando “as aspirações reais do povo” e, principalmente,

⁸ Vale lembrar, como já discutimos em outro espaço (Faustino, 2013), que algumas dessas diferenças já se observam em *Peau noire, masques blancs* (1952) e “*Racisme et culture*” (1945), quando Fanon denuncia um certo essencialismo e culturalismo nas posições defendidas pelo movimento de negritude.

modificando o Estado, que seria possível, segundo o autor, o surgimento de “formas de fecundidade cultural excepcional” (Fanon, 2010, p. 281), como se pode ler no mesmo trecho, apresentado no Congresso:

Pensamos que a luta organizada e consciente empreendida por um povo colonizado para restabelecer a soberania da nação constitui a manifestação mais plenamente cultural que exista. Não é unicamente o sucesso da luta que dá, posteriormente, validade e vigor à cultura, não há hibernação da cultura durante o combate. A própria luta, no seu desenrolar, no seu processo interno, desenvolve as diferentes direções da cultura e esboça novas orientações. A luta de libertação não restitui à cultura nacional o seu valor e os seus contornos antigos. Essa luta, que visa uma distribuição fundamental das relações entre os homens, não pode deixar intactos nem as formas nem os conteúdos culturais desse povo. (Fanon, 2010, pp. 280-281)

318

Fora desse movimento prático-sensível, restariam, para ele, apenas duas opções: adorar a cultura do colonizador, legitimando-a enganosamente como a única verdadeiramente válida e contribuindo, assim, para disseminar preconceitos em relação à cultura autóctone, ou lançar-se apaixonadamente à cultura dos povos colonizados, cultura esta “mumificada”, “substancializada”, “solidificada” e “esterilizada” pelo colonialismo. Essa segunda opção – que, para Fanon, é partilhada pela maioria dos intelectuais do movimento de negritude – foi alvo de duras críticas ao longo deste e de outros textos escritos pelo autor. Não é à toa que a coletânea de textos apresentados à Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora, organizada em 2004 pela União Africana, em Dakar, apresenta alguns trechos do capítulo IV, “Sur la culture nationale”,

de *Les damnés de la terre* (1961), sob o título “A crítica da negritude por Frantz Fanon”.⁹

O discurso de Alione Diop para a primeira edição da revista *Présence Africaine*, em 1947, explicita bem as diferenças que futuramente Fanon assumiria, pois segundo Diop a revista estaria aberta à colaboração daqueles que estivessem dispostos a ajudar a “definir a originalidade africana e acelerar a sua inserção no mundo moderno” (Diop, 2006, p. 100), já que a *Europa*, “uma minoria de seres que produzem e criam”, impôs ao *resto do mundo*, os “menos ativos”, que “produzem menos”, a sua “produtividade” (Diop, 2006, p. 101). A esse modo “patológico” e “militante” da Europa, deve se opor, portanto, a “sensibilidade muito viva e uma história longa e singular” (Diop, 2006, pp. 102-103), própria de uma *humanidade negra*:

A língua pela qual essa humanidade vai se exprimir em nossa revista (o francês) não deixará de revelar novas temáticas pitorescas e morais e formais inéditas de sensibilidade. Acrescentaríamos até que esta humanidade negra pode enriquecer a civilização europeia. Estamos convencidos de que sim. Pois um dos traços característicos da vida moderna é acreditar que as consciências podem se comunicar entre si. O negro-africano, por sua vez, não acredita nisso. Para ele, de fato, não falta prazer no amor e na amizade, mas ele desconhece um pouco a intimidade. Pelo contrário, os europeus acham até que o ser humano só é real quando pode expressar a sua humanidade. As instituições sociais o consideram dentro deste quadro somente. [...] Todo o ser humano que não manifestar sua personalidade é negado nesta sociedade militante, na qual cada um assume

319

⁹ A coletânea disponibiliza o texto de resolução dos congressos pan-africanistas e algumas das conferências que permearam as suas reflexões (Fanon, 2006). O trecho pode ser encontrado nas páginas 177-186 da edição brasileira de 1979 (Ed. Civilização Brasileira) e nas páginas 246-259 da edição de 2010 (Ed. UFJF).

inteiramente o seu próprio destino, na qual só se valorizam as leis e os fatos, revelados pela ciência e pelo pensamento [...]. Quanto a nós, africanos, esperamos destas atividades culturais resultados bem específicos. Que *Présence Africaine* nos franqueie uma inserção e um posicionamento na sociedade moderna, ao mesmo tempo que nos revele ao mundo, nos ensinando a crer na ideia. Pois ainda somos bem diferentes do europeu em relação a isso [...]. O universo é, para nós, ilimitado em maravilhas, é fecundidade infinita oferecida ao nosso vigoroso apetite. Nos preocupamos pouco em conhecer e domar o mundo, mas sim em usufruir dos alimentos que a atualidade presente carrega. Vivemos *hic et nunc*. De certa maneira, somos burgueses lá onde o europeu é um militante. (Diop, 2006, p. 103)

320 É óbvio que essa visão essencialista foi ressignificada ao longo dos anos com o desdobramento das lutas de libertação nos diversos países africanos e que a revista *Présence Africaine* não ficou imune às novas influências, mas até o período do II Congresso as ideias hegemônicas estavam entre o movimento de *negritude cultural*, de Léon Damas, Aimé Césaire, Léopold Senghor e Alioune Diop, e o *farao-nismo*, de Cheikh Anta Diop. O primeiro buscava “reabilitar” a raça negra a partir da estética, em especial a ideologia e a poesia, enquanto o segundo almejava ser uma forma “científica de negritude”, voltada à exaltação de um passado negro glorioso.¹⁰ O ponto é que a posição radical de Fanon era sabidamente crítica dessas duas tendências e poderia ter ganhado um eco maior nos anos de independência que se

¹⁰ Dieng (2006, p. 112) lembra que, a despeito dessas duas vertentes dominantes, a “*Présence Africaine* não deixa de publicar obras de tom anticolonialista, como *O discurso sobre o colonialismo*, de Aimé Césaire; *Os estudantes negros falam* (1953), *As massas africanas e a atual condição humana* (1956) e *A companhia do Senegal* (1958), de Abdoulaye Ly; *Carta a Maurice Thorez* (1956), de Aimé Césaire; *A contribuição ao estudo dos problemas políticos na África negra* (1958), de Mahjemout Diop; *A África negra pré-colonial* e *A unidade cultural da África negra* (1960), de Cheikh Anta Diop”.

seguiram, se não fosse a sua morte precoce aos 36 anos, em 1961. Enquanto isso, no II Congresso, ele defendia uma abordagem da cultura que pudesse ser articulada a partir da luta (revolucionária) pela construção da nação, pelos desejos e visões de mundo do povo e por uma visão humanista e internacionalista que refutasse o nacionalismo, o particularismo e qualquer visão reificada de identidade:

Se o homem é o que ele faz, então diremos que a coisa mais urgente hoje para o intelectual africano é a construção da sua nação. Se essa construção for verdadeira, isto é, se traduzir a vontade manifesta do povo, se revelar em sua impaciência os povos africanos, então a construção nacional se acompanhará necessariamente da descoberta e da promoção de valores universalizantes. Longe, pois, de afastar-se das outras nações, é a libertação nacional que torna a nação presente no palco da história. É no coração da consciência nacional que se eleva e se vivifica a consciência internacional. E essa dupla emergência é apenas, definitivamente, o núcleo de toda cultura. (Fanon, 2010, p. 283)

321

Já o ativismo brasileiro daquele momento, revela Silva (2012), buscava respostas bastante distintas para as suas questões políticas e estéticas. Como se pode constatar no manifesto escrito pelos intelectuais da ACN, na ocasião de comemoração dos 70 anos da abolição da escravidão, havia pouco ou nenhum espaço para o radicalismo defendido por Fanon:

Neste ano de 1958, em que comemoramos o 70º aniversário da abolição da escravatura no Brasil, as organizações culturais, esportivas, recreativas e as pessoas que a este subscrevem, uniram-se para homenagear os grandes vultos que, no passado, batalharam nas tribunas, na imprensa, nos parlamentos, nos eitos, nas senzalas e nos quilombos por causa tão justa e humana. [...] Tais vultos

merecem a homenagem e o respeito de todo o povo brasileiro, e, os ideais de liberdade e independência que nortearam suas grandes ações, elevam e enobrecem os sentimentos de humanidade de nossa gente. [...] No momento em que se exaltam no Brasil os sentimentos de nacionalidade, independência e liberdade, adquire ainda maior oportunidade a comemoração do grande feito de 1888 [...] Através de sessões cívicas, conferências culturais, representações de teatro, festejos populares, atividades esportivas e recreativas, desejamos que todos os brasileiros participem das festividades comemorativas do “O Ano 70 da Abolição”, contribuindo dessa maneira para elevar ainda mais alto a chama democrática da igualdade jurídica e social das raças. Salve o Ano 70 da Abolição. [São Paulo, janeiro de 1958]. (Carta da ACN apud Silva, 2012, p. 243)

322

O tom agregador da carta, explica Silva, corresponde à necessidade de congregar os elementos mais díspares da sociedade em um acontecimento considerado de maior importância e é reveladora quando contrastada com o discurso de Fanon, acima apresentado. Para além disso, o fantasma da repressão política sofrida pela Frente Negra Brasileira, associada às características próprias do racismo brasileiro,¹¹ fazia com que, nesse momento, os mentores de diversas organizações negras apostassem mais nas formas culturais de articulação política do que nas formas clássicas de enfrentamento. Como afirma o autor a respeito da ACN:

Criada como um fato político e cultural, por mais que seus mentores quisessem minimizar o primeiro adjetivo, ela se torna uma referência do ativismo negro, sendo chamada a emitir

¹¹ Hanchard (2001), olhando um momento distinto deste que ora analisamos, sugere em seus estudos que a aglutinação de negros em torno das entidades de cunho cultural – em detrimento das organizações políticas – foi uma estratégia bastante utilizada no Brasil, dada a perseguição sistemática à auto-organização negra.

opinião ou se posicionar sobre os mais diversos assuntos, em diferentes momentos, acerca de questões que nem sempre pôde dar a resposta esperada. (Silva, 2012, p. 247)

Assim, embora o ano de 1959 seja um momento decisivo para as lutas de libertação que se seguiram no continente africano, cujos desfechos bem ou malsucedidos não passaram batido a esses intelectuais e ativistas afro-brasileiros,¹² parece ser mais provável que foram as frações hegemônicas do movimento de negritude, e não Fanon (revolucionário), com suas críticas ao movimento, que se aproximavam mais das perspectivas buscadas pela ACN:

Na tensa relação de *fazer história e fazer sentido*, a ACN procurou marcar um lugar importante para o grupo negro paulistano, tentando se por em compasso com o andamento das transformações da sociedade, abrindo uma brecha, às suas custas e às expensas de poucos apoios de alguns intelectuais não negros, para cravar no cenário da modernidade precária emergente de São Paulo uma imagem do negro alternativa à da escravidão, que fosse reivindicativa, crítica, propositiva e combativa. Os condicionamentos sociais para sua produção foram determinantes para reafirmar a marginalidade da iniciativa cultural negra, embora tenha sido capaz de, fato raro, alçar um público não endógeno, num momento favorável, em aberto, com disposições democráticas. (Silva, 2012, p. 270)

323

Isso sugere que, mesmo que os membros da ACN tenham tido algum contato com as ideias de Fanon, estas ainda não ofereciam, nesse momento, alguma utilidade ao debate afro-brasileiro. Como aponta Silva (2013b) em

¹² Como mostra o Manifesto da ACN, em 25/03/1960, em repúdio aos “acontecimentos sangrentos de Shaperville” (Silva, 2012, pp. 253-254).

outro lugar, foi preciso que as ideias de Fanon esperassem por uma nova geração de intelectuais e ativistas para serem retomadas e discutidas à luz do contexto brasileiro.

Considerações preliminares

Mário Augusto Medeiros Silva (2012, 2013a, 2013b) tem oferecido fartas evidências a respeito da importância da Associação Cultural do Negro, em primeiro lugar, para a configuração do movimento negro brasileiro do século XX, na medida em que agregava intelectuais-chave tanto dos períodos anteriores – tais como a Frente Negra Brasileira – quanto posteriores à sua emergência e consolidação. Em segundo lugar, a ACN fazia-se importante pela contribuição crucial dessa agremiação para a constituição da sociologia uspiana que compôs o famoso Projeto Unesco, em que se destacam alguns nomes, como Roger Bastide e Florestan Fernandes. O autor tem argumentado que “esses cientistas sociais se valeram do contato com os ativistas negros, circulando em seus espaços e estabelecendo relações, que foram importantes para seus principais trabalhos sobre a questão racial” (Silva, 2012, p. 230). Dito de outro modo, poderíamos afirmar com o autor que a derrubada do chamado “mito da democracia racial” pelo Projeto Unesco teve o próprio negro – e não a academia, ainda majoritariamente branca – como o seu demiurgo.

Esse dado é relevante para compreender a aposta empreendida pelo autor no que tange às possíveis relações entre Fanon e a ACN. Se o ativismo negro brasileiro foi o grande sujeito dessa virada sociológica, teria sido este também o responsável pela introdução e circulação das ideias de autores negros internacionais no Brasil? Acredito, como procurei demonstrar, que a pergunta, embora preciosa e farta de pistas instigantes, esbarra nas diferenças políticas e teóricas existentes entre Fanon e os intelectuais da ACN, bem como entre as lutas de libertação nacional – em especial as

de via radical, como a Frente de Libertação Nacional, de Fanon – e as lutas antirracistas no Brasil dessa época.

Ainda assim, esse debate é bastante valioso para a problematização das relações raciais no período pós-guerra e do quanto o Brasil – sempre visto como atrasado – não estava deslocado de importantes debates levantados no âmbito das ciências sociais. A despeito das diferenças aqui levantadas, tanto Frantz Fanon – bem como o conjunto de intelectuais do movimento de negritude – quanto o ativismo negro brasileiro tinham diante de si o desafio de dar conta de três grandes problemas conjugados.

Em primeiro lugar, os efeitos de um processo abolicionista que não apresentou estratégias de inserção do africano e seus descendentes escravizados. Aliás, não apenas a abolição em si, como fenômeno jurídico, mas também todo o metabolismo social se vê marcado por aquilo que Florestan Fernandes (1979) nomeia como “descolonização interrompida”, ou mesmo, em termos fanonianos e nkrumahianos, o neocolonialismo (Nkrumah, 1967), ou seja, a não superação radical e definitiva do colonialismo levaria as sociedades que conquistaram a independência à saltos históricos que não rompem essencialmente com a sua dinâmica colonial.

O segundo problema, profundamente vinculado ao primeiro, é a permanência da eugenia na sociedade moderna¹³ – como a vertente mais radical, mas não única, do racismo científico – até meados do século XX. Nunca é exagero lembrar que a eugenia não era exclusividade das experiências fascistas, como a alemã, mas uma ciência amplamente difundida nos principais países do centro e da periferia capitalista na primeira metade do século XX. Enquanto Fanon ainda tinha que enfrentar os seus resquícios na psiquiatria e até na psicanálise, autores como Nina Rodrigues, Oliveira Viana e Renato Khel ainda eram vistos e lidos com admiração no

¹³ Sobre a eugenia, ver o trabalho de Góes (2017).

período aqui estudado. É verdade, porém, como veremos, que desde a década de 1930 o pensamento conservador de cunho mais biologicista começa a ser relativamente questionado por autores como Silvio Romero e Gilberto Freyre, mas ainda assim persiste, mesmo em argumentos mais sociológicos, a tentativa de responsabilizar o próprio negro pela sua desgraça, isentando, assim, as relações sociais da descolonização interrompida. No caso de Fanon, até alguns importantes expoentes da psicanálise acabam por naturalizar os efeitos do colonialismo.¹⁴

326 O terceiro problema está ligado, portanto, ao esgotamento moral (e teórico) do projeto eugenista e, principalmente, ao que se propõe colocar em seu lugar. Se o surgimento da antropologia, da psicologia e mesmo da sociologia foram acompanhados por uma noção de ser humano que vincula mecanicamente natureza, cultura e personalidade, o desvelamento do holocausto gerou uma comoção pública diante das possíveis consequências do conceito de raça: a base epistêmica da eugenia. Assim, vê-se, no âmbito internacional – especialmente na então recém-criada Unesco –, uma busca por experiências antirracistas e, ao mesmo tempo, outros conceitos que permitissem explicar as diferenças culturais sem naturalizá-las.

O problema, já percebido por Fanon nesse momento, é que a troca da *raça* pela *etnia* não resolvia, por exemplo, o problema do colonialismo, do racismo e da racialização, mas apenas o colocava em novos termos, sofisticando aquilo que, em essência, permanecia o mesmo. O negro deixava de ser *selvagem*, mas ainda era visto como *primitivo* (Silvério, 2013), e a sua cultura não poderia compor as noções de “progresso” e “civilização”, nem mesmo nas propostas que consideravam

¹⁴ Ver, nesse sentido, a crítica de Fanon a *Psychologie de la colonisation*, de Octave Mannoni (Fanon, 1952, pp. 135-189).

a possibilidade de antropofagia ou cópula com essa cultura.¹⁵ É nesse sentido que podemos entender a conferência proferida por Fanon em 1956, no I Congresso dos Escritores e Artistas Negros, em Paris. A comunicação, nomeada como “Racismo e cultura”, alerta que a substituição do termo raça pelo termo cultura (poderíamos também pensar em “etnia”) não resolve o problema do racismo, mas, sobretudo, o maqueia, dando a impressão de avanço quando, na verdade, existe apenas a sofisticação da dominação (Fanon, 1964).

No caso do Brasil, como argumenta Silva (2012), é exatamente este o problema enfrentado pelos negros na década de 1950, especialmente em sua capital econômica – a desproporcionalmente urbanizada São Paulo –, onde o negro é sempre visto como oposto do progresso bandeirante, da modernidade e da superação do atraso. Por essa razão, a ruptura representada pelo ativismo negro, bem como a sua influência junto ao Projeto Unesco, foi muito importante, uma vez que inverte a chave analítica em voga e coloca – não sem contradições – o “preconceito racial” no centro do debate, tirando da cultura negra a responsabilidade pela derrubada das barreiras raciais e abrindo espaço para um processo de reconhecimento e valorização desse arcabouço.

A primeira questão, tipicamente fanoniana, como vimos, é que a valorização da cultura negra é apenas uma parte do processo de emancipação e não o seu objetivo único. Ao contrário, o foco na dimensão política da cultura pode levar a uma desconsideração da dimensão cultural da política, invertendo as prioridades da luta social e incorrendo, portanto, na sua inviabilização. A segunda questão, também de matriz fanoniana, é que todas as contradições sociais

¹⁵ O caso mais emblemático, para o contexto brasileiro, são os escritos de Gilberto Freyre, que, embora represente uma recusa aberta à perspectiva biologicista de seus antecessores, deslocando, portanto, o debate da biologia para a cultura, ainda via a cultura negra como oposta ao desenvolvimento.

devem ser consideradas em seu tempo e espaço próprios, de forma a evitar anacronismos estéreis e a-históricos.

Isso nos provoca a refletir, quando se equacionam as particularidades das relações raciais no Brasil e na Argélia anticolonial de Fanon, se de fato as suas propostas mais conhecidas na ocasião serviriam para o contexto brasileiro. O Fanon revolucionário terceiro-mundista do I e II Congresso de Escritores e Artistas Negros não parece ser desinteressante para os intelectuais da ACN apenas por uma incompatibilidade de ideias, mas talvez pela própria diferença histórico-concreta pela qual a racialização se deu nos dois contextos em que cada um emergiu.

Deivison Mendes Faustino

Professor do Departamento de Saúde, Educação e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e coordenador pedagógico do Instituto Amma Psique e Negritude. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Ciências da Saúde/Epidemiologia pela Faculdade de Medicina do ABC. Graduado em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Santo André.

328

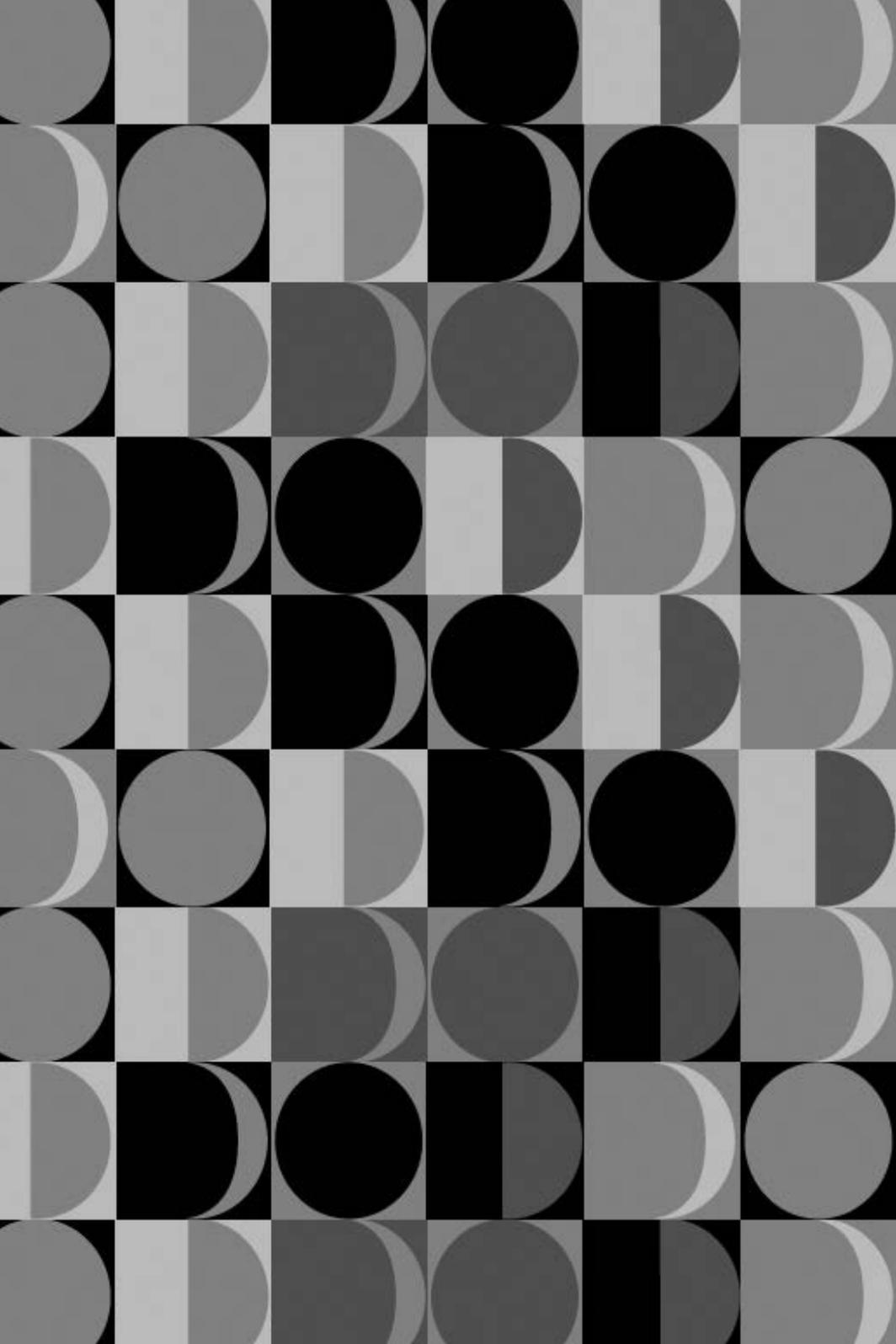
Bibliografia

- BALANDIER, Georges. 1955. *Sociologie actuelle de l'Afrique noire*. Paris: PUF.
- BULHAN, Hussein Abdilahi. 1985. *Frantz Fanon and the psychology of oppression*. New York: Plenum Press.
- CANNELLI, Barbara. 2007. Il secolo “brevissimo” di un’Africa in cerca di identità. *Reset Dialogues*, 23 jan. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2Pam8Ih>. Acesso em: 22 maio 2016.
- DIENG, Amadi Aly. 2006. *Testemunho do professor Amadi Aly Dieng durante as comemorações do 50º Aniversário de Présence Africaine*. Salvador: Organisation Internationale de la Francophonie. (Versão abreviada e traduzida para o português por ocasião da II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora).
- DIOP, Alioune. 2006. *A revista Présence Africaine e a Sociedade Africana de Cultura*. Salvador: Organisation Internationale de la Francophonie.

- (Versão abreviada e traduzida para o português por ocasião da II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora).
- FANON, Frantz. 1952. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Editions du Seuil.
- FANON, Frantz. 1962. *L'An V de la révolution algérienne*. Paris: François Maspéro.
- FANON, Frantz. 1964. *Pour la révolution africaine (écrits politiques)*. Paris: François Maspéro.
- FANON, Frantz. 1968a. *Les damnés de la terre*. Paris: François Maspéro. (Petite Collection Maspéro).
- FANON, Frantz. 1968b. *Sociologie d'une révolution : L'an V de la révolution algérienne*. Paris: François Maspéro. (Petite Collection Maspéro).
- FANON, Frantz. 1969a. *Pour la révolution africaine*. Paris: François Maspéro.
- FANON, Frantz. 1969b. *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- FANON, Frantz. 1979. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FANON, Frantz. 1983. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Editora Fator.
- FANON, Frantz. 2006. A crítica da negritude. Salvador: Organisation Internationale de la Francophonie. (Versão abreviada e traduzida para o português por ocasião da II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora).
- FANON, Frantz. 2010. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF. (Coleção Cultura, v. 2).
- FAUSTINO, Deivison Mendes. 2013. A emoção é negra, a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do “ser” negro. *Tecnologia e Sociedade*, v. 9, n. 18, pp. 1-16. Disponível em: <https://bit.ly/2V6dwGq>. Acesso em: 1 ago. 2015.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. 2015. *Por que Fanon? Por que agora?: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Carlos: UFSCar.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. 2018. *Frantz Fanon: um revolucionário particularmente negro*. São Paulo: Ciclo Contínuo.
- FERNANDES, Florestan. 1979. *Círculo fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Hucitec.
- FILGUEIRAS, Fernando de Barros. 2012. Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial. *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, pp. 361-377. Disponível em: <https://bit.ly/38G6YSZ>. Acesso em: 26 jan. 2016.
- GEISMAR, Peter. 1972. *Fanon*. Buenos Aires: Granica. (Colección Hombres del Tiempo).

- GILROY, Paul. 1992. *The black Atlantic and the politics of authenticity*. Santa Cruz: University of California Santa Cruz.
- GILROY, Paul. 2000. *Between camps: nations, culture and the allure of race*. London: Allen Lane.
- GOÊS, Weber Lopes. 2017. *O encarceramento enquanto mecanismo de eugenia contemporânea no Brasil*. Comunicação apresentada no III Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão, Recife.
- GORDON, Lewis R. 1995. *Fanon and the crisis of European man: an essay on philosophy and the human sciences*. New York: Routledge.
- GORDON, Lewis R. 2015. *What Fanon said: a philosophical introduction to his life and thought*. New York: Fordham University Press.
- GORDON, Lewis R.; SHARPLEY-WHITING, T. Denean; WHITE, Renée T. (org.). 1996. *Fanon: a critical reader*. Cambridge, MA: Blackwell.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. 2008. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. *Novos Estudos Cebrap*, n. 81, p. 99-114. Disponível em: <https://bit.ly/38N21HU>. Acesso em: 20 maio 2015.
- HANCHARD, Michel. 2001. *Orfeu e poder: movimento negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro: UERJ.
- MACEY, David. 2000. *Frantz Fanon: a life*. London: Granta Books.
- MARZIOLI, Sara. 2013. *Ignazio Silone's pan-african detour: Franz Fanon, decolonization, and globalization*. Comunicação apresentada no Fanon in Italy: a Symposium – International Journal of Postcolonial Studies, Newcastle.
- MOURA, Clóvis. 1983. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global.
- MOURA, Clóvis. 2013. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp.
- NKRUMAH, Kwame. 1967. *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ORTIZ, Renato. 2012. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- SARTRE, Jean-Paul. 1943. *L'être et le néant*. Paris: Gallimard.
- SARTRE, Jean-Paul. 1956. Le colonialisme est un système. *Les Temps Modernes*, n. 123.
- SEKYI-OTU, Ato. 1996. *Fanon's dialectic of experience*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- SEREQUEBERHAN, Tsenay. 1994. *The hermeneutics of African philosophy: horizon and discourse*. New York: Routledge.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. 2012. Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). *Lua Nova*, n. 85, pp. 227-273. Disponível em: <https://bit.ly/2HDeeTT>. Acesso em: 26 jan. 2017.

- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. 2013a. *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. 2013b. Frantz Fanon e o ativismo político-cultural negro no Brasil: 1960/1980. *Estudos Históricos*, v. 26, n. 52, pp. 369-390. Disponível em: <https://bit.ly/2vVjbEH>. Acesso em: 26 jan. 2015.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. 2013. *Síntese da coleção História Geral da África: pré-história ao século XVI*. Brasília, DF: Unesco.



RESUMOS | *ABSTRACTS*



INTERFACES SOCIOESTATAIS E INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS: DIMENSÕES ANALÍTICAS

LÍGIA HELENA HAHN LÜCHMANN

Resumo: Mobilizando os conceitos de *interfaces socioestatais* e de *instituições participativas*, o trabalho visa apresentar algumas dimensões analíticas para o avanço dos estudos voltados à compreensão da vocação e do lugar ocupado por estas no interior do aparelho estatal, com o foco na sua inserção, ou maior ou menor integração, com outros dispositivos e programas de interfaces socioestatais. Sugerimos aqui analisar as relações das interfaces a partir das seguintes dimensões: a dimensão da vocação e da autoridade, medida por elementos como a origem, os propósitos e a competência (se são informativas, consultivas e/ou decisórias); e a dimensão do desenho institucional, medida por regras e normativas que ordenam a sua estrutura e funcionamento.

Palavras-chave: Interfaces Socioestatais; Instituições Participativas; Democracia; Participação; Governança.

SOCIO-STATE INTERFACES AND PARTICIPATIVE INSTITUTIONS: ANALYTICAL DIMENSIONS

Abstract: *Mobilizing the concepts of socio-state interfaces and participative institutions, the present work presents some analytical dimensions for the advancement in studies aimed at understanding the vocation and the place that these interfaces occupy in the interior of the state apparatus, with the focus on its insertion, or more or less integration, with other socio-state interfaces. We suggest here to analyze the interface relationships from the following dimensions: the dimension of vocation and authority, measured by elements such as origin, purpose and competence (if they are informative, advisory and / or decision-making); and*

the dimension of institutional design, measured by rules and regulations that order its structure and functioning.

Keywords: *Social-State Interfaces; Participative Institutions; Democracy; Participation; Governance.*

Recebido: 18/02/2019

Aprovado: 29/03/2020



DA FORMAÇÃO CULTURAL À MOBILIZAÇÃO SOCIAL: ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO AO LONGO DE TRÊS GERAÇÕES NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO

LEONARDO DE OLIVEIRA FONTES

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar empiricamente como uma “cultura pública” foi formada e tornou-se capaz de dar forma e material a mobilizações coletivas nas periferias de São Paulo. Para tanto, o artigo dá um passo atrás em relação ao que é tradicionalmente entendido como análise dos movimentos sociais e da ação coletiva e se concentra nas experiências de formação individual e coletiva dos sujeitos políticos. A pesquisa aqui apresentada baseia-se em uma etnografia realizada em dois bairros da periferia de São Paulo e em uma análise histórica sobre a luta política de três gerações de moradores das periferias da cidade. Assim, além de explorar as mudanças históricas em termos de repertórios de ação, o artigo analisa as conexões entre o modo de vida dos sujeitos, os espaços de deliberações e de formação política – aqui entendidos como “esferas públicas subalternas” – e ações coletivas nas periferias de São Paulo para cada uma das gerações estudadas. Argumenta-se que para a primeira geração, os espaços prioritários de formação estavam situados em torno da Igreja Católica, sobretudo nas Comunidades Eclesiais de Base. Para os pertencentes à segunda geração, os espaços mais relevantes foram as próprias instituições formadas a partir da mobilização dos anos anteriores com destaque para ONG e canais oficiais de participação popular. Finalmente, para a terceira geração, coletivos culturais e principalmente os saraus de poesia ganham destaque.

Palavras-chave: Mobilização Coletiva; Periferia; Movimentos Sociais; Cultura; São Paulo.

FROM CULTURAL FORMATION TO SOCIAL MOBILIZATION: SPACES FOR FORMATION AND MOBILIZATION OVER THREE GENERATIONS IN THE SÃO PAULO OUTSKIRTS

Abstract: *This paper analyzes empirically how a “public culture” was formed and became capable of giving form and material to collective mobilizations in the São Paulo outskirts. For such, this article takes a step backwards from what is traditionally understood as an analysis of social movements and collective actions and focuses on the subjects’ formational experiences. The research presented here is based on an ethnography performed in two districts on the São Paulo outskirts, as well as on a historical analysis concerning the political struggle of three generations of outskirts residents. Thus, in addition to exploring historical changes in terms of repertoires of action, this paper analyzes the connections between the subjects’ way of life, spaces for deliberation and political formation – here understood as “subaltern public spheres” – and collective actions in the outskirts of São Paulo for each generation studied. The priority spaces of formation for the first generation are argued to be related with the Catholic Church, especially in the Base Ecclesiastical Communities. For those belonging to the second generation, the most relevant spaces were the institutions themselves formed from the mobilization of previous years, with emphasis on NGOs and official channels for popular participation. Lastly, for the third generation, cultural collectivities and especially poetry soirees were prominent.*

Keywords: *Collective Mobilization; Outskirt; Social Movements; Culture; São Paulo.*

Recebido: 17/01/2019

Aprovado: 23/01/2020

POPULISM IN BRAZIL'S 2018 GENERAL ELECTIONS: AN ANALYSIS OF BOLSONARO'S CAMPAIGN SPEECHES

EDUARDO RYO TAMAKI, MARIO FUKS

Abstract: *Through an analysis of Bolsonaro's speeches during his official campaign, we aim to identify the presence of populist traits in his discourse. Preliminary results suggest that Bolsonaro's discourse have, compared to its predecessors, higher levels of populism. As a theoretical framework, we use the ideational approach to populism. The data was collected and analyzed by Team Populism using the "holistic grading" textual analysis method. Results revealed that, despite his anti-elite, polarizing, and Manichean speech, Bolsonaro is an incomplete populist. In his rhetoric, populist traits vie for space with patriotic elements.*

Keywords: *Ideational Approach to Populism; Populism; Bolsonaro; Populist*

POPULISMO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE CAMPANHA DE BOLSONARO

339

EDUARDO RYO TAMAKI, MARIO FUKS

Resumo: Por meio de uma análise dos discursos de Bolsonaro durante sua campanha oficial, nosso objetivo é identificar a presença e intensidade de traços populistas em seus discursos. Os resultados sugerem que o discurso de Bolsonaro apresenta, em comparação com seus antecessores, níveis mais altos de populismo. Como referencial teórico, usamos a abordagem ideacional do populismo. As falas foram analisadas por meio do método de análise textual conhecido como "classificação holística" e os dados coletados e analisados pelo Team Populism. Os resultados revelaram que, apesar de apresentar um discurso antielite, polarizador e baseado em uma visão de mundo maniqueísta, o populismo, no discurso de Bolsonaro, tem presença moderada. Na sua

retórica, traços populistas disputam o espaço com elementos fortemente patrióticos.

Palavras-chave: Abordagem Ideacional do Populismo; Populismo; Bolsonaro

Received: 11/02/2020

Approved: 19/03/2020



AS POLÍTICAS DE ABATE SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

AMÉLIA COHN

RESUMO: O artigo percorre as trajetórias da construção e da desconstrução da rede de proteção social no Brasil até 2020. O objetivo é ressaltar os traços históricos desse processo, com ênfase no período pós-constituição de 1988, e como se avançou, até 2016, na construção de um arcabouço institucional inspirado num modelo de Estado de Bem-Estar Social. A partir de 2016 analisa-se a desconstrução desse arcabouço, e a partir de 2019 a sua destruição. As transições sem rupturas, seja entre regimes políticos, seja entre governos, deixaram suas marcas, onde conciliações e enfraquecimento dos laços do Estado com a sociedade apontam para a insuficiência dos projetos políticos com forte conteúdo social experimentados no pós 1988, sobretudo a partir deste século, para a resistência da garantia na atualidade dos direitos sociais conquistados.

PALAVRAS CHAVE: Destruição dos Direitos Sociais; Direitos Sociais e Inclusão Social; Políticas Sociais de Inclusão e de Exclusão social.

ABOUT THE POLICIES OF SOCIAL SLAUGHTER IN CONTEMPORARY BRAZIL

ABSTRACT: *The article revisits the trajectories of both the building and the deconstruction of the Social Protection Network in Brazil until 2020. Its goal is to retrace the historical trends of the process, emphasizing the period prior to the 1988 Constitution, and how it advanced, up to 2016, in the construction of an institutional framework that was inspired in a Social Welfare State. Following this period, the article analyses the liquidation of this very framework and, from 2019 on, its destruction. Transitions which*

were defined as not bringing actual ruptures, be those on political regimes or between governments, are shown to have left their marks, by which conciliations and the weakening of ties between the State and civil society point out to the insufficiency of political projects that would have strong social content and which were experienced after 1988. This trend is even stronger during this century, and this insufficiency influences the capacity of resistance and maintenance of guarantees for keeping the conquered rights as established from their emergence and the struggle that founded them.

Keywords: *Social Rights Liquidation; Social Rights and Social Inclusion; Social Policies; Social Inclusion and Exclusion.*

Recebido: 13/02/2020

Aprovado: 30/03/2020



ENCARCERAMENTO EM MASSA, *RACKETEERING* DE ESTADO E RACIONALIDADE NEOLIBERAL

LAURINDO DIAS MINHOTO

Resumo: Argumenta-se que a análise da natureza dos regimes punitivos de países do sul global constitui plataforma privilegiada de observação do fenômeno contemporâneo do encarceramento em massa. Não apenas para iluminar o caráter articulado das tecnologias de poder e dos efeitos bumerangue que aproximam padrões de controle da conduta e governo das populações em diferentes formações sociais do capitalismo global, mas, sobretudo, para revelar a própria direção mais geral desses processos. Dessa perspectiva, analisar a experiência brasileira poderia contribuir para especificar o conceito de racionalidade neoliberal e o modo como ele configura o encarceramento em massa, na medida em que a articulação truncada entre gestão autoritária e eficiente do crime e da violência que está na base de processos de criação e reprodução de mercados ilegais e informais no país, com a consequente saturação econômica de sentido de diferentes esferas sociais, anda de par com a adoção de práticas análogas às dos *rackets* e com a apropriação violenta de recursos econômicos e meios de poder.

Palavras-chave: Encarceramento em Massa; Tecnologias de Poder; *Racketeering*; Racionalidade Neoliberal; Sociologia da Punição.

MASS INCARCERATION, STATE *RACKETEERING* AND NEOLIBERAL RATIONALITY

Abstract: *The nature of punitive regimes in southern countries is argued to serve mainly as a means to observe the contemporary phenomenon of mass incarceration, not only to clarify the articulated nature of the technologies of power and the boomerang effects that bring together patterns of the control of conduct and government of*

populations in global capitalism but, above all, to reveal the more general direction of these processes. Thus, analysis of the Brazilian experience could contribute to specify the concept of neoliberal rationality and the way in which it constitutes mass incarceration, insofar as the truncated articulation between authoritarian and efficient management of crime and violence—which forms the basis of processes of creation and reproduction of illegal and informal markets in the country—and the consequent economic saturation of meaning of different social spheres go hand in hand with the adoption of racket-like practices and the violent appropriation of economic resources and means of power.

Keywords: *Mass Incarceration; Technologies of Power; Racketeering; Neoliberal Rationality; Sociology of Punishment.*

Recebido: 11/02/2019

Aprovado: 25/03/2020



ATUALIDADE DA REIFICAÇÃO DE MARX COMO INSTRUMENTO DA ANÁLISE DE RELAÇÕES JURÍDICAS E SOCIAIS

MARTONIO MONT'ALVERNE BARRETO LIMA; WALQUÍRIA GERTRUDES DOMINGUES LEÃO REGO

Resumo: Este artigo procura investigar a reflexão de Karl Marx sobre a reificação das relações sociais no desenvolvimento econômico e político do sistema capitalista, a partir da noção de reificação – *Verdinglichung* – estabelecida no Livro III de *O Capital*. Trata-se de uma tentativa de reinserir o assunto no atual debate sociológico-jurídico, que se desenvolve em muitos lugares do mundo. Consideramos o conceito de reificação como um conceito-diagnóstico, ou pelo menos um elemento indispensável de diagnose de uma época histórica. Isto se deve, na verdade, ao fato de tal debate tratar de um fenômeno ligado às formas de consciência e dos conjuntos de práticas sociais inspirados nela, e que podem singularizar um determinado tempo histórico. Semelhante campo temático foi abandonado por anos, ao menos desde os anos de 1980, pelas ciências sociais e jurídicas. Contudo, deve ser dito que tal temática foi central nos debates na Alemanha, na Áustria e na América Latina nas décadas de 1920 e 1930. Assim, o texto do artigo parte desta necessidade histórica para propor uma atualização do conceito de reificação, o qual pode ser atualizado para os tempos modernos, o que confere ao Direito uma preciosa ferramenta ontológica de explicação de suas formas fenomênicas da modernidade.

Palavras-chave: Karl Marx; Direito; *Verdinglichung*; Reificação; Relações Sociais; Relações Jurídicas.

HOW CURRENT IS THE REIFICATION OF MARX AS AN INSTRUMENT TO ANALYZE LEGAL AND SOCIAL RELATIONS

Abstract: *This article investigates Karl Marx' reflection on the reification of social relations in the economic and political development of the capitalist system according to the notion of reification (Verdinglichung) established in Book III of The Capital. This is an attempt to resurge the subject in the current sociological-legal debate which is being developed in many places of the world. We consider the concept of reification as a concept-diagnosis, or at least an indispensable element for the diagnosis of a historical epoch. This is due, in fact, to the fact that such a debate deals with a phenomenon related to the forms of consciousness and the sets of social practices inspired by it, which can make unique a certain historical time. Such a thematic field has been abandoned for years, at least since the 1980s, by the social and legal sciences. It must be said, however, that this topic was central to the German, Austrian and Latin American debate in the 1920s and 1930s. Thus, this paper starts from this historical need to propose an update of the concept of reification, which can be updated for modern times, providing Law a precious ontological tool to explain its phenomenal forms of modernity.*

346

Keywords: *Karl Marx; Law; Verdinglichung; Reification; Social Relations; Legal Relations.*

Recebido: 16/08/2019

Aprovado: 27/03/2020



DO TRABALHO IMATERIAL COMO VALOR: O EXEMPLO DA ESTRUTURA MACROECONÓMICA DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS

JOÃO AGUIAR

Resumo: O artigo propõe-se descrever e debater as propriedades constitutivas do campo social e económico das indústrias criativas. Situado nos interstícios entre a produção de bens e serviços e os universos simbólicos, o campo das indústrias criativas repercute um aproveitamento económico massivo das potencialidades derivadas da produção simbólica propriamente dita. Como se discutirá no artigo, daqui deriva um efeito replicador de criatividade a outros sectores da atividade económica, com benefícios multiplicadores no plano do crescimento económico, da criação de emprego e da própria integração económica internacional, mais especificamente com sua inserção nas redes de comércio internacional. A análise de dados nacionais e internacionais procura definir os traços macroeconómicos evidenciados anteriormente, complementada por uma discussão analítica final acerca de algumas das propriedades socioeconómicas deste sector.

Palavras-chave: Sociologia; Economia; Indústrias Criativas; Trabalho Imaterial; Criatividade.

IMMATERIAL WORK AS VALUE: THE MACROECONOMIC STRUCTURE OF CREATIVE INDUSTRIES

Abstract: *This article describes and discusses the properties of creative industries as a social and economic field. Situated between the production of goods and services and symbolic universes, the creative industries field shows the existence of a massive economic appropriation of the possibilities presented by the symbolic production itself. As it will be discussed in this article, there is a replication effect of creativity towards other economic branches, with several benefits in what concerns economic growth, jobs, international economic*

integration, and especially with regard to its insertion in global trade networks. The national and international databases help to define the macroeconomic axis. In the end, there is an analytical discussion about some of the socioeconomic features of creative industries.

Keywords: *Sociology; Economy; Creative Industries; Immaterial Labour; Creativity.*

Recebido: 28/09/2017 **Aprovado:** 23/04/2019



PANTURQUISMO EM XINJIANG E NA ÁSIA CENTRAL: ENTRE O SEPARATISMO E A INTEGRAÇÃO

VICTOR CARNEIRO CORRÊA VIEIRA

Resumo: A manutenção da estabilidade social tem sido considerada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh) condição primordial para a manutenção de sua hegemonia nacional, porém, a repressão à minoria étnica uigur tem alimentado pleitos separatistas. Este artigo analisa o desenvolvimento do movimento radical islâmico na China e sua interação com outros grupos da Ásia Central e com a repressão estatal. Primeiro aborda o desenvolvimento da atuação extremista de grupos islâmicos na Ásia Central para, na segunda parte, analisar sua interação com o movimento separatista uigur; e, na terceira e quarta partes, discute as estratégias de desenvolvimento e repressão empregadas pelo PCCh para a dissuasão do ímpeto separatista. Conclui-se que o radicalismo islâmico da Ásia Central e os conflitos étnicos são fontes de instabilidade que podem ameaçar a integridade territorial e os projetos de integração chineses. Contudo, reprimir a cultura, religião e costumes uigures e banalizar o conceito de terrorismo pode provocar um efeito reverso ao esperado por parte do PCCh, estimulando a radicalização dos grupos separatistas.

Palavras-chave: Xinjiang; Panturquismo; Uigures; Ásia Central; Separatismo; Integração.

PANTURKISM IN XINJIANG AND IN CENTRAL ASIA: BETWEEN SEPARATISM AND INTEGRATION

Abstract: *The maintenance of social stability has been considered by the Communist Party of China (CPC) as a prime condition for maintaining its national hegemony, yet, repression of the Uyghur ethnic minority has fueled separatist movements. This paper analyzes the development of the radical Islamic movement in China and*

its interaction with other groups in Central Asia and with state repression. First, it discusses the development of extremist activity by Islamic groups in Central Asia, hereafter, it analyzes their interaction with the Uighur separatist movement and the policies of development and repression addressed by the CPC as means to dissuade the separatist impetus. Central Asian Islamic radicalism and ethnic conflicts are shown to be sources of instability that may threaten the territorial integrity and integration projects of China. However, suppressing the Uighur culture, religion and customs and trivializing the concept of terrorism can have an effect other than expected on the part of the CPC, stimulating the radicalization of separatist groups.

Keywords: *Xinjiang; Panturkism; Uyghurs; Central Asia; Separatism; Integration.*

Recebido: 25/04/2018

Aprovado: 30/08/2019



REVISITANDO A RECEPÇÃO DE FRANTZ FANON: O ATIVISMO NEGRO BRASILEIRO E OS DIÁLOGOS TRANSNACIONAIS EM TORNO DA NEGRITUDE

DEIVISON MENDES FAUSTINO

Resumo: Neste artigo apresento parte dos resultados obtidos em minha pesquisa de doutorado, intitulada *Por que Fanon? Por que agora? Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*. Neste estudo, dialogo criticamente com a hipótese de um possível contato ou influência entre Fanon e alguns intelectuais ligados à Associação Cultural do Negro (ACN) no final da década de 1950 e início da década de 1960. Argumento que a factibilidade de um possível encontro presencial entre eles – nos marcos do II Congresso de Artistas e Escritores Negros, em Roma, em 1959 – não seria suficiente para inferir uma afinidade de ideias ou mesmo influência, haja vista as diferentes posições que ocupavam no espectro do movimento de negritude. Por fim, discuto o contexto de circulação das ideias de Fanon e os seus reflexos e particularidades na recepção brasileira.

Palavras-chave: Frantz Fanon; Associativismo Negro Brasileiro; Associação Cultural do Negro.

REVISITING FRANTZ FANON'S RECEPTION: BRAZILIAN BLACK ACTIVISM AND TRANSNATIONAL DIALOGUES AROUND BLACKNESS

Abstract: *In this article I present part of the results obtained in my PhD research entitled “Why Fanon? Why now? Frantz Fanon and fanonisms in Brazil.” I analyze critically the hypothesis of a possible contact or influence between Fanon and some intellectuals connected to the Associação Cultural do Negro (ACN) in the late 1950s and early 1960s. I argue that the feasibility of a possible face-to-face meeting between them—in the context of the Second Congress of*

Black Artists and Writers (Rome, 1959)—would not suffice to infer an affinity of ideas or even influence, given the different positions they occupied in the spectrum of the black movement. Lastly, I discuss the context in which the ideas of his poem thrived and their effect and particularities on Brazilian reception.

Keywords: *Frantz Fanon; Black Brazilian Activism; Associação Cultural do Negro.*

Recebido: 17/01/2017

Aprovado: 26/11/2018